



Universidade Federal do Ceará
Centro de Humanidades
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História Social

***Entre caminhos e lugares do livro:
gabinetes de leitura na região norte do Ceará
(1877-1919)***

Jorge Luiz Ferreira Lima

Fortaleza, 2011

JORGE LUIZ FERREIRA LIMA

***Entre caminhos e lugares do livro:
gabinetes de leitura na região norte do Ceará
(1877-1919)***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História Social, sob a orientação do prof. Dr. Antonio Gilberto Ramos Nogueira.

Fortaleza, 2011

***Entre caminhos e lugares do livro:
gabinetes de leitura na região norte do Ceará
(1877-1919)***

Jorge Luiz Ferreira Lima

Dissertação defendida e aprovada pela banca examinadora em ____/____/2011.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Antonio Gilberto Ramos Nogueira – Orientador
Universidade Federal do Ceará – UFC

Prof. Dr. Nelson Schapochnik
Universidade de São Paulo – USP

Prof^a. Dr^a Adelaide Maria Gonçalves Pereira
Universidade Federal do Ceará – UFC

Prof. Dr. Francisco Régis Lopes Ramos – Suplente
Universidade Federal do Ceará – UFC

Para
Maria e Mariana

AGRADECIMENTOS

A ordem em que serão citados os nomes incluídos nestes agradecimentos não foi pensada com a pretensão de expressar o grau de importância da colaboração prestada por cada um à pesquisa.

Ao grande amigo Raimundo Alves de Araújo, conterrâneo e colega de pesquisas, agradeço por me indicar a localização do acervo do Gabinete de Leitura Ipuense e pelas conversas enriquecedoras nas chuvosas noites do ano de 2009, quando nos encontrávamos semanalmente em Fortaleza, dividindo os sonhos acadêmicos e o pequeno apartamento no Benfica.

À professora Dr^a Marta Emísia Jacinto Barbosa, agradeço por ter conduzido minha iniciação no fascinante mundo da pesquisa histórica por meio de minha inclusão como bolsista do Programa de Iniciação Científica da Universidade Estadual Vale do Acaraú, durante meu curso de graduação concluído naquela instituição.

Ao professor Dr. Carlos Augusto Pereira dos Santos, do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú, devo a indicação da localização do acervo do Gabinete de Leitura Camocinense. Agradeço não somente a informação inicial, mas ainda a disposição para mediar o contato entre mim e a Associação Comercial de Camocim, guardiã do referido acervo, fornecendo telefones e nomes.

Ao professor Ms. Antonio Iramar Miranda Barros, diretor da Escola de Ensino Fundamental e Médio Auton Aragão, bem como a todos os funcionários que passaram pela biblioteca daquele estabelecimento de ensino durante o período em que o visitei diariamente, agradeço a acolhida e a confiança neste trabalho.

Ao colega professor doutorando Antonio Vitorino Farias Filho, pela revisão textual feita como extrema atenção e imensa disponibilidade.

Ao professor Francisco de Assis Martins, memorialista ipuense, pela disponibilização de fontes valiosas acerca da cidade e do Gabinete de Leitura.

Aos atendentes do Setor de Microfilmes da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, pela disposição e paciência em atender aos

meus pedidos quando ali estive em busca dos jornais publicados nas cidades da região norte do Ceará.

Aos funcionários do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, agradeço o bom atendimento e a colaboração.

Aos bolsistas do Instituto Xavier, em Granja, pelas informações prestadas a respeito daquela instituição, do acervo de livros antigos nela contido e da história da cidade.

À Associação Comercial de Camocim, onde fui encontrar o acervo do Gabinete de Leitura Camocinense, pela franquia do acesso aos livros.

Aos meus sogros Raimundo Ferreira Gomes e Maria Gomes de Souza, agradeço pelo apoio oferecido durante as longas viagens às cidades de Granja e Camocim.

À Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior – CAPES – a qual forneceu, por meio do Programa Demanda Social, a bolsa de estudos que permitiu minha estadia em Fortaleza, a aquisição de material e livros, bem como o custeio das viagens de pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará pelo empenho e excelente qualidade das aulas presenciais do curso.

Ao meu amigo e colaborador, o doutorando Maico Oliveira Xavier, devo muitas informações e o acesso às fontes relativas ao Gabinete de Leitura Viçosense.

Ao meu orientador, prof. Dr. Antonio Gilberto Nogueira Ramos, pela forma serena como conduziu o desenvolvimento deste trabalho.

Ao professor João Batista Farias Damasceno, pelo auxílio na tradução do resumo.

À minha esposa Maria Ferreira Gomes, por me fazer compreender melhor a frase paulina: “quando estou fraco, então é que sou forte” (II Cor. 12, 10)

À minha mãe, Helena Ferreira Lima, pelas orações.

À minha filha Mariana Gomes de Lima, meu atalho para a felicidade, agradeço por ter me feito descobrir o segredo de escrever sempre depois das dez da noite.

RESUMO

Este trabalho busca apresentar a trajetória dos gabinetes de leitura fundados nas cidades de Sobral, Granja, Ipu, Camocim e Viçosa, a partir da consulta a jornais, livros de memórias e entrevistas. Procura também analisar o processo de constituição dos acervos dos gabinetes de leitura de Ipu e Camocim, cujo paradeiro foi possível identificar. A partir deles, buscamos discutir a constituição de uma rede de comunicação configurada em torno da circulação do objeto livro pelas cidades da região norte do Ceará, reconstituindo os caminhos percorridos desde os locais de produção e publicação, passando pelas livrarias localizadas nos principais centros distribuidores do comércio livreiro nacional até a chegada aos leitores e aos acervos dos gabinetes de leitura da região norte do Ceará. Neste esforço, procuramos evidenciar a existência de estabelecimentos ligados à venda de livros na região, apontando as firmas comerciais como importantes pontos de distribuição de livros didáticos, manuais litúrgicos e textos devocionais e, mais raramente, obras literárias – romances. As tipografias também se apresentam como pontos de distribuição e produção de livros na região. Ao fim, discutimos a inserção dos gabinetes de leitura na memória local.

Palavras-chave: memória local, gabinete de leitura, livro, região norte do Ceará.

Título do trabalho: Entre caminhos e lugares do livro: gabinetes de leitura na região norte do Ceará (1877-1919)

ABSTRACT

This work try to present the trajectory of the reading cabinets founded in the cities of Sobral, Granja, Ipu, Camocim and Viçosa, by newspapers, books of memories and interviews. It also tries to analyze the process of constitution of the collections of the reading cabinets of Ipu and Camocim, whose whereabouts was possible to identify. Starting from them, we discuss the set up around the movement of the object book by the cities of the north area of Ceará, retracing the paths taken from the production places and publication, going by the bookstores located in main Centers distributors of the readers and the collections of the reading cabinets in the north region of Ceará. In this effort, we tried to demonstrate the existence of establishment connected with the sale of books in the area, aiming to commercial firms as important points of distribution of didactic books, liturgical manuals and devotional texts, and more rarely, literary works – novels. The typographies are also seen as point of distribution and production of books in the region. At the end, we discussed the inclusion of the reading cabinets in the local memory.

Keywords: local memory, reading cabinets, book, north area of Ceará.

Title of the work: From paths and places of the book: reading cabinets in the north area of Ceará (1887-1919)

LISTA DE SIGLAS

GLI: Gabinete de Leitura Ipuense

GLC: Gabinete de Leitura Camocinense

SUMÁRIO

Introdução	15
Capítulo I: Livro e rede de comunicação: gabinetes de leitura na região norte do ceará	42
1.1 Notícias sobre a trajetória dos gabinetes de leitura na região norte	43
1.2 A constituição dos acervos: doações e compras	59
1.3 Cursos noturnos de primeiras letras	77
Capítulo II: O circuito do livro na região norte: tipografias, casas comerciais, livrarias e gabinetes de leitura	89
2.1 Pontos de venda de livros na região norte do Ceará	90
2.2 Locais de produção: a tipografia da <i>Pátria</i>	107
2.3 Uma rede de comunicação: os caminhos do livro na região norte do Ceará a partir dos gabinetes de leitura de Ipu e Camocim	115
Capítulo III: Por dentro dos acervos: romances, leitura e memória	134
3.1 Percorrendo as estantes: um exame dos livros encontrados nos acervos	138
3.2 Um livro imoral? Indícios de uma leitura perigosa	179
3.3 Os acervos dos Gabinetes de leitura e a memória	188
Considerações finais	199
Fontes	203
Bibliografia	206

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Folha de rosto do livro “O Intruso” com carimbo do Gabinete de Leitura Ipuense	65
Figura 2	Folha de rosto do livro “Vid’airada” com dedicatórias a F. Menescal Carneiro e ao Gabinete de Leitura Camocinense	69
Figura 3	Folha de rosto do livro “Cartas de um vencido” com dedicatória ao Gabinete de Leitura Ipuense	71
Figura 4	Folha de rosto do livro “O romance d’um rapaz pobre” com dedicatória de Horácio Pessoa ao Gabinete de Leitura Camocinense	73
Figura 5	Lombada do volume I da “História do Brasil”, de Rocha Pombo, onde se vê a etiqueta antiga já bastante mutilada	77
Figura 6	Carimbo da tipografia de Horácio Pessoa	91
Figura 7	Carimbo em relevo da Casa Menescal estampado no livro “História da América para o curso primeiro”	95
Figura 8	Folha de rosto do livro “Novos estudos da língua portuguesa” com anotação indicativa de pertença ao Gabinete de Leitura Ipuense	97
Figura 9	Carimbo da Agência Philatelica “Globo” estampado no livro “A sonata de Kreutzer”	98
Figura 10	Livro Caixa da firma <i>Ignacio Xavier & Cia</i> indicando a presença de livros no estoque	100
Figura 11	Fachada da firma <i>Lima & Cia</i> . Devido à má qualidade da foto, só é possível perceber a palavra “livraria”, pintada na moldura da terceira porta a esquerda para a direita	102
Figura 12	Carimbo encontrado no verso da capa do livro “Itinéraire descriptif et historique de la Suisse”	123
Figura 13	Estampa da Livraria Franceza de <i>Lailhacar & Cº</i> impressa no verso da primeira capa do livro “Histoire de la maison d’Autriche”	124
Figura 14	Folha de rosto do livro “Horas de Paz” contendo carimbo do Gabinete de Leitura Carolinense	127

Figura 15	Carimbo da Livraria e Papelaria Ribeiro	128
Figura 16	Folha de rosto do livro “Obras Completas de Fagundes Varella” onde se vê anotação numérica a lápis	147
Figura 17	Dedicatória de H. Firmeza ao Gabinete de Leitura Ipuense estampada na primeira página do terceiro volume da “História Universal”, de Guilherme Oncken	160

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Proporção de livrarias cearenses	129
Tabela 2	Coleção Lusitânea no acervo do GLI	153
Tabela 3	Livros franceses encontrados no acervo do GLI	155
Tabela 4	Livros franceses encontrados no acervo do GLC	157
Tabela 5	Livros em inglês encontrados no acervo do GLC	158
Tabela 6	Livros escritos por autores cearenses encontrados no GLI	162
Tabela 7	Livros literários no acervo do GLI	165
Tabela 8	Livros literários no acervo do GLC	168
Tabela 9	Política, história e pensamento social brasileiro no acervo do GLI	172
Tabela 10	Temas variados no acervo do GLI	173
Tabela 11	Política, história e pensamento social brasileiro no acervo do GLC	175
Tabela 12	Temas variados no acervo do GLC	176

INTRODUÇÃO

Os gabinetes de leitura surgiram na Europa ainda no século XVII. O século XVIII trouxe uma acentuada proliferação destas instituições, especialmente na cidade de Paris. Os historiadores da leitura costumam apontar aquele século como um momento em que a difusão cultural por meio do livro viveu um momento muito importante, especialmente na medida em que tentam perceber o quanto esta difusão foi importante para a eclosão da Revolução Francesa.

Roger Chartier aponta os gabinetes de leitura surgidos na França do século XVIII como portadores de algumas vantagens para os livreiros e leitores. Entre estas vantagens, destaca a facilitação do acesso à leitura sob um baixo custo; para o livreiro, um gabinete de leitura funcionava como uma maneira de aumentar a renda, podendo enfrentar como maiores possibilidades de sucesso os concorrentes mais antigos e solidamente estabelecidos¹.

Sobre as bibliotecas públicas, os gabinetes apresentavam vantagens no que diz respeito ao maior tempo de disponibilidade, conforto das instalações, acesso direto às estantes e uma atualização mais rápida dos acervos por meio da aquisição de livros novos².

Os gabinetes de leitura também apresentavam vantagens sobre as academias literárias, não exigindo a participação obrigatória em cerimonial de qualquer espécie, sendo o acesso completamente livre³.

Robert Darnton afirma que na França do século XVIII a maioria dos gabinetes de leitura nascia da transformação de livrarias em bibliotecas, sendo exigido um incremento da estrutura física destes estabelecimentos⁴. Em pleno século XVIII, na cidade de Paris, eram tantos os livreiros e tal a perseguição movida pela polícia do Antigo Regime que a maioria deles se viu em sérias dificuldades financeiras.

¹ CHARTIER, Roger. *Leitura e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Editora UNESP, 2004, p. 205.

² Id. *Ibidem* p. 206.

³ Id. *Ibidem* p. 206.

⁴ DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010 e DARNTON, Robert e ROCHE, Daniel. *Revolução Impressa: a imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

Darnton assegura que a manutenção da viabilidade econômica de uma livraria era meta impossível sem a venda de livros considerados proibidos pelo Regime, ou seja, sem a inclusão de itens contrabandeados em seu estoque. Isto era arriscado e implicava em sérias dificuldades que levavam muitos livreiros à bancarrota⁵.

Os livros proibidos eram encomendados a impressores estabelecidos fora das fronteiras da França. Robert Darnton teve a sorte de localizar a documentação da Société Typographique de Neuchâtel, um vasto acervo de cartas endereçadas àquela companhia por livreiros franceses. O objeto da maioria destas cartas era a encomenda de livros. Nas listas de livros solicitados, invariavelmente encontravam-se títulos de obras proibidas pela polícia do Antigo Regime⁶.

A complicada operação de introdução destes livros proibidos, impressos fora das fronteiras, no território francês foi descrita por Darnton no artigo “O que é a história dos livros?”, no qual este autor procura mapear o circuito percorrido por estes livros desde a sua impressão no estrangeiro até seus leitores finais, na França. Uma de suas preocupações, neste trabalho, foi com a identificação dos principais sujeitos envolvidos na produção, transporte, comércio e distribuição dos livros, apontando-os como nós de uma “rede de comunicação”. Darnton entende a história dos livros e da leitura como indissociavelmente ligada à história da comunicação⁷.

Os gabinetes de leitura surgem com base na colocação de livros à disposição dos clientes das livrarias para leitura mediante pagamento de taxa mensal. Não era permitida a retirada do livro a não ser em caso de compra. O resultado foi a transformação destes espaços em locais de sociabilidade. A classe letrada descobriu ali uma ocasião para reunir-se e trocar impressões de leitura, comentar autores e obras, jornais e revistas. Atentos a este movimento, os proprietários de gabinetes de leitura passaram a incrementar ainda mais os

⁵ DARNTON, Robert. A filosofia por baixo do pano. In: DARNTON, Robert. *A revolução impressa: a imprensa na França, 1775-1800*. Op. cit. p. 49-75. Este artigo foi publicado também em DARNTON, Robert. *Os Best-sellers proibidos da França Pré-Revolucionária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 19-37.

⁶ DARNTON, Robert. A filosofia por baixo do pano. Op. cit.

⁷ DARNTON, Robert. O que é a história dos livros? In: DARNTON, Robert. *O beijo de Lammourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Cia das Letras, 2010, p. 122-149.

acervos, alguns anunciando na imprensa as metas de aquisição de livros para cada ano.

Os gabinetes não tiveram nenhum pejo ante a ideia de se adaptarem às necessidades de leitores ávidos não somente de leitura, mas de um espaço de sociabilidade urbana/letrada. Neste anúncio, apresentado por François Parent-Lardeur e transcrito por Robert Darnton, podemos perceber o quanto os gabinetes de leitura franceses se transformaram, no que se refere à estrutura física, em locais apropriados a esta forma de sociabilidade.

“Uma sala ampla, confortável, bem iluminada e bem aquecida, que estará aberta diariamente das nove da manhã até o meio-dia e da uma da tarde às dez da noite, oferecerá aos membros 2 mil volumes; e o estoque será aumentado anualmente com quatrocentos. [...] Uma sala no térreo e uma outra no andar de cima ficarão reservadas para conversas; todas as outras serão colocadas à disposição de leitores de jornais e livros.”⁸

Espaços específicos para leitura separados de espaços para conversação e meta anual de aquisição de quatrocentos novos volumes denunciam um negócio razoavelmente consolidado, sinal do sucesso alcançado por certo número destes estabelecimentos na cidade de Paris entre os séculos XVIII e XIX. Este é o período da eclosão na *passion lectora*, uma espécie de febre pela leitura que atingiu, segundo Reinhard Wittman, a Europa na virada do século XVIII para o XIX. Este movimento teve por principal característica a ampliação da oferta de leitura nas cidades e os gabinetes de fizeram parte das estratégias dos livreiros no sentido de aproximar o livro dos leitores barateando o custo⁹.

O momento em questão também se caracteriza pela difusão da instrução entre camadas menos abastadas, a quem a aquisição do livro se mostrava excessivamente onerosa. A estes, a possibilidade de ter acesso franqueado a uma biblioteca mediante pequena contribuição mensal representava uma das mais atraentes possibilidades de satisfazer o desejo de consumir informação por meio do livro.

⁸ PARENT-LARDEUR, François *apud* DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 183.

⁹ WITTMANN, Reinhard. ¿Hubo una revolución en la lectura a finales del siglo XVIII? *In*: CHARTIER, Roger e CAVALLO, Guglielmo (org). *Historia de la lectura en el mundo occidental*. Madrid: Taurus, 2004, p. 531.

A ampliação da oferta de livros ao público foi marcada pela ampliação do número de gabinetes de leitura, especialmente em Paris, e pelo incremento dos que já existiam. Criou-se um modelo de estabelecimento que era um misto de taberna com livraria e tabacaria conforme esta descrição de Wittman:

“Sin duda, a finales del siglo XVIII, su particular atractivo radicaba en La ampliación de su oferta. Cada vez más ‘camaras de lectura’ y ‘gabinetes de lectura’ añadian a su sala de lectura un salón de reuniones donde conversar y fumar, donde los empleados ofrecían refrigerios, y no era infrecuente que se crearan otras salas para entretenimientos tales como el billar u otros juegos.”¹⁰

Espaço de leitura associado a local de entretenimento é o que caracteriza os gabinetes de leitura europeus entre o final do século XVIII e ao longo do século XIX. Tudo isso sob a gerência de um livreiro proprietário. Desta forma, os gabinetes de leitura tinham um caráter, digamos, empresarial.

Alguns livreiros conseguiam incrementar consideravelmente o acervo de seus gabinetes de leitura, oferecendo ao público a possibilidade de manutenção de um vínculo na forma da aquisição de uma assinatura. Para angariar assinantes, os organizadores publicavam seus catálogos ou anunciavam as aquisições mais recentes do acervo por meio da imprensa.

Chartier assinalou a existência de um tipo de instituição que poderia ser considerada uma espécie de meio termo entre estes gabinetes nascidos como anexos de livrarias e os autônomos que proliferaram no século XIX. São as “câmaras de leitura”, uma espécie de gabinete de leitura com número limitado de membros¹¹.

Segundo Wittman, os gabinetes de leitura começaram a ganhar diretorias formalmente constituídas a partir do início do século XIX. Assumindo a forma de associações, passam a compor com as academias e grêmios o grupo das chamadas “agremiações literárias”, embora sua meta principal não fosse exatamente a produção literária, mas a oferta da leitura. Assumem o caráter formal de associações ao adotar formas de sociabilidade mais sisudas, caracterizadas por sessões e assembleias entre os associados, seja para

¹⁰ Id. *Ibíd.* p. 534.

¹¹ CHARTIER, Roger. *Leitura e leitores na França do Antigo Regime*. Op. Cit. p. 206.

debater temas literários, seja para discutir assuntos ligados à própria gerência da instituição.

Maria Angélica Lau Pereira Soares, em sua dissertação de mestrado em estudos linguísticos e literários em inglês, apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (2006), apresenta uma interessante investigação acerca da origem européia dos gabinetes de leitura, centrando sua análise nas origens dos termos usados na Europa para definir aquele tipo de instituição.

Neste esforço, depara-se com o termo francês *cabinet de lecture*, cujo significado confirma as definições de Chartier e Darnton. Nos países de origem saxônica, estas instituições eram designadas pelo termo *circulating library*; na Alemanha, eram chamados de *leihbibliotheken*; no Brasil e em Portugal, eram designados pelo termo *gabinete de leitura*¹².

Historiograficamente, os gabinetes de leitura constituem um tema raro. Olhando a produção de historiadores franceses, muito pouco foi encontrado em termos de trabalhos dedicados exclusivamente ao estudo dos gabinetes de leitura, destacando-se, quase como caso único, o livro “Les Cabinets de Lecture”, de François Parent-Lardeur¹³. No breve prefácio escrito por Robert Mandrou, percebemos o quanto os gabinetes constituem tema difícil de ser trabalhado, mesmo tomando em conta o fato de a pesquisa em questão ter sido desenvolvida em meio aos ricos arquivos franceses.

Para Mandrou, o livro representa “une oeuvre capitale dans l’historiographie sócio-culturalle contemporaine”, por duas razões¹⁴. A primeira se deve ao fato de apresentar uma análise “minutieuse et subtile” destas instituições que espalharam pela França durante a Restauração e perduraram pelo século XIX adentro, facilitando o acesso à leitura para as classes médias e para a classe trabalhadora¹⁵. A segunda é, de acordo com o mesmo autor, que o livro contribui para a compreensão da quase desconhecida cultura popular

¹² SOARES, Maria Angélica Lau Pereira. *Visões da modernidade: a presença britânica no Gabinete de Leitura (1837-1838)*. 2006. 209f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006, p. 13.

¹³ PARENT-LARDEUR, François. *Les cabinets de lecture: la lecture publique à Paris sous la Restauration*. Paris: Payot, 1982.

¹⁴ Id. *Ibidem*, p. 7.

¹⁵ Id. *Ibidem*, p. 7.

francesa após a Restauração, mesmo que os gabinetes de leitura não tenham sido muito frequentados por pessoas do povo¹⁶.

François Parent-Lardeur utilizou duas categorias de fontes principais: os catálogos dos gabinetes, guardados na Bibliothèque Nationale de France, e documentos provenientes dos arquivos da Polícia do Livro, guardados no Archive Nationale¹⁷. A descrição dos catálogos apresentada pelo autor é a seguinte:

“Ils se présentaient soit la forme de petites brochures d’une vingtaine de feuillets, renfermant une liste de quelques centaines d’ouvrages ranges dans un ordre alphabétique-titre plus ou moins fantaisiste, ignorant souvent le nom de l’auteur; soit, à l’opposé, comme de véritables livres brochés de cent cinquante à deux cents pages ou étaient recensés, en une classification digne des bibliothèques officielles les mieux ordonnées, des milliers de titres dûment libellés, allant des ouvrages d’érudition les plus spécialisés aux romans les plus récents.”¹⁸

Curiosamente, o trabalho de François Parent-Lardeur causa certa admiração em Robert Mandrou pelo enfrentamento de certa escassez de fontes. Trabalhar com tão poucos documentos parece não ser comum aos historiadores franceses. Ora, o que não diria Mandrou de um trabalho como o que ora desenvolvemos, onde buscamos mapear a trajetória dos gabinetes de leitura da região norte do Ceará tendo por base as fontes indiretas.

De pequenas brochuras de vinte páginas, com descrições das obras constantes no acervo feitas de forma tão precária a ponto de omitir o nome do autor, até brochuras de cento e cinquenta a duzentas páginas, descrevendo de forma minuciosa as obras, assemelhando-se aos catálogos das bibliotecas oficiais, contendo milhares de títulos, os catálogos dos gabinetes de leitura constituem um material precioso a ser investigado quando se busca mapear suas trajetórias.

Tudo indica que os gabinetes de leitura fundados na região norte do Ceará a partir da segunda metade do século XIX não deixaram tão preciosa documentação. No que diz respeito à documentação produzida, tivemos notícia

¹⁶ Id. Ibidem. p. 7-8.

¹⁷ Id. Ibidem, p. 17.

¹⁸ Id. Ibidem, p. 17.

da existência de livros de visita, onde os frequentadores deixavam sua assinatura. Tal material não foi encontrado em nenhum dos casos estudados.

Este fato vem, por outro lado, revelar a primeira peculiaridade dos gabinetes de leitura da região norte do Ceará em relação aos similares europeus. Por aqui, os gabinetes assumiram a feição de associações voltadas para a promoção do letramento por meio da constituição, entre outras coisas, de uma biblioteca aberta à visitação e consulta por parte dos sócios, aproximando-se deste perfil traçado por Nelson Schapochnik:

“Uma segunda modalidade de gabinete de leitura vem a ser aquela constituída pelas bibliotecas associativas, que não raro adotavam o nome de gabinetes de leitura complementando-o com o nome da comunidade de origem dos associados ou com o nome da província e/ou cidade onde a instituição fora estabelecida.”¹⁹

Havia da parte destes gabinetes, ações mais voltadas para as classes populares. Trata-se dos cursos noturnos de alfabetização. Ali, os sócios organizavam aulas e ministravam o ensino das primeiras letras às crianças oriundas de famílias pobres, a quem não se oferecia nenhuma outra oportunidade de frequentar uma escola a não ser esta oferecida pelos gabinetes de leitura.

O modelo seguido na região norte do Ceará não torna a oferta de leitura uma atividade de caráter comercial. Não são, portanto, estabelecimentos destinados a prover lucros. Não têm o caráter de empreendimentos destinados a promover a venda de livros nem nasceram de livrarias.

Existiram gabinetes de leitura constituídos à semelhança do modelo francês no Brasil. Um deles foi a “Casa do Livro Azul”, fundada no Rio de Janeiro em 1828 por Albino Jourdan, francês estabelecido no Brasil²⁰. Do mesmo tipo foi o “Gabinete de Leitura”, fundado pelo também francês Cremière Filho²¹.

¹⁹ SCHAPOCHNIK, Nelson. Distinção, instrução & prazer: uma tipologia dos gabinetes de leitura no Brasil oitocentista. In: CAVANCANTE, Maria Juraci Maia, QUEIROZ, Zuleide Fernandes de, VASCONCELOS JÚNIOR, Raimundo Elmo de Paula *et al* (orgs). *História da educação – vitrais da memória: lugares, imagens e práticas culturais*. Fortaleza: Edições UFC, 2008, p. 182.

²⁰ SOARES, Maria Angélica Lau Pereira. Op. Cit. p. 21.

²¹ Id. *Ibidem*, p. 21.

O Brasil também conheceu um tipo de gabinete de leitura caracterizado pela predominância de livros em língua estrangeira. Trata-se daqueles fundados por colônias estrangeiras com o propósito de manter um acervo de livros em sua língua pátria. Tal foi o caso da “Gersellschaft Germania”, fundada no Rio de Janeiro por uma colônia de alemães em 1821²². Do mesmo tipo foi a “British Subscription Library”, fundada por ingleses em 1826, também no Rio²³.

Estas instituições tinham um caráter mais ou menos privado, pois se direcionavam a um público restrito. O propósito era proporcionar o acesso à literatura pátria, bem como aos jornais publicados no país de origem. Era uma forma de as comunidades estrangeiras manterem vivos os laços com a cultura de sua terra natal.

Neste grupo podemos incluir, pelo menos ao levar em conta o contexto de sua origem, o Real Gabinete Português de Leitura. Esta instituição foi fundada em 14 de maio de 1837, após uma reunião de emigrantes portugueses na casa do Dr. Antonio José Coelho Lousada, na cidade do Rio de Janeiro. Ali estavam vários comerciantes, entre eles alguns haviam sido perseguidos pelo absolutismo português. Seu propósito era “restaurar a glória literária da pátria portuguesa” e “ampliar os conhecimentos de seus sócios e dar oportunidade aos portugueses residentes na então capital do Império de ilustrar o seu espírito”²⁴.

Para Nelson Schapochnik, os gabinetes de leitura existentes no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX “se converteram numa alternativa palpável para aqueles que não dispunham de dinheiro para aquisição de livros e periódicos”²⁵. O Real Gabinete Português de Leitura, por sua vez, tornou-se o mais frequentado dentre suas congêneres existentes no Rio, contando com 50.000 volumes em seu acervo, os quais estavam à disposição dos sócios mediante o pagamento de subscrição mensal no valor de 1\$000 (hum mil réis)²⁶.

²² Id. *Ibidem*, p. 21.

²³ Id. *Ibidem*, p. 21.

²⁴ Id. *Ibidem*, p. 22; página oficial do Real Gabinete Português de Leitura na internet, endereço: <<http://www.realgabinete.com.br/real.htm>>, acesso em 16 de fevereiro de 2010; e SCHAPOCHNIK, Nelson. Contextos de leitura no Rio de Janeiro do século XIX: salões, gabinetes literários e bibliotecas. In: BRESCIANI, Maria Stella (org). *Imagens da cidade*. São Paulo: Marco Zero/ANPUH/FAPESP, 1994, p. 156.

²⁵ SCHAPOCHNIK, Nelson. Op. cit. p. 151.

²⁶ Id. *Ibidem* p. 156.

Os gabinetes de leitura chegaram ao Ceará a partir da segunda metade do século XIX, notadamente após 1870. O primeiro foi fundado em Baturité, no dia 14 de novembro de 1875²⁷. Em seguida, veio o Gabinete Cearense de Leitura, fundado em Fortaleza no dia 2 de dezembro de 1875, o qual, de acordo com José Ramos Tinhorão, foi fundado com o propósito de reagir às ideias perigosas difundidas pela Academia Francesa²⁸.

Tinhorão tenta reforçar seu argumento apontando o Curso Noturno criado pelo Gabinete Cearense como uma forma de preencher o vazio deixado pela Academia Francesa e suas conferências populares. A perspectiva com base na qual Tinhorão enxerga a inserção do Gabinete Cearense num campo intelectual em configuração na capital cearense caracteriza-se pelo esforço no sentido de tentar conter o avanço do ideário positivista e cientificista, difundido pelos membros da Academia Francesa.

A visita aos inúmeros textos levantados em nosso esforço de angariar bibliografia para a pesquisa levou-nos a perceber uma peculiaridade desta pesquisa: ela encontra sua base de construção no encontro de um acervo de gabinete de leitura; nossas fontes primárias são livros pertencentes a um destes acervos. Não trabalhamos com catálogos, até porque nunca os localizamos.

O nascimento desta pesquisa se deu, pois, com o achado do acervo do Gabinete de Leitura Ipuense, ocorrido em 2005 quando trabalhávamos no projeto de pesquisa “Imprensa e Vida Urbana”, sob a orientação da professora Dr^a Marta Emisia Jacinto Barbosa. Com este projeto, pretendíamos mapear os caminhos do livro e da imprensa na região norte do Ceará²⁹.

O acervo, conforme está indicado no terceiro capítulo deste trabalho, encontra-se sob a responsabilidade da Escola de Ensino Médio Auton Aragão, e os livros fazem parte do acervo da biblioteca daquela instituição de ensino. Em nenhum momento constatamos qualquer intenção de impedir o acesso ao

²⁷ BARREIRA, Dolor. *História da literatura cearense*. (ed. fac-similar). Fortaleza: Edições Instituto do Ceará/Imprensa Oficial do Ceará, 1987.p. 109.

²⁸ Id. Ibidem, p. 107 e TINHORÃO, José Ramos. *A Província e o naturalismo*. (ed. fac-similar). Fortaleza: NUDOC, UFC, Museu do Ceará, Arquivo Público do Estado do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006, p. 40.

²⁹ Este projeto contou com apoio financeiro da Fundação Cearense para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP e fez parte do Programa de Iniciação Científica da Universidade Estadual Vale do Acaraú.

material pesquisado. A receptividade a nós dispensada durante o trabalho de catalogação e registro fotográfico dos livros foi acompanhada de demonstrações de completo desconhecimento do que venha a ser uma pesquisa acadêmica, fato, aliás, plenamente compreensível em se tratando de uma pequena cidade do interior do Ceará, distante dos grandes centros de pesquisa.

Não fosse nossa presença por dois meses consecutivos, sempre à tarde, a Escola Auton Aragão talvez nunca tivesse se dado conta do valor daqueles velhos livros deixados não se sabia bem por quem, nem quando, nem para que serviram no passado. O trabalho de catalogação era acompanhado pelos olhares interrogativos dos alunos que, ao visitar a biblioteca, deparavam-se com aqueles velhos volumes, antes intocáveis, estendidos sobre uma mesa, exalando seu inconfundível cheiro de mofo, deixando fragmentos de papel envelhecido por todos os lados, com páginas quase a arrancar-se, perfuradas pelas traças, capas estragadas, amareladas ou amarronzadas pelo tempo.

Era um passado que se fazia ver em fortes lampejos. Decifrá-lo, atribuir-lhe algum sentido era o grande desafio. Em nenhum momento daquele ano tencionamos ler qualquer um que fosse daqueles velhos volumes. Havia algo mais interessante a atrair magneticamente a nossa atenção. Vários livros traziam rabiscos manuscritos a bico de pena, em caligrafia quase indecifrável aos nossos olhos de pesquisador inexperiente. Aos poucos e após horas de insistência, algumas daquelas anotações foram sendo “traduzidas”. Tratava-se de dedicatórias. Os livros haviam pertencido ao Gabinete de Leitura Ipuense e foram angariados por meio de doações. Esta foi a primeira conclusão a que chegamos após o exame de alguns daqueles volumes.

Outras descobertas foram sendo feitas. A convivência com o material foi permitindo a coleta de vários indícios. Sem saber, nos alinhávamos ao método indiciário tão bem compreendido e exposto por Carlo Ginzburg³⁰. A coleta destes indícios, porém, exigiu a elaboração da pesquisa em bases teoricamente mais sólidas, afinal, não chegaríamos a lugar algum se permanecêssemos estacionados no mundo das conjecturas e deduções a

³⁰ GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

partir da contemplação de velhas dedicatórias escritas há quase um século em nas páginas de livros doados a um gabinete de leitura.

Um segundo achado veio somar-se ao primeiro quando, em 2009, já cursando o mestrado, localizamos o acervo do Gabinete de Leitura Camocinense. A pesquisa já havia levantado algumas informações a respeito daquele gabinete e da própria cidade. Desde o início da pesquisa, Camocim atraiu nossa atenção pelo fato de abrigar o ponto inicial dos trilhos da Estrada de Ferro de Sobral e o porto. Era ali que se dava a ligação entre o transporte marítimo e o ferroviário, tornando aquele ponto importante para a compreensão da rede de comunicação em torno da circulação do livro que buscávamos mapear.

Os livros foram encontrados na sede da Associação Comercial de Camocim e ali procedemos ao trabalho de registro fotográfico dos mesmos. A partir do material visual produzido, empreendemos a catalogação daquele acervo, onde ficou patente a recorrência de títulos – especialmente de romances – já encontrados no Gabinete de Leitura Ipuense.

Configurava-se, pois, um caminho: investigar a constituição dos gabinetes de leitura tendo por base o exame de seus acervos, condição que demonstra a peculiaridade desta pesquisa. Enquanto os demais trabalhos a respeito dos gabinetes de leitura consultados foram formulados tendo como referência a consulta aos catálogos, partimos do contato com os livros propriamente ditos, ou melhor, com o objeto livro.

Foi preciso balizar a pesquisa, elegendo algumas categorias de análise para funcionar como guia ao seu desenvolvimento. Pensamos em primeiro lugar em enveredar pelos caminhos da história da leitura, como foi proposta por Chartier. Tal caminho se tornou inviável, pois percebemos que seu interesse, bem como seus métodos, passava muito distante daquilo que havíamos experienciado. Chartier se dedica à história da leitura enquanto prática social que ajuda a construir representações da realidade, reconstituindo a experiência do leitor com o texto. Foi neste que emperramos. Não havia como encarar, naquele momento, os volumes localizados na biblioteca escolar da Escola Auton Aragão como “textos”, mas como objetos materiais.

Dizendo com outras palavras, o valor heurístico que atribuíamos àqueles velhos livros passava bem distante da proposta de Chartier. Não nos

dávamos ao prazer de encarar aqueles livros como textos, questionando a experiência do leitor ao colocar-se em contato com eles, mas o que nos atraía era a possibilidade de, a partir dos indícios recolhidos, chegar a um mapeamento dos caminhos percorridos por aqueles objetos desde sua produção até a chegada ao acervo do gabinete de leitura, as muitas etapas que cumpriu, as várias mãos por que passou, os meios de transporte de que se utilizou.

Embora nos pareça muitíssimo interessante a proposta de Chartier de se pensar a história da leitura como uma história das práticas que levam à construção de sentidos, das maneiras como o leitor se apropria do texto – entendido como discurso – e se deixa conduzir a partir daí a novas formas de compreender a si mesmo e ao mundo em que vive³¹, estava cada vez mais claro que não era este o caminho.

A leitura de Robert Darnton veio apontar um caminho muito mais condizente com a forma pela qual pretendíamos trabalhar o objeto da pesquisa. O ensaio “O que é a história dos livros?” – já citado – confirmou nossa suposição de que seria mais adequado trabalhar sob o prisma da história do livro enquanto objeto material, e não da leitura enquanto prática social constitutiva de sentidos³².

Passamos, então, ao mundo da história do objeto livro decididos a investigar seus caminhos desde a produção até a entrada nos acervos dos gabinetes de leitura das cidades da região norte do Ceará.

No mesmo texto, Darnton nos apresenta um conceito que se tornou fundamental a esta pesquisa: redes de comunicação. Segundo ele,

“[...]... os livros impressos passam aproximadamente pelo mesmo ciclo de vida. Este pode ser descrito como um circuito de comunicação que vai do autor ao editor, ao impressor, ao distribuidor, ao vendedor, e chega ao leitor. [...] Assim o circuito percorre um ciclo completo. Ele transmite mensagens, transformando-as durante o percurso, conforme passam do pensamento para o texto, para a letra impressa e de novo para o pensamento.”³³

³¹ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. 2 ed. Lisboa: Difel, 2002, p. 24.

³² DARNTON, Robert. Op. cit.

³³ Id. Ibidem, p. 125.

Empreendemos a busca de fazer o mapeamento, buscando nos indícios recolhidos nas páginas dos livros, de uma rede de comunicação que visualizamos na região norte do Ceará entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX:

A pesquisa passou a caminhar utilizando-se do conceito de rede de comunicação. Surgiu, então, a necessidade de delimitar, fazer os recortes temporal e espacial. A situação das fontes – disponibilidade e acesso – acabou por constituir fator determinante na elaboração final dos recortes.

Ao fim e ao cabo, a pesquisa elegeu como recorte espacial a região norte do Ceará. Esta nomenclatura designa, desde o final do século XIX, as cidades de Camocim, Granja, Sobral, Ipu, Acaraú, Santana do Acaraú, Massapê, e as localidades de Riachão e Pitombeiras. Quase todas foram contempladas com a construção de estações da Estrada de Ferro de Sobral e se tornaram pontos de passagem para os trens que faziam a ligação entre o porto de Camocim e o sertão.

A Estrada de Ferro de Sobral teve sua construção iniciada em 1879. A estação de Camocim foi inaugurada em 1881, mesmo ano em que começaram a circular os trens, inicialmente chegando apenas à segunda estação do percurso: a estação de Granja. À medida que os trilhos iam sendo colocados e as condições de tráfego se configuravam, o trem ampliava seu alcance pelo “sertão” adentro. Sua chegada tinha como resultado profundas mudanças no que se refere ao transporte utilizado para o trânsito de mercadorias e pessoas entre o interior e o litoral do norte cearense³⁴.

Em 1894, os trilhos da Estrada de Ferro de Sobral chegaram à cidade de Ipu, ponto limite de nosso recorte espacial. Interessa-nos, pois, perceber a configuração de uma rede de comunicação baseada na circulação e distribuição de livros entre o porto de Camocim e as cidades de Granja, Sobral, Ipu e Viçosa.

Camocim constitui, pois, o ponto inicial do percurso feito pelos livros após sua chegada àquele porto a bordo dos navios das companhias de navegação a vapor que o incluíam em seus trajetos. A interligação entre os

³⁴ O processo de construção e a trajetória da Estrada de Ferro de Sobral encontram-se em OLIVEIRA, André Frota. *A Estrada de Ferro de Sobral*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda., 1994.

trens e os paquetes a vapor acontecia em Camocim. Dali, uma diversidade de mercadorias importadas, inclusive livros, ganhava o interior a bordo do trem ou, no caso de Viçosa, em lombos de burros e jumentos conduzidos por estafetas cujo ofício compreendia a realização semanal do percurso de ladeiras que ligava a cidade de Viçosa – sobre a Serra da Ibiapaba – à cidade de Granja.

A percepção deste trajeto se deu a partir do contato com a documentação contábil deixada pelas firmas comerciais *Carvalho Motta & Irmão* e *Ignacio Xavier & Cia*, ambas estabelecidas na cidade de Granja³⁵. Percorrendo os livros copiadores de cartas da praça, chamou-nos a atenção a constante menção feita aos vapores chegando e partindo de Camocim. Pudemos perceber o quanto o porto se tornou vital para o funcionamento da economia de uma cidade comercial como Granja. As cartas também permitiam visualizar toda uma rede de comunicação estabelecida entre a *Ignacio Xavier & Cia* e uma infinidade de outras firmas comerciais localizadas em vários pontos do estado do Ceará. Predominavam nesta rede de contatos as cidades da região norte. As próprias cartas, como não poderia deixar de ser, eram transportadas pelo trem.

O contato com jornais publicados na cidade de Sobral reforçaram a importância do transporte marítimo e ferroviário para a circulação de mercadorias e pessoas na região. Os jornais foram chegando e trazendo à tona novas facetas dos gabinetes de leitura. Foi por meio deles que chegamos a constatar a existência de gabinetes de leitura em Sobral, Viçosa, Granja e Camocim. O prosseguimento da pesquisa se baseou no rastreamento da presença destes gabinetes na imprensa da região, recolhendo todas as pequenas notas, notícias e menções a eles feitas pelos jornais.

Aos jornais somamos os livros de memória, percorrendo as cidades em busca de publicações de autores locais voltadas para sua história. Sabemos, no entanto, do risco implicado no uso destas fontes, tanto que as usamos com muita moderação ao longo deste trabalho. Especialmente para este tipo de

³⁵ Os livros contábeis das firmas *Carvalho Motta & Irmão* e *Ignacio Xavier & Cia* foram entregues ao Núcleo de Práticas e Documentação da História Regional – NEDHIR – no ano de 2005, momento em que procedemos a uma catalogação e análise inicial daquele material. Em 2010, retornamos ao NEDHIR e pudemos analisar mais calmamente alguns livros da *Ignacio Xavier & Cia*, ocasião em que não apenas reforçamos as conclusões prévias elaboradas no primeiro contato, mas também descobrimos indícios ainda mais reveladores acerca da circulação de livros pelos estoques destas firmas.

fonte, realizamos intenso e criterioso esforço de cruzamento de informações, comparando as versões apresentadas pelos livros de memória e pelos jornais contemporâneos aos fatos, sempre buscando descortinar as intencionalidades dos autores, evitando cair em suas armadilhas.

Após percorrer as fontes, a delimitação espacial resultou naquilo que os jornais da época chamavam de “região norte” ou “zona norte”. Deste espaço, pinçamos as cidades onde ocorreram os gabinetes de leitura, a saber: Camocim, Granja, Viçosa, Sobral e Ipu.

Camocim localiza-se a 347 km de Fortaleza e começou a se constituir enquanto núcleo de povoação no final do século XVIII, graças à habilidade do prático Gabriel Rocha, o qual teria contribuído para consolidar a imagem da cidade como porto³⁶.

Na segunda metade do século XIX, Camocim já era enxergada como ponto natural de ligação entre a serra da Ibiapaba e o litoral, tanto que o Governo Imperial, já em 1857, teria concedido ao Thomas Dixon Lowden, o privilégio por cinquenta anos para a construção de uma estrada de ferro ligando Camocim a Ipu³⁷. A intenção deste projeto inicial - o qual antecede o segundo em quase trinta anos – parece ser claramente a ligação entre a Ibiapaba e o litoral.

Em 1879, a construção da Estrada de Ferro de Sobral adota Camocim como ponto de partida dos trilhos. Ali foi construída a bela Estação da Estrada de Ferro de Sobral – ainda hoje preservada – bem como os prédios que seriam ocupados pelas oficinas mecânicas, onde eram feitos os trabalhos de montagem e manutenção das locomotivas. Também foram construídas residências para os altos funcionários da ferrovia – diretores, agentes, engenheiros, contadores, etc. – e a grande “gare”, ou seja, um imenso galpão onde as locomotivas “estacionavam”. Ali ficava o ponto final dos trilhos

³⁶ GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. *O Ceará*. 3 ed. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1966.

³⁷ IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, vol. XVI, IBGE, 1959, citada por <www.estacoesferroviarias.com.br/ce_sobral/camocim.htm>; OLIVEIRA, André Frota. Op. cit.; *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Camara dos Srs. Deputados. Sessão de 1858. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C., 1858, p. 248. Download da versão deste documento em pdf disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=exdAAAAAYAAJ&pg=PA248&lpg=PA248&dq=dixon+lowden+decreto+1983&source=bl&ots=4AEf5w4qyY&sig=zjKEIVuxWkmEXJtzlENxaXEtio&hl=ptBR&ei=5IRoS7_3N4yWtgehWYznBg&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=2&ved=0CAkQ6AEwAQ#v=onepage&q=dixon%20lowden%20decreto%201983&f=false>.

propriamente dito. Este conjunto fica vizinho às docas, onde os paquetes faziam o embarque e desembarque de passageiros e mercadorias, os quais eram recambiados para o trem e vice-versa.

A paisagem de Camocim é marcada pela presença do manguezal que ladeia as margens da foz do rio Coreaú. A produção de pescado para exportação ainda hoje constitui uma atividade importante na cidade. Mas, no período que interessa à pesquisa, Camocim encontrava-se em pleno desenvolvimento graças à sua posição de entroncamento entre a via férrea e a via marítima.

Para se ter uma ideia da importância de Camocim no período, basta considerar que a ligação entre as pequenas cidades e vilas da região norte e a capital do estado era feita por terra e mar, ou seja, por meio da estrada de ferro e dos vapores que navegavam pelo litoral da região Nordeste. Desta forma, Camocim recebia vapores oriundos do Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Fortaleza, São Luís, Parnaíba, etc.

A presença dos trens e sua interseção com os navios contribuiu para que Camocim se tornasse um pequeno centro cosmopolita como, de resto em menor grau, acabou por ocorrer com as demais cidades alcançadas pelos trilhos da ferrovia sobralense.

Com a desativação do ramal da Estrada de Ferro, Camocim perdeu muito de sua conexão com as demais cidades da região, permanecendo mais ligada a Granja e as pequenas cidades que se colocaram entre ela e Sobral. O turismo de praia atualmente contribui para que Camocim experimente certo adiantamento em relação às suas vizinhas. Apesar das vicissitudes da política partidária, respira certo ar de cidade turística, ostentando hotéis, resorts e toda uma estrutura voltada para a recepção ao visitante estrangeiro.

No que tange à extensão territorial, Granja é um dos maiores municípios do Ceará e localiza-se a 322 km de Fortaleza. No entanto, ressentese de grande atraso em relação a um pretense passado progressista. Não se sabe exatamente em que fase de sua história Granja teria atingido esta condição de progresso, uma vez que o próprio Antônio Bezerra de Menezes, em sua visita à Região Norte, já havia comentado o caráter “vetusto” da cidade de Granja. Curiosamente, Bezerra atribuiu o atraso de Granja, já em finais do século XIX, à sua proximidade em relação a Camocim, nestas palavras:

“Granja estacionou, e mais do que qualquer outro ponto do interior, vai decaindo consideravelmente por causa talvez da aproximação do Camocim, que lhe rouba as fontes de riqueza, atraindo todo o comércio das localidades circunvizinhas.

Além do aspecto vetusto e sombrio da cidade, a falta de asseio ainda a torna mais desagradável; porquanto o lixo se acumula nas praças, onde manadas de porcos revolvem o terreno, infeccionando o ar.”³⁸

Além de ser um dos maiores municípios em extensão territorial, Granja também foi uma das mais antigas vilas do Ceará. Foi destinada para sede da Freguesia de Santo Antônio em 30 de agosto de 1757 e elevada à categoria de vila em 1776³⁹, apenas três anos após a criação da Vila Distinta e Real do Sobral.

Se levarmos em consideração as palavras de Antônio Bezerra, seremos levados a concluir que, ao contrário das demais cidades e vilas da região norte alcançadas pela Estrada de Ferro de Sobral, Granja teria sofrido um efeito reverso, ou seja, ao invés de experimentar o progresso, teria sofrido um declínio em face da maior aproximação em relação a Camocim e à facilidade de transporte trazida pelo trem. Vale lembrar que a cidade foi desmembrada de Granja. Ou seja, quando ela e as demais da região começam a engrenar sua marcha progressista, Granja inicia um longo período de retração.

³⁸ BEZERRA, Antônio. *Notas de Viagem*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1965, p. 31. Em 1884, Antônio Bezerra de Menezes, por incumbência do governo provincial, percorreu a região norte do Ceará, partindo de Camocim, passando pelas localidades da região, incluindo aquelas sobre as quais se debruça a pesquisa. Sua missão era colher dados estatísticos, mas sua curiosidade não permitiu que se mantivesse restrito ao mero cumprimento de sua tarefa burocrática. Ao partir de Fortaleza rumo a Camocim, tratou de anotar suas impressões a respeito do que via e ouvia na viagem, prestando, assim, sua colaboração com um gênero literário bastante produzido e consumido no século XIX: a literatura de viagem. Em suas notas, registrou suas impressões acerca dos lugares visitados e das pessoas com quem travou contato. A publicação destes registros foi feita inicialmente em forma de folhetim no jornal *Constituição*, entre os anos de 1884 e 1885. A primeira edição em livro saiu em 1899, pela Tipografia Econômica, de Fortaleza. A segunda edição foi publicada em Lisboa, em 1915. Na década de sessenta do século passado, o livro *Notas de Viagem* constituía uma raridade bibliográfica e assim continuaria não fosse a iniciativa da Imprensa Universitária do Ceará a qual, por ocasião do décimo aniversário de instalação da Universidade Federal do Ceará, resolveu editar alguns títulos considerados raros na época. Entre eles, foi republicado o livro de Antônio Bezerra, em sua terceira edição, com prefácio de Raimundo Girão. O olhar de Bezerra sobre as cidades e vilas da região norte do Ceará é, essencialmente, mais um olhar de naturalista do que de historiador. Sua atenção recai sobre as espécies vegetais e animais, as características do solo e outros aspectos naturais sobre os quais escreve a maioria das páginas do seu relato.

³⁹ MARTINS, Padre Vicente. Notícia Histórico-Chrographica da Comarca de Granja. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, tomo XXV, p. 322, 1912.

A cidade de Viçosa do Ceará originou-se da antiga Aldeia da Ibiapaba, fundada pelos jesuítas em meados do século XVII. Em 1759 foi elevada à categoria de vila com o nome de Vila Viçosa Real e à categoria de cidade em 1882⁴⁰. Viçosa localiza-se a 344 km de Fortaleza.

Com a construção da Estrada de Ferro de Sobral, Viçosa pôde beneficiar-se indiretamente do incremento à comunicação e ao comércio trazido pelo trem. O ponto de ligação era a estação ferroviária de Granja, a cerca de setenta quilômetros. As mercadorias remetidas para Viçosa eram desembarcadas na estação onde as aguardavam os estafetas que as deveriam transportar ladeira acima em lombo de burros e jumentos. Algumas mercadorias mais delicadas eram transportadas em ombro humano.

Por ocasião de nossa primeira visita a Viçosa, tivemos a oportunidade de conversar com o Sr. Felizardo de Pinho Pessoa Filho, filho do major Felizardo de Pinho Pessoa. As primeiras palavras de seu depoimento foram “ – Esta vila sempre teve um certo ar aristocrático!” Estas palavras iniciais deram o tom da impressão que o entrevistado se esforçaria por transmitir ao longo da agradável conversa que tivemos.

A aparência da cidade causa boa impressão. A Praça Clovis Bevilacqua, ou Praça da Matriz, é rodeada de casarões do período colonial, alguns cuidadosamente preservados. Por ocasião da revitalização do turismo na cidade e da ação do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional –, muitos destes casarões foram tombados, causando certa revolta da parte dos seus proprietários. Processos judiciais acabaram por ser deflagrados. O caso mais emblemático é o do prédio do Teatro Pedro II, cuja propriedade foi reivindicada pela família Pinho – a do nosso entrevistado – a qual entrou com ação na Justiça pedindo o embargo das obras de restauração. O caso ainda não foi resolvido e o prédio definha, vítima da ação do tempo e do descaso dos seus pretensos proprietários.

Sobral localiza-se a 244 km de Fortaleza e surgiu de uma povoação constituída em torno da Fazenda Caiçara. Em 1773 foi elevada à categoria de vila e a cidade em 1841⁴¹. Seu desenvolvimento econômico passou pelas

⁴⁰ BEZERRA, Antonio. Op. Cit. p. 115 e GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antonio. Op. Cit. p. 511.

⁴¹ GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antonio. Op. Cit. p. 504.

charqueadas no século XVIII, pelo crescimento do comércio e o ciclo do algodão no século XIX. Ao longo do século XX, como já vimos, Sobral tratou de consolidar sua posição de maior cidade da região norte.

Atualmente, seu caráter polarizador em termos econômicos justifica-se pela larga oferta de produtos e serviços, atraindo também grande número de trabalhadores em busca de emprego em suas indústrias, especialmente na filial da Grendene S/A. Esta indústria tem atraído para Sobral grande quantidade de trabalhadores oriundos das cidades da região norte em busca de um posto na linha de produção. Ali, são submetidos às duras condições do trabalho fabril em troca de um salário mínimo e vales de alimentação, condição considerada privilegiada tendo em vista a escassez de emprego verificada nas pequenas cidades da região.

Sobral, à semelhança de Viçosa, também promoveu o tombamento de vários imóveis localizados no centro da cidade. É comum se ver em suas ruas prédios antigos razoavelmente preservados abrigando empresas comerciais.

A disputa pela hegemonia regional já podia ser verificada nas pressões exercidas pelos sobralenses no tocante à necessidade de constituir um ponto de ligação entre a Estrada de Ferro e a Serra da Ibiapaba⁴². Uma das justificativas para a construção da ferrovia sobralense era a necessidade de facilitar o escoamento da produção agrícola e pecuária verificada na serra. O traçado da ferrovia, no entanto, acabou por distanciar-se, especialmente no ponto em que toca a cidade de Sobral, do sopé da Ibiapaba.

No entanto, o que se verifica na imprensa é uma forte pressão exercida por Sobral no sentido de que ali é que devia se constituir o ponto de ligação entre a serra e a ferrovia, a ser concretizada por meio da construção de uma estrada de rodagem ligando Sobral à Ibiapina, sobre a Ibiapaba.

A construção da Estrada de Rodagem Ipu-São Benedito despertou preocupação entre os sobralenses, visto que a cidade de Ipu passou a reivindicar para a si a estatuto de principal ponto de ligação entre a Ibiapaba e a Estrada de Ferro. Considerando-se a configuração geográfica da Região, percebe-se facilmente as vantagens da cidade de Ipu em relação a Sobral no

⁴² A secca do nordeste. *A Ordem*, Sobral, 4 abr 1919, p. 1 e A E. de rodagem Ipu-S. Benedito. *Correio do Norte*, Ipu, 23 mar 1922, p. 1.

que tange à questão de se estabelecer um ponto de ligação entre a serra e a ferrovia.

A zona urbana da cidade de Ipu localiza-se a meros dois quilômetros da encosta da serra, sendo ponto de chegada de várias ladeiras, além do que o traçado da estrada de rodagem que se estava a construir apresentava-se um nível de risco muito menor se comparado ao traçado de estrada que se construía entre Sobral e Ibiapina⁴³. Tal ocorre ainda hoje, quando a rodovia CE-253, especialmente no trecho que compreende a ladeira que liga Ibiapina a Mucambo⁴⁴ apresenta trechos de alto risco sendo, inclusive, proibido ali o tráfego de caminhões e ônibus. Ao mesmo tempo, a atual rodovia CE-187, que liga Ipu a São Benedito, herdeira do traçado da antiga E.R. Ipu-São Benedito, apresenta nível de risco consideravelmente menor.

Outro ponto de disputa entre Sobral e Ipu configurou-se em torno da escolha desta por parte do engenheiro-chefe da Estrada de Ferro do Sobral para pernoite dos trens que partiam de Camocim com destino a Ibiapaba⁴⁵. O trem partia por volta das seis horas da manhã, chegando a Sobral por volta do meio dia e a Ipu por volta das seis da tarde. Desta forma, pareceu simples ao engenheiro determinar que o trem pernoitasse em Ipu.

No entanto, os sobralenses reivindicaram para si o pernoite, tendo em vista a possibilidade de incremento a vários setores da economia que tal representava. Basta considerar que os passageiros em trânsito necessitariam acomodar, alimentar e, em certos casos, procurariam varias foras de lazeres noturnos durante o dito pernoite. As pensões, hotéis, casas de bilhar, e estabelecimentos semelhantes seriam bastante beneficiados. Sobral queria isto para si e, ao que tudo indica, acabou por conseguir, dada a maior representatividade política, considerando que dispunha, inclusive, de deputados federais, o que não era o caso da pequena cidade de Ipu⁴⁶.

Ipu localiza-se a 288 km de Fortaleza.

⁴³ Ibiapina é uma cidade localizada na Serra da Ibiapaba a 338 km de Fortaleza.

⁴⁴ Mucambo é uma cidade localizada no sopé da Serra da Ibiapaba, ligada a Ibiapina pela CE-253 e distante de Fortaleza 274km.

⁴⁵ Pequena localidade situada no vale do Rio Poti, último ponto atingido pelo trem antes de penetrar no território do Piauí e ponto final dos trens de passageiros que partiam de Camocim.

⁴⁶ E esta agora!... *Correio do Norte*, Ipu, 13 jan 1922, p. 2 e E. F. Sobral, *Correio do Norte*, Ipu, 08 fev 1923, p. 1.

Ao longo do século XVIII não passou de um pequeno povoado e foi palco de grandes correrias de bandos armados que punham sua pequena população em constante alerta contra os tiroteios que não raro ali se deflagraram. Conflitos entre os antigos clãs familiares da região ocorriam constantemente gerando o embate entre bandos de “cabras” armados chefiados por potentados locais. Episódios violentos como o sangrento ataque à Cadeia Pública por membros da família Mourão em 1845 levaram a pequena vila do Ipu às páginas da imprensa da capital, momento em que seu futuro foi deplorado imensamente⁴⁷.

Durante a segunda metade do século XIX, a vila viu seu comércio se desenvolver a partir do ciclo do algodão, enquanto as primeiras práticas ligadas à cultura letrada começaram a surgir. O primeiro gabinete de leitura foi fundado na década de 1880. A constituição de sua primeira diretoria ocorreu em 1886, ano em que se celebrou a elevação da vila à categoria de cidade. Não por acaso, o Gabinete Ipuense de Leitura servia de sede à programação cívica elaborada para aquela solenidade⁴⁸.

Em 10 de outubro de 1894, foi inaugurada a estação da Estrada de Ferro de Sobral, momento em que a cidade celebrou como a chegada do progresso, representado pelo trem de ferro. A virada do século XIX para o XX foi período de grande e rápido crescimento econômico para a cidade, acompanhado de algum fervor intelectual, materializado na publicação de jornais e na revitalização do Gabinete de Leitura em 1919.

A partir da construção da rodovia federal BR-222, a ligação entre Fortaleza e Teresina/PI passou a ser feita pelo lado norte da Serra da Ibiapaba. Ao passar por Sobral, a rodovia federal toma o rumo de Tianguá, subindo a serra pela Ladeira do Acarape. Esta cidade, a partir de então, experimentou um crescimento considerável em relação às demais da própria serra e da região norte de um modo geral.

Atualmente, Ipu se caracteriza como a típica cidade que percebe o quanto poderia ter crescido, mas não o fez ninguém sabe dizer por quê. Apesar do crescimento do comércio, Ipu se ressentiu de um grande acanhamento

⁴⁷ MACEDO, Nertan. *O bacamarte dos Mourões*. 2 ed. Rio de Janeiro: Renes, 1980.

⁴⁸ SOUSA, Eusébio de. Op. cit.; ARAUJO, Antonio Marrocos de. Gabinete de Leitura Ipuense. *Revista dos Municípios*. Fortaleza, n. 1, p. 43, 1929.

intelectual e político. A maioria dos prefeitos que ultimamente administrou a cidade conseguiu manter um padrão inacreditável de ineficiência e corrupção, mergulhando-a num ostracismo e num atraso lamentável. Ao contrário de suas congêneres ibiapabanas, Ipu assiste cada vez mais a uma verdadeira diáspora de capital humano e material.

A disponibilidade de fontes acabou por influenciar grandemente a delimitação do recorte temporal, o qual tem como data inicial o ano de 1877, quando foi fundado do Gabinete de Leitura Sobralense, o primeiro da região norte. Como ponto final, estabelecemos o ano de 1919, quando foi fundado o Gabinete de Leitura Ipuense.

O recorte compreende o último quartel do século XIX e as duas primeiras décadas do XX. Temos aí um período marcado por transformações nas cidades alcançadas pela pesquisa. Entre os motivos destas transformações identificamos o incremento dos transportes a partir da construção da Estrada de Ferro de Sobral. Por outro lado, com ou sem a ferrovia, o fato é que a circulação de livros e demais materiais impressos dados a ler também funcionam como fator que contribuiu para o aceleração do processo de desenvolvimento econômico e cultural destas cidades.

Sem dúvida, a virada do século representou para estas cidades um momento de mudanças significativas em sua configuração social, política, cultural e econômica. No âmbito social, assiste-se a um tímido esforço de aburguesamento das pequenas elites locais, oriundas dos tempos da colonização, distintas pela posse da terra. No âmbito político, assiste-se a uma penetração lenta, mas definitiva do Estado como detentor do poder de mando, substituindo os antigos mandatários locais, os quais se viram na contingência de aliar-se a ele, vinculando sua influência antes exercida por meio da força ao poder estatal, baseado no aparato legal.

No âmbito cultural, assistiu-se aos esforços de uma espécie de elite dentro da elite local. Era o pequeníssimo grupo da elite letrada esforçando-se por difundir entre a população os rudimentos do letramento, esforço este motivado pelo desejo de apresentar uma nova justificativa para a sua proeminência sobre aquelas sociedades, proeminência antes conquistada pelo uso da força e da violência.

No âmbito econômico, assiste-se a um rápido desenvolvimento do comércio. As firmas comerciais brotam e algumas conseguem certa longevidade, todas movimentando o comércio de importação e exportação – importação de produtos industrializados europeus e exportação de produtos primários, resultantes da agricultura sertaneja (algodão) – colocando-se na condição de usuárias dependentes do bom funcionamento do sistema de transportes formado pela conjugação do trem e dos vapores.

O comércio livreiro, por sua vez, penetra timidamente na região norte, materializando-se em estabelecimentos cujos estoques contavam com a presença de livros, especialmente de livros didáticos, livros de devoção, cartilhas escolares, cartas de ABC, tabuadas, etc. As firmas comerciais apresentam-se, pois, como pontos de passagem do objeto livro – ou mercadoria livro – em seu percurso dentro da rede de comunicação que identificamos na região.

A pesquisa concentrou-se na busca do contato com a materialidade do livro, por isso nos esforçamos por identificar, acessar e catalogar acervos, sempre atentos à presença de pequenos indícios indicadores dos caminhos percorridos pelos livros. Tal esforço demandou muitas investigações e reflexões antes de chegarmos à delimitação final dos recortes, o que só foi possível após o levantamento de uma vasta gama de informações. O produto deste amplo levantamento foi propositalmente contido, uma vez que preferimos estruturar o trabalho de forma a ir sempre direto ao ponto.

Procuramos evidenciar a configuração de uma rede de comunicação a partir da constatação da passagem dos livros contidos nos acervos dos gabinetes de leitura por vários pontos. A imprensa, por sua vez, nos forneceu preciosas informações acerca da presença dos livros nos estoques das firmas comerciais, no que foi ajudada pela documentação contábil da firma *Ignacio Xavier & Cia.*

O primeiro capítulo chama-se “Livro e redes de comunicação: gabinetes de leitura na região norte do Ceará”. Seu propósito é apresentar o resultado da pesquisa no que concerne à trajetória dos gabinetes de leitura caso a caso. Ali, apresentamos aquilo que as fontes nos deixaram entrever acerca de quem foram os seus fundadores e quando foram fundados. Além disso, discutimos as formas de aquisição dos livros pelos acervos,

apresentando, com base nas dedicatórias reunidas, que as doações constituíam importante forma de incremento do acervo dos gabinetes, ao lado das aquisições por compra. Neste momento já se torna possível apresentar as primeiras constatações acerca da circulação dos livros, pela identificação de alguns de seus pontos de passagem.

Outros pontos surgem em anotações diversas encontradas nos livros, algumas indicando pertenças anteriores, possibilitando identificar com mais precisão os caminhos anteriormente percorridos. Os carimbos das livrarias também permitem entrever pontos por onde os livros passaram antes de sua aquisição pelo leitor final e a posterior doação ao gabinete de leitura,

O primeiro capítulo apresenta ainda uma discussão a respeito dos cursos noturnos de alfabetização, uma iniciativa levada a efeito pelos sócios dos gabinetes de leitura e que constituía sua principal contribuição ao desenvolvimento de suas cidades. Analisamos especialmente o caso de Viçosa, onde o curso noturno criado pelo Gabinete de Leitura Viçosense surge como um dos principais fatores a contribuir para a consolidação daquele gabinete.

O segundo capítulo chama-se: “O circuito do livro na região norte: tipografias, casas comerciais, livrarias e gabinetes de leitura”. Seu propósito é a busca por evidências da circulação do livro pelas cidades da região norte. Nesta seção, indicamos os principais pontos de passagem do livro ao identificar vários pontos de venda, constatando a existência de alguns estabelecimentos comerciais integrantes do comércio livreiro na região.

Embora tenhamos identificado poucos estabelecimentos que se apresentavam como “livrarias”, a presença do livro foi percebida nos estoques de estabelecimentos diversos. As firmas comerciais especializadas no comércio de importação e exportação atuavam numa gama muito variada de atividades, desde a concessão de empréstimos em dinheiro até a compra da produção agrícola local, passando pelo comércio varejista de produtos importados, incluindo aí itens do vestuário masculino e feminino, cosméticos, material de construção, combustíveis, produtos artesanais da própria região e, em meio a tudo isso, livros e materiais de expediente destinados aos profissionais liberais e aos pequenos escritórios de advocacia, consultórios, médicos, cartórios e repartições públicas. Desta forma, em meio a livros

copiadores, penas, tinteiros, lápis e resmas de papel, apareciam livros didáticos e de devoção, manuais de missa e cartilhas, tudo incluso no setor de livraria, um dos vários que compunham os vastos armazéns das firmas comerciais.

A consulta aos jornais da época revelou anúncios de livrarias, alguns citando títulos disponíveis aos leitores para compra. Foram os poucos exemplos de estabelecimentos que se apresentavam como livrarias. No entanto, conforme constatamos, a pouca presença destes estabelecimentos na região não significa que não tenha havido a circulação do livro. Ao contrário, desde o primeiro contato com os acervos, se tornou claro que os livros circulavam pela região. Identificar seus pontos de venda, distribuição e produção é a meta deste capítulo, resultado na configuração de uma rede de comunicação cujo traçado enxergamos nos múltiplos caminhos do livro.

Aproveitamos este capítulo para apresentar um ponto de produção de livros identificado pela pesquisa. Trata-se da tipografia do jornal *Patria*, publicado em Sobral entre os anos 1910 e 1915. O caso desta tipografia nos leva a pensar no importante papel que estes estabelecimentos e os profissionais neles empregados desempenharam no processo de distribuição do livro na região.

Constatamos ainda que as tipografias funcionavam como ponto de vendas de livros, revistas e jornais, incluindo aí os livros usados. Desta forma, percebemos que estes estabelecimentos não se limitavam à produção de material impresso, mas atuavam como pontos de distribuição e, em certos casos, como espaço de socialização da cultura letrada.

Até aqui, o trabalho busca evidenciar a constituição de uma rede de comunicação procurando, com base na reunião dos indícios recolhidos juntos aos livros dos acervos dos gabinetes de leitura de Camocim e Ipu, mapear os caminhos do livro, levando em conta sua passagem por livrarias, firmas comerciais e acervos particulares, etapas cumpridas antes da chegada aos gabinetes.

O terceiro capítulo chama-se “Por dentro dos acervos: romances, leitura e memória” e busca mostrar os acervos por dentro, comentando sua organização, o estado em que se encontram, as condições de guarda e conservação, os riscos que correm e sua relação com a memória local,

destacando o fato de, nos dois casos em que os acervos foram localizados, estarem relegados ao esquecimento.

De nossa parte, porém, encaramos o esquecimento a partir da perspectiva apresentada por Ulpiano T. Bezerra de Menezes quando diz:

“Se a memória costuma ser automaticamente correlacionada a mecanismos de retenção, depósito e armazenamento, é preciso apontá-la também como dependente de mecanismos de seleção e descarte. Ela pode, assim, ser vista como um sistema de esquecimento programado. Sem o esquecimento, a memória humana é impossível.”⁴⁹

Não é o propósito primordial deste trabalho empreender uma luta contra o esquecimento a que foram relegados os gabinetes de leitura, mas perceber o quanto este esquecimento possa até mesmo ter contribuído para a preservação descuidada de ao menos uma parte de seus acervos.

Nem tudo foi descarte. Veremos neste capítulo como alguns acervos se tornaram objeto de conflitos após o encerramento dos gabinetes. Nestes casos, o esquecimento não foi total e a sua retenção na memória local serviu para alimentar conflitos cuja origem se encontra nos embates políticos, servindo como argumento na sórdida luta pelo acesso ao poder público, anseio de elites locais acostumadas ao clientelismo político tão comum no interior do Ceará.

Este capítulo também apresenta um arriscado esforço de classificação dos livros dos acervos e o faz dividindo-os em grupos. Neste ponto, um deles se destaca: os romances. A presença de romances oriundos da literatura francesa e portuguesa, muitos em edições traduzidas, seguidos por obras de autores ingleses e brasileiros, nos ajuda a perceber um pouco da leitura proposta pelos gabinetes de leitura.

Ao lado dos romances, figuram os livros históricos, grandes coleções de história do Brasil e história universal. No entanto, mesmo constatando a predominância do romance seguida pelos livros de história, nunca é demais lembrar que o ecletismo é uma marca destes acervos. Era possível ler de tudo num gabinete de leitura, desde romances a almanaques, passando por

⁴⁹ MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A História, cativa da memória? *Rev. Inst. Est. Bras.* São Paulo, nº 34, p. 16, 1992.

coletâneas de poesia, livros a respeito de política, direito, psicologia, anatomia, crítica literária.

À semelhança dos gabinetes de leitura da Europa do século XVIII, havia o desejo de incrementar o acervo. No entanto, tal pretensão necessitava de adequar-se ao capricho dos doadores, os quais apareciam apenas nos primeiros anos da trajetória dos gabinetes. Nesta situação, os gabinetes de leitura da região norte foram vivendo sua experiência carregada de especificidade, uma vez que, diferente da Europa, o livro que por aqui chegava havia percorrido um longo caminho e a busca por estes caminhos constitui a essência desta pesquisa.

CAPÍTULO I

Livro e rede de comunicação: gabinetes de leitura na região norte do Ceará

Os gabinetes de leitura surgiram na região norte a partir do terceiro quartel do século XIX num momento em que a circulação do livro ainda não contava com um elemento facilitador: a ferrovia.

Por outro lado, é preciso reconhecer o fato de o comércio livreiro na região nunca ter atingido um grau de desenvolvimento e organização que se possa comparar ao alcançado por cidades como o Rio de Janeiro, Recife e Fortaleza.

A falta de informações que permitam afirmar com algum grau de certeza que os livros eram “importados” diretamente das editoras europeias pelos consumidores da região norte sugere a existência de vias alternativas para sua entrada no circuito. É preciso deixar claro que, apesar de certa dificuldade em precisar as etapas e os meios de transporte do livro entre a Europa e as cidades da região norte, o fato é que os livros chegavam, o que pode ser comprovado pela existência dos acervos localizados nesta pesquisa.

Neste primeiro capítulo, o propósito é apresentar os gabinetes de leitura e seu processo de organização, envolvendo a formação das diretorias e o esforço destas na aquisição dos livros para composição dos acervos. Perceberemos neste primeiro momento que os volumes eram provenientes de doações, o que equivale a dizer que já haviam passado pela mão de um leitor final, um adquirente que os havia comprado a uma livraria ou recebido de presente de um amigo ou parente.

Quando o livro chegava às estantes do gabinete de leitura, encerrava-se um longo caminho, desde a sua produção material em tipografias europeias, sua publicação – o que se dava não raras vezes em conjunto no Rio de Janeiro e em Paris, Lisboa ou Porto¹ – e sua passagem pelos estoques de várias

¹ As publicações em conjunto, como etapa do processo de constituição do mercado editorial nacional, se intensificam no início do século XX, quando os editores brasileiros estreitam parcerias cada vez mais consistentes com importantes casas editoras européias. Francisco Alves, por exemplo, adquiriu a livraria portuguesa “A Editora” e parte da antiga Livraria Bertrand; em Paris, adquiriu a Livraria Aillaud. BRAGANÇA, Aníbal. A política editorial de

livrarias estabelecidas no Rio de Janeiro e dali pelas capitais das províncias – Salvador, Recife, Manaus, Belém, Fortaleza.

Os gabinetes de leitura constituem uma espécie de ponto final de um longo circuito. Em suas estantes, os livros encontram um ponto de permanência prolongada e indefinida. Alguns acervos já contam mais de um século de existência. A data da maioria das dedicatórias remonta à segunda década do século XX.

As questões que originaram este trabalho surgiram em consequência do contato com estes livros e da visualização dos indícios neles contidos no que concerne à sua circulação, aos diversos lugares por onde passaram no longo caminho até a chegada aos gabinetes de leitura.

Não deixaremos, todavia, de traçar alguns comentários reveladores da importância da ferrovia e da navegação a vapor no processo de desenvolvimento dos transportes na região norte, entendendo a circulação dos livros como um dos movimentos beneficiados pelo implemento destes meios de transporte que constituíam o que havia de mais moderno no período a que aqui nos reportamos.

1.1 Notícias sobre a trajetória dos gabinetes de leitura na região norte

O primeiro gabinete de leitura da Região Norte foi fundado em Sobral. O jornal *O Sobralense*, em edição do dia 18 de fevereiro de 1877, trouxe a seguinte notícia: “Terá lugar hoje a instalação do Gabinete Sobralense de Leitura nesta cidade; é de esperar que esta útil instituição encontre nos Sobralenses o apoio que merece”². O referido Gabinete teve sua sede instalada no pavimento térreo do prédio da Casa de Câmara e Cadeia. Seu fundador foi o Dr. José Júlio de Albuquerque Barros, o qual, cerca de um ano mais tarde se tornaria Presidente da Província³.

Francisco Alves e profissionalização do escritor no Brasil. In: ABREU, Marcia (org). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas/SP: Mercado de Letras, 1999, p. 453.

² GABINETE DE LEITURA. *Sobralense*, Sobral, 18 fev 1877. Noticiário, p. 1. Disponível para consulta na Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel (Fortaleza/CE), Setor de Periódicos, Consulta de Microfilmes, rolo M98.

³ GIRÃO, Glória Geovanna Saboya Mont'Alverne e SOARES, Maria Norma M. *Sobral: história e vida*. Sobral: Edições UVA, 1997. p. 87.

Neste primeiro caso, o próprio espaço escolhido para instalação do gabinete sinaliza sua vinculação ao poder político local. A Casa de Câmara e Cadeia representa o poder municipal cuja função era manter a ligação da cidade ao poder central.

Dos demais sujeitos envolvidos em sua formação, identificamos apenas Zacarias Thomaz da Costa Gondim, músico e professor formado pelo Lyceu do Ceará. Esteve entre os fundadores do jornal *Sobralense* e atuou como rábula, ocupando, inclusive, a Promotoria de Justiça de Sobral. A ele coube proferir o discurso de inauguração do Gabinete de Leitura Sobralense. Mais tarde, proferiu outro discurso ali, desta vez falando a respeito da abolição⁴.

O Gabinete de Leitura de Sobral deixou de existir por motivos quase que totalmente ignorados. O jornal *Nortista*, publicado em 13 de julho de 1913, ao se referir ao Gabinete Camocinense de Leitura, criado em 12 de janeiro daquele ano, expressa seu desejo de que o referido gabinete tenha uma vida “larga e brilhante”, contrapondo este ao destino “mesquinho” que cerrou as portas do Gabinete de Leitura Sobralense, cujo fim deveu-se, no dizer do jornal à “má vontade de meia duzia de homens que mercantilizam a propria existencia e, que, aparentemente são homens de representação social todavia, não passam de simples, elemento representativo sem nenhum valor integral”⁵.

As pistas fornecidas pelo jornal levam a concluir que o Gabinete de Leitura de Sobral encerrou sua existência antes da segunda década do século XX. Daí por diante, permanece o mais absoluto silêncio no que toca à sua trajetória. O texto do jornal, por sua vez, aparece fortemente carregado de um tom indicativo da parcialidade de quem o escreveu. Percebe-se claramente a intenção de censurar aqueles sujeitos sobre os quais o autor do texto jornalístico pretende fazer recair a responsabilidade pela decadência do gabinete.

⁴ FROTA, D. José Tupinambá. *História de Sobral*. 2 ed. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1974, p. 414.

⁵ Gabinete de Leitura Camociense. *Nortista*, Sobral, 13 jul 1913, p.1. Disponível para consulta na Biblioteca Governador Menezes Pimentel (Fortaleza/CE), Setor de Periódicos, Consulta de Microfilmes, rolo M114.

Mais uma vez percebemos a imprensa não como uma voz a narrar fidedignamente o passado, mas como um discurso construído em torno dos fatos, discurso este carregado de intencionalidades que podem levar o historiador desavisado a cometer equívocos graves na interpretação dos fatos.

Robert Darnton, comentando sua experiência como repórter policial do *The New York Times*, confessou admiração diante do uso que os historiadores fazem da imprensa quando a tomam como fonte para suas pesquisas tratando-a como “fonte primária para descobrir o que realmente aconteceu”⁶. Para este historiador, a imprensa atua muito mais como construtora do que simplesmente como narradora do fato.

O jornal em questão deixa entrever, por sua vez, a clara intenção de fazer determinado uso do passado, atribuindo o fim do Gabinete de Leitura Sobralense à conduta de sujeitos sem valor “integral”, ou seja, pessoas que gozavam de um prestígio não merecido naquela cidade. Sente-se, ao ler este discurso em suas entrelinhas, uma espécie de ressentimento por trás do ataque ao grupo sobre o qual recai a responsabilidade pelo fim do Gabinete.

As paixões políticas encontravam largo curso na imprensa e os temas tratados sempre recebiam uma coloração apaixonada, marcada pelos ataques abertos ou velados de um grupo a outro. Neste frenesi de ataques e contra-ataques, o historiador pode perder-se ao pensar estar encontrando o passado “tal como aconteceu”.

O que temos no depoimento do jornal *Nortista* é mais uma acusação do que uma narração ou notícia. O fato comentado é a criação do Gabinete de Leitura Camocinense, entrando o caso do Gabinete Sobralense apenas como arremate e motivo de mais uma alfinetada nos prováveis adversários políticos dos redatores do jornal.

Ficamos sabendo pouco ou quase nada a respeito da trajetória do Gabinete de Leitura Sobralense, o que é muito curioso, tendo em vista que um dos orgulhos da cidade de Sobral está precisamente em sua história. Um dos seus motivos de vaidade está no fato – constantemente invocado – de ser uma das poucas cidades do vale do Acaraú e da Ibiapaba cuja origem não está ligada a aldeamento de índios.

⁶ DARNTON. Robert. O panorama da informação. In: *A questão dos livros: passado, presente e futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 45.

Uma das figuras hegemônicas na memória local, o bispo D. José Tupinambá da Frota, ao final de sua vida concluiu uma volumosa obra chamada “História de Sobral”⁷, onde procura reconstituir a história da cidade desde suas remotas origens nos inícios do século XVIII⁸. Curiosamente, apesar de ter se preocupado com a história das várias associações criadas em Sobral, como as escolas, jornais, tipografias, D. José não menciona o Gabinete de Leitura a não ser quando empreende o levantamento biográfico de Zacarias Thomaz da Costa Gondim.

O livro de D. José assemelha-se a uma grande coletânea de documentos. São vários os recortes e transcrições de autores da época. Publicado em 1952 (data do prefácio), o livro traz importantes pistas acerca das leituras historiográficas do autor. Os nomes de Guilherme Studart, João Brígido, Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, Paulino Nogueira, Raimundo Girão e outros fazem perceber o seu interesse pela historiografia contemporânea a ele.

O simples fato de D. José ter se dedicado à organização de um livro que pretende apresentar a história da cidade a qual – acreditava – ajudou a construir e onde lutou por conquistar posição hegemônica, mostra-se bastante significativo. O bispo de Sobral sempre quis ser “o primeiro”⁹. Neste sentido, foi o primeiro bispo, desfrutando de inquestionável hegemonia no campo religioso.

⁷ FROTA, D. José Tupinambá. Op. cit.

⁸ D. José Tupinambá da Frota (1882-1959) foi eleito o primeiro bispo da Diocese de Sobral (criada em 1915). Formado pela Universidade Gregoriana e pelo Colégio Pio Latinoamericano, voltou a Sobral, onde foi sondado por várias autoridades eclesiásticas para assumir altos cargos na hierarquia católica brasileira. Preferiu assumir a paróquia de Sobral, sua terra natal, onde iniciou seus trabalhos no âmbito social, demonstrando sua afinidade ao pensamento católico ultramontano. Um de seus biógrafos, padre João Mendes Lira, afirma que D. José preferiu permanecer onde Sobral acreditando que ali não teria concorrentes que ameaçassem a sua hegemonia política e intelectual. Enganou-se o padre, pois o juiz da comarca, Dr. José Saboya de Albuquerque, lhe fez ferrenha oposição durante boa parte de sua trajetória como bispo. Envolvido na política, procurou defender os ideais católicos criando o jornal *Correio da Semana*, em 1918, o qual circula até os dias de hoje. Construiu vários prédios importantes na cidade e criou várias instituições de caráter assistencialista, sendo a mais conhecida a Santa Casa de Misericórdia de Sobral, atualmente o maior hospital público da região norte do Ceará. Seu nome está em todos os lugares da cidade, em ruas, lojas, praças. Também sua estátua está no pátio do *campus* central da Universidade Estadual Vale do Acaraú. De certa forma, D. José constitui a principal figura representativa da cidade de Sobral. FROTA, D. José Tupinambá. Op. cit.; LIRA, Padre João Mendes. *Sobral: sua história documental e a personalidade de D. José*. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1975.

⁹ LIRA, Padre João Mendes. Op. cit.

Escrever um livro de história de tal envergadura correspondia, para D. José, a uma espécie de coroamento de sua trajetória, um projeto antigo a julgar pela quantidade de documentos compilados e transcritos, revelando um longo esforço de pesquisa. O velho bispo sobralense queria fortalecer sua posição de intelectual na cidade. Além de manter o jornal da diocese, era preciso publicar um livro, e não qualquer livro, mas um grosso volume contendo documentos esclarecedores dos muitos pontos obscuros da história de Sobral.

Neste sentido, D. José mostra-se afinado aos interesses da primeira geração de membros do Instituto do Ceará, cujas obras aparecem em profusão em suas notas de rodapé. Trata-se de publicar documentos em grande quantidade¹⁰. As transcrições são muitas e compõem algo em torno de noventa e cinco por cento das páginas do livro.

O recorte é amplo. Desde os primórdios da colonização até as primeiras décadas do século XX, encontramos documentos eclesiásticos em sua grande maioria. D. José aproveitou muito bem a sua condição de bispo diocesano e destrinchou os arquivos do antigo Curato do Acaracu, da Freguesia e depois da Diocese de Sobral. Concentra muitas páginas nas obras realizadas na matriz (atual catedral da Sé), obra de seu mandato como pároco de Sobral. Percebe-se aí o uso da história em prol da construção de uma memória pessoal. No caso de D. José, a construção de uma memória baseada na imagem do bispo construtor da cidade. Transparece no livro a presença de uma noção de história enquanto “mestra da vida”¹¹. D. José busca revelar o passado para legitimar posições talvez ameaçadas no presente da escrita.

Mesmo com amplo acesso a documentos relativos à história que queria reconstituir, D. José só menciona o Gabinete com o propósito de realçar o movimento abolicionista sobralense, citando discurso proferido por Zacarias Thomaz da Costa Gondim por ocasião da inauguração daquela instituição, sinalizando para uma aproximação estreita entre o gabinete e aquele movimento. Esta informação, segundo o bispo, foi retirada do “Dicionário Bio-

¹⁰ OLIVEIRA, Almir Leal. *O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará – Memória, representações e pensamento social*. 2001. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

¹¹ A respeito da noção de história como mestra da vida ver KOSELLECK, Reinhart. *Historia magistra vitae*. In: *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006, p. 42-60 e CATROGA, Fernando. *Ainda será a história mestra da vida?* In: RIOS, Kênia Sousa e FURTADO FILHO, João Ernani (orgs). *Em tempo: história, memória, educação*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008, p. 9-36.

bibliográfico” do Barão de Studart, ou seja, não foi colhida junto a nenhum tipo de documentação primária¹².

Concluimos, portanto, que nem mesmo D. José teve acesso a qualquer documentação diretamente produzida pelo Gabinete de Leitura Sobralense, seja livro de tomo, de visitas, catálogo etc. fortalecendo a hipótese de este tipo de registro ter se perdido ou mesmo nunca ter sido produzido.

Por outro lado, o Gabinete Ipuense de Leitura foi fundado em 1886 pelo padre João José de Castro – vigário da Freguesia e primeiro presidente do Gabinete –, acompanhado por Antônio Francisco de Paula Quixadá, Francisco Ximenes de Aragão e José Cândido de Sousa Carvalho. No entanto, sua existência parece ser anterior àquele ano. Antonio Bezerra de Meneses, nas suas referências à cidade de Ipu, assinala a existência de um gabinete de leitura com trezentos volumes em 1884 quando passou pela cidade¹³.

A vida do Gabinete Ipuense de Leitura foi curta. Quem denuncia é o jornal *Correio do Norte*¹⁴, fornecendo, inclusive, indícios acerca do motivo do rápido declínio de uma instituição que tinha tudo a seu favor para ter uma longa existência.

“[...] Em 1886 fundou-se aqui um Gabinete de Leitura, que chegou a possuir cerca de mil volumes de bons livros e manter uma aula nocturna, cuja matricula attingio a cento e tantos alumnos. Alguem, perversamente, lembrou-se de entroduzir a maldicta política n’essa util associação e com isto fel-a extinguir-se. Outras instituições boas tiveram o mesmo resultado.”¹⁵

A semelhança entre este texto e aquele citado quando nos referimos ao fim do Gabinete de Leitura Sobralense é latente. O jornal deixa entrever claramente a intencionalidade de seu discurso ao pretender fazer recair a culpa pelo fim do Gabinete a prováveis antagonistas políticos. O caráter partidário dos jornais, mesmo quando não explicitado claramente em seus dísticos, é fato conhecido a todos os que estudam a imprensa deste período.

¹² FROTA, D. José Tupinambá. Op. cit. p. 415.

¹³ BEZERRA, Antonio. *Notas de viagem*. 3 ed. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1965, p. 220.

¹⁴ O *Correio do Norte* foi publicado em Ipu entre os anos de 1918 a 1924. Sua redação contou com a colaboração de Eusébio de Sousa, Thomaz Corrêa, Abílio Martins, Francisco das Chagas Pinto, Manoel Dias Martins e João Bessa. ARAÚJO, José Oswaldo de. A imprensa do Ipu. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, tomo LXXX, p. 162-165, 1966, p. 162.

¹⁵ A NOSSA CIDADE. *Correio do Norte*, Ipu, 20 out 1921, p. 1.

Eusébio de Sousa, em trabalho publicado na *Revista do Instituto do Ceará*, tomo XXIX, ano 1915, apresenta como causa do rápido declínio do Gabinete Ipuense de Leitura o pouco gosto dos sócios pela leitura e pelas palestras literárias. Ao contrário, prevalecia o gosto pelos bailes recreativos, os quais o autor considera “improdutivos”. No entanto, por vontade da maioria dos associados, o Gabinete teria abandonado seu caráter literário para se tornar uma sociedade dançante, o que teria acelerado o seu desaparecimento¹⁶.

A convivência entre atividades de caráter puramente intelectuais e literárias com outras voltadas para a diversão se mostra problemática e contribui, de maneira indireta, para o declínio dos gabinetes influenciando a construção da memória destas instituições. Enquanto para homens como Eusébio de Sousa o encerramento das atividades literárias representa o marco final na trajetória do Gabinete de Leitura Ipuense, outras vozes ouvidas na pesquisa atribuem o brilho daquela instituição exatamente aos bailes realizados em sua sede.

Sociabilidade e cultura letrada parecem não ter conseguido, nos casos estudados, encontrar um coeficiente comum que pudesse garantir sua convivência no interior dos gabinetes de leitura da região norte. Talvez pelo fato de os homens realmente dotados de algum gosto literário constituírem um grupo excessivamente pequeno, estes gabinetes, necessitados de sócios para lhes garantir a manutenção material pelo pagamento de mensalidades, se viram diante da contingência de ter de atrair para seus quadros sociais pessoas desprovidas da necessária intimidade com a cultura letrada, resultando daí no predomínio de atividades recreativas em detrimento da sisudez das reuniões literárias.

Ao Gabinete de Leitura seguiram-se os primeiros jornais, mas foram poucos durante a segunda metade do século XIX. A imprensa revela os nomes que compunham aquilo que Oswaldo Araújo chamou de “elite intelectual da cidade”¹⁷. José Candido de Sousa Carvalho, Felix Candido de Sousa Carvalho, Thomaz Corrêa, Júlio Cícero Monteiro e Francisco Ximenes aparecem como componentes desta elite intelectual que se configurava na cidade de Ipu.

¹⁶ SOUSA, Eusébio de. Um pouco de história: chronica do Ipu. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, tomo XXIX, p. 223-224, 1915.

¹⁷ ARAÚJO, José Oswaldo de. Op. cit.

No segundo semestre de 1918, o deputado e bacharel Abílio Martins empreendeu certo esforço no sentido reorganizar o antigo Gabinete de Leitura. A sugestão, no entanto, partiu do Dr. Francisco das Chagas Pinto da Silveira, médico, delegado de higiene e colaborador do *Correio do Norte*, em sessão da Sociedade Grêmio Recreativo Ipuense. Chagas Pinto propôs a criação de um gabinete de leitura, o que foi aceito pelos demais sócios do Grêmio. Isto se deu em outubro de 1918¹⁸.

O trabalho de Abílio se concentrou junto aos seus colegas deputados do PRC (Partido Republicano Conservador). Detectamos dedicatórias assinadas por Manuel Satyro, Armando Monteiro, Leonel Chaves, H. Firmeza e outros, revelando o grau de articulação de Abílio junto aos políticos da Capital.

Por ocasião da eleição para formação da primeira diretoria, Abílio foi eleito orador-oficial da instituição. A dita diretoria foi composta por: Francisco das Chagas Pinto da Silveira (presidente), Manuel Bessa Guimarães (secretário), Joaquim de Oliveira Lima (tesoureiro), Edgard Corrêa (bibliotecário) e Abílio Martins (orador oficial)¹⁹.

Por ocasião do primeiro aniversário do Gabinete de Leitura Ipuense²⁰, em 1º de janeiro de 1920, Francisco das Chagas Pinto apresentou em seu discurso as obras realizadas durante o seu mandato como presidente do Gabinete. Mandou derrubar a parede que separava as duas salas que ocupava, transformando-as em uma só para melhor acomodar os livros e demais móveis da associação; fez assinaturas do *Jornal do Commercio*, do *Correio da Manhã*, do *Estado de São Paulo* e das revistas *Fon Fon* e *Eu sei tudo*. Anunciou ainda a meta de criar um curso noturno para proporcionar o ensino de primeiras letras às crianças pobres²¹.

Francisco das Chagas Pinto aproveitou aquela ocasião para anunciar a concessão de uma subvenção a ser paga anualmente pela Prefeitura Municipal de Ipu no valor de 240\$000 (duzentos e quarenta mil réis). Uma subvenção

¹⁸ MARROCOS, Antonio. Gabinete de Leitura Ipuense. *Revista dos Municípios*, Fortaleza, nº 1, p. 41, fev/1929.

¹⁹ Id. *Ibidem*.

²⁰ É importante notar a inversão do nome. O gabinete fundado em 1886 chamava-se "Gabinete Ipuense de Leitura"; em 1919, o nome adotado é "Gabinete de Leitura Ipuense".

²¹ O "Gabinete de Leitura Ipuense" festejou o seu 1º aniversário. *Correio do Norte*. Ipu, 08 jan. 1920, p. 1.

mais vultosa seria paga pelo governo do estado, no valor de 1:200\$000 (um conto e duzentos mil réis)²².

O Gabinete de Leitura Camocinense, por sua vez, foi fundado no dia 12 de janeiro de 1913. Seis meses depois, o jornal sobralense *Nortista* anuncia ter recebido um exemplar dos estatutos daquela associação e apresenta a diretoria: Julio Cícero Monteiro (presidente), J. J. d'Oliveira Praxedes (vice-presidente), Arthur Barboza (1º secretário), Polycarpo Souza (2º secretário), Pedro Morel (orador oficial), Severiano José de Carvalho (tesoureiro) e Francisco Menescal Carneiro (bibliotecário)²³.

Esta diretoria estava à frente de sessenta e sete sócios.

A primeira diretoria do Gabinete de Leitura Camocinense contava com Julio Cícero Monteiro na presidência da instituição, o que sinaliza para a possibilidade de ter sido ele o mentor da ideia de se criar um gabinete em Camocim. Os indícios de que dispomos acerca de sua trajetória como presidente daquele Gabinete indicam um homem preocupado com seu desenvolvimento e manutenção.

O governo do estado, por meio do Decreto n. 115, de 8 de abril de 1918, publicado no jornal *Gazeta Oficial*, determinou a abertura de crédito especial para o pagamento da subvenção anual ao Gabinete Camocinense de Leitura. Vejamos o texto do referido decreto:

“O Presidente do Estado em execução do decreto legislativo sob n. 1503 de 3 de Novembro do anno próximo passado, resolve abrir ao exercício financeiro de 1918 o credito especial da quantia de um conto e dusetos mil réis (1:200\$000), para occorrer ao pagamento da subvenção concedida ao ‘Gabinete Camocinense de Leitura’, durante o mesmo exercício.
Palacio da Presidencia do Ceará, em 8 de Abril de 1918.”²⁴

O governo justificava tal concessão de recursos públicos em prol de uma entidade particular ancorado na certeza de que um gabinete de leitura, apesar de ser uma instituição formada por particulares, desempenhava um papel relevante em termos sociais ao criar seus cursos noturnos de

²² Id. ibidem. O nome do responsável pela inclusão da subvenção ao Gabinete de Leitura Ipuense no Orçamento Estadual encontra-se ilegível.

²³ Gabinete de Leitura Camociense. *O Nortista*, idem.

²⁴ Decreto n. 115, de 8 de Abril de 1918. *Gazeta Oficial*. Fortaleza, 13 abr. 1918, Actos do Poder Executivo, p. 1

alfabetização. Os gabinetes que conseguiam criar e manter tais cursos eram alvo de elogios pelo fato de estarem suprindo as lacunas da Instrução Pública, de reconhecida ineficiência àquela altura.

Encarados como uma espécie de benfeitores da sociedade, os gabinetes de leitura, como o demonstra o caso de Camocim, acabam por receber ajuda do governo na forma das subvenções concedidas por meio de decretos. O valor de 1:200\$000 (um conto e duzentos mil réis) evidencia o quanto o governo poderia “economizar” em gastos com instrução ao apoiar os gabinetes, visto que a Lei n. 1.644, de 8 de novembro de 1918 determinou que a remuneração anual de um professor de curso primário noturno seria de 1:440\$000 (um conto e quatrocentos e quarenta mil réis)²⁵.

Economicamente, se torna vantajoso para o Estado contribuir com uma instituição que mantenha um curso noturno. O custeio do ensino público propriamente dito se tornava mais caro do que a ajuda concedida aos gabinetes.

A concessão da subvenção foi acompanhada da instituição de um dispositivo fiscalizador, demonstrando a intenção da parte do governo de acompanhar a aplicação do dinheiro a ser remetido ao Gabinete Camocinense. A concessão do título de fiscal foi publicada no *Gazeta Oficial* nestes termos:

“Titulo

O Secretario do Interior e da Justiça resolve nomear o bacharel Hermes Parahyba para fiscalizar o Gabinete Camocinense de Leitura, na cidade de Camocim, e para os fins do decreto legislativo n. 1503, de Novembro de 1917.”²⁶

Ainda no *Gazeta Oficial*, colhemos o registro do deferimento de uma petição encaminhada pelo presidente do Gabinete Camocinense de Leitura em que o mesmo solicitava a execução da Lei 1.503, visto que o governo do estado ainda não tinha procedido à abertura do crédito necessário à liberação do almejado recurso.

Lê-se no *Gazeta Oficial* de 16 de maio de 1918 o seguinte:

²⁵ Lei n. 1.644, de 8 de Novembro de 1918. *Gazeta Oficial*. Fortaleza, 26 dez. 1918, p. 2.

²⁶ *Gazeta Oficial*. Fortaleza, 4 mai. 1918, Secretarias de Estado/Secretaria dos Negócios do Interior e da Justiça, p. 3.

“Additamento ao expediente do dia 5 de Abril de 1918:

[...]

Despacho e petições:

[...]

De Julio Cicero Monteiro presidente do Gabinete Camocinense de Leitura, solicitando a execução da lei n. 1503, de 3 de Novembro de 1917, que concede áquelle Gabinete uma subvenção annual de 1:200\$000.

- Aberto o necessário credito, providencie-se quanto ao pagamento pela Mesa de Rendas de Camocim.”²⁷

O despacho condiciona o pagamento à abertura do crédito. Mas Júlio Cícero Monteiro foi atendido, como demonstra o já citado Decreto 115, de 8 de abril de 1918, por meio do qual o governo autorizou a abertura do dito crédito. O percurso pelos trâmites burocráticos era longo. Da aprovação da concessão pela Assembléia Legislativa, passava à abertura do crédito pelo governo e, por último, à autorização do efetivo pagamento ao presidente da associação.

O pagamento deveria ser feito pela Mesa de Rendas Estaduais em Camocim, após a autorização ao coletor local por meio de telegrama remetido pelo secretário da fazenda. Para isso, a presidência do estado precisaria telegrafá-lo ordenando a necessária autorização do pagamento e o encaminhamento de mensagem ao subordinado em Camocim.

O *Gazeta Official* publica a mensagem telegráfica do presidente ao secretário da fazenda onde este recebe a ordem de autorizar o pagamento da subvenção ao Gabinete Camocinense de Leitura via Mesa de Rendas de Camocim. Vejamos a mensagem:

“Additamento ao expediente do dia 10 de Abril de 1918:

[...]

Officio expedido:

[...]

Sr. Secretario da Fazenda,

Recommendo-vos seja autorizada, por telegramma, a Mesa de Rendas de Camocim a entregar ao sr. Julio Cicero Monteiro a subvenção annual de um conto e dusetos mil reis, concedida pelo Estado ao Gabinete Camocinense de Leitura. Esta subvenção deve ser paga por quotas mensaes, depois de satisfeitas as exigências do decreto legislativo n. 1053, de 3 de Novembro de 1917, devendo a respectiva despesa ser occorrida pelo credito aberto pelo Decreto n. 115, de 8 de Abril corrente. – Saudações.”²⁸

²⁷ *Gazeta Official*. Fortaleza, 16 mai 1918, Actos do Poder Executivo, p. 1.

²⁸ Id. ibidem.

O dinheiro chegaria por meio de quotas mensais de 100\$000 (cem mil réis) cada. O pagamento deveria ser feito “depois de satisfeitas as exigências do decreto legislativo n. 1053”, ou seja, depois de fiscalizado o Gabinete de Leitura.

Em correspondência ao *Correio do Norte* publicada no dia 26 de fevereiro de 1920, Júlio Cícero Monteiro informa que o Gabinete Camocinense de Leitura havia sido instalado num sobrado à Rua da Estação, mesmo prédio onde funcionava a Associação Commercial de Camocim e o Curso Noturno Barão de Studart²⁹.

O *Camocim Jornal* surgiu no dia 1º de maio de 1921. Naquele primeiro número, o jornal – que tinha o filho de Júlio Cícero Monteiro, Edgard Monteiro, como secretário – afirma que o Gabinete de Leitura “possúe actualmente um patrimônio de 1.040 volumes, encadernados e em brochura.”³⁰ O texto continua informando que F. Menescau, eleito bibliotecário em 1913, agora ocupa a presidência. Informa ainda a respeito das medidas que estavam sendo tomadas em relação ao risco de extravio dos volumes, uma vez verificado o hábito de alguns “espertalhões” de tomarem os livros de empréstimo e os levarem para casa não mais os devolvendo. As medidas no sentido de coibir o extravio dos volumes baseavam-se no Art. 23 dos Estatutos, cuja transcrição pelo jornal diz o seguinte: “Não é permitido a pessoa alguma retirar livros do Gabinete para lê-los em casa”³¹.

A leitura proposta pelo Gabinete tinha seu espaço especialmente destinado: o salão da sede onde estavam as estantes e mesas de leitura. O Gabinete procura se afirmar, pois, como espaço da leitura limitando as possibilidades de acesso ao seu acervo. Tal acesso só era permitido desde que circunscrito aos limites da sede da instituição.

Não tencionamos afirmar que os gabinetes eram contrários, em sua proposta, à leitura doméstica. Ocorre, outrossim, a intenção de proporcionar aos seus sócios um acervo cujos livros deveriam ser mantidos ao alcance do maior número possível de leitores, propósito incompatível com a retirada de

²⁹ DE CAMOCIM. *Correio do Norte*. Ipu, 26 fev 1920, p. 2.

³⁰ O Gabinete de Leitura possúe 1.040 volumes!. *Camocim Jornal*. Camocim, 1 mai. 1921, p. 2. Disponível para consulta na Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel (Fortaleza/CE), Setor de Periódicos, Consulta de Microfilmes, rolo M67.

³¹ Id. *ibidem*.

livros da sede social do gabinete para a leitura doméstica. Esta deveria permanecer restrita ao acervo particular de cada leitor.

Outras notícias a respeito do acervo do Gabinete de Leitura Camocinense enviadas por Júlio Cícero Monteiro ao *Correio do Norte* dão conta dos estragos causados em vários livros pelo inverno de 1924, resultado das goteiras existentes no telhado de sua sede³².

O Gabinete de Leitura Granjense faz parte do grupo daqueles que, à semelhança de Ipu e Sobral, foram fundados ainda no século XIX. Sabemos pelo jornal *Granjense* que seus sócios estiveram envolvidos na fundação da Sociedade Libertadora Granjense, uma sociedade abolicionista bem à moda do movimento libertador que tomou conta dos intelectuais cearenses no período imediatamente anterior a 1884.

A respeito da fundação da Sociedade Libertadora, o jornal assim se expressa:

“Hoje haverá grande e animada reunião popular no Gabinete de leitura para instalar-se a libertadora Granjense. Consta que terá a palavra o Dr. Antonio Augusto, iniciador da idéa, e os Srs. Francisco Napoleão e Sergio da Motta.”³³

Na mesma edição, o *Granjense* informa a composição da diretoria do Gabinete de Leitura eleita para o ano de 1881: Zeferino Gil Peres da Motta (presidente), Antonio Frederico de Carvalho Motta (vice-presidente), Sergio Porfirio da Motta (orador oficial), Francisco Garcez dos Santos (secretário), Francisco Napoleão (tesoureiro), Antonio Luiz de Gouveia (procurador).

Na mesma sessão, o Dr. Antonio Augusto de Vasconcelos propôs a incorporação como novos sócios dos senhores Ernesto Lourenço, Diogo Luiz de Gouveia e Dr. Clodoaldo de Andrade.

A respeito do Gabinete, o jornal segue informando que a diretoria mandara publicar agradecimento à redação do jornal *O Cearense*, o qual foi o único a atender ao pedido de envio de exemplares. Sabemos que uma das metas dos gabinetes de leitura era oferecer aos seus sócios o acesso a jornais

³² DE CAMOCIM. *Correio do Norte*. Ipu, 16 fev. 1924, p. 1.

³³ Libertadora Granjense. *Granjense*. Granja, 27 fev. 1881, Notícias, p. 2. Disponível para consulta na Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel (Fortaleza/CE), Setor de Periódicos, Consulta de Microfilmes, rolo M151.

e periódicos e a aquisição destes, à semelhança do que ocorria com os livros, podia ser feita por doação ou compra.

A evidência de que o Gabinete de Leitura mantinha seu curso noturno em Granja surge com a notícia de uma doação no valor de 10\$000 (dez mil réis) feita por Antonio Martins, um “moço pobre”, mas “amante da civilização, do progresso de seu paiz...”³⁴.

A próxima referência que temos ao Gabinete de Leitura Granjense surge no jornal sobralense *A Ordem*, edição de 26 de setembro de 1919. Ali, consta que o deputado estadual Luiz Felipe d’Oliveira, natural de Granja, havia aprovado a concessão de uma subvenção anual à instituição no valor de 100\$000 (cem mil réis)³⁵.

Creemos, no entanto, que a instituição chamada pelo jornal *A Ordem* de “gabinete de leitura” era, na verdade, a Biblioteca Municipal, fundada em Granja por Abner Vasconcelos – filho de Antonio Augusto de Vasconcelos, o fundador do Gabinete de Leitura Granjense – e Luiz Felipe d’Oliveira³⁶.

O extravio de volumes do acervo do Gabinete de Leitura Granjense causou incômodo ao bibliotecário, levando-o a publicar a seguinte nota no jornal *Granjense*:

“ALERTA

(5ª chamada)

Já se está cansando de anunciar:

As pessoas que tiverem livros do Gabinete queiram entregá-los para se carimbar.

Faltão as seguintes obras: - Amigo Intimo, Iracema, Ubirajara, [ilegível] da escravidão, Diva, Lucto, O piano de Clara, o 1º vol. da Mulher Adultera e muitas outras.

Depois será franqueada a leitura.

Setembro 24.

O Bibliothecario

- Raymundo Furtado.”³⁷

O Gabinete de Leitura Viçosense foi fundado no dia 13 de fevereiro de 1916 durante uma reunião entre homens letrados da cidade, a maioria funcionários públicos como o próprio anfitrião do grupo, Camerino Telles³⁸.

³⁴ Donativo. *O Granjense*. Granja, 27 fev. 1881, op. Cit.

³⁵ *A Ordem*. Sobral, 26 set. 1919, Telegrammas, p. 4.

³⁶ XAVIER FILHO, José. *Ignacio Xavier & Cia*. Granja: IJX, 2008, p. 64.

³⁷ ALERTA. *Granjense*. Granja, 25 set. 1881, p. 4.

A rápida chegada de novos sócios garantiu ao Gabinete sua consolidação. Quatro meses depois conseguiu inaugurar o Curso Noturno Valdevino Elias de Alencar³⁹.

O nome foi uma homenagem ao major Valdevino Elias, homem de prestígio na cidade. Foi intendente durante o governo de Franco Rabelo e idealizou a construção do Teatro Pedro II. Funcionava no prédio que serviu de sede ao Gabinete antes da construção da sede própria. Este prédio ficava na Praça General Tibúrcio⁴⁰.

A primeira diretoria foi formada por: Dr. Joaquim Alerano Bandeira de Barros (presidente), Camerino Telles (vice-presidente), Aldalberto Brigido Maia (1º secretário), José Joaquim de Carvalho Filho (2º secretário), Dr. Manuel Simplício de Paiva (orador aclamado), Dr. Djalma Ribeiro Soares (vice-orador), João Porphirio Magalhães (tesoureiro), Deocleciano Fontenelle Pacheco (bibliotecário)⁴¹.

Camerino Telles, tido como um dos mais fervorosos angariadores de sócios para o Gabinete, logo teve de partir para Fortaleza motivado por “interesses de ordem superior”⁴².

Os estatutos foram aprovados em assembleia ordinária realizada no dia 2 de novembro de 1916. A biblioteca foi inaugurada no dia 4 de outubro de 1917, ou seja, mais de um ano após a fundação. O Curso Noturno também já havia sido fundado, antes mesmo da própria elaboração e aprovação dos estatutos⁴³.

O Curso Noturno, pelo menos nos dois primeiros anos de vida do Gabinete Viçosense de Leitura – este é o período que as fontes permitem acompanhar mais de perto – ocupou o centro das atenções da associação. Havia também as sessões ordinárias, mas destas pouco resta nas fontes consultadas.

³⁸ 13 DE FEVEREIRO. *Polyanthéa*. Viçosa, 13 fev. 1918, p. 2. Disponível para consulta na Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel (Fortaleza/CE), Setor de Periódicos, Consulta de Microfilmes, rolo M108.

³⁹ BARROS, Luiz Teixeira. *História de Viçosa do Ceará*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1980, p. 246.

⁴⁰ Id. *Ibidem*, p. 246.

⁴¹ Id. *Ibidem*.

⁴² Camerino Telles. *Polyanthea*, op. cit. p. 3.

⁴³ BARROS, Luiz Teixeira. Op. cit. p. 247.

Curiosamente, o próprio Curso Noturno não constou nos objetivos declarados da associação. Eles constavam de: realizar sessões nas datas históricas, fundar uma biblioteca e promover bailes dançantes. No entanto, o maior sucesso foi alcançado pelo Curso, se tornando este uma espécie de cartão de apresentação daquela sociedade de letrados⁴⁴.

O Gabinete de Leitura em Viçosa parece ter conseguido um grau de notoriedade e aceitação como não se verificou em nenhuma das demais cidades estudadas. Para se ter uma ideia da importância de que se revestiu a festa do seu aniversário de dois anos, Luiz Barros assinala que esta foi uma das raríssimas ocasiões em que as duas bandas de música da cidade tocaram juntas⁴⁵.

Em 1918, foi eleito presidente do Gabinete o padre José Carneiro da Cunha, vigário da Freguesia de Nossa Senhora da Assunção de Viçosa⁴⁶. Tido como homem culto e inteligente, o padre Carneiro trabalhou para construir a sede definitiva do Gabinete, o que foi conseguido com a ajuda do Major Felizardo de Pinho Pessoa, o qual teria doado o terreno, atrás da igreja matriz⁴⁷. O restante da diretoria foi formada por: Dr. José Alerano Bandeira de Barros (vice-presidente), Francisco Caldas da Silveira (1º secretário), João Porphirio Magalhães (2º secretário), Dr. Manuel Simplício Paiva (orador oficial), Coronel Constantino Correia⁴⁸ (2º orador oficial), Mario Passos (tesoureiro) e Gil do Amarante Filgueiras (bibliotecário)⁴⁹.

⁴⁴ Id. *Ibidem* p. 246.

⁴⁵ Havia uma tremenda rivalidade entre a Banda dos Marretas e a Banda Democrata. As duas bandas nunca se cruzavam quando desfilavam pela cidade e, quando acontecia de por acaso se encontrarem, não raro a cena culminava com agressões entre os músicos. Como fica claro nos próprios nomes, as duas orquestras eram mantidas pelos dois partidos políticos que disputavam hegemonia na cidade. Id. *Ibidem*.

⁴⁶ Nova Directoria. *Polyanthea*, op. cit. p. 1.

⁴⁷ Entrevista concedida por Felizardo Pinho Pessoa, farmacêutico aposentado, ex-presidente do Gabinete Viçosense de Leitura e ex-prefeito de Viçosa, no dia 29 de outubro de 2005, em Viçosa do Ceará.

⁴⁸ Constantino Correia se envolve, por motivos políticos, em violenta polêmica contra o Padre José Carneiro da Cunha em 1919/1920, quando este é nomeado intendente pelo presidente do Ceará, o engenheiro Dr. João Thomé de Saboya e Silva. Militante do PRC desde seus tempos de intendente da cidade de Parnaíba/PI, Constantino Correia iniciará a publicação sistemática de artigos denunciando supostas arbitrariedades cometidas pelo Padre Carneiro na gerência da cidade por meio do jornal *A Ordem*, de Sobral. O Padre, por sua vez, responderá às acusações no jornal *A Lucta*, também em Sobral. A tensão culminará com a prisão de Constantino. Os lances desta polêmica letrada podem ser acompanhados em: Habeas Corpus a favor do Prefeito de Viçosa. *A Ordem*. Sobral, 6 jun. 1919, p. 1; Viçosa 2. *A Ordem*. Sobral, 6 fev. 1920, p. 2; Decalogo da Verdade. *A Ordem*. Sobral, 13 fev. 1920, p.

Em 1925, Padre José Carneiro permanecia na presidência e, de acordo com Luiz Barros, apresentou relatório anual onde consta que o Gabinete contava com oitenta sócios e seiscentos volumes em sua biblioteca, destacando as obras de Clóvis Bevilacqua e a coleção da História Universal, de Cezar Cantu⁵⁰.

Semelhante aos seus congêneres da região norte cuja trajetória investigamos, o Gabinete de Leitura Viçosense entrou em declínio em algum momento da primeira metade do século XX. As fontes consultadas não permitem apurar a data de seu fechamento, muito menos as circunstâncias de tal evento.

Sabe-se, porém, que os gabinetes de leitura estudados neste trabalho experimentaram lento processo de estagnação. O encerramento de suas trajetórias constitui fato pouco lembrado pela memória local.

1.2A constituição dos acervos: doações e compras

Um dos primeiros elementos a nos chamar a atenção ao analisar os volumes dos acervos do Gabinete de Leitura Ipuense e do Gabinete de Leitura Camocinense foi a presença das dedicatórias neles deixadas por seus antigos donos. Escritas a bico de pena ou a lápis, as dedicatórias continham textos lacônicos postos em páginas onde a própria composição tipográfica havia deixado suficiente espaço em branco, sendo a folha de rosto a preferida para o registro deste ato que se revestia de um caráter de contribuição ao desenvolvimento da localidade.

Doar livros a um gabinete de leitura caracterizava um ato motivado pelo desejo salutar de fazer crescer a cultura letrada, entendida como porta de entrada para o progresso das pequenas cidades e vilas da região norte.

Analisadas em detalhes, as dedicatórias se apresentam compostas de dois elementos fundamentais: o destinatário e o nome do doador. Foi seguindo

2; *A Ordem*. Sobral, 27 fev. 1920, Telegrammas, p. 4; e *No domínio da violência. A Ordem*. Viçosa, 5 mar. 1919, p. 4.

⁴⁹ NOVA DIRECTORIA. *Polyanthea*. Op. cit. p. 1.

⁵⁰ A História Universal, de Cesar Cantu, foi localizada no acervo do Instituto José Xavier, em Granja. Não foi possível verificar a procedência de tal coleção, mas supomos ser oriunda da biblioteca particular da família Xavier.

esta fórmula que Waldemar Barros grafou sua dedicatória no livro “Pan-Americanismo”⁵¹ nestes termos: “Ao Gabinete de Leitura Ipuense off: Waldemar Barros.” O mesmo fez Tarso Napoleão ao doar o livro “Estrada suave”⁵² ao Gabinete de Leitura Camocinense, escrevendo a seguinte dedicatória: “Gabinete Camocinense Leitura, T. Napoleão”.

Boa parte das dedicatórias acrescenta ao menos um elemento adicional: a data. Tal ocorre com o livro “Histoire de la civilisation”⁵³, encontrado no Gabinete de Leitura Ipuense. Por meio da dedicatória escrita na primeira página podemos saber que a doação foi feita por Dario Pessoa em 10 de julho de 1925.

Embora a maioria dos volumes identificados nos acervos não traga dedicatória grafada por seus doadores, não nos parece demais crer que procedam de doações. Basta perceber que um hábito comum aos doadores era fazê-las em lotes, colocando a dedicatória em apenas um dos volumes. Assim aconteceu com a coleção da “História do Brasil”⁵⁴, de Rocha Pombo, doada ao Gabinete de Leitura Ipuense pela Secretaria do Interior em 1919. A dedicatória foi grafada apenas no volume I.

Algo semelhante ocorreu com a coleção da “História Universal”, de Guilherme Oncken⁵⁵. O doador, deputado H. Firmeza, escreveu sua dedicatória no volume III nos termos seguintes: “Ao Gabinete de Leitura do Ipú, oferece H. Firmeza. Fortaleza, 26 de setembro de 1919”.

O volume XII, porém, traz outra dedicatória, esta assinada pelo engenheiro José de Sá Roriz nos seguintes termos: “Ao ‘Gabinete de Leitura Ipuense’ offce Sá Roriz – Fortaleza – Setembro – 1919”⁵⁶.

A presença de duas dedicatórias diferentes numa mesma coleção indica que os volumes foram doados separadamente. H. Firmeza teria feito a

⁵¹ LIMA, Oliveira. *Pan-americanismo*. Paris: H. Garnier, livreiro-editor: 1907. Acervo GLI.

⁵² HEWIT, James E. *Estrada suave*. 8 ed. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Francisco Alves & Cia: 1909. Acervo GLC.

⁵³ CROZALS, J. de. *Histoire de la civilisation*. 7 ed. Paris: Librairie ch Delagrave: [s/d]. Acervo GLI.

⁵⁴ POMBO, José Francisco da Rocha. *Historia do Brasil*. Rio de Janeiro: Benjamin de Aguiila/J. Fonseca Saraiva, 1915. Acervo GLI.

⁵⁵ ONCKEN, Guilherme. *História Universal*. Rio/Paris: Livrarias Aillaud e Bertrand/Francisco Alves e Cia, [s/d]. Acervo GLI.

⁵⁶ José de Sá Roriz era engenheiro da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) e foi encarregado dos serviços de construção do Açude Bonito e da Estrada de Rodagem Ipu-São Benedito. Sua chegada ao Ipu e o início dos estudos para a realização destas obras se deu em março de 1920. Dr. Sá Roriz. *Correio do Norte*. Ipu, 11 mar. 1920, p. 1.

doação de uma parte da coleção e Sá Roriz teria completado com o restante dos volumes ou vice-versa. A possibilidade de a doação ter sido previamente combinada entre os dois doadores deve ser cogitada, uma vez que ambas as dedicatórias indicam o mês de setembro de 1919.

Tomando em consideração o formato dos volumes da coleção “História Universal”, percebe-se que se trata de uma obra cujo valor não devia ser dos mais baixos. São livros in-quarto, impressos em papel especial, ilustrados e encadernados em capa dura.

Tendo Sá Roriz e H. Firmeza feito a doação, podemos concluir que tais livros chegaram juntos ao Gabinete de Leitura Ipuense. Difícil é saber se pertenceram de alguma maneira às bibliotecas particulares dos doadores ou se foram comprados especialmente para serem doados ao Gabinete. Ambas as hipóteses são plausíveis. Por outro lado, não podemos ignorar a possibilidade de os doadores terem efetivamente feito a doação apenas dos volumes onde puseram suas dedicatórias. Neste caso, restaria crer que os demais volumes da coleção teriam sido adquiridos por compra, ou ainda que seus doadores tenham optado pela permanência no anonimato. Esta hipótese afigura-se muito pouco provável, tendo em consideração o fato de os dois doadores apresentados no caso da coleção da “História Universal” ter sido pessoas dotadas de recursos mais do que suficientes para realizar a mencionada doação.

Percebemos aqui que o esforço no sentido de rastrear os livros em seus vários caminhos por vezes esbarra em limites muito sérios. A escassez de pistas, ao mesmo tempo em que parece impedir que se chegue a uma versão plausível acerca da trajetória destes volumes, também permite um maior esforço da parte do pesquisador no sentido de explorar os pequenos indícios localizados. Assim, cada nova visita ao acervo revela pormenores antes negligenciados. O olho do pesquisador vai adquirindo cada vez mais acuidade para perceber detalhes antes imperceptíveis.

Há livros nos acervos que trazem indicações de terem pertencido anteriormente a outras bibliotecas, como ocorre com o livro “O padre maldito”⁵⁷, encontrado no acervo do Gabinete de Leitura Ipuense. Na primeira página, traz

⁵⁷ PINTO, Silva. *O padre maldito*. Lisboa: Guimarães e C. – Editores, 1910. Acervo GLI.

a seguinte inscrição: “Biblioteca Ufr to date – Mario Gomes”. A mesma situação ocorre com o livro “Fécondité”⁵⁸, do Gabinete de Leitura Camocinense, que traz o carimbo da Bibliotheca Economica da Casa Garraux onde foi tombado com o número 219⁵⁹.

Os livros do Gabinete de Leitura Ipuense guardam ainda outros indícios de pertenças anteriores. O livro “Os ladrões no Rio”⁶⁰ traz na primeira página e na folha de rosto a assinatura de José Pires de Carvalho, sinalizando uma passagem do volume pela biblioteca particular deste. Na folha de rosto, a assinatura vem seguida de uma data: 30 de dezembro de 1907, o que sugere ter sido este o dia da aquisição do volume ou, ao menos, da colocação da assinatura. Saber se José Pires de Carvalho foi o primeiro dono do livro, se o comprou em uma livraria diretamente ou por encomenda a um amigo, familiar ou conhecido, é muito difícil.

O livro “Heliogabalo”⁶¹ traz a assinatura de um possível antigo proprietário – J. J. Lino – na folha de rosto e na página 5. Sabemos que o hábito de assinar os livros servia para atestar a pertença daquele volume, considerando, por outro lado, que a posse de livros servia como sinal de distinção, de letramento, de ilustração, o que constituía uma característica a ser cultivada pelos leitores.

A presença de assinaturas nos livros do Gabinete de Leitura Ipuense ocorre amiúde. Percebemos a recorrência de alguns nomes. Abílio Martins deixava sua assinatura em seus livros, o que podemos ver nos volumes doados ao Gabinete. Abílio tinha o cuidado de colocar sua rubrica em várias páginas do mesmo livro, não apenas nas primeiras, como os demais ex-proprietários identificados.

Infelizmente não obtivemos qualquer outro indício do que possa ter sido a biblioteca particular de Abílio Martins a não ser o que ficou nos volumes doados ao Gabinete de Leitura Ipuense. Neles, a rubrica “Abilio” foi gravada em

⁵⁸ ZOLA, Émile. *Fécondité*. Paris: Bibliothèque Charpentier, Eugène Pasquelle, editeur: 1899. Acervo GLC.

⁵⁹ De acordo com Ana Luiza Martins, a casa Garraux foi a livraria mais conceituada de São Paulo. A doação de suas sobras enriquecia os acervos dos gabinetes de leitura daquela província. MARTINS, Ana Luiza. Gabinetes de leitura do Império: casas esquecidas da censura? In: ABREU, Márcia (org). Op. cit. p. 405.

⁶⁰ REIS, Vicente. *Ladrões no rio*. Rio de Janeiro: Laemmert e Cia – Editores, 1903.

⁶¹ LOMBARD, Jean. *Heliogabalo*. Lisboa: Empresa Editora do Almanach Palhares: 1902. Acervo GLI.

várias páginas, indicando o cuidado em indicar a posse dos livros ou, quem sabe, o puro e simples prazer de estampar o próprio nome num livro impresso. Afinal, o grau de subjetividade presente na relação estabelecida entre aqueles leitores/consumidores de livros do início do século na região norte do Ceará é algo um tanto difícil de alcançar.

Quando visitamos os acervos e percorremos as estantes demorando o olhar nas lombadas dos livros, muitas delas denunciando a implacabilidade do trabalho contínuo das traças e cupins, nos tornamos inevitavelmente presas da imaginação, tentando entrar, nem que seja por um milésimo de segundo, como num *flash*, no misterioso mundo das relações entre livros e leitores na região norte do Ceará entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Os acervos do Gabinete de Leitura Ipuense e do Gabinete de Leitura Camocinense constituem, até o momento, as únicas testemunhas mudas destas experiências de leitores do passado.

Resta à pesquisa se concentrar no esforço de inquirir aqueles livros a respeito do passado, interrogá-los, submetê-los à análise, dissecá-los, procurando montar um verdadeiro inquérito cujo resultado depende das pistas reunidas e da interpretação que se aplica a elas. Trata-se, no fundo, de um esforço de tornar a pesquisa documentável, de constituir um rol de documentos, de atribuir àqueles livros antigos, esquecidos naquelas estantes, o estatuto de fontes históricas.

Outra ocorrência que denuncia pertencimentos anteriores ao acervo se dá quando o livro traz a assinatura de um provável antigo proprietário, mas não traz dedicatória. Neste caso, podemos considerar a possibilidade de a doação ter sido feita sem que o doador tenha tido o cuidado de registrá-la no próprio livro.

O ato de escrever uma pequena dedicatória antes de doar o livro ao gabinete de leitura, além de um costume ligado aos bons modos da sociabilidade letrada, denuncia o interesse de lembrar aos futuros leitores daquele livro o nome do doador/benfeitor graças a quem o referido volume chegou ao acervo e foi colocado à disposição da leitura pública.

Nunca é demais lembrar que os doadores encaravam tal ato como uma contribuição ao progresso das cidades. A cidade funciona como lugar da leitura, daí a necessidade de provê-la com instituições voltadas para a

promoção desta prática por meio da colocação de acervos à disposição do público. Neste sentido, as fontes revelam que os gabinetes de leitura não gozavam de exclusividade na tipologia das instituições voltadas para a oferta da leitura, dividindo esta nobre missão com os salões de leitura e as bibliotecas públicas, além daqueles espaços onde a leitura se ofertava de maneira mais, digamos, informal, como as boticas, as barbearias, as pensões, as tipografias e redações de jornais.

Doar livros a um gabinete de leitura constitui um ato a ser assinalado e o exemplar doado se apresenta como o melhor suporte para o registro por escrito deste ato. Os livros dos gabinetes de leitura constituem-se, dessa forma, em uma espécie de portadores do testemunho escrito de sua própria entrada nos acervos, superpondo-se aos próprios livros de tombo, os quais, para os casos estudados, nunca foram encontrados.

A escrita da dedicatória, estampada sempre em páginas com menor cobertura de caracteres impressos, registra um ato marcado pela colocação do objeto em trânsito. Os livros e suas dedicatórias funcionam como uma espécie de portadores de uma mensagem a respeito deles próprios. O livro é feito de papel e, por isso mesmo, adequado para receber a escrita, considerado próprio para se escrever em suas páginas aquilo que o destinatário e futuros leitores não deveriam deixar de saber e lembrar: que o presente volume foi doado por alguém, num determinado dia e lugar, a uma instituição promotora da leitura.

Ficava o ato registrado e fundava-se ali uma memória acerca da constituição dos acervos. Estamos, pois, puxando os fios que compõem esta memória. Neste esforço, não raro nos deparamos com nós muito difíceis de desfazer. São os percalços da pesquisa ante os quais nunca nos resignamos completamente.

O percurso traçado pelo emaranhado de pistas contidas entre as páginas dos livros dos acervos encontrados pela pesquisa tanto nos envolve que ficamos a pensar se a leitura do texto em si não seria mais reveladora do que pequenas anotações como as dedicatórias, objeto de tanta atenção da parte da pesquisa. No entanto, não é nosso propósito empreender uma pesquisa direcionada ao aspecto literário destes livros. Na verdade, não pesquisamos a literatura, mas o objeto livro e seu processo de circulação.

Doações entre leitores também eram registradas por meio de dedicatórias. O livro “O intruso”⁶² (figura 1), encontrado no acervo do Gabinete de Leitura Ipuense, além de trazer várias vezes a assinatura de Ferrucio Cavalcante, um de seus proprietários, traz na terceira página uma dedicatória registrando a doação do volume ao mesmo Ferrucio feita por Maria Leitão, nestes termos: “Maria Leitão off ao Ferrucio”.

A recorrência da assinatura de Ferrucio Cavalcante no referido volume encerra-se na penúltima página com a indicação de uma data – 11 de dezembro de 1953 – e, na página seguinte, a enigmática inscrição: “Pela última vez”.

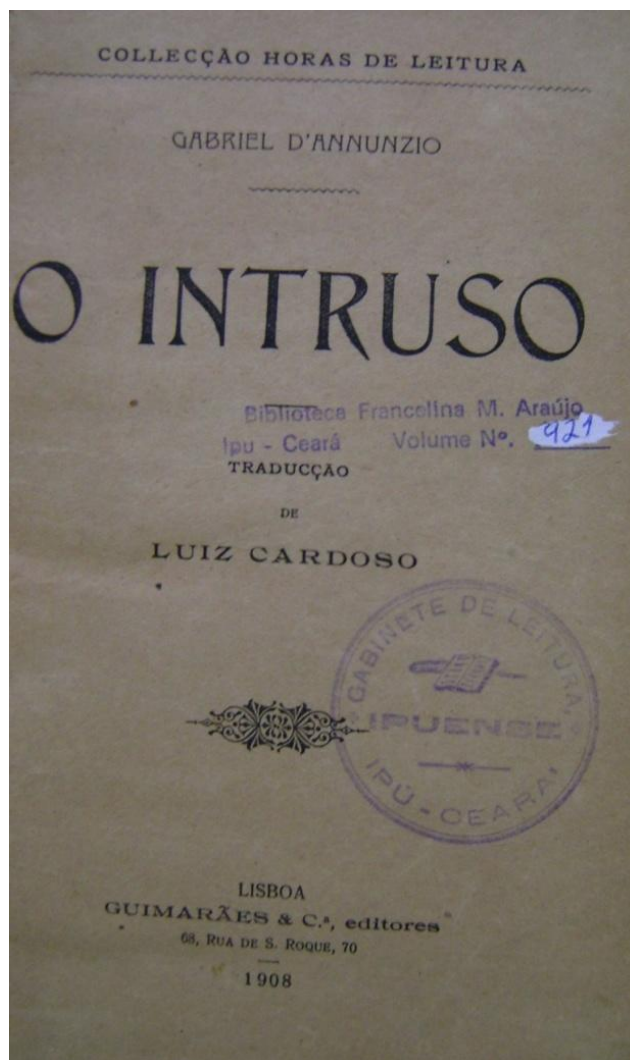


Figura 1: Folha de rosto do livro “O Intruso” com carimbo do Gabinete de Leitura Ipuense. Acervo do autor.

⁶² D'ANNUNZIO, Gabriel. *O intruso*. Lisboa: Guimarães e C. – Editores: 1908. Acervo GLI.

A data sinaliza para uma leitura muito posterior à fundação do Gabinete, o que abre a possibilidade do volume ter chegado ao acervo após o ano de 1953, quando Ferruccio o teria lido pela última vez. O acervo, mesmo após os anos de maior movimentação, continuou a receber doações, como atestam as inscrições colhidas no volume em questão.

No processo de constituição dos acervos os livros se mostram portadores de origens diversas. Alguns apresentam indícios de terem passado por poucas mãos, trazendo poucas inscrições ou autógrafos. Outros, porém, indicam uma trajetória maior, como ocorre com o livro “O bligue flibusteiro”⁶³, encontrado no Gabinete de Leitura Ipuense. Sua passagem pela Biblioteca “Ufr to date”, de Mario Gomes ficou registrada em uma anotação feita na primeira página, junto com a data – 1º de abril de 1912 – e o número 42 atribuído ao livro por ocasião de sua inclusão no acervo daquela biblioteca.

Uma página adiante, o mesmo livro traz uma dedicatória graças à qual chegamos ao seu primeiro proprietário ou o primeiro acervo ao qual pertenceu. A dedicatória foi escrita nos termos a seguir:

“À ilustrada redacção do ‘Estado’ office.
O autor
Rio, 20 de abril de 1904.
Rua do Ouvidor, 114 – sobrado.”

Concluído o trabalho de impressão nas Oficinas da Imprensa Moderna, na cidade do Porto, o livro foi remetido em lotes ao Rio de Janeiro para a distribuição. O exemplar que encontramos faz parte da parcela do lote entregue ao autor que resolveu doá-lo à redação do jornal *O Estado* muito provavelmente em troca de um reclame, uma pequena nota anunciando aos leitores a nova publicação.

Depois de passar pela redação d’*O Estado*, outros indícios presentes nas páginas deste exemplar indicam sua passagem pela biblioteca de Mario Gomes em Baturité/CE, com entrada no ano de 1912 por doação recebida de G. P. Guimarães.

⁶³ VÁRZEA, Virgílio. *O bligue flibusteiro*. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão: 1904. Acervo GLI.

Um detalhe não poderia deixar de ser mencionado. A data da dedicatória de G. P. Guimarães a Mario Gomes é 17 de janeiro de 1912, enquanto a entrada na biblioteca deste último é 1º de abril do mesmo ano. Percebemos aqui um intervalo de tempo de quase três meses em que o livro esteve em trânsito entre um acervo e outro. Os caminhos do livro demandavam a espera pela disponibilidade de transporte e portadores, o que poderia exigir certo tempo para o exemplar doado ou comprado percorrer o trajeto entre o remetente e o destinatário.

Tomando em consideração o longo espaço de tempo gasto pelo livro para chegar à biblioteca de Mario Gomes, percebemos aí um forte indício de que G. P. Guimarães o remeteu de algum ponto fora do estado do Ceará, muito provavelmente a cidade do Rio de Janeiro ou outra grande cidade do sudeste brasileiro.

O livro pode ter sido trazido por algum conhecido de ambos, talvez um parente de Mario Gomes em viagem ao sudeste. Tal viagem demandava a utilização das companhias de navegação a vapor e das ferrovias⁶⁴.

Incluído na bagagem de viajantes, o livro percorria caminhos e rotas que iam muito além do circuito das livrarias e lojas especializadas. A montagem de um acervo de gabinete de leitura envolvia a recepção de livros com passagem por vários pontos.

Percebemos ainda que a recepção de doações não era exclusiva dos gabinetes de leitura. Livros eram dados de presente a amigos, parentes, conhecidos ou a qualquer pessoa que se soubesse apreciadora da prática da leitura. Presentear com livro era sinal de sensibilidade ao gosto do destinatário.

Certos livros presentes nos acervos analisados não trazem dedicatória dirigida ao Gabinete, mas outras referentes a doações anteriores indicando que

⁶⁴ O trajeto entre Fortaleza e Baturité, à esta altura, era feito pelos trens da Estrada de Ferro de Baturité. De Fortaleza ao sudeste, principalmente ao Rio de Janeiro, era possível tomar um pacote das companhias de navegação a vapor, entre elas o Lloyd Brasileiro. A respeito das companhias de navegação no Brasil, ver GREGÓRIO, Vitor Marcos. *Uma face de Jano: a navegação do Rio Amazonas e a formação do Estado brasileiro*. 2008. 338f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008 e SAMPAIO, Marcos Guedes Vaz. *Uma contribuição à história dos transportes no Brasil: a Companhia Bahiana de Navegação a Vapor (1839-1894)*. 2006. 341f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. A respeito da Estrada de Ferro de Baturité, ver FERREIRA, Benedito Genésio. *A Estrada de Ferro de Baturité: 1870-1930; Projeto História do Ceará, Política, Indústria e Trabalho 1930-1964*. Fortaleza, Edições Universidade Federal do Ceará/ Stylus Comunicações, 1989,

o exemplar em questão foi dado de presente, servindo à prática de troca de livros entre leitores. É o que ocorreu com o livro “Contos Fantásticos”⁶⁵, pertencente ao acervo do Gabinete de Leitura Ipuense, o qual traz no canto superior esquerdo do verso da primeira capa uma dedicatória nos seguintes termos: “Ao José Monte off o amigo Jose Sampaio em 22/5/912”.

Situação semelhante foi percebida no livro “Vid’airada”⁶⁶, encontrado no acervo do Gabinete de Leitura Camocinense (figura 2). De acordo com a dedicatória escrita na folha de rosto, o exemplar foi dado de presente a F. Menescal Carneiro por Gilberto Studart Gurgel em 16 de outubro de 1916. A doação ao Gabinete aparece na mesma página nos seguintes termos: “Ao Gabinete de Leitura off. o Sotero”.

A circulação do livro entre acervos particulares compõe uma etapa importante no longo trajeto percorrido pelos livros dos gabinetes. As doações e os empréstimos compõem aspectos da vida do livro ligados ao consumo de que eram objeto no período pesquisado. Sem dúvida, os homens e mulheres leitores da virada do século XIX para o XX na região norte do Ceará percebiam o livro e com ele estabeleciam relações de uso e pertencimento muito diferentes da experiência leitora dos dias atuais.

O livro era desejado de uma forma talvez muito mais intensa do que podemos imaginar hoje. Basta lembrar as várias denúncias de roubo ou extravio dos volumes retirados dos acervos, fato que causava grande incômodo aos bibliotecários. O livro despertava a cobiça, era um objeto do cotidiano, mas não um objeto que se pudesse considerar de todo banal. Tinha sua importância, principalmente levando em consideração que seu uso exigia o domínio de uma prática ainda reservada a uma pequena parcela da população das pequenas cidades e vilas da região norte: a leitura.

Alguns sócios do Gabinete de Leitura Ipuense foram considerados responsáveis pela constituição do acervo por seu empenho no sentido de conseguir doações. Identificamos uma pista deste trabalho no livro “S. Paulo”⁶⁷, doado por Francisco Pompilio Magalhães em 1919. No canto superior

⁶⁵ HOFFMAN. *Contos fantásticos*. Paris: H. Garnier, livreiro-editor: [s/d]. Acervo GLI.

⁶⁶ MESQUITA, Alfredo de. *Vid’airada*. Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira, editor: 1894. Acervo GLC.

⁶⁷ RENAN, Ernest. *S. Paulo*. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão, editores: 1908. Acervo GLI.

esquerdo da terceira página encontramos a inscrição “Angariado por Deusdedith”⁶⁸.

José Deusdedith Mendes inclui-se no grupo de indivíduos colaboradores na organização do acervo do Gabinete de Leitura Ipuense, atuando no sentido de convencer outros sujeitos a fazerem doações. No caso do exemplar em questão, quem fez a doação por influência de Deusdedith foi Francisco Pompílio Magalhães.

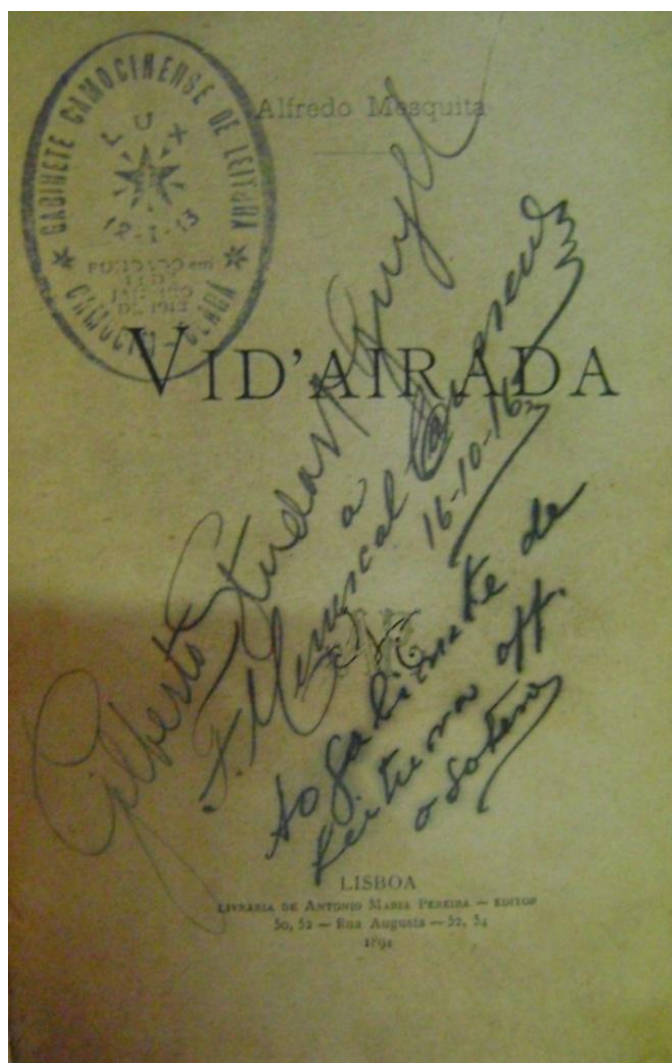


Figura 2: Folha de rosto do livro “Vid’airada” com dedicatórias a F. Menescal Carneiro e ao Gabinete de Leitura Camocinense. Acervo do autor.

De acordo com Antonio Marrocos de Araújo, quem mais se empenhou neste esforço de angariar doações para o acervo do Gabinete de Leitura

⁶⁸ José Deusdedith Mendes trabalhou como representante da companhia de seguros Vitalícia Pernambucana e viajava pelas cidades alcançadas pela Estrada de Ferro de Sobral. *Correio do Norte*, Ipu, 04 ago. 1921, p. 4.

Ipuense foi o deputado Abílio Martins⁶⁹. Os livros revelam indícios desta atuação de Abílio como ocorre no exemplar de “A Cathedral”⁷⁰, onde a dedicatória escrita pelo deputado Leonel Chaves dirige-se a Abílio Martins, mas indicando que o livro estava sendo doado ao Gabinete. A dedicatória em questão diz o seguinte: “Ao Abílio Martins para o Gabinete de Leitura do Ipú, off. Leonel Chaves, Fort. 15/9/19”.

Leonel Chaves também fez doação do livro “Cartas de um vencido”⁷¹. A dedicatória indica que o livro foi remetido a Abílio Martins “para o Gabinete de Leitura do Ipú” no dia 07 de setembro de 1919. Considerando a proximidade das datas, concluímos que estes livros chegaram juntos ao acervo, muito provavelmente trazidos por Abílio Martins de volta de uma de suas viagens a Fortaleza ou por meio de envio pelos vapores que aportavam em Camocim.

Percorrendo as dedicatórias é possível encontrar vários livros remetidos por deputados do Partido Republicano Conservador (PRC), doações conseguidas por Abílio Martins, visto que seu círculo de amizades na capital do Ceará incluía vários políticos. As dedicatórias revelam que, além de Leonel Chaves, outros deputados como Manuel Sátiro e Armando Monteiro contribuíram para o incremento do acervo do Gabinete de Leitura Ipuense.

O interesse e o esforço atribuídos a Abílio Martins no sentido de conseguir doações para o acervo da instituição ipuense servem como mais um *flash* a iluminar o passado da leitura e do consumo do livro na região norte do Ceará. Talvez seja difícil imaginar políticos de proeminência no cenário estadual encontrando-se em Fortaleza e dedicando parte de seu tempo para falar a respeito de livros, para pedir e decidir sobre a sua doação para um gabinete de leitura.

Ficamos a perguntar ao livro “Cartas de um vencido” a partir de que e como Leonel Chaves, seu antigo proprietário, o teria resolvido doar ao Gabinete de Leitura Ipuense (figura 3). Qual o grau de esforço empregado por Abílio Martins para conseguir tal doação? A escolha de um livro para doação resultava de um rápido olhar sobre a estante da sala de leitura particular, ou

⁶⁹ ARAUJO, Antonio Marrocos. Gabinete de Leitura Ipuense. *Revista dos Municípios*. Fortaleza, nº 1, ano 1, p. 41, 1929.

⁷⁰ IBÁÑEZ, V. Blasco. *A Cathedral*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves/Aillaud/Bertrand: 1915. Acervo GLI.

⁷¹ CALDAS, José. *Cartas de um vencido*. Lisboa: Antiga Casa Bertrand, José Bastos e Cia, editores: [s/d]. Acervo GLI.

era fruto de cuidadosa escolha? Doava-se aquilo que não se queria mais ter no acervo particular ou um item considerado importante ou valioso? Enfim, quais os critérios empregados pelos doadores na escolha dos títulos a serem oferecidos aos gabinetes?

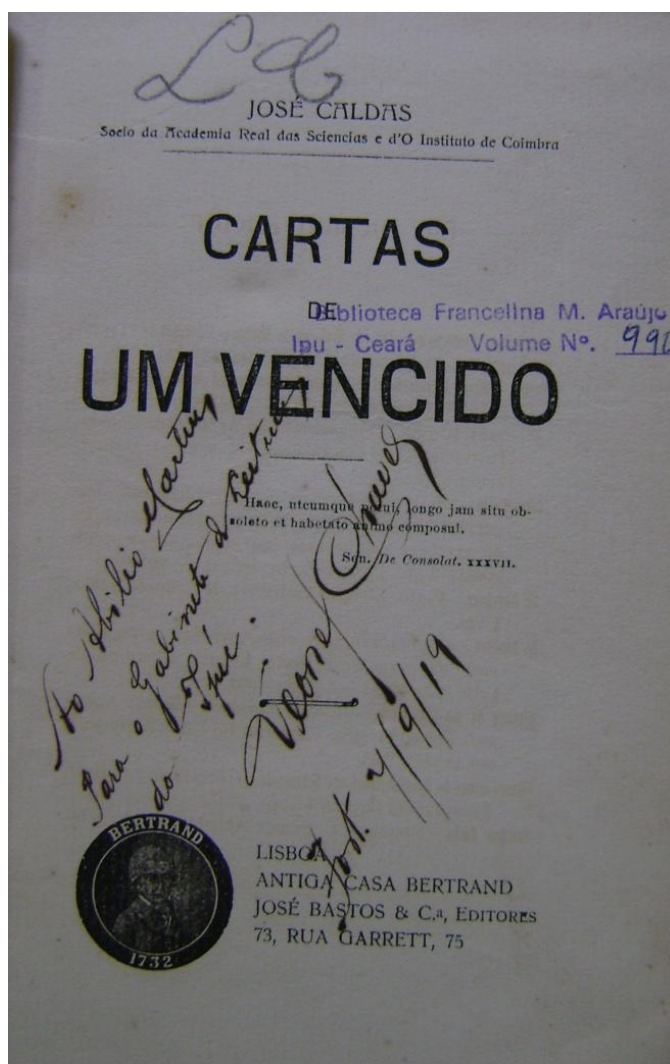


Figura 3: Folha de rosto do livro “Cartas de um vencido” com dedicatória ao Gabinete de Leitura Ipuense. Acervo do autor.

São perguntas difíceis de responder. Fazem parte da problemática em torno da doação de livros. Brotam do contato com o material pesquisado e do manejo dos vários indícios recolhidos. O fato é que os livros punham-se em circulação não apenas por obra dos comerciantes do ramo livreiro, mas também pelo esforço de particulares, pessoas interessadas e sensibilizadas diante do esforço levado a cabo por letrados do interior do estado envolvidos na fundação e organização de gabinetes de leitura.

O exame dos acervos nos leva a crer que a maioria dos livros adquiridos por doação provém de acervos particulares. Um exemplar não nos deixou de chamar a atenção por ocasião do trabalho junto ao acervo do Gabinete de Leitura Camocinense. Ali encontramos o livro “O romance d’um rapaz pobre”⁷², doado por Horácio Pessoa ao Gabinete em 11 de maio de 1915 (figura 4).

O detalhe está justamente na identificação do doador. Horácio Pessoa foi encontrado nas páginas do jornal sobralense *Pátria* anunciando romances e almanaques à venda em sua casa comercial em Camocim⁷³. Temos aqui um exemplo de livro doado por um comerciante atuante no ramo livreiro.

Qual o critério empregado por Horácio Pessoa na escolha dos livros a serem doados ao Gabinete? A disponibilidade de exemplares? Seu valor de mercado? Seu valor literário? A certeza de terem procura no Gabinete? A possibilidade de livrar-se de exemplares encalhados no estoque? Afinal, é de se esperar de um negociante envolvido no mercado livreiro um olhar mais comercial, um interesse mais pragmático ao lidar com os livros. Em suma, Horácio Pessoa devia ter diante do objeto-livro uma postura diferenciada em relação aos leitores/consumidores comuns.

Horácio Pessoa anuncia ainda a disponibilidade de romances de Enrich Perez Escrich em sua loja⁷⁴. Vários livros do Gabinete de Leitura Camocinense trazem o carimbo da firma *H. Pessoa & Cia*, denunciando sua passagem pelo estoque da casa comercial de Horácio Pessoa, o que nos leva a perceber que, entre as formas de aquisição de livros para o acervo, a compra, no caso de Camocim, podia ser feita na própria cidade.

⁷² BRANCO, Camilo Castello. *O romance d’um rapaz pobre*. Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira: 1907. Acervo GLC. Horácio Pessoa foi proprietário de uma casa comercial que incluía livros em seus estoques. O livro em questão, no entanto, não traz o carimbo da firma, o que sinaliza para a possibilidade de não ter passado pelo estoque comercial, mas pelo acervo pessoal do doador. O estabelecimento de Horácio Pessoa será analisado com mais profundidade no próximo capítulo.

⁷³ Entre os títulos anunciados por Horácio Pessoa, destacamos o *Almanaque das Senhoras*, a 2\$000 (dois mil réis); *Almanaque Ilustrado* a 1\$000 (mil réis); *Almanaque de Lembranças* a 2\$000 (dois mil réis). *Pátria*. Sobral, 18 set. 1912, p. 3.

⁷⁴ Obras de Escrich. *Pátria*. Sobral, 6 nov. 1912, p. 3. Sobre a leitura de romances de Enrich Perez Escrich no Ceará, ver PINHEIRO FILHO, José Humberto Carneiro. *Os romances de Enrique Perez Escrich: cotidiano de leituras na Biblioteca Provincial do Ceará*. Disponível em < <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br>>.

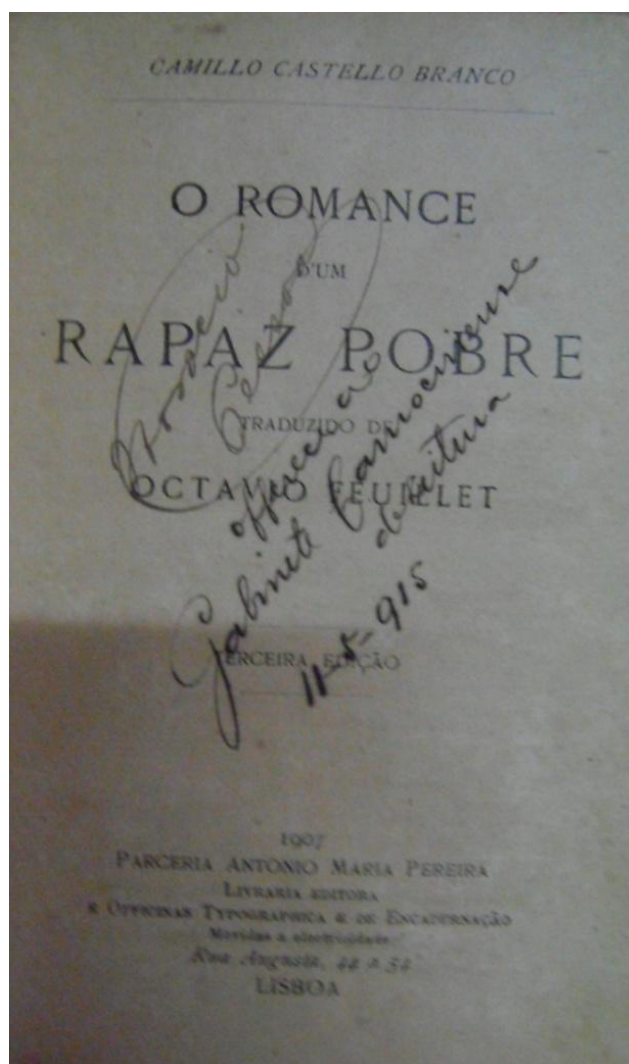


Figura 4: Folha de rosto do livro “O romance d’um rapaz pobre” com dedicatória de Horácio Pessoa ao Gabinete de Leitura Camocinense. Acervo do autor.

Tomando como base a forma de aquisição, podemos concluir que a organização do acervo dos gabinetes de leitura era feita a partir de duas operações básicas: doações e compras.

Percorrendo o acervo do Gabinete de Leitura Ipuense encontramos alguns livros contendo indicação de aquisição por compra onde consta o preço do volume, como ocorre no livro “Discursos proferidos na sessão de 1871”, de José de Alencar⁷⁵, onde se pode ver a seguinte anotação: “Custou 6\$000 réis, porte: 600”.

No exemplo acima, temos um indício importante acerca dos caminhos do livro: o valor do custo do transporte perfaz um percentual de dez por cento

⁷⁵ ALENCAR, J. de. *Discursos proferidos na sessão de 1871*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1871. Acervo GLI.

do preço pago pelo produto, indicando a forma de cobrança pelo serviço de transporte de livros e o quanto este serviço podia pesar sobre o valor final que se pagava para ter acesso a eles.

Outro livro adquirido por compra foi a “Gramática sintética da língua portuguesa”⁷⁶, cujo custo, conforme anotação na segunda página, foi de 3\$000 (três mil réis).

A compra de livros fazia parte do movimento financeiro como podemos atestar no balanço referente ao ano de 1918/19 publicado no jornal *Correio do Norte* por ocasião da passagem do primeiro aniversário do Gabinete de Leitura Ipuense em 1º de janeiro de 1920. Consta naquele documento, entre os lançamentos das despesas referentes ao mês de março de 1919, a saída de 14\$000 (catorze mil réis) com o seguinte histórico: “Dinheiro entregue ao presidente para compra de livros”⁷⁷.

De acordo com o mesmo documento, o movimento financeiro do Gabinete de Leitura Ipuense no mês de outubro de 1919 foi marcado por despesas com livros. No dia 4, o balancete aponta o pagamento de 15\$000 (quinze mil réis) referente a “frete e carro de livros”⁷⁸. Precisamos chamar a atenção para o fato de tal despesa não referir-se à compra propriamente dita, mas a serviços adicionais. Nada impede que os livros cujo transporte foi pago neste dia tenham sido objeto de doações, ficando a cargo do Gabinete seu transporte até a cidade de Ipu.

Em caso de não procederem de doações, o valor pago por eles pode ser intuído a partir da despesa com transporte. Vimos que os valores cobrados a título de frete equivaliam a dez por cento – pelo menos nos casos identificados – o que nos levaria a concluir que os livros adquiridos naquele momento custaram algo em torno de 150\$000 (cento e cinquenta mil réis).

Operação semelhante foi registrada para o dia 18 do mesmo mês indicando o pagamento de 106\$000 (cento e seis mil réis) referentes a “encadernação, frete e carro de livros”⁷⁹.

⁷⁶ FIGUEIREDO, Candido de. *Gramática sintética da língua portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira e Cia: 1916. Acervo GLI.

⁷⁷ Balancete geral do Gabinete de Leitura Ipuense. *Correio do Norte*. Ipu, 8 jan. 1920, p. 3.

⁷⁸ Id. Ibidem.

⁷⁹ Id. Ibidem.

Percebemos aqui em mais detalhes as etapas envolvidas no processo de aquisição de livros por um gabinete de leitura. Além da doação ou compra, era necessário contratar o serviço de transporte do ponto de envio até o destino, serviço este desempenhado pelas companhias de navegação a vapor e pela ferrovia. A constituição de um acervo demandava o emprego dos vários meios de transporte disponíveis, desde os vapores, passando pelos trens, chegando aos carreteiros locais.

Vindo pelo vapor, o livro exigia dois tipos de frete: o marítimo e o ferroviário. Não seria de estranhar que o serviço fosse pago de uma só vez ou, pelo menos, registrado numa única operação no balancete. Chegado ao porto de Camocim, o livro passaria ao trem da Estrada de Ferro de Sobral, sendo entregue na estação de Ipu. Dali até a sede do Gabinete se fazia necessária a contratação do serviço de carreto, cuja oferta não deveria ser escassa na estação.

Robert Darnton, investigando os “intermediários esquecidos da leitura” a partir dos livros de controle da Société Typographique de Nêuchatel, identificou vários livreiros cuja atuação considera indispensável à circulação do livro no século das luzes francês⁸⁰. Para o nosso caso, estafetas e carreteiros fazem papel parecido, funcionando como intermediários facilmente esquecidos da leitura na região norte do Ceará.

A organização dos acervos dos gabinetes de leitura da região norte constitui um processo que envolve as seguintes etapas:

Primeiro: aquisição dos livros por doação ou compra, sendo que a doação ocorria em parte como fruto do empenho de alguns sócios – como Abílio Martins – que buscavam angariar livros junto a amigos e conhecidos;

Segundo: transporte dos livros até o porto, o que se fazia por frete contratado com as companhias de navegação a vapor ou por meio de algum conhecido ou sócio enviado para a aquisição, o qual incluía os livros em sua bagagem;

Terceiro: transporte dos livros do porto de Camocim à cidade de Ipu, o que se fazia da mesma forma, só que pela Estrada de Ferro de Sobral; e

⁸⁰ DARNTON, Robert. Os intermediários esquecidos da leitura. In: *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 150-167.

Quarto: transporte da estação à sede do Gabinete, o que se fazia por carreteiros que se encarregavam de transportar sobre os ombros ou em carroças os volumes pelas ruas da cidade, indo entregá-los ao bibliotecário ou ao presidente do Gabinete.

Sabemos ainda por meio do balancete que alguns livros necessitavam do serviço de encadernação. Não sabemos se tal necessidade deve-se ao fato de chegarem em mau estado, correndo o risco de se perderem as folhas, ou se eram comprados em cadernos soltos.

As mesmas etapas eram cumpridas pelo Gabinete de Leitura Camocinense, eliminando-se apenas o recurso ao trem visto que a cidade abrigava o porto aonde chegavam os livros pelos vapores.

Os livros do Gabinete de Leitura Ipuense carregam etiquetas em suas lombadas contendo a numeração que lhes foi atribuída por ocasião de sua inclusão no acervo da Biblioteca Francelina Martins Araújo, atualmente incorporada à biblioteca escolar da Escola de Ensino Fundamental e Médio Auton Aragão. Alguns exemplares, no entanto, permitem ver junto da etiqueta atual, a antiga etiqueta aplicada pelo bibliotecário do Gabinete de Leitura (figura 5). Outros ainda trazem anotado a lápis seu número de tombo na contracapa.

A composição do acervo de um gabinete de leitura demandava, pois, uma série de esforços. Iniciada pela angariação da doação ou pela decisão e destinação do recurso pecuniário para a aquisição por compra. Esta primeira etapa envolvia sujeitos doadores e angariadores – no caso dos livros adquiridos por doação – e o tesoureiro, o presidente e um sócio ou demais portadores aos quais se pudesse encarregar da compra de livros nas livrarias localizadas em Fortaleza ou nos demais grandes centros de distribuição visitados.

Realizada a compra ou doação, o livro segue um caminho que envolve a navegação a vapor e o trem. Nesta etapa, passa pelas mãos de carregadores, empregados das companhias de navegação e da ferrovia como item da bagagem do sujeito encarregado de seu transporte do ponto de aquisição até o gabinete.

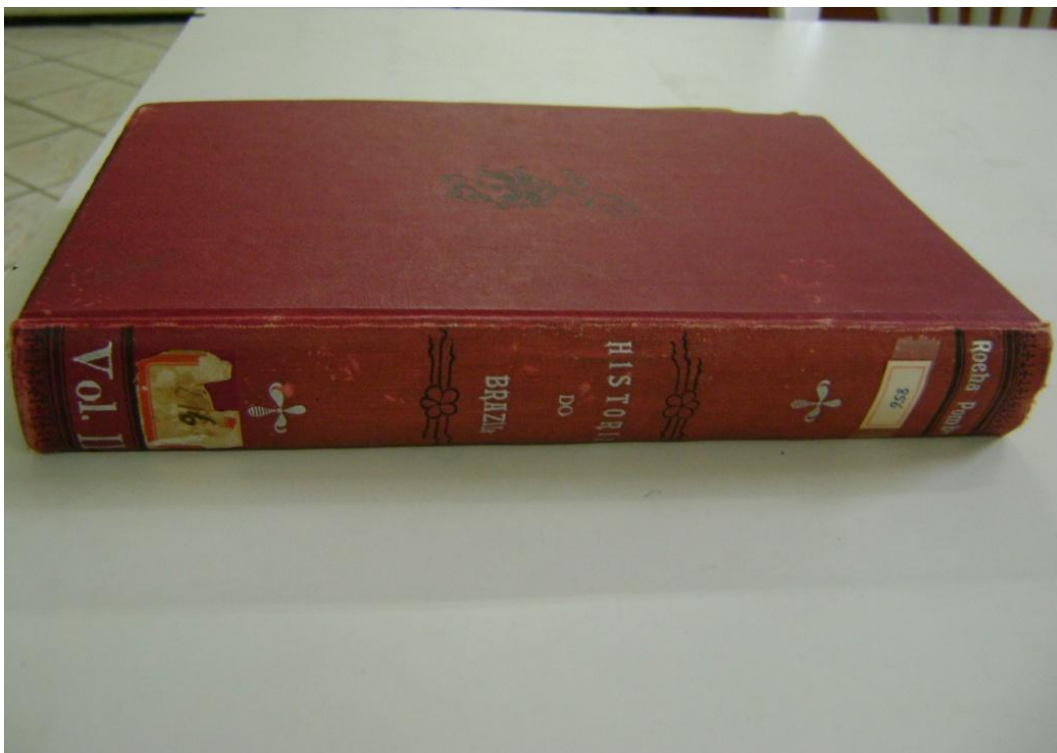


Figura 5: Lombada do volume I da “História do Brasil”, de Rocha Pombo, onde se vê a etiqueta antiga já bastante mutilada. Acervo do autor.

Havia ainda o carreteiro local, normalmente um homem bastante rústico, caracterizado por ganhar a vida apenas recorrendo à força física. Entre os vários volumes transportados em seus ombros, aqui e acolá surgia uma mercadoria especial: o livro.

Percebemos que o objeto-livro, após sua aquisição e destinação aos gabinetes de leitura, passava pelas mãos de sujeitos diversos, sendo tratado de forma igualmente diversa por cada um deles. Para o doador, o livro representava uma valiosa contribuição para o desenvolvimento intelectual da cidade onde estava instalada a instituição recebedora; para o angariador da doação, o livro doado representava a prova de seu êxito, de seu poder de convencimento ou de sua influência sobre o doador. Para os sujeitos envolvidos nos serviços de transporte, o livro era uma mercadoria pesada e que necessitava de cuidados especiais – nem sempre dispensados a contento.

1.3 Cursos noturnos de primeiras letras

O dia 12 de fevereiro de 1916 foi marcado pelas comemorações do segundo aniversário do Gabinete Viçosense de Leitura. Logo no início da

manhã foi feita a distribuição gratuita dos exemplares do jornal *Polyanthéa*, em edição comemorativa aos dois anos do Gabinete. A impressão foi feita na Tipografia Commercial de *Pessoa & Cia*⁸¹.

O jornal trazia em suas páginas vários artigos destacando a atuação do Gabinete Viçosense de Leitura e exaltando a coragem e o altruísmo de seus fundadores e sócios. No entanto, das iniciativas destacadas ali, uma ocupou espaço de inegável destaque no discurso levado a efeito pelo jornal: o curso noturno de alfabetização criado pelo Gabinete e ofertado às crianças pobres da cidade.

Nas palavras de Joaquim Alerano Bandeira de Barros, seu primeiro presidente, o curso noturno representa a antecipação dos viçosenses em relação ao restante do país no que tange à sensibilidade para com a necessidade de se implementar a alfabetização das classes populares. Em seu artigo destaca:

“Muito antes do movimento contra o analfabetismo que se iniciou no Sul do Brasil, já o Gabinête Viçosense começava sem ruidos e sem reclamos com a maior modestia, um curso noturno onde os pequenos desvalidos, operarios, ocupados durante o dia, podessem receber a instrucção das primeiras lettras; pois só a fundação de escolas pode ser o meio pratico de combater a ignorancia. Sem auxílio dos poderes publicos, unicamente sustentado pela benemerência dos seus consocios, poude o Gabinete Viçosence manter o Curso, colhendo resultados apreciáveis.”⁸²

Valendo-se apenas das contribuições oferecidas pelos sócios, sem contar com nenhuma ajuda dos poderes públicos, o Gabinete Viçosense de Leitura iniciou a oferta de seu curso noturno em junho de 1916, quatro meses após sua fundação⁸³. A ideia mereceu o apoio dos sócios e a primeira discussão a seu respeito girou em torno do nome a ser adotado. A resposta veio com a aprovação da sugestão de se prestar homenagem ao major Valdevino Elias de Alencar⁸⁴.

⁸¹ Id. *Ibidem*; *Polyanthéa*. Viçosa, 13 fev. 1918. Horácio Pessoa, o dono da tipografia, é o mesmo que anunciou a venda de romances de Enrich Perez Escrich em seu estabelecimento comercial situado em Camocim. *Obras de Escrich. Patria*. Sobral, 6 nov. 1912, p. 3.

⁸² BARROS, Joaquim Alerano Bandeira de. Gabinete Viçosense. *Polyanthéa*. Op. cit., p. 1.

⁸³ BARROS, Luiz Teixeira. Op. cit. p. 246.

⁸⁴ Valdevino Elias havia marcado a memória local por sua notável disposição caritativa. Suas iniciativas no sentido de prover socorro aos necessitados tornaram-se famosas na cidade.

O motivo principal pelo qual deveria se orgulhar o Gabinete não era a simples fundação do curso, mas sua manutenção sem a ajuda do governo. Manter as atividades de um curso noturno implicava em despesas, principalmente com a iluminação, visto que as aulas eram ministradas no período noturno⁸⁵.

Padre Carneiro – presidente eleito naquela ocasião – se refere ao curso noturno como um “milagre” realizado pelo Gabinete e à instrução como o único meio de “ageitar a creança a ser homem, inclinar o menino a cidadão!”⁸⁶. Percebe-se, neste trecho, a clara associação – na qual acreditava não somente o autor das linhas transcritas – entre educação e cidadania, ou melhor, a educação sendo vista como único meio de se construir a cidadania, ou de transformar crianças pobres em cidadãos.

Em Viçosa o propósito era alfabetizar as crianças pobres, apresentadas como filhas dos operários. A palavra “operário”, quando posta pela pena daqueles homens de letras, designava os trabalhadores empregados em ofícios ligados ao trabalho braçal ou artesanal. Eram empregados das poucas oficinas de carpintaria, fundições, etc.

O “descuido” dos pais para com a alfabetização dos filhos, bem como a inércia dos governos, é refutado como crime, uma vez que a consequência seria a perdição destas crianças nos tortuosos caminhos que levavam à vagabundagem, prostituição, criminalidade e toda sorte de vícios como destaca Edmundo Fontelle no trecho a seguir:

“Culpados são os governos, que gastam os poucos recursos da Nação em superfluidades, em vez de abrirem mais escolas; culpados são também e, ainda mais que aqueles, os paes de familia, que menosprezam a educação de seus filhinhos, deixando-os vagar pelas ruas e esquinas, apprendendo tudo o que é pavaroso e ignobil: o jogo, a embriaguez, o crime!!...”⁸⁷

Por ocasião da eleição de Marcos Franco Rabelo para a presidência do Ceará, foi Valdevino o escolhido para ocupar a chefia da intendência municipal em Viçosa. Id. *Ibidem*.

⁸⁵ A iluminação era feita por lâmpadas de carbureto, cuja aquisição bem como o reparo das lâmpadas constitui despesa corriqueira como pudemos inferir por exame do balancete do Gabinete de Leitura Ipuense para o ano de 1918/19. Balancete geral do Gabinete de Leitura Ipuense. *Correio do Norte*. Op. cit., p. 3.

⁸⁶ CUNHA, Padre José Carneiro da. Salve 13 de fevereiro. *Polyanthéa*. Op. cit., p. 2.

⁸⁷ FONTELLE, Edmundo B. 13 de fevereiro. *Polyanthéa*. Op. cit. p. 2.

Embora o propósito do curso noturno fosse ensinar as primeiras letras, havia um repositório de valores a serem incutidos nos alunos. Estes valores podem ser percebidos neste trecho escrito por Francisco Caldas:

“É no seio desta associação benemerita onde o filho do pobre, do proletario, do desherdado da fortuna vae beber a luz purificadora da instrucção: aprender a amar a patria, seus servidores e seus heroes e ter a compreensão nítida de seus deveres para com a família, a sociedade e a mesma patria.”⁸⁸

Uma mistura de valores oriundos do positivismo difundido no Brasil a partir do desenvolvimento do movimento republicano ainda na segunda metade do século XIX. A ideia era iluminar ou ilustrar pela instrução. Iluminar no sentido de afastar as crianças/alunos das trevas da ignorância, incutindo-lhes valores cívico-patrióticos e transformando-os em cidadãos, ou seja, perfeitos cumpridores de seus deveres para com a Pátria em construção.

O cumprimento destes deveres incluía, não se pode esquecer, a veneração para com os heróis, principais atores da história nacional, em cujo rol encontrava-se um filho da cidade: o general Antonio Tibúrcio Ferreira de Sousa, famoso por vencer batalhas na Guerra do Paraguai.

As fontes consultadas não permitem saber até quando se manteve em funcionamento o curso noturno ofertado pelo Gabinete Viçosense de Leitura.

O Gabinete de Leitura Granjense foi criado em 1880, mesmo ano em que foi fundada a Sociedade Propagadora da Instrução⁸⁹. No caso de Granja, temos, por outro lado, a oportunidade de enxergar o curso noturno e o gabinete de leitura inseridos em um conjunto mais amplo de instituições e iniciativas ligadas à cultura letrada, coisa que não nos foi possível no caso de Viçosa. Ali, o curso noturno ofertado pelo Gabinete Viçosense de Leitura ganhou o primeiro plano de forma absoluta, sendo difícil entrever, dada sua hegemonia no discurso veiculado pelas poucas fontes disponíveis, uma possível presença de outras instituições ligadas à cultura letrada.

Em Granja, o Gabinete de Leitura, a Sociedade Propagadora da Instrução, responsável pela implementação do curso noturno, a Filarmônica e o surgimento dos primeiros jornais locais surgiram quase simultaneamente,

⁸⁸ CALDAS, F. Gabinete Viçosense de Leitura. *Polyanthéa*. Op. cit. p. 3.

⁸⁹ XAVIER FILHO, José. *Ignacio Xavier & Cia*. Op. Cit. p. 63.

incentivados pela presença de homens como Antonio Augusto de Vasconcelos, Livio Barreto, Waldemiro Cavalcante, Antonio Frederico Carvalho Mota e outros.

O grau de ligação entre o Gabinete de Leitura Granjense e a Sociedade Propagadora da Instrução constitui um dado difícil de precisar. À primeira vista, podemos perceber que se tratava de duas organizações distintas não sendo, porém, difícil admitir a séria possibilidade de estas duas instituições partilharem talvez a totalidade de seus membros. Tinham em comum o fundador: Antonio Augusto de Vasconcelos.

O *Granjense*, em edição de 25 de setembro de 1881, traz um convite publicado por Antonio Augusto de Vasconcelos e companheiros cujo teor é o seguinte:

“A todos que se interessam pelo melhoramento moral e intelectual do municipio, convidamos para uma reunião hoje à noite em casa do Sr. [ilegível] a fim de combinar sobre os meios mais efficazes de sustentar o Gabinete de Leitura e o curso popular. Não serão considerados sócios aquelles que não comparecerem, salvo motivo previamente justificado.

*Antonio Augusto
José Domingues
Barros Campello
Salustiano Moreira
Antonio Frederico
Livio da Rocha*⁹⁰

Embora ainda não possamos concluir sobre o grau de interligação entre o Gabinete de Leitura e o curso/aula noturna, percebemos a partir do trecho acima que ambos se encontravam em séria crise, a ponto de mobilizar seus sócios a fim de decidirem a respeito das medidas necessárias ao prolongamento da vida daquelas duas iniciativas.

O que se percebe neste momento de crise é que os dois – curso noturno e gabinete – aparecem associados. O caso de Granja sugere a possibilidade de ali o curso noturno ter sido organizado antes do Gabinete de Leitura, ou da biblioteca. O Gabinete de Leitura teria surgido e assumido feição institucional quase ao mesmo tempo e por iniciativa da mesma pessoa: Antonio Augusto de Vasconcelos.

⁹⁰ Convite. *Granjense*. Granja, 27 set. 1881, Noticiario, p. 2.

Embora institucionalmente separados, na prática caminharam juntos, sendo curso noturno e gabinete intimamente ligados, embora aqui o curso pareça ter assumido o primeiro plano, sendo o Gabinete uma criação posterior, quase um apêndice à Sociedade Propagadora da Instrução.

A experiência da criação de cursos noturnos destinados à alfabetização das camadas populares difundiu-se pela região norte do Ceará. Além do caso de Granja, a cidade de Ipu teve seu curso noturno estabelecido em seu gabinete de leitura. Neste caso, claro está a dependência do curso em relação ao Gabinete.

Antonio Bezerra, estando em Ipu em 1884, além de assinalar a existência de um gabinete de leitura “enriquecido com trezentos volumes”, também notou que ali “se procura divulgar por todos os meios da instrução entre o povo”⁹¹. As anotações de Bezerra não permitem, como se vê dos trechos citados, concluir que o curso estava em funcionamento. Mais coerente é concluir que se procurava organizá-lo enquanto o gabinete também dava seus primeiros passos.

Com o rápido declínio do Gabinete e de seu curso noturno a cidade permaneceu por mais de duas décadas sem estas duas instituições. Em 1918, um novo grupo de homens de letras se organizou com o fim de criar um novo gabinete de leitura na cidade, como vimos no item 1.1.

No dia 1º de janeiro de 1920, ocasião em que este novo Gabinete festejou seu primeiro aniversário, o discurso do presidente, Francisco das Chapas Pinto da Silveira, mencionou, para aplauso da assistência, a intenção da parte da instituição de abrir um curso noturno. O *Correio do Norte*, em edição de 8 de janeiro daquele mesmo ano, transcreveu parte do referido discurso, incluindo o trecho a seguir a respeito da mencionada intenção de montar o curso noturno:

“Ao lado do Gabinete de Leitura pretendemos abrir um curso noturno de modo a facilitar o ensino aos que não poderem frequentar as aulas officiaes.”⁹²

⁹¹ BEZERRA, Antonio. *Notas de viagem*. 3 ed. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1965, p. 220.

⁹² O “Gabinete de Leitura Ipuense” festejou o seu 1º aniversário. *Correio do Norte*. Ipu, 8 jan. 1920, p. 1.

Tal intenção não chegou a se realizar. Todas as fontes consultadas a respeito da trajetória do Gabinete de Leitura Ipuense, fundado em 1918 e instalado em 1919, não mencionam em momento algum sua fundação. A fala do presidente do Gabinete de Leitura Ipuense revela, no trecho citado, a existência de aulas “oficiais”, ou seja, o ensino público já se fazia presente na cidade. No entanto, o curso noturno destinava-se aos que se encontravam impedidos – por força do trabalho – de frequentar estas aulas, ministradas durante o dia.

Entre as prováveis causas para a sua não instalação está a queda na frequência ao Gabinete.

“Temos um ‘Gabinete de Leitura’, que já possui boa bibliotheca composta de obras de leitura instructiva e san. Esse Gabinete é frequentado por pequeníssimo numero de pessoas, ao passo que as jogatinas regorgitam de *habitués*, entre os quaes se encontram até creanças! E, (ainda é mais triste dizer-se!) as jogatinas prosperam, multiplicam-se, alastram-se por toda cidade, ao passo que o Gabinete de Leitura definha e muito breve se extinguirá por completo por falta de contribuintes!”⁹³

Não contando com a presença e, muito provavelmente, com a colaboração dos sócios que se afastavam cada vez mais, a instalação do pretendido curso se tornou absolutamente inviável.

Voltando ao Gabinete Viçosense de Leitura e ao jornal *Polyanthéa* é possível perceber o curso noturno ali fundado como o principal motivo pelo qual o Gabinete Viçosense recebia tantos elogios naquela ocasião. Seria como concluir que o curso justificava a própria manutenção da instituição.

Os casos de Ipu e Viçosa refletem posições contrárias. No primeiro, a meta de instalação da biblioteca foi alcançada com louvor, enquanto a instalação do curso naufragou fragorosamente. No segundo, a biblioteca foi instalada, mas apenas um ano e oito meses após a fundação da instituição, como já vimos. O curso noturno, porém, foi criado antes da própria biblioteca, refletindo a importância e a urgência a ele atribuída, denuncia que sua criação era a prioridade do Gabinete.

Pensando a região norte do Ceará como palco da configuração de uma rede de circulação de livros e informações escritas, facilitadas as

⁹³ A nossa cidade. *Correio do Norte*. Op. cit.

comunicações pelo telégrafo, que acompanha a ferrovia, e pela imprensa, é possível perceber que estes sucessos e insucessos vivenciados pelos homens de letras no esforço de constituírem cursos noturnos e bibliotecas, além de outras realizações por eles chamadas de “melhoramentos”, não ficavam imunes a comentários e considerações.

No início da década de vinte do século XX, levantou-se na cidade de Ipu a ideia de construir ali um passeio público, uma avenida para proporcionar um espaço público de sociabilidade. A intenção era seguir a moda das avenidas e bulevares já implantada em centros mais desenvolvidos do Brasil.

Aconteceu, porém, que o projeto, capitaneado por Thomaz Corrêa, não conseguiu efetivar-se por falta de colaboração. Ele foi ficando aos poucos isolado na defesa daquela ideia, a ponto de Abílio Martins satirizar sua postura em versos publicados no *Correio do Norte*, onde menciona de forma burlesca a indiferença e os comentários feitos pelos próprios homens de letras e políticos da cidade, todos troçando da ideia levantada, inclusive apontando tal postura da parte de seu genro e filhos⁹⁴, como se pode ver a seguir:

“O sonho do THOMAZ CORRÊA

Nesta terra muita gente
Que vive a rir, pela frente
Faz caretas, por de traz...
Na frente - cara fingida,
Por traz - páu na avenida...
Isso é lá gente, Thomaz!?

Essa campanha, em surdina,
É toda feita, na esquina
Do Odulpho, todos os dias...
O principal é João Bessa,
E o Odulpho já não começa
A ter as mesmas manias!?

Por noticias muito vagas
Sei, entretanto, que o Chagas
Caladinho tambem faz,
Com aquella cara risonha,
Uma campanha medonha...
O proprio Chagas, Thomaz!...

O Prefeito, a mim, me disse

⁹⁴ O sonho de Thomaz Corrêa. *Correio do Norte*. Ipu, 8 mar. 1923, p. 2

Que Avenida era tolice,
 Que estava morta a Avenida.
 Quando eu penso que o Prefeito
 Si quisesse dava um jeito...
 Mas, Thomaz, isso é lá vida!

O próprio Xico Corrêa
 Que tem seu sangue na veia
 Diz que a Avenida não vae!!!
 Aplique lhe um castiguinho,
 Tape a bocca do Xiquinho,
 P'ra que diabo a gente é pae!?

O Auton, seu genro, me disse
 Que ninguém mais lhe pedisse
 Concurso p'ra coisas taes
 E que a Avenida não ia...
 Ah! Thomaz, mostre energia,
 Mostre que é sogro, Thomaz!

O outro genro - o Quixadá
 Diz-lhe que dá, mas não dá...
 Aquillo é typo medonho!...
 Diante do sogro - olhe a fita! -
 Mas, só você acredita
 Nessas fitas do Totonio.

Leva-se tudo, em risada,
 Nem Avenida, nem nada,
 Nesse Ipú velho, se faz...
 Deixemos esses ardores,
 Nós somos dois sonhadores
 Incorrigiveis, Thomaz...⁹⁵

Os versos de Abílio foram lidos em Viçosa, pois ali também se encontravam assinantes do *Correio*. Sem demora, alguém enviou, sob o pseudônimo “Fabius Contactor”, versos sugerindo aos ipuenses que construíssem na cidade um gabinete de leitura, visto que a construção da avenida não tinha logrado êxito até aquele instante.

Os versos seguem na citação a seguir:

“O GABINETE DE VIÇOSA
 Sonho realizado do ALERANO

Sr. Thomaz, Dr. Abilio
 Venham vêr coisa famosa
 Subam cá na nossa terra

⁹⁵ CINCINATUS. O sonho do THOMAZ CORRÊA. *Correio do Norte*. Ipu, 08 mar. 1923, p. 2.

Na cidade de Viçosa,
 Vejam uma obra perfeita
 Completa, fina e direita!

Um bello sonho fagueiro
 Já teve a realização;
 Devido ao padre Carneiro.
 Venceu tudo a sua acção.
 Os mais socios persistentes
 Luctaram e estão contentes.

E hoje a Viçosa tem
 Um Gabinete obra rica!
 Bella terra de Arakem
 Por nós vencida já fica
 Pois tudo que começamos,
 Com gosto e fôrça acabamos.

Trabalho, força e vontade
 Meus caros amigos de lá!
 Vençam as dificuldades
 Que temos vencido por cá!
 Reuam-se^[sic] n'um bom piquête,
 Façam lá um Gabinete.⁹⁶

Não podemos deixar de notar como os viçosenses, em 1923, ignoram – propositalmente, é certo – a existência do Gabinete de Leitura Ipuense, instalado em 1919. Seria como dizer que, para os vitoriosos homens de letras de Viçosa, orgulhosos de seu Gabinete devidamente munido de um curso noturno, aquele do Ipu, munido apenas de biblioteca, representasse uma iniciativa nula.

Fundar um gabinete de leitura, nele estabelecer um curso noturno e mantê-lo em funcionamento era motivo mais do que justo para merecer o respeito da cidade, tendo em vista o caráter atribuído à nobre missão alfabetizadora, associada ao próprio processo de conversão de crianças e adultos ignorantes em cidadãos devidamente preparados para colaborar com o progresso de uma nação republicana em construção.

Ao fim e ao cabo, os ipuenses amargam ante os viçosenses a pecha de incapazes de levar a bom termo a realização dos melhoramentos projetados. A avenida não se construía, o gabinete não conseguia fundar seu curso noturno e sua biblioteca permanecia relegada à indiferença, enquanto o jogo grassava impunemente, aliciando, inclusive, crianças.

⁹⁶ Gabinete de Viçosa. *Correio do Norte*. Ipu, 5 abr. 1923, p. 2.

Percebemos, pois, a existência de certa disputa entre as cidades da região norte, ficando evidenciada entre Ipu e Viçosa. Nada impede, no entanto, de considerar o fato de que, graças às comunicações entre elas, ter se estabelecido de forma velada uma competição no sentido de contabilizar os sucessos e insucessos alcançados na fundação e manutenção de gabinetes de leitura e cursos noturnos de alfabetização.

Em Camocim, o curso noturno foi fundado em 1918, quase cinco anos após a fundação do Gabinete de Leitura Camocinense. Ali, ele recebeu o nome de “Escola Noturna Barão de Studart”. Logo em sua fundação, já contava com uma subvenção por parte do governo do estado, como é possível perceber pelo telegrama enviado ao dito governo por Júlio Cícero Monteiro em 3 de janeiro de 1918 e publicado na *Gazeta Oficial*, conforme transcrição a seguir:

“Camocim , 3:

Inaugurou-se hontem a noite, presença sócios Gabinete, Inspector Escolar, ‘Escola Barão Studart’ subvencionada governo Estado. J. C. Monteiro presidente Gabinete.”⁹⁷

Percebe-se, a partir do telegrama, o possível vínculo entre o Gabinete de Leitura Camocinense e a escola noturna que se fundava. O telegrama comunicando tão importante iniciativa ao governo do estado foi enviado pelo presidente do Gabinete e a solenidade, como faz questão de enfatizar, contou com a presença dos sócios do mesmo. Tal constatação sugere a possibilidade de, no caso específico de Camocim, o curso/aula noturna não ter podido ocupar o mesmo espaço do gabinete em face de possíveis limitações em sua sede, o que não significa dizer necessariamente que fossem institucionalmente independentes.

O fato de aula noturna ter nome próprio não significa – e as fontes consultadas em nenhum momento sugerem o contrário – que lhe tenha sido atribuído um corpo social ou uma diretoria, à semelhança do que ocorria com o Gabinete.

Em 1919, o Gabinete de Leitura Camocinense passou a ocupar o mesmo prédio, um sobrado à Rua da Estação, junto com a Associação Comercial e a Escola Noturna Barão de Studart, como informou Júlio Cícero

⁹⁷ *Gazeta Oficial*. Fortaleza, 15 jan. 1918, Telegramas Officiaes, p. 2.

Monteiro ao *Correio do Norte*, em edição de 26 de fevereiro de 1920, em trecho que transcrevemos abaixo:

“Nosso ‘Gabinête de Leitura’ desde o anno passado que se acha confortavelmente instalado num sobrado, á rua da Estação, funcionando conjuntamente, no mesmo prédio, a escola noturna ‘Barão de Studart’ e a ‘Associação Commercial’. Mas... cousa singular! Com a subida do Gabinête, deceu a freqüência!”⁹⁸

Difícil concluir, a partir das palavras de Júlio Cícero Monteiro, quem teria chegado primeiro ao prédio. Não é possível saber se, por ocasião da transferência do Gabinete de Leitura para o dito prédio à Rua da Estação, ali já estavam estabelecidas a Associação Comercial e a Escola Noturna ou, ao menos, qualquer uma das duas.

Para a cidade de Sobral, não foram encontradas nas fontes consultadas qualquer menção a um curso noturno ou coisa que o valha.

Os cursos noturnos constituem, como indica o caso de Viçosa, a principal meta dos gabinetes de leitura. Não conseguir instalá-los, como indica o caso de Ipu, significava amargar séria derrota na batalha pelo melhoramento das cidades.

A relação dos cursos com os gabinetes constitui uma questão que suscita respostas ambíguas, em parte devido à rarefação das fontes. Não foi possível, porém, descartar completamente a ligação entre estas duas instituições em nenhum dos casos estudados. Mesmo em Granja, onde percebemos indícios da fundação da Sociedade Propagadora da Instrução como sendo anterior ao Gabinete de Leitura Granjense, o vínculo entre as duas instituições permanece no simples fato de ambas terem alguns sócios em comum, entre eles o fundador, Antonio Augusto Vasconcelos.

Seja por derivação ou por comunhão de sócios e fundadores, cursos noturnos e gabinetes de leitura constituem faces da mesma moeda fazendo parte do repertório de projetos e ações da parte dos homens de letras da região norte do Ceará no sentido de promover a alfabetização e prática da leitura em suas cidades.

⁹⁸ De Camocim. *Correio do Norte*. Ipu, 26 fev. 1920, p. 2.

CAPÍTULO II

O circuito do livro na região norte:

Tipografias, casas comerciais, livrarias e gabinetes de leitura

O exame dos acervos do Gabinete de Leitura Ipuense e do Gabinete de Leitura Camocinense permite, a partir dos indícios contidos nos livros, entrever pontos de passagem do impresso nas cidades da região norte do Ceará.

Percorrendo os jornais, percebemos a veiculação de anúncios de livros colocados à venda em casas comerciais cuja principal atividade não era o comércio livreiro, mas que não deixavam de incluir o livro como item em seus estoques tendo em vista a previsão de uma procura certa por alguns títulos mais recorrentes, especialmente livros de natureza religiosa ou didática.

Alguns comerciantes iam mais longe anunciando a venda de romances, almanaques, revistas de variedades e coleções de jornais. Percebemos que, apesar da ausência de livrarias, o livro que chegava aos gabinetes de leitura não deixava de percorrer um circuito comercial, figurando nos estoques das firmas comerciais.

A mesma constatação foi feita ao analisar os livros de contas e livros caixa das firmas *Ignacio Xavier & Cia* e *Carvalho Motta & Irmão*, estabelecidas na cidade de Granja entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do XX.

Embora nos gabinetes predominem os romances, podemos perceber a circulação de outros tipos de livros quando lançamos o olhar para as firmas comerciais. Nas relações de estoque presentes nos livros de contas de balanço, encontramos de leitura, Hilário, gramáticas, geografias, aritméticas, manuais de missa, exemplares da “Imitação de Cristo”, etc. Este material atesta que havia consumo de outros gêneros além do romance.

O propósito deste capítulo é apresentar os pontos de venda de livros na região norte tendo por base anúncios em jornais e de carimbos trazidos pelos livros dos acervos dos gabinetes de leitura. Neles percebemos a existência de uma rede de distribuição de livros de vários tipos pelas cidades,

rede cuja estruturação deve sua possibilidade à presença do trem e dos vapores no porto de Camocim.

Discutiremos ainda o papel desempenhado pelas redações e tipografias de jornais tomando o caso da *Pátria*, publicado em Sobral entre 1910 e 1915. Ali encontramos um ponto de passagem de livros e revistas, além de jornais publicados em diversos pontos do Brasil. Também identificamos no mesmo jornal um local de produção de livros. A sua tipografia foi encarregada de compor e imprimir algumas obras de autores locais as quais serão apresentadas também neste capítulo.

Por fim, procuraremos desconstruir a rede de comunicação estabelecida na região norte do Ceará pela análise da circulação dos livros existentes no acervo dos gabinetes de leitura. Os indícios colhidos junto aos acervos servem de base a este esforço de compreender a constituição desta rede pela identificação dos lugares do livro em seu interior.

2.1 Pontos de venda de livros na região norte do Ceará

Compra, venda, impressão e doações a gabinetes de leitura são ações possíveis de ser encontradas no cotidiano de algumas casas comerciais estabelecidas na região norte do Ceará entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

O carimbo da firma *H. Pessoa & Cia*, de Camocim, foi encontrado em cinqüenta e três livros do acervo do Gabinete de Leitura Camocinense, o que equivale a vinte e dois por cento do mesmo. O sócio principal desta firma era Horácio Pessoa, o mesmo que anunciou ao público a disponibilidade em seu estoque dos romances de Escrich¹. Além da casa comercial, Horácio Pessoa manteve na cidade uma tipografia, a qual recebeu a encomenda dos serviços de impressão da edição comemorativa dos dois anos do Gabinete Viçosense de Leitura².

Identificamos em Horácio Pessoa um homem ligado ao comércio livreiro, embora nos seja bastante difícil esboçar a dimensão de seus negócios no tocante aos livros. Sua firma comercial não aparece em momento algum

¹ Obras de Escrich. *Patria*. Sobral, 6 nov. 1912, p. 3.

² *Polyanthea*. Viçosa, 16 fev. 1918, p. 4.

designada como “livraria”, mas os anúncios em jornal e a presença do carimbo da mesma firma em vários itens do acervo do Gabinete de Leitura Camocinense não deixam de sinalizar para a possibilidade de o livro ter ocupado lugar de inegável destaque no estoque. Outro indício nos vem corroborar esta hipótese: Horácio Pessoa montou em Camocim uma tipografia, evidenciando ainda mais seu envolvimento com o mundo da cultura letrada. Tipografias, imprensa e livros andam juntos. Os caminhos percorridos pelos livros são, em grande parte, os mesmos dos jornais e demais materiais impressos.

O carimbo da *Tipografia Commercial de Pessôa & Cia* foi posto no livro “Manual da Sciencia da Linguagem”³, identificado no acervo do Gabinete de Leitura Camocinense (figura 6). A razão social distinta daquela da casa comercial indica que Horácio Pessoa manteve por algum tempo os dois estabelecimentos. Dos trabalhos realizados pela sua tipografia, encontramos a edição especial do jornal *Polyanthéa*, publicado em Viçosa por ocasião do aniversário de dois anos do Gabinete de Leitura Viçosense⁴, e o *Camocim Jornal*, cuja direção e propriedade pertenciam ao próprio Horácio Pessoa⁵.



Figura 6: Carimbo da tipografia de Horácio Pessoa. Acervo do autor.

Horácio Pessoa apresenta-se, pois, como um homem bastante envolvido com o mundo dos livros e da cultura letrada. Além de incluí-los no estoque de sua firma comercial, montou uma tipografia e imprimiu um jornal,

³ GREGÓRIO, Giacomo de. *Manual da Sciência da Linguagem*. Lisboa: Tavares Cardoso & Irmão – Editores: 1903. Acervo GLC.

⁴ *Polyanthéa*. Viçosa, 13 fev. 1918.

⁵ *Camocim Jornal*. Camocim, 1 mai. 1921.

demonstrando com isso o quanto os limites ainda reduzidos do circuito letrado da região norte não sugeriam a permanência num único ramo da rede de comunicação que se configurava.

O livro em questão não contém nenhuma dedicatória ao Gabinete, nem qualquer outro sinal de passagem por outro lugar além da tipografia. Um manual de linguagem deveria ser tratado num estabelecimento desta natureza como uma espécie de ferramenta para consulta por parte dos tipógrafos, no sentido de evitar erros gramaticais na composição dos impressos.

Não podemos descartar a possibilidade de o livro ter sido levado para o Gabinete após o fechamento da tipografia de Horácio Pessoa, fato cuja data não foi possível identificar. Também pode ter simplesmente sido substituído por uma edição mais nova. É possível ainda que tal transferência – ou doação – não tenha sido feita pelo próprio Horácio, mas por um descendente seu.

As referências à firma de Horácio Pessoa colhidas na imprensa ressaltam sua atuação no comércio livreiro, são anúncios de livros e almanaques disponíveis aos consumidores. O número de livros encontrados no acervo do Gabinete de Leitura Camocinense é considerável, denunciando a passagem dos volumes pelo estoque daquela casa comercial.

Apesar de tantas evidências, seria arriscado afirmar que Horácio Pessoa era proprietário de uma livraria visto que ele mesmo não anunciava seu estabelecimento usando deste qualificativo.

Horácio Pessoa nos permitiu, pelos anúncios publicados no jornal *Patria*, ter alguma noção dos preços cobrados pelos livros na praça comercial de Camocim, os quais não deviam variar muito quando vendidos em outras cidades da região, sendo de se esperar que sofressem leve majoração em seus preços devido ao frete cobrado pela ferrovia, necessário para que os livros chegassem ao interior.

Na edição de 6 de novembro de 1912, o anúncio especifica os romances de Enrich Perez Escrich indicando-lhes o preço cobrado. O livro “Os predestinados” abre a lista de títulos anunciados, sendo atribuído o preço de 12\$000 (doze mil réis) à coleção de quatro volumes. São mencionados ainda os livros: “Os que riem e os que choram” a 9\$000 (nove mil réis), a coleção com três volumes; “Coração nas mãos” a 10\$000 (dez mil réis) a coleção com quatro volumes; “Casamentos do diabo” a 9\$000 (nove mil réis) a coleção com

três volumes; e “O pão dos pobres” a 10\$000 (dez mil réis) a coleção com três volumes⁶.

Comparando o preço de um livro ou de uma coleção de poucos volumes com outras mercadorias, podemos ter uma noção do valor atribuído a este objeto e nos possibilita ainda verificar até que ponto o livro poderia ser considerado um objeto de luxo para os leitores/consumidores da região norte do Ceará.

Com um valor levemente menor do que o cobrado pela coleção em quatro volumes do livro “Os predestinados” era possível comprar um alqueire de milho, cujo preço na praça comercial de Sobral chegava a 9\$500 (nove mil e quinhentos réis), quase o mesmo preço cobrado pelos três volumes do romance “Os que riem e os que choram”.

Se individualizarmos os volumes, percebemos que preço médio de cada um girava em torno de 3\$000 (três mil réis), o que era suficiente para se adquirir em Sobral algo como um quilo e meio de queijo ou três quilos de carne seca⁷.

Uma relação interessante e reveladora é aquela que estabelecemos entre o preço médio de um volume de romance no ano de 1912 pela firma de Horácio Pessoa em Camocim, e a diária de um operário alistado na obra de construção do Açude Bonito em Ipu no ano de 1920. Enquanto o livro custava em torno de 3\$000 (três mil réis), um operário ganhava, oito anos depois, 1\$500 (mil e quinhentos réis) diários⁸. Diante dos valores apresentados, fica patente o descompasso entre o valor cobrado pelo livro no mercado local e o diminuto poder aquisitivo representado pela remuneração de um operário engajado nas obras emergenciais implantadas na região pela IFOCS (Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas).

A única possibilidade de acesso à leitura para os trabalhadores seria outro lugar dos livros que não as livrarias: os gabinetes de leitura. Isto só seria possível, porém, se este operário resolvesse abrir mão de, no mínimo, dois dias de trabalho mensalmente, tendo em consideração o fato de a mensalidade cobrada aos sócios do Gabinete de Leitura Ipuense custar 3\$000 (três mil réis).

⁶ Obras de Escrich. Op. cit. 3.

⁷ NOSSO MERCADO. *Pátria*, op. cit.

⁸ *Correio do Norte*. Ipu, 11 nov. 1920, p. 1.

Percebemos que a leitura de romances e demais obras ofertadas pelos gabinetes de leitura não se encontrava ao alcance dos operários da IFOCS, cujo contingente compunha-se de vítimas das secas. Este imenso contingente, cujo volume era capaz de mais que dobrar a população de algumas cidades – como Ipu e Camocim – em períodos de seca não tinha, no período pesquisado, possibilidades de acesso à leitura, embora já existissem os gabinetes de leitura.

As pistas levantadas não permitem, porém, afirmar com plena certeza que estes trabalhadores não liam nada absolutamente. Os caminhos do livro e da leitura em cidades como Camocim e Ipu, além de Sobral e Viçosa, estão muito longe de serem mapeados por completo e, definitivamente, não é esta a pretensão deste estudo.

Não seria de surpreender se viéssemos a encontrar evidências da presença de livros no cotidiano dos trabalhadores. Nada nos pode provar sua completa ausência nos acampamentos dos trabalhadores alistados nas obras de construção do Açude Bonito ou da Estrada de Rodagem Ipu-São Benedito. Lembramos que os engenheiros enviados pela IFOCS incumbidos da administração destas obras demonstram alguma relação com a leitura, como exemplifica o caso do engenheiro José de Sá Roriz, que doou exemplares da “História Universal”, de Guilherme Onken, ao Gabinete de Leitura Ipuense⁹.

A casa comercial de Horácio Pessoa não foi a única a atuar no comércio livreiro em Camocim. Francisco Menescal Carneiro, bibliotecário do Gabinete de Leitura Camocinense, constitui seu próprio negócio entrando no comércio de livros ao fundar a *Casa Menescal – Livraria e Papelaria*, cujo

⁹ Um caso emblemático foi descoberto por André Frota Oliveira. Trata-se do engenheiro José Privat, estabelecido em Camocim na segunda metade do século XIX com a incumbência de comandar os trabalhos da construção da Estrada de Ferro de Sobral. Após sua morte, em 5 de maio de 1882, sua viúva enviou ao juiz municipal uma petição solicitando autorização para leiloar os bens do falecido, entre eles os seus livros. Entre os autores incluídos no espólio de José Privat figuram: Boillet, Sonnet, Lyell, Chernoviz, Liais, Whepple, Level, Abilio Borges, Nicolau Moreira, Poloceau, Jacquet Stanley, Capelo e Ivens, Thiers, Rebouças, Ramée, Claudel, Scheffler, Proudhon, Oppermann, Paul Féval, Alexandre Dumas, Victor Jugo, Julio Verne, Vaskoll, Bazaine e Mallet. Também foram incluídos diversos jornais ingleses. OLIVEIRA, André Frota. *A Estrada de Ferro de Sobral*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda., 1994, p. 85.

carimbo aparece nos livros “História da América para o Curso Primeiro”¹⁰ e “Vida e trabalho”¹¹ (figura 7).

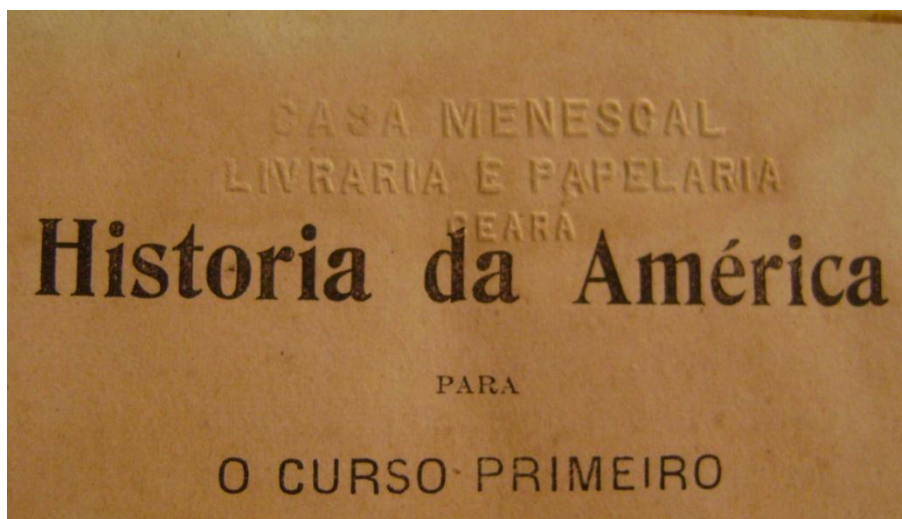


Figura 7: Carimbo em relevo da Casa Menescal estampado no livro “História da América para o curso primeiro. Acervo do autor.

Entre os duzentos e quarenta e um livros identificados no acervo do Gabinete de Leitura Camocinense, dezessete trazem o carimbo de “F. Menescal Carneiro”. Este indício, por outro lado, não nos permite afirmar com exatidão a passagem de tais livros pelo estoque da livraria de Francisco Menescal. Pode ser que este carimbo tenha sido usado para indicar a pertença do livro ao seu acervo particular e não ao estoque da livraria.

Por outro lado, nada sabemos a respeito da maneira como Francisco Menescal Carneiro organizava seus acervos. Nada impede que tenha misturado itens de sua biblioteca particular com o estoque da livraria ou que nem sequer tenha se preocupado em fazer esta diferenciação. Em suma, não há como saber se estamos tratando de uma pessoa preocupada com a organização de seu acervo ou não.

A prática de estampar nos livros um carimbo com o nome do proprietário demonstra o cuidado que se tinha em assinalar a posse do livro, reforçando seu valor como objeto de consumo. O carimbo serviria, possivelmente, como prova do pertencimento ao legítimo proprietário em caso

¹⁰ POMBO, Rocha. *História da América para escolas primárias*. Paris/Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro-editor, 1903. Acervo GLC.

¹¹ SMILES, Samuel. *Vida e trabalho*. Paris/Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro-editor, 1901. Acervo GLC.

de furto ou qualquer outra forma de extravio, selando uma relação de pertencimento, registrando-a por meio de uma forma de escrita cuja característica principal é a padronização. O carimbo substitui a assinatura de próprio punho, ao mesmo tempo gravando de forma indelével seus caracteres no papel.

O emprego de um carimbo como forma de assinalar o pertencimento dos livros ao acervo do gabinete de leitura justifica-se, em parte, pela necessidade de adotar uma espécie de assinatura padrão, associando o livro a uma instituição. O bibliotecário precisava marcá-los, e nada melhor do que a adoção de um sinal padronizado. A quantidade dos que davam entrada pode ter contribuído para a opção pelo uso do carimbo, uma vez que sua aposição se dava de forma muito mais rápida do que a assinatura manuscrita.

Alguns livros encontrados no acervo do Gabinete de Leitura Ipuense trazem a inscrição da instituição grafada a bico de pena, denunciando a ausência do carimbo por ocasião da entrada destes no acervo. Assim ocorre com os “Novos estudos de língua portuguesa”¹², em cuja folha de rosto consta inscrição “Gabinete de Leitura Ipuense”, em manuscrito (figura 8). Naturalmente a primeira hipótese é de que o bibliotecário, na qualidade de responsável pelo controle do acervo, tenha sido o autor da anotação.

Outro ponto de venda de livros em Camocim foi identificado no livro “A sonata de Kreutzer”¹³, encontrado no acervo do Gabinete de Leitura Ipuense, em que foi deixado o carimbo da *Agencia Philatelica O Globo*, especializada em “sellos, objectos philatélicos e romances” (figura 9). Notamos neste carimbo a associação entre selos e demais objetos ligados à filatelia com os romances. Temos, dessa forma, na cidade de Camocim um tipo de estabelecimento que, embora se aproximando bastante do perfil de uma livraria, não deixa de incluir o comércio de outros objetos. Os romances, neste caso, figuram como elementos adicionais, pois a principal atividade desta agência – não se trata de uma firma comercial – era o comércio de objetos filatélicos.

¹² BARRETO, Mário. *Novos estudos de língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1911. Acervo GLI.

¹³ TOLSTOI, Conde Leão. *A sonata de Kreutzer*. São Paulo: Livraria Teixeira: 1913. Acervo GLI.

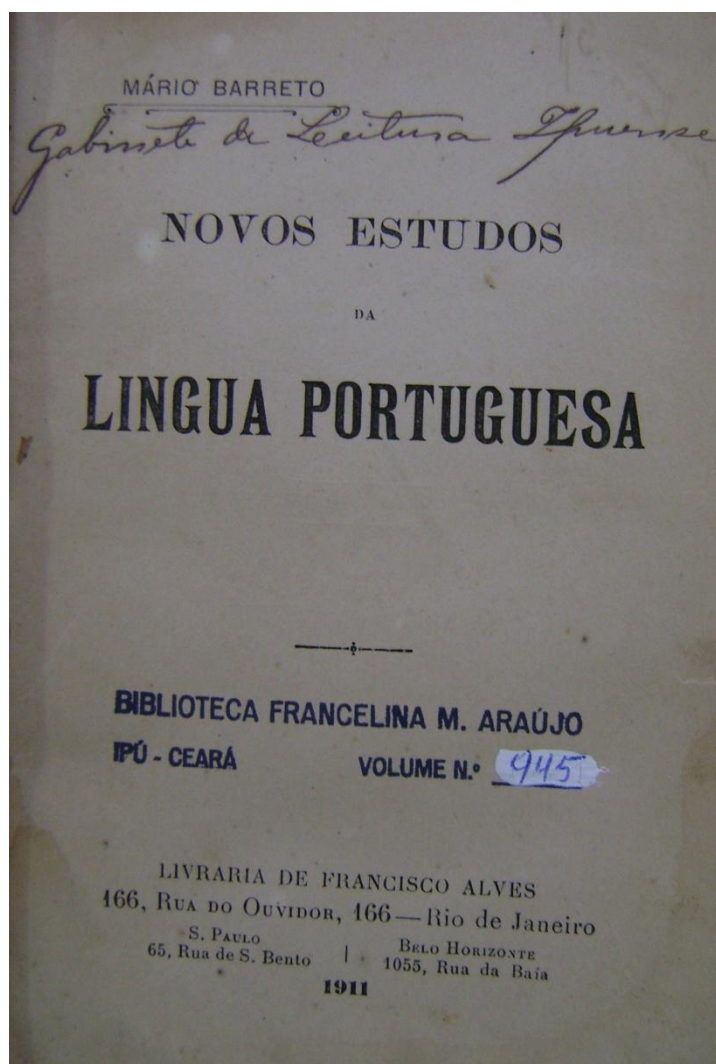


Figura 8: Folha de rosto do livro “Novos estudos da língua portuguesa” com anotação indicativa de pertença ao Gabinete de Leitura Ipuense. Acervo do autor.

Uma incursão pelo mundo dos estoques das firmas comerciais da região norte do Ceará revela um ponto extremamente importante na rede de comunicação materializada pela circulação do livro. Assim como os gabinetes de leitura representavam um ponto final para o livro, as firmas comerciais representam um importante ponto de passagem, pois são elas os pontos comerciais mais próximos dos leitores da região norte.

Os livros contábeis da firma *Carvalho Motta & Irmão*, comandada por Antonio Frederico de Carvalho Motta¹⁴, estabelecida na cidade de Granja,

¹⁴ Antonio Frederico de Carvalho Motta foi um importante comerciante nascido em Granja, zona norte do Ceará. Participou da organização do Gabinete de Leitura Granjense sendo eleito vice-presidente em 1881. Envolveu-se na política estadual chegando a eleger-se vice-presidente do estado. Após a queda do presidente Nogueira Accioly, assumiu

revelam por suas de contas de balanço a presença de livros no estoque. Livro de Leitura, Livro do Povo, cartas de ABC, Livro de 1ª Leitura, cartilhas, Livro de 2ª Leitura, Livro de 3ª Leitura, tabuadas, Cartilha Nacional, Geometrias, Geographia, 2º Livro Abilio, 3º Livro Abilio, 2º livro Hilario Ribeiro, Histórias Bíblicas, arithmeticas são itens presentes nos levantamentos de estoque da firma entre os anos de 1886 a 1898¹⁵.

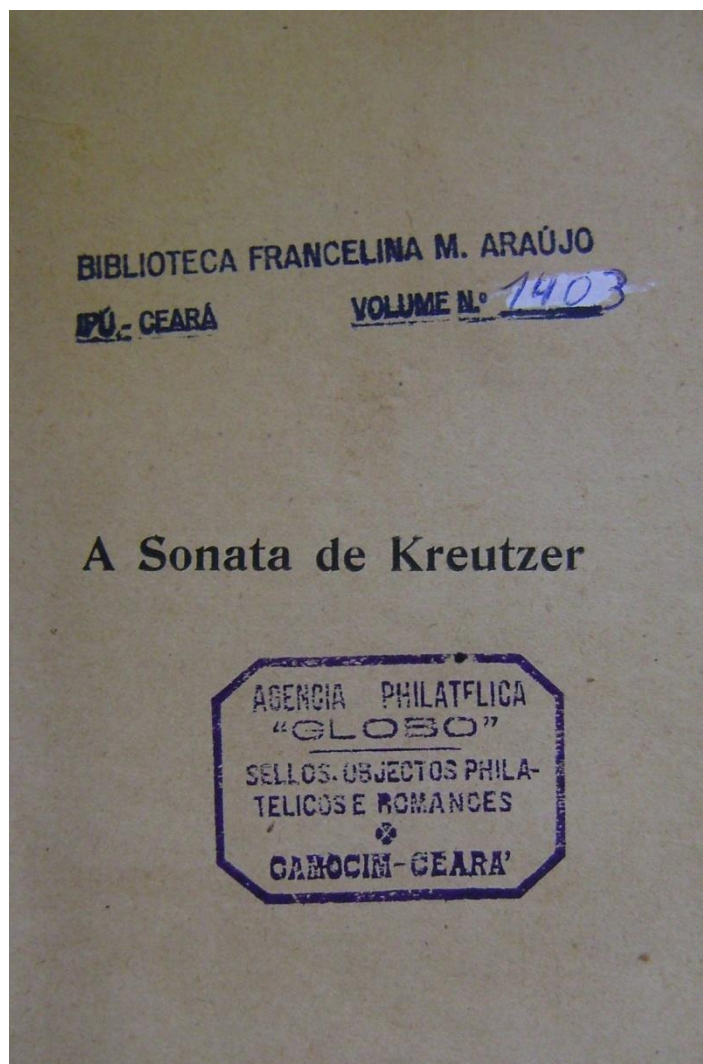


Figura 9: Carimbo da Agência Philatelica “Globo” estampado no livro “A sonata de Kreutzer”. Acervo do autor.

A firma *Carvalho Motta & Irmão* tinha como principal atividade o comércio de importação e exportação, sendo especializada na compra de

provisoriamente o poder em 1912, governando até a posse de Franco Rabelo. XAVIER FILHO, José. *Ignácio Xavier & Cia*. Granja: IJX, 2008; *Granjense*. Granja, 27 fev. 1881, p. 2.

¹⁵ Livro “Contas de Balanço 1886-1898” da firma *Carvalho Motta & Irmão*. Disponível para consulta no Núcleo de Práticas e Documentação da História Regional – NEDHIR – do Centro de Ciências Humanas da Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral/CE.

produtos primários abundantes na região como cera de carnaúba, peles de cabra, fibra de paco-paco, dentro outros. Os livros faziam parte do estoque de mercadorias colocadas à venda na seção de varejo do armazém da firma, junto com tecidos, chapéus, cachimbos, sapatos, perfumes, lenços, tesouras, linhas.

Embora os livros contábeis não mencionem, a provável existência de uma seção de papelaria e livraria pode ser percebida na variedade de itens ligados ao ramo como penas, tinteiros, livros em branco, livros copiadores – utilizados na escrituração comercial e cartorial – lápis, cadernos, etc. Estes itens vinham juntar-se aos livros didáticos já citados e compunham uma parcela do estoque que denuncia a inserção da firma no comércio livreiro e na rede de comunicação impressa e manuscrita em configuração na região norte.

Por volta de 1900, a firma *Carvalho Motta & Irmão* deu lugar à *Ignacio Xavier & Cia*, comandada por Ignacio Xavier, ex-caixeiro de Antonio Frederico de Carvalho Motta¹⁶. Os livros contábeis indicam que esta nova firma continuou atuando no mesmo ramo comercial de sua antecessora e, no que toca ao trato com livros, continuou comercializando os mesmo itens.

O Livro Caixa para os anos de 1907 a 1914 assinala no estoque a presença de itens como Cartas ABC, taboadas, catecismos, 1º livro Hilario, 3º livro Hilario, Educação Moral, 2º livro Abilio, 3º livro Abilio, Vida Prática, Grammatica 1º anno, Grammatica 2º anno, Manuais para missa capa papel, Livro Imitação a Cristo simples, Livro Imitação a Cristo dourado, Manuais para missa c/viludo, Manuais para missa nº 848, Manuais para missa nº 913, Manuais para missa nº 850, Manuais para missa nº 861, Manuais para missa nº 840, Manuais para missa do Maranhão, 1º livro Abilio, Livro Educação Moral, 4º livro de leitura Abilio, Geometria, Grammatica João Ribeiro, Vida Doméstica F. Ferreira, Felisberto 1º livro, Felisberto 2º livro, Felisberto 3º livro, Felisberto 4º livro, Felisberto 5º livro, Hilario 2º livro, Abilio 4º livro, Lacerda História do Brazil, História Sagrada, Grammatica Portuguesa, Geometria Pratica, Educação Moral e Civica¹⁷ (figura 10).

¹⁶ XAVIER FILHO, José. Op. cit. p. 103.

¹⁷ Livro Caixa 1907-1914 da firma *Ignacio Xavier & Cia*. Disponível para consulta no Núcleo de Práticas e Documentação da História Regional – NEDHIR – do Centro de Ciências Humanas da Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral/CE.

práticas da circulação dos livros, algo da experiência dos leitores com o sagrado tendo por mediação a leitura.

Romances, novelas, contos não são encontrados no estoque desta casa comercial denunciando a opção pela oferta de um tipo de livro pequeno e barato cuja procura no mercado local era certa.

Cartas de ABC e tabuadas eram empregadas no ensino das primeiras letras, enquanto os livros de leitura ao ensino dos primeiros anos, normalmente ministrado por professores particulares nos poucos estabelecimentos de ensino existentes nas cidades. Se a *Ignacio Xavier & Cia* se preocupava em incluir estes itens em seu estoque, é porque havia procura pelos mesmos. Observando os títulos, temos uma noção do que era lido nas escolas do período.

A pequena escola, assim como a casa comercial, funcionava nas cidades da região norte como um lugar do livro no sentido de que ali, por se tratar de um espaço destinado ao aprendizado da leitura, se prescrevia a aquisição do livro aos alunos e se manuseava, se empregava o livro de forma instrumental no dia a dia da prática docente.

A venda de “livros escolares” foi anunciada pela firma *Lima & Cia*, de Ipu, nas páginas do jornal *Correio do Norte*¹⁸, sinalizando para a possibilidade de ser comum o fato de firmas comerciais cuja atividade principal nada tivesse a ver com o ramo livreiro não se absterem de incluir livros de determinado tipo – cuja procura era expressiva no mercado local – em seus estoques.

Identificamos num exemplar do XIV volume da “História Universal”, de Guilherme Onken, encontrado no acervo do Gabinete de Leitura Ipuense, o carimbo da firma comercial *Lima & Cia*, estabelecida em Ipu por Joaquim de Oliveira Lima, tesoureiro do Gabinete em 1919 e 1929¹⁹. Tal indício sugere a passagem do livro pelo estoque da firma ou pelo acervo de seu proprietário. Não há indicações a respeito da forma de aquisição do livro pelo Gabinete, se por doação ou compra.

Uma fotografia antiga da fachada do prédio que servia de sede à firma *Lima & Cia* indica a participação no comércio livreiro (figura 11). Nas molduras

¹⁸ *Correio do Norte*. Ipu, 29 jun. 1922, p. 4.

¹⁹ ARAUJO, Antonio Marrocos. Gabinete de Leitura Ipuense. In: Revista dos Municípios. Op. cit. p. 41.

das portas, havia inscrições indicando os produtos ou as seções em que se dividia o estoque da firma. Material elétrico, vidros e papéis, cimento, óleos, engenhos, tábuas e livraria, entre outros, compunham a diversidade de produtos colocados à venda naquele estabelecimento.

É bem possível que a seção de livraria concentrasse sua atenção nos livros de instrução, tendo em vista o fato de serem os mais procurados, ao lado dos livros de devoção. Material de expediente para escritórios, como livros em branco, lápis, tintas, borrachas, resmas também deviam estar presentes, pois eram itens cuja procura se verificava numa cidade já dotada de uma pequena rede de ofícios liberais e letrados. Havia na cidade cartórios, consultório médico, farmácia, câmara municipal, gabinete de leitura, estação ferroviária, secretaria paroquial, serviço telegráfico, escola e uma certa concentração de estabelecimentos comerciais cujo controle financeiro e contábil exigia o consumo de artigos de papelaria.



Figura 11: Fachada da firma *Lima & Cia.* Devido à má qualidade da foto, só é possível perceber a palavra “livraria”, pintada na moldura da terceira porta a esquerda para a direita. Acervo prof. Francisco de Assis Martins (Ipu/CE).

O livro de instrução, porém, constitui um artigo recorrente nos estoques das firmas comerciais, não sendo sua venda uma atividade exclusiva de estabelecimentos especializados.

Percebemos aí a relação existente entre o mundo comercial e o escolar. As firmas comerciais conheciam os livros didáticos adotados pelos

professores e tomavam a iniciativa de colocá-los à disposição dos estudantes em seus estoques. Educação e comércio estabelecem, desta forma, uma relação direta. A educação condiciona a escolha dos títulos a serem colocados à venda pelas firmas comerciais.

Nem todas as casas comerciais não propriamente qualificadas como livrarias abstinham-se de incluir livros considerados “literários” em seus estoques. Assim foi com a firma *H. Pessoa & Cia*, de Camocim, denunciando a sensibilidade de seu proprietário – ou seria ousadia? – para com o gosto literário de seus clientes, sinalizando para a possibilidade de podermos ali enxergar um público leitor mais consolidado.

No entanto, a pesquisa aponta muito mais na direção que leva à concluir que Camocim nada tinha que evidenciasse ali a constituição de um público leitor maior do que aquele que se poderia verificar na cidade de Sobral, por exemplo. Parece mais acertado crer que o número de potenciais leitores dispostos a despender parte de seu dinheiro na aquisição de livros fosse tão diminuto a ponto de inviabilizar o estabelecimento de pontos de distribuição de livros literários em cada uma delas.

A casa comercial de Horácio Pessoa podia, pois, atender a clientes de Sobral e Ipu, bem como de Granja, tendo em consideração a facilidade de transporte representada pela ferrovia que ligava estas cidades. Por outro lado, os estoques destas livrarias locais demonstram ter sido bastante limitados, fazendo com que os leitores interessados nas últimas novidades literárias recorressem, para a maioria de suas aquisições, às livrarias de centros urbanos já mais desenvolvidos, como Fortaleza, Recife e Rio de Janeiro.

Em Sobral, maior cidade da região, identificamos a *Livraria Aragão* por meio de um selo deixado num exemplar do “Almanaque Lello”²⁰, encontrado no acervo do Gabinete de Leitura Camocinense. O pequeno selo informa ainda que o referido estabelecimento dispunha de “livros escolares e de literatura” e estava situado no Largo do Rosário.

²⁰ As primeiras páginas deste exemplar foram extraviadas, não nos permitindo a coleta dos dados bibliográficos.

Ainda em Sobral, a firma *P. Aragão & Cia* cujo carimbo foi encontrado no livro “Juca Mulato”²¹, do Gabinete de Leitura Ipuense, mantinha uma “secção de livraria”. Não sabemos qual a sua relação com a Livraria Aragão. Consideramos a possibilidade de a propriedade de ambas ter sido de Paulo Aragão²². As fontes não permitem chegar a qualquer certeza a este respeito. Importa, no entanto, perceber esta presença de estabelecimentos ligados ao comércio livreiro, seja carregando o rótulo de livraria ou não, na cidade de Sobral.

Também em Sobral a “Loja Um Pouco de Tudo”, de propriedade de Ernesto Espiridião Saboya de Albuquerque, anunciava a venda de “livros para missa” e “livros escolares” no jornal *Patria*²³. Trata-se de mais uma firma comercial cuja atividade principal era a venda de artigos de vestuário, artigos para o lar, enxovais para recém-nascidos, moda feminina e masculina, etc. Em meio a esta multidão de itens, seu proprietário resolveu incluir livros cuja procura se fazia sentir no mercado local.

Os anúncios da Loja Um Pouco de Tudo, assim como aqueles encomendados pelas demais casas comerciais aos jornais da região, não fazem qualquer menção aos preços cobrados pelos livros escolares. O jornal *Patria*, porém, relata visita de um seu agente à loja do Coronel Ernesto Espiridião, ocasião na qual, ao observar o vasto estoque, ouviu do proprietário o comentário de que os livros ali eram vendidos a preços “insignificantes”, fato que o jornalista atribuiu ao “espírito filantrópico” e ao desejo do titular da firma de colaborar com a instrução da população²⁴.

Neste sentido, pode-se perceber certa semelhança entre as motivações dos fundadores dos gabinetes de leitura e donos de casas comerciais. O discurso construído em torno da necessidade de contribuir para a propagação da instrução fazendo aquilo que estivesse ao alcance de cada um daqueles que se sentiam responsáveis por tal missão ganha reforço nas páginas do jornal que apresenta o comerciante que vende livros didáticos a

²¹ DEL PICCHIA, Menotti. *Juca Mulato*. São Paulo: Cia Gráfica-Editora Monteiro Lobato: 1925. Acervo GLI.

²² A única referência que identificamos a respeito de Paulo Aragão está nos sonetos de sua autoria publicados no jornal *A Ordem*, de Sobral. ARAGÃO, Paulo. A Secca. *A Ordem*. Sobral, 11 abr. 1919, p. 1; Secção Litterária. *A Ordem*. Sobral, 12 mar. 1920, p. 4; Secção Litterária. *A Ordem*. Sobral, 26 mar. 1920, p. 4.

²³ A senhora o que deseja para seu filhinho? *Patria*. Sobral, 14 ago. 1912, p. 2; 3.

²⁴ UMA VIZITA. *Patria*. Sobral, 13 abr. 1910, p. 2.

preços baratos, minguando seu lucro. O livro recebe, pois, o estatuto de mercadoria cujo trato exige da parte do negociante uma visão para além da meta do lucro, colocando acima de seu interesse particular o interesse social, contribuindo, mesmo a custa de obter menor lucro, com a difusão da cultura letrada.

Não poderíamos pensar que todos os comerciantes que incluíam o livro em seus estoques de produtos importados tenham tido a argúcia de Ernesto Espiridião, apresentando os livros e seus preços num anúncio de jornal revestido de um discurso permeado pela ideia de, praticando aquele comércio, estar contribuindo para a difusão da instrução. Não podemos ignorar, no entanto, que o livro recebe, com algumas variações, tratamento diferenciado em relação às demais mercadorias, seja pela pequena quantidade, seja pelo fato de se tratar de uma mercadoria cujo público consumidor era bastante restrito.

Esta presença do livro misturado a outros tipos de mercadoria, perdido em meio a produtos primários oriundos de uma atividade agro-extrativista voltada para o mercado de exportação revela a existência de uma procura pelo produto impresso, embora, na maioria dos casos, deixando de alcançar volume suficiente para justificar a instalação de estabelecimentos especializados na sua comercialização. As casas comerciais exercem, pois, o papel de livrarias, atuando no ramo livreiro, embora, por força da própria natureza de suas atividades, restrinjam os títulos à venda àqueles cuja procura era certa, sobressaindo-se neste aspecto os livros didáticos e religiosos.

Atentando a pequenos sinais – carimbos, selos – identificamos no livro “*Petit cours de litterature française*”²⁵, encontrado no acervo do Gabinete de Leitura Ipuense, o carimbo da casa comercial de *M. Cialdini & Filho*²⁶.

Nenhum dos estabelecimentos mencionados anuncia por meio de seus selos e carimbos a venda de livros usados. No entanto, tal comércio existia na região norte, podendo ser percebido no anúncio publicado pelo jornal *Patria*

²⁵ ANDRÉ, Charles. *Petit cours de litterature française*. Bruxelles: Établissements Émile Bruylant Societé Anonyme d'editions juridiques et scientifiques; [s/d]. Acervo GLI.

²⁶ A casa comercial *M. Cialdini & Filho* tinha como sócio José Colombo Cialdini e como proprietário Mario Cialdini.

onde consta que se encontravam à venda na tipografia daquele jornal “livros usados de vários autores”²⁷.

A presença do livro usado, embora não seja detectada com maior intensidade quando nos debruçamos sobre os estabelecimentos comerciais identificados, se fazia muito intensa. Os próprios gabinetes de leitura constituem um espaço de recepção do livro usado, uma vez que parte significativa de seus acervos se constituía à base de doações, trazendo seus exemplares vários sinais indicativos de leituras e pertenças anteriores ao ato da doação.

Qual é a procedência dos livros usados colocados à venda na redação do *Patria*? É uma pergunta que suscita várias possibilidades de investigação e não menos hipóteses. Entre outras, podemos considerar a possibilidade de o próprio redator, o jornalista e poeta Carlos Rocha, ter resolvido colocar parte de seu acervo – títulos em duplicidade, talvez – à venda.

O livro, depois de lido, nem sempre era relegado ao arquivamento, ao depósito permanente num acervo particular. Tomava outros caminhos procurando novos leitores e acervos para além daquele que o retirara da livraria. A circulação do livro usado constitui, pois, importante faceta no processo de constituição de uma rede de comunicação a partir da circulação do objeto impresso na região norte do Ceará.

O uso do ambiente tipográfico como cenário ao comércio livreiro não se dava apenas no jornal *Patria*. Em anúncio publicado no *Correio do Norte*, a tipografia da *Revista O Campo* anuncia a venda do livro de crônicas “Vida Alheia”, escrito por Deolindo Barreto Lima, redator do jornal sobralense *A Lucta*²⁸.

A atuação das tipografias no comércio livreiro, de acordo com Marta Emísia Jacinto Barbosa, funciona como forma de interligação entre sujeitos e atividades variadas, contribuindo para o fortalecimento da comunicação imprensa e da rede de comunicação em torno do livro. Também contribui para a própria dinâmica da experiência do viver urbano, como destaca a seguir:

“A relação entre redação de jornal e comércio de livros e revistas indicia uma prática que parecia comum na região norte do Ceará.

²⁷ LIVROS. *Patria*. Sobral, 28 fev. 1912, p. 2.

²⁸ *Correio do Norte*. Ipu, 6 out. 1921, p. 4.

Revela traços de uma dinâmica das relações sociais que constrói e interliga diferentes atividades e sujeitos, constituindo esta dimensão de viver a cidade e ao mesmo tempo fortalecendo a comunicação impressa.²⁹

A presença dos livros anunciada nos jornais, sua procura nas tipografias, o seu trato comercial praticado por tipógrafos, auxiliares e demais empregados de um estabelecimento tipográfico constitui parte de uma experiência de viver em um mundo onde a cultura letrada começava a demarcar espaços, a constituir uma rede de comunicação e sociabilidade que se configura na cidade, compondo parte importante da experiência da vida urbana.

A provável inexistência de fontes reveladoras da trajetória das firmas comerciais, livrarias e tipografias que atuaram como pontos de venda de livros na região norte do Ceará pode ser parcialmente suprida pelos dados colhidos junto aos livros encontrados nos acervos dos gabinetes de leitura e nos anúncios veiculados na imprensa.

De qualquer forma, o propósito deste trabalho é identificar pontos de venda de livros, procurando entender a forma como se constitui uma rede de comunicação em torno deles e os possíveis destinos que tiveram antes de sua entrada nos acervos. Neste sentido, identificar sua presença sendo colocado à venda nas tipografias traz à tona possibilidades de discussão em torno do papel destes estabelecimentos, os quais se revelam importantes não apenas para o processo de produção do material impresso, mas também para sua comercialização.

2.2 Locais de produção: a tipografia da Patria

As tipografias mostram-se associadas aos gabinetes de leitura no que toca à circulação do livro. Vimos que elas constituem lugares de venda exemplares novos e usados. Além disso, anunciam a venda de vários materiais relacionados à comunicação impressa, como cartões, novenas, revistas de variedades.

²⁹ BARBOSA, Marta Emília Jacinto; LIMA, Jorge Luiz Ferreira. História, imprensa e redes de comunicação. *História & Perspectivas*. Uberlândia, nº 39, p. 53, jul-dez. 2008.

A tipografia da *Patria*, em Sobral, anunciava o recebimento de grande variedade de cartões na edição do jornal para o dia 14 de dezembro de 1910³⁰. O mesmo fez a tipografia da revista *O Campo*, de Ipu, por meio do jornal *Correio do Norte*, em edição para o dia 19 de fevereiro de 1920³¹. Os anúncios se repetem ao longo das edições seguintes, indicando que a atividade de venda destes materiais no recinto das tipografias citadas se dava de forma contínua, fazendo parte do cotidiano destes estabelecimentos.

As tipografias caracterizam muito mais do que um empreendimento destinado a viabilizar tecnicamente a publicação do jornal. Elas tinham existência financeira própria, sendo tratadas como um negócio à parte, tendo em vista os lucros adicionais que podiam proporcionar. Entre as atividades subsidiárias de uma tipografia na região norte do Ceará, encontra-se a venda de materiais impressos variados e a composição e impressão de textos em geral, desde convites para eventos sociais até pequenos livros e folhetos.

Ao lado das livrarias, casas comerciais e dos gabinetes de leitura, a tipografia constitui um importante lugar do livro. A leitura dos jornais revelou, entretanto, que para além do papel de local de venda, algumas tipografias tornaram-se também locais de produção, compondo e imprimindo obras de autores locais. Na tipografia do jornal *Patria*, por exemplo, foi impresso o livro “Album histórico de Ibiapina” escrito por Pedro Ferreira³².

³⁰ Attenção. *Patria*. Sobral, 14 dez. 1910, p. 3.

³¹ *Correio do Norte*. Ipu, 19 fev. 1920, p. 4.

³² Album Histórico d'Ybiapina. *Patria*. Sobral, 13 jul. 1910 p. 2. Os jornais consultados permitem enxergar em Pedro Ferreira um político dotado de certo gosto pela escrita e, certamente, também pela leitura. Seu primeiro livro chamou-se “Recordações”. O “Album Histórico de Ybiapina” foi escrito com base em depoimentos fornecidos ao autor pelo ancião Vitorino Alves Teixeira e deveria chamar-se “Diccionario Histórico e Geographico da Ibiapaba”. O reconhecimento da competência literária de Pedro Ferreira transparece nas crônicas e poemas a ele dedicados nos jornais da região, prática que era correspondida com a oferta de versos por ele compostos. Também respondia por meio da imprensa às críticas feitas a seus livros. Em dezembro de 1910, uma segunda edição do “Album Histórico de Ybiapina” entrou no prelo da tipografia do jornal *Patria*, mais ou menos à mesma época em que se tornou intendente da vila de Ibiapina, sobre a Serra da Ibiapaba. Em agosto de 1911, iniciou a publicação no jornal *Patria* de uma coletânea de vocábulos retirados do Dicionário João de Deus. Tal trabalho teve sua publicação continuada em várias edições do jornal. Em setembro de 1911, a segunda edição do “Album Histórico de Ybiapina” foi publicada com aumentos e correções. Em 1921, publica o romance “A Sancta”, alvo de críticas publicadas por J. da Serra no jornal *Correio do Norte* e devidamente respondidas pelo autor. Outra obra sua a sofrer críticas de J. da Serra foi o “Pé de Anjo”, cujo gênero não nos foi possível verificar. As passagens de Pedro Ferreira pela imprensa da região podem ser conferidas em: SERRANO, João. Uma “Sancta” cheia de pecados... *Correio do Norte*. Ipu, 10 mar. 1921, p. 2; SERRA, J. da. O Pé de burro. *Correio do Norte*. Ipu, 21 abr. 1921, p. 2; SERRA, J. da. Pedrinho não faça isso!! *Correio do Norte*. Ipu, 19 mai. 1921, p. 2; SERRA, J. da.

O procedimento era simples. O autor encomendava à tipografia uma determinada quantidade de cópias, entregava o original manuscrito e o tipógrafo se encarregava da composição. Após o trabalho de impressão, o próprio autor se empenhava em divulgar e distribuir sua obra contando, na maioria dos casos, com a solidariedade dos companheiros de letras, correligionários políticos, familiares, empregados etc.

O jornal *Patria* se encarregou de publicar as críticas feitas aos livros impressos em sua tipografia. Quando o Album Histórico de Ibiapina foi publicado, o jornal passou a transcrever as críticas saídas em outros jornais ou enviadas por leitores que tomavam conhecimento da obra.

Em alguns casos, percebe-se que, não sabemos se por obra do próprio autor ou do jornal em cujas oficinas o livro foi impresso, vários exemplares eram enviados às redações dos jornais com os quais mantinha contatos.

Curiosamente, no caso do livro de Pedro Ferreira foi publicada uma crítica não muito favorável ao autor. Como se tratava de um livro voltado para a história da Vila de Ibiapina, a referida crítica girava em torno do aspecto, digamos, historiográfico do livro.

O primeiro ponto negativo apontado na obra de Pedro Ferreira foi a ausência da organização em capítulos; em seguida, sugere que o autor use o livro como base para uma publicação histórica mais completa, querendo dizer que o texto apresentava-se muito limitado e incompleto; aponta ainda o que considerou uma exagerada ênfase no aspecto religioso, omitindo, em contrapartida, a economia, agricultura, comércio e a instrução pública, etc., como se pode ver no trecho a seguir:

Pedrinho não faça isso!! *Correio do Norte*. Ipu, 26 mai. 1921, p. 4; Cel Pedro Ferreira. *A Ordem*. Sobral, 21 mai. 1920, p. 1; FERREIRA, Pedro. *A Vida*. *Patria*. Sobral, 8 jun. 1910, p. 2; Album Istorico de Ibiapina. *Patria*. Sobral, 20 jul. 1910, p. 1-2; CÊ, Jota. N'um Postal. *Patria*. Sobral, 27 jul. 1910, p. 2; FERREIRA, Pedro. Ao Snr. Raimundo Magalhães, do Jacaré. *Patria*, Sobral, 31 ago. 1910, p. 2; VASCONCELLOS, José. Amor na Roça. *Patria*. Sobral, 2 nov. 1910, p. 2; FERREIRA, Pedro. A Cruz. *Patria*. Sobral, 16 nov. 1910, p. 3; FERREIRA, Pedro. Duas palavras! *Patria*. Sobral, 7 dez. 1910, p. 2; *Patria*. Sobral, 21 dez. 1910, p. 2; FERREIRA, Pedro. Vocabulario Popular. *Patria*. Sobral, 16 ago. 1911, p. 2; *Patria*. Sobral, 13 set. 1911, p. 2; FERREIRA, Pedro. Contra-protesto. *Patria*. Sobral, 11 out. 1911, Suplemento ao nº 83, p. 3; FERREIRA, Pedro. Vocabulario Popular. *Patria*. Sobral, 8 nov. 1911, Suplemento ao nº 86, p. 2; FERREIRA, Pedro. Vocabulario Popular. *Patria*. Sobral, 13 dez. 1911, p. 2; FERREIRA, Pedro. Vocabulario Popular. *Patria*. Sobral, 31 jan. 1912, p. 2.

“É a relação constante de dados, para a vida religiosa da Ibiapina, pelo menos, é o que salienta-se em seu livro. Poucos fatos de origem, de política, de economia, de lavoura, de commercio, de industria, etc, nos descreve o Sr. Pedro Ferreira. E a prova do que afirmo é que em 70 paginas, tem pelo menos 30 que nos dão – trasladações de imagens, fundações de associações religiosas, concêrtos em capelas, missas, visitas pastoraes, etc. A istoria de um povo não se deve firmar só nisto.”³³

Interessante notar a noção do que venha a ser uma obra histórica na concepção do autor da crítica a Pedro Ferreira. O texto não deveria concentrar-se em apenas um aspecto da vida de um povo, como havia ao autor ao dar ênfase exagerada à religião. Transparece ai uma noção da história como sendo uma narrativa que engloba a vida do povo em seus vários aspectos, um rascunho de uma “história total”, adquirido por meio da leitura das grandes coleções de livros de história presentes nos acervos dos gabinetes de leitura, como as histórias universais de Guilherme Oncken e Cesare Cantu.

Com base na análise do trabalho tipográfico vemos constituir-se uma rede de sociabilidade intelectual espalhada por cidades e vilas da região norte. O livro encomendado e impresso era lançado num circuito que tinha a tipografia como ponto de partida e bem poderia ter um gabinete de leitura como ponto final.

Os caminhos percorridos pelo Album Historico de Ibiapina podem ser parcialmente vislumbrados por meio das notícias veiculadas na imprensa, demonstrando a cumplicidade entre jornal, livro e tipografia no processo de configuração de uma rede de comunicação em torno da circulação do livro e da palavra impressa.

Na edição de 27 de julho de 1910, o jornal anuncia a entrada no prelo do livro “Iriadas”, escrito pelo Dr. José Freire. Os exemplares deveriam estar prontos no mês seguinte³⁴.

Das oficinas tipográficas do jornal *Patria* também saiu o livro “Diversos Themas”, escrito por seu diretor, o poeta, jornalista e escritor Carlos Rocha. A distribuição deste livro teve como efeito o envio de várias resenhas críticas à redação do jornal para publicação. Todos os textos foram bastante favoráveis,

³³ Album Istorico de Ibiapina. *Patria*. Sobral, 20 jul. 1910, p. 1.

³⁴ IRIADAS. *Patria*. Sobral, 27 jul. 1910, p. 1.

especialmente aquele enviado pelo pároco da cidade de Granja, o também escritor e jornalista Padre Vicente Martins³⁵.

Em sua crítica, publicada originalmente no jornal *A Crença*, folha por ele fundada e dirigida na cidade de Granja, Padre Vicente Martins identifica na leitura de Carlos Rocha influências de Aristóteles, Samuel Smiles, Alexis de Tocqueville, Edmundo Stone e Goethe. Encerra o texto anunciando que o exemplar que lhe foi presenteado pelo autor será guardado em sua estante junto à coleção de Samuel Smiles³⁶.

O texto do Padre Vicente Martins confirma seu *status* de homem letrado, o que não era incomum entre os sacerdotes. A profusão de autores citados na crítica ao livro de Carlos Rocha nos revela indícios acerca das leituras feitas por este padre que, entre outras atividades, se dedicava à organização e publicação de um jornal católico na cidade de Granja. Era um homem da leitura, mas também da escrita. Além dos textos jornalísticos, enveredou pelos caminhos da narrativa histórica, chegando a publicar na *Revista do Instituto do Ceará* um longo trabalho referente à história de Granja.

Este trabalho historiográfico do Padre Vicente Martins, intitulado “Noticia historico-chorographica da Comarca de Granja”, foi dividido em três partes e publicado nas edições de 1911, 1912 e 1915 da *Revista do Instituto*³⁷.

Os exemplares dos livros de Pedro Ferreira e Carlos Rocha se perderam no tempo. O fato de não os termos localizado inviabiliza maiores comentários acerca de sua materialidade, o que enriqueceria a pesquisa. No entanto, as edições do jornal *Patria*, impressas na mesma tipografia, permitem perceber que aquele estabelecimento encontrava-se razoavelmente aparelhado para a realização dos trabalhos.

Livros produzidos na tipografia da *Patria* entravam em circulação e iam parar em acervos particulares como o do padre Vicente Martins. Acervos

³⁵ Padre Vicente Martins também se dedicou a pesquisas de caráter histórico, chegando a publicar na *Revista do Instituto do Ceará* o trabalho intitulado “Noticia Historico-Chorographica da Comarca de Granja”, publicado nos tomos XXVI (1912) e XXIX (1915).

³⁶ MARTINS, Padre Vicente. Diversos Themas. *Patria*. Sobral, 19 jan. 1911, p. 1-2.

³⁷ MARTINS, Padre Vicente. Noticia histórico-chorographica da Comarca de Granja. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, tomo XXV, 1911, p. 171-200; a continuação foi publicada em MARTINS, Padre Vicente. Noticia histórico-chorographica da Comarca de Granja. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, tomo XXVI, 1912, p. 317-360; e a finalização em MARTINS, Padre Vicente. Noticia histórico-chorographica da Comarca de Granja. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, tomo XXIX, 1915, p. 3-57.

particulares constituem um universo riquíssimo de possibilidades, mas ainda não enfrentados na região norte do Ceará. Uma incursão pelo mundo das bibliotecas particulares revelaria muito dos aspectos da leitura e de leitores cuja experiência não é possível alcançar a partir dos gabinetes de leitura.

O trato com este tipo de acervo e seus detentores é uma etapa bastante delicada no trabalho de pesquisa histórica quando o pesquisador não pode contar com arquivos públicos ou qualquer outro tipo de instituição voltada para a pesquisa. Nas cidades do interior do Ceará percorridas ao longo deste trabalho, o material pesquisado se encontra sob a guarda de particulares ou de instituições cujas atividades nada tem a ver com a prática de recepção e apoio a pesquisadores.

A tipografia funcionando como ponto de origem do livro representa o começo de uma microrrede de circulação do livro inserida numa rede maior. Por meio das notícias publicadas no jornal percebemos que a região norte não constitui apenas ponto de chegada do livro, mas também ponto de origem. Embora o número de impressos nas tipografias não represente parcela significativa do montante de livros em circulação na região, o fato de existir este pequeno esboço de indústria editorial não pode passar despercebido.

O livro saído das oficinas tipográficas da *Patria* era posto em circulação pelo envio de exemplares a pessoas ligadas por laços de amizade, de compadrio político ou afinidade intelectual ao redator. O próprio autor também se encarregava de distribuir exemplares e providenciar pontos de vendas na sua cidade e nas cidades e vilas próximas, para o que se valia de sua rede de sociabilidade.

A circulação do livro mostra-se ligada à dinâmica das comunicações, da imprensa e dos transportes. O trem era o meio de transporte utilizado para a remessa do livro saído de uma tipografia situada em Sobral. O envio às demais cidades ao longo do trajeto ferroviário se constitui tarefa não muito difícil. A partir da chegada a estas cidades, abria-se uma gama de possibilidades em termos de destinos para o material impresso, incluindo entre eles os acervos dos gabinetes de leitura.

O aspecto sócio-comunicacional do estabelecimento tipográfico funciona como um trunfo de que se valiam os interessados em publicar livros. As tipografias vinculadas à redação de jornais ocupavam lugar privilegiado na

rede de comunicação constituída em torno da circulação da palavra impressa por se constituírem como espaços destinados à produção e divulgação do impresso.

As redações dos jornais publicados na região norte revelam-se interligadas a outras de vários pontos do Brasil. A troca de exemplares e a publicação de artigos transcritos de jornais publicados em cidades como Fortaleza, Recife, Salvador, Rio de Janeiro e Manaus revela que estas redações encontravam-se inseridas num círculo jornalístico cuja sociabilidade caracterizava-se pela troca intensa de materiais e informações. Entre os materiais remetidos de uma à outra, figuram exemplares dos livros impressos nas tipografias dos jornais.

A diferenciação da tipografia em relação aos demais lugares do livro identificados na pesquisa reside no fato de constituir um lugar de produção e comercialização a um só tempo. Ali o livro podia chegar; ali ele podia também nascer. De qualquer forma, as tipografias se mostram como espaços onde a sua presença era constante o que deveria certamente atrair leitores.

A oficina tipográfica também constituía um lugar onde se formavam profissionais ligados ao mundo dos livros e da palavra impressa. Os tipógrafos e seus auxiliares se envolviam no comércio livreiro. Eles aparecem em alguns anúncios como responsáveis pela venda de materiais como revistas de variedades e almanaques.

O tipógrafo constitui, pois, uma espécie de comerciante do livro e do impresso de forma geral embora trabalhe num estabelecimento voltado para a realização de trabalhos de impressão. A tipografia funciona como fábrica e loja simultaneamente, enquanto o tipógrafo atua como representante e distribuidor de publicações em pequena escala.

A relação entre o tipógrafo e o objeto livro mostra-se, neste caso, bastante distinta daquela entre ele e o autor. Esta última, de acordo com as constatações de Nelson Schapochnik no que tange ao século XIX, mostra-se recheada de tensões desencadeadas pela insatisfação dos autores brasileiros em relação aos trabalhos tipográficos. Erros de composição causaram grandes transtornos a homens como José de Alencar e Machado de Assis³⁸.

³⁸ SCHAPOCHNIK, Nelson. Malditos tipógrafos. I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial, 2004, Rio de Janeiro. Disponível em: www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br.

Na cidade de Ipu, a leitura do *Correio do Norte* revelou a atuação de João Mozart da Silva, tipógrafo das oficinas tipográficas da revista *O Campo*, como distribuidor e vendedor de assinaturas das revistas cariocas *Leitura para todos*, *O Malho*, *Tico-tico*, *Ilustração Brasileira*, *Almanack do Malho* e *Almanack do Para todos*³⁹.

As tipografias e redações também funcionam como ponto de recepção de vários materiais impressos. Percorrendo as séries dos jornais *Patria* e *Correio do Norte*, podemos acompanhar as notas de agradecimento pelo envio de brindes na forma de revistas, calendários, cromos, folhinhas, almanaques, números de jornais diversos. Tal fato demonstra o grau de inserção destes estabelecimentos na rede de comunicação constituída em torno da circulação da palavra impressa na região norte do Ceará.

Embora tivessem de compartilhar o estatuto de pontos de venda e distribuição de livros na região norte com outros estabelecimentos, as tipografias dos jornais constituem o único ponto de produção do livro. Tal produção não era avultada. A maioria dos livros consumidos na região norte como, de resto, em todo o Brasil, ainda era produzida em gráficas europeias em razão dos baixos preços em relação aos valores cobrados pelas gráficas brasileiras⁴⁰.

A tipografia constitui, pois, um ponto de origem do livro, além de um ponto de passagem. Desta forma, pudemos perceber, após dirigir nosso olhar para estes estabelecimentos, a existência de múltiplas microrredes dentro de uma rede maior. A região norte do Ceará, quando olhada da perspectiva da rede de distribuição livreira em nível estadual ou nacional, interessa-nos como ponto de chegada para livros oriundos de livrarias situadas em centros urbanos maiores e mais desenvolvidos, como Fortaleza, Recife, Manaus e Rio de Janeiro.

Mas, olhando de uma perspectiva interna, visualizamos a existência de uma rede de comunicação livreira se configurando dentro da própria região. Nesta microrrede, as tipografias funcionam como ponto de origem, como marco inicial de onde parte o livro fazendo um caminho inverso em relação àquele

³⁹ *Correio do Norte*. Ipu, 11 ago. 1921, p. 4.

⁴⁰ HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: T. A. Queiroz/Editora da Universidade de São Paulo, 1985, p. 40.

percorrido pelos que chegavam à região vindos pela rede maior. Nada impede de considerarmos a hipótese de que os livros produzidos na tipografia do jornal *Pátria* tenham circulado pelo Ceará alcançando centros maiores, passando por Fortaleza, ganhando o nordeste pelo Recife e atingindo o sudeste pelo Rio de Janeiro.

Nunca é demais lembrar a intensidade do tráfego de pessoas entre as cidades da região norte e os grandes centros urbanos estaduais e nacionais, verificado pela leitura dos jornais citados neste trabalho. Políticos iam a Fortaleza onde passavam a temporada de trabalhos da Assembléia Legislativa; comerciantes iam a Recife, Salvador e Rio de Janeiro em busca de novos itens para o incremento de seus estoques, notadamente aqueles voltados para o comércio de artigos de moda; proprietários de seringais iam ao Amazonas e ao Acre, onde se estabeleciam em Manaus, ou se detinham no Pará, fixando-se em Belém.

Este trânsito era possível graças à conjugação entre os trens da Estrada de Ferro de Sobral e os vapores das companhias de navegação que assistiam ao porto de Camocim.

Os pontos de chegada, passagem e destino final do livro nesta rede interna é o que discutimos a seguir.

2.3 Rede de comunicação e os caminhos do livro na região norte do Ceará: os casos dos gabinetes de leitura de Ipu e Camocim

Os livros que deram entrada nos acervos do Gabinete de Leitura Ipuense e do Gabinete de Leitura Camocinense carregam sinais de um longo percurso transcorrido. Era o caminho dos livros que chegavam ao Brasil vindo das gráficas e editoras europeias.

Dentre os vários indícios presentes nos livros pertencentes aos dois acervos analisados, existem dois tipos que chamam bastante a atenção: as dedicatórias (comentadas no primeiro capítulo) e os selos e carimbos de livrarias, indicando pontos de sua passagem antes da chegada aos gabinetes de leitura da região norte.

Olhando os acervos em sua totalidade, percebemos uma imensa variedade de pontos de origem. Os selos e carimbos de livrarias apontam para

a passagem destes livros por vários centros de distribuição livreira no Brasil. Resolvemos, então, concentrar neste estudo a atenção sobre os indícios mais recorrentes, especialmente no tocante às livrarias indicadas.

A partir da Europa, o primeiro ponto de passagem dos livros era o Rio de Janeiro, cuja hegemonia no mercado destes artigos deve-se, segundo Hallewell, ao desenvolvimento do transporte a vapor no Brasil⁴¹. Concordamos com este autor no tocante à importância dos transportes para o incremento da circulação do livro. A Estrada de Ferro de Sobral e as companhias de navegação que serviam o porto de Camocim deram sua parcela de contribuição ao desenvolvimento da rede de circulação livreira na região norte do Ceará, contribuindo, inclusive, para facilitar a chegada dos livros aos gabinetes de leitura.

As companhias de navegação a vapor estenderam seu raio de alcance a todo o litoral brasileiro, aproveitando dos portos que se ofereciam. O comércio livreiro chegou ao Ceará e à região norte a bordo dos vapores, não sem antes passar pelas principais capitais provinciais da costa brasileira.

Acervos institucionais e particulares da região norte do Ceará, notadamente dos gabinetes de leitura, dependeram do transporte realizado pelos vapores entre a segunda metade do século XIX e início do século XX. Os livros viajavam nas bagagens dos passageiros, resultado de encomendas feitas por parentes ou do próprio interesse pessoal na aquisição deste objeto o qual, dependendo do exemplar desejado, só podia ser adquirido nas livrarias existentes nas capitais dos estados.

Entre os pontos de origem dos livros identificados nos acervos, destacamos as cidades europeias de Lisboa, Porto e Paris. Nas gráficas destas cidades foram impressas muitas edições em português de grandes nomes do romantismo francês, inglês e português cujos livros chegaram aos acervos analisados.

Procurando refazer o circuito traçado pelos livros dos acervos, percebemos o predomínio da origem europeia também no que tange à edição. A maioria dos volumes foi editada na Europa, especialmente em Portugal e França.

⁴¹ Idem, p. 53-54.

No acervo do Gabinete de Leitura Ipuense, comparecem as seguintes editoras portuguesas: *Livraria Clássica editora – A. M. Teixeira, Guimarães e C. – editores, Empresa Editora do Almanach Palhares, Parceria Antonio Maria Pereira – Liv Edit, Biblioteca de Serões Românticos, Liv. Internacional de Ernerto Chardron M. Lugar, sucessor, A Editora Limitada, Aillaud, Bertrand, Livraria Internacional Almeida, Carvalho e Cia, Livraria Internacional Abel d'Almeida, Livraria Chardron de Lello & Irmão, editores, Antiga Casa Bertrand, José Bastos e Cia, editores, Livraria editora Tavares Cardoso & Irmão, Viuva Moré editora, Bibliotheca de romances baratos, Livraria editora de Mattos Moreira e Cia e Empresa Editora de Francisco Pastor.*

Os livros editados em Paris o foram pelas seguintes editoras: *Librairie C. Reinwald Schleider Frères, ed, H. Garnier, livreiro-editor, Hachette et Cie, Yvert & Tellier imprimeurs, G. Charpentier et Cie, éditeurs, Librairie Classique Eugène Beleis, Libraire ch Delagrave, Calmann Lévy, Ed. Ancienne Maison Michel Lévy Frères, Libraire Achien Le Clere et Cie; éditeurs de NSP le Pape Et de l'Archevêché de Paris, Libraire J. B. Bailliére et fils, Bibliothèque Charpentier, G. Charpentier et E Fasquelle, Mihcel Lévy Frères, libraires éditeurs, Pagnerre – L. Hachette et Cie – Furne et Cie éditeurs, Libraire de Charles Gosselin, A la librairie nouvelle, Garnier Frères, libraires, Arnauld de Vresse éditeur, A Courcier libraire éditeurs, Ancienne Libraire Germer Bailliére et Cie - Félix Alcan, ed, Imprimiere de Dubuisson et Cie e Libraire Pagnerre, Vigot Frères, éditeurs.*

Uma parcela dos livros do Gabinete de Leitura Ipuense, no entanto, foi editada no Brasil. Encontramos livros das seguintes editoras: *Imprensa Nacional, Laemmert e Cia – Editores, Typ Minerna, de Assis Bezerra, Typographia da Reforma, Biblioteca de "O grito do povo", Livraria de Francisco Alves, F. Briguiet e Cia, editores, Livraria Garnier Irmãos, Hugo & C. – editores, Livraria Leite Ribeiro, B. L. Garnier, Livreiro-editor do Instituto Histórico, Domingos de Magalhães editor, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Eugenio Gadelha & Filho, Empreza Litteraria Universal, Casa editora - O Livro, Livraria Castilho - A. J. de Castilho – editora, Jacintho Ribeiro dos Santos – editor, Livraria Luiz Coutinho - J. Ribeiro dos Santos – editor, A. C. Mendes, Bibliotheca do Correio da Manhã, Livraria Teixeira, Imprensa Ingleza, Gráfica*

Acreana - Henrique Augusto Rodrigues, F. B. Edelbrock, editor, Editores Anuário do Brasil e Comp Melhoramentos de S. Paulo (Winzflog Irmãos inc.).

O mesmo levantamento quando aplicado ao Gabinete de Leitura Camocinense resultou numa semelhança de nomes e lugares. As editoras se repetem especialmente no que toca ao grupo das portuguesas. São as seguintes: *Parceria Antonio Maria Pereira, A. R. da Cruz Coutinho, Editor, David Corazzi, Editor, Emprêsa Litteraria e Typographica – Editora, Livraria Chardon de Lello & Irmão, Edição da Typographia de Francisco Luiz Gonçalves, Livraria Internacional Almeida, Carvalho & Cia, Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão, Empreza Liberal Editora, Editores e proprietários Aillaud, Alves, Bastos & C, Livrarias Aillaud & Bertrand Antiga Casa Bertrand - José Bastos & C., Livraria Editora de Antonio Figueirinhas, Viuva Bertrand & C., Sucessores Carvalho & C., Sociedade Internacional, Empreza do Almanach Encyclopedico Illustrado, Livraria Moderna, de João Gonçalves, editor, Editor - F. Gonçalves Lopes, Typographia de Mattos Moreira e Cardosos, Officina Occidental, Livraria Universal de Silva Junior & C^a, Aillaud, Alves, Bastos & C^a, Antonio Dourado – Editor e Livraria Editora Viuva Tavares Cardoso.*

As editoras francesas presentes no Gabinete de Leitura Camocinense são: *Octave Doin, Éditeur, Librairie Hachette et C^a, Bibliothèque-Charpentier Eugène Fasquelle, Éditeur, L'imprimerie de la Sourbonne e L. Simonet, Libraire.*

Quanto às editoras brasileiras cujos livros chegaram ao acervo do Gabinete de Leitura Camocinense, ocorre o mesmo que com as europeias: uma repetição de boa parte dos nomes encontrados junto aos livros do Gabinete de Leitura Ipuense indicando a afinação destes estabelecimentos no que toca à organização de seus acervos e também o raio de alcance das editoras estabelecidas no Brasil. Dentre elas, identificamos: *Livraria Internacional, Livraria Clássica de Francisco Alves & Cia, Edição da Revista do Brasil, Livraria Garnier, Typ do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C., Editor-Proprietário J. W. de Medeiros, Editor B. L. Garnier, Livraria Francisco Alves, Livraria da Federação Espírita Brasileira, São Paulo – Editora Limitada, Livraria de B. L. Garnier, Jacintho Ribeiro dos Santos, F. Briguiet & C^a Editores, Livraria Contemporânea – Ramiro M. da Costa & C^a, Editores, Tavares Cardoso & C., Casa A. Moura, Typ Besnard Frères, Livraria Editora Leite Ribeiro & Maurillo, J. Fonseca Saraiva & C^a – Editores, Benjamin de Agulla –*

Editor, Casa Publicadora Brasileira, A. Campos, Editor (Propagandista Católico), Empresa Almanak Laemmert, Ltda e Empresa Editora Brasileira.

Neste ponto é preciso lembrar que vários exemplares foram resultado de edições em conjunto. A maioria dos livros nesta situação foi publicada simultaneamente no Brasil e em Portugal ou no Brasil e na França, especialmente após a aquisição de partes das Livrarias “A Editora” e “Bertrand” por Francisco Alves. Desta forma, a mesma era distribuída no Brasil e em Portugal, a partir do Rio de Janeiro e de Lisboa. Francisco Alves também adquiriu a livraria francesa “Aillaud”, passando a publicar também em Paris⁴².

Numa reconstituição dos caminhos do livro, as editoras ocupam o segundo ponto do circuito percorrido entre o autor e o leitor. É na edição que o objeto livro aproxima-se da materialidade. Nesta etapa surge o segundo sujeito envolvido na produção do objeto-livro: o editor. Seu papel contribui para que o impresso assuma forma e seja lançado no mundo comercial⁴³.

Após a edição, o livro encontra seu segundo ponto: a gráfica. Entre os lugares de impressão dos exemplares presentes dos gabinetes de leitura da região norte a Europa predomina, tendo a maioria sido impressa na cidade do Porto, Lisboa ou Paris. Esta etapa envolve um número maior de sujeitos, desta vez, profissionais gráficos encarregados da composição e impressão.

A incursão pelos acervos revela a origem tipográfica dos livros, normalmente indicada no verso da folha de rosto ou na última página em letras muito pequenas, constituindo um pormenor “facilmente negligenciável”⁴⁴. Atentar para o lugar de impressão é descobrir o ponto de origem material do objeto livro que os acervos permitem manusear, é perceber detalhes da técnica de impressão utilizada e acompanhar o progresso tecnológico vivido pelas tipografias, lembrando que algumas delas chegam a indicar, após os respectivos nomes, como uma espécie de dístico, o tipo de energia empregada

⁴² BRAGANÇA, Aníbal. A política editorial de Francisco Alves e a profissionalização do escritor no Brasil. In: ABREU, Marcia (org). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas/SP: Mercado de Letras, 1999, p. 453.

⁴³ DARNTON, Robert. O que é a história dos livros? In: *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 127; 139.

⁴⁴ GIZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

por suas máquinas de impressão, se eram “movidas a vapor”⁴⁵ ou “movidas a eletricidade”⁴⁶.

Nossa rede de comunicação em torno da circulação do livro impresso começa com duas importantes etapas na Europa: edição e impressão. A maioria dos livros pesquisados passou por estas duas etapas fora do Brasil. Lançados no mercado, na região norte do Ceará, os livros encontraram os gabinetes de leitura como pontos de encerramento, vindos inicialmente de Portugal e da França.

No acervo do Gabinete de Leitura Ipuense foram encontrados oitenta e seis livros impressos na cidade portuguesa do Porto; em Lisboa foram sessenta e sete. Estes livros saíram das oficinas das gráficas: *Imprensa Portuguesa* (Porto), *Imprensa Lucas* (Lisboa), *Officinas Typographicas da Parceria Antônio Maria Pereira* (Lisboa), *Typ. da Empresa Serões Românticos* (Lisboa), *Typ. de A. J. da Silva Teixeira* (Porto), *Typ. do Porto Medico* (Porto), *Typ. "A Editora Limitada"* (Lisboa), *Typ. David Corazzi* (Lisboa), *Typ. e Livraria Litteraria* (Porto), *Typ. e Esterotypia Moderna* (Lisboa), *Typ. A Editora Ltda* (Lisboa), *Typ. Adolpho e Mendonça* (Lisboa), *Typ. de Francisco Luiz Gonçalves* (Lisboa), *Imprensa Moderna* (Porto), *Typ. da Antiga Casa Bertrand* (Lisboa), *Typ. a vapor da Empreza Litteraria e typographica* (Porto), *Typ. José Bastos* (Lisboa), *Typ. Aillaud, Alves & Cia* (Lisboa), *Typ. Luso-Brasileira* (Lisboa), *Typ. Portuense de Pedro d'Oliveira* (Lisboa), *Artes Gráficas* (Porto), *Typ. José Bastos* (Lisboa), *Typ. Gonçalves* (Lisboa) e *Tip. Sequeira* (Porto).

Em Paris foram impressos quarenta e cinco livros divididos entre as gráficas: *Bonaventure et successois*, *Typ H. Garnier*, *Typ. L. Jablonski*, *Imprimeries Réunies*, *Imprimerie ve Eugéne Belin et Fils*, *Société Anonyme d'imprimerie de Villefranche-de-Rourgue*, *Boueloton-Imprimeries Réunies*, *Corbeil typ. et Ster. de Crété*, *Imprimerie de G. Gratiot*, *Jules Le Clere*, *Coulommiers - Typographie A. Moussen*, *Simon Rancon et Comp*, *Imp. Paul Dupont*, *Imprimerie de Beau*, *Typ. Dandey Dupré*, *Typographie de Henri Plon*, *Imprimeries de l'Emperieur*, *Typographie de Ch Lahure - imprimeur du Sénat et*

⁴⁵ A Empreza Litteraria e Typographica, instalada nos números 178 e 184 da Rua de D. Pedro, na cidade do Porto era movida a vapor. De suas oficinas saíram os exemplares dos livros de Enrich Perez Esrich encontrados no acervo do Gabinete de Leitura Ipuense.

⁴⁶ Em 1915, a mesma Empreza Litteraria e Typographica já contava com oficinas movidas a eletricidade instaladas no número 184 da Rua Elias Garcia, na mesma cidade do Porto.

de la Cour de Cassation, Imprimerie de Bourgogne et Martinet, Imprimerie A. Nittersheim, Déthut et Plon, Typ de Mme. Ve Dondey-Dupré, Typographie de A. Varigault et Cie, Poissy - Typographie Arbiere, Typographie Morrie et Cie, Typ. Paul Brodard et Gallois, Imprimerie de Dubuisson et Cie, Typ. de Ch Meyrueis e Imprimerie E. Desfossés.

Poucos são os livros que indicam como local de impressão alguma cidade brasileira. Três foram impressos no Rio de Janeiro, dois em Fortaleza e dois em Recife.

No acervo do Gabinete de Leitura Camocinense foram encontrados vinte e seis livros impressos na cidade do Porto; impressos em Lisboa são cento e seis. São as seguintes as gráficas portuguesas presentes no acervo: *Typ de Antonio José da Silva Teixeira, Typ da Parceria Antonio Maria Pereira, Typographia do Jornal do Porto, Typographia das Horas Românticas, Oficinas Typographica e Encadernação da Parceria Antonio Maria Pereira, Typ a vapor da Empresa Litteraria e Typographica, Typ Aillaud & Cia, Imprensa Moderna de Manoel Lello, Typographia Adolfo de Mendonça, Typographia José Bastos, Typ d'A Editora', Typographia Universal, a vapor, Imprensa de J. G. de Sousa Neves, Typographia de Francisco Luiz Gonçalves, Imprensa Moderna, Typographia Occidental, de Pimenta, Lopes & Vianna, Typographia do Futuro, Imprensa Nacional, Typographia da Antiga Casa Bertrand, Typographia a vapor de Arthur José de Sousa & Irmão e Tip. Da Empresa do Diário de Notícias,*

Os livros impressos em Paris saíram das seguintes tipografias: *Typ de Simão Raçon e Soc., Imprimirie A. Lahure e Imprimirie A. Lahure,*

Dos livros presentes nos acervos dos gabinetes de leitura analisados, nenhum carrega qualquer indício que permita afirmar sua remessa da Europa diretamente para um consumidor final na região norte do Ceará. Sabemos que tal era possível, uma vez que a ligação com a Europa se encontrava facilitada pela presença dos vapores no porto de Camocim. No entanto, tal viagem não se daria sem escalas pelos portos de Fortaleza, Recife e outros de importantes cidades brasileiras.

Os indícios colhidos apontam para um circuito mais amplo, repleto de pontos de parada. Encerrada a etapa de produção na Europa, os livros entravam na etapa de distribuição, sendo remetidos ao Brasil onde deveriam ser recebidos pelas livrarias, as quais se encarregavam de fazê-lo circular.

As menções às livrarias estão presentes nos selos e carimbos colocados nos livros indicando, permitindo mapear os pontos percorridos antes da chegada à região norte.

O primeiro ponto de destino dos livros impresso em Portugal ou França era a cidade do Rio de Janeiro. Os acervos encerram indícios da passagem de alguns livros por livrarias daquela cidade. No Gabinete de Leitura Ipuense encontramos um selo da *Laemmert & C. – livraria universal*, localizada no número 66 da Rua do Ouvidor. Vendia “livros portugueses, franceses, alemães, ingleses, etc. etc.”. O dito selo foi encontrado no verso da primeira capa do exemplar de “Compendio de pathologia geral”⁴⁷.

Alguns volumes destoam do geral e apontam caminhos bem mais tortuosos. O livro “Itinéraire descriptif et historique de la Suisse”⁴⁸ foi editado pela *Hachette et C^{ie}*, situada na Rue Pierre-Sarrazin, 14, em Paris e impresso na *Imprimé Chez Bonaventure et Successois*, situada no número 55 da Quai des Augustins. No verso da primeira capa do exemplar encontrado no Gabinete de Leitura Ipuense nota-se o carimbo da *L^s. Pflüger Ainé – Bazar Naudois*, situado na Place S^t. François, em Laussane, na Suíça (figura 12).

O livro em questão fez um percurso diferente. Da edição e impressão em Paris, seguiu para a Suíça, não nos deixando qualquer indício de passagem por livrarias brasileiras antes de sua chegada ao Gabinete de Leitura Ipuense.

Pernambuco comparece com várias livrarias no acervo, indicando a existência ali de um mercado livreiro que cobria a região norte do Ceará. A rota dos vapores que chegavam ao porto de Camocim vindos do sul do país incluía invariavelmente a cidade do Recife como ponto de parada.

Entre as livrarias cujos carimbos e selos foram deixados nos livros que chegaram ao Gabinete de Leitura Ipuense, citamos a *Livraria Econômica*, de Nogueira de Souza, localizada à Rua Barão da Victoria, 17. Havia ainda a *Livraria Contemporânea*, de Ramiro M. Costa e Filhos, atuando como papelaria e tipografia.

A parceria entre livrarias brasileiras e estrangeiras pode ser percebida na estampa da *Livraria Franceza*, de Lailhacar & C. Esta livraria estabelecida

⁴⁷ CRUZ, Francisco Menezes Dias da. *Compendio de pathologia geral*. Rio de Janeiro: Typographia da Reforma: 1873. Acervo GLI.

⁴⁸ JOANNE, Adolphe. *Itinéraire descriptif et historique de la Suisse*. Paris: Hachette et C^{ie}: 1857. Acervo GLI.

em Pernambuco atuava como papelaria, tipografia e agência de comissões, significando a disposição para realizar negócios em outras regiões por meio de representantes.



Figura 12: Carimbo encontrado no verso da capa do livro "Itinéraire descriptif et historique de la Suisse". Acervo do autor.

A *Livraria Franceza* tinha raio de atuação amplo. Lailhacar & C., seus proprietários, tinham endereço em Paris à Rua d'Hauteville, 17. O intercâmbio com a França era o trunfo deste estabelecimento fundado por franceses em Pernambuco, aproveitando-se da grande procura por livros e jornais estrangeiros naquela praça.

Os livros que trazem a estampa da Livraria Franceza de Lailhacar e C. no verso da primeira capa (figura 13) indicam que o trabalho de encadernação foi feito em Pernambuco por aquele estabelecimento, tendo os livros sido importados em cadernos soltos direto da França e editados no idioma francês. Os indícios apontam para o fato de a Livraria Franceza realizar a importação direta, dispensando a intermediação dos livreiros cariocas.

As livrarias de Manaus também forneceram livros para os leitores da região norte do Ceará. As primeiras décadas do século XX marcam um período de trânsito intenso de viajantes entre a região e os territórios do Amazonas e

do Acre, como demonstram as páginas do jornal *Patria*, quando publica notas como a despedida de F. Ignacio Aguiar antes de partir para seu seringal, chamado Mundo Novo⁴⁹.



Figura 13: Estampa da Livraria Franceza de *Lailhacar & Cº* impressa no verso da primeira capa do livro “Histoire de la maison d'Autriche”. Acervo do autor.

A busca por fortuna na floresta amazônica foi uma aventura tentada por muitos homens da região norte. Ao voltarem, muitos trouxeram livros adquiridos em livrarias de Manaus. Alguns destes puderam ser encontrados nos acervos dos gabinetes de leitura de Ipu e Camocim, sinalizando para a existência de um terceiro importante ponto de aquisição para os leitores da região norte.

⁴⁹ DESPEDIDAS. *Patria*, Sobral, 19 abr. 1911, p. 2.

O livro “Force et matière”⁵⁰, encontrado no Gabinete de Leitura Ipuense, carrega o carimbo da *Livraria Palays Royal*, situada à Rua Principal, 87, Manaus. A *Agência Freitas*, situada na Rua Instalação, 15, apresenta-se em seus carimbos como “a primeira do gênero em Manaos” onde “vendem-se e assignam-se todos os jornaes do mundo”.

Por todos os jornais do mundo entendia-se vindos da Inglaterra e da França, tendo em consideração o fato de estas nações representarem para os leitores brasileiros as duas grandes fontes de civilização, modelos inquestionáveis do progresso e da sofisticação cultural.

Os livros do Gabinete de Leitura Camocinense revelam outras livrarias do norte do país que entraram no circuito regional, objeto de nossa análise. Entre elas, o *Centro de Publicações Domingos de Queiroz*, em Manaus, e a *Livraria Universal F. de Queiroz & C^a*, situada à Rua Henrique Martins, 11, Manaus.

Alguns livros daquele Gabinete tiveram passagem por livrarias de Belém/PA, entre elas a *Livraria Carioca* de José Augusto T. Pinto, situada à Rua Santo Antonio, 34.

Outras livrarias localizadas em outras regiões comparecem em menor número. É o caso da *Papelaria e Typographia S. José* e da *Livraria Bazar de Paris*, em Santos/SP, e da *Livraria Catilina* de Romualdo dos Santos, da Bahia.

De acordo com Carlos Augusto Pereira dos Santos, havia períodos em que o porto de Camocim não apresentava movimento suficiente para empregar todos aqueles que ali vinham buscar trabalho como estivadores. Muitos deles buscavam outros portos ao longo da costa brasileira, especialmente os que apresentavam maior movimento, como o porto de Santos⁵¹. Tal constatação nos permite visualizar mais um possível canal de chegada na região norte. Aqueles com passagem por Santos podem ter chegado a Camocim na bagagem de algum estivador.

A descrição dos estivadores feita por Carlos Augusto Pereira dos Santos remete à imagem de trabalhadores que tiveram na preocupação com a

⁵⁰ BUCHNER, Louis. *Force et matière*. Librairie C. Reinwald Schleider Frères, ed: 1906. Acervo GLI.

⁵¹ SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. *Entre o porto e a estação: cotidiano e cultura dos trabalhadores urbanos de Camocim-CE. 1920-1970*. 2008. 258f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

sua organização em sindicatos uma das principais características. Mesmo diante das dificuldades de articulação encontrada por seus líderes – dificuldades atribuídas a pouca instrução daqueles trabalhadores – não nos parece demais considerar que entre eles havia alguns capazes de cultivar a leitura.

O acervo do Gabinete de Leitura Camocinense revelou-nos um caso único entre os vários analisados. Trata-se de um exemplar do segundo volume do livro “Horas de paz”⁵², de Camillo Castelo Branco. Na folha de rosto deste livro encontramos um carimbo do Gabinete de Leitura Carolinense, da cidade de Carolina, no Maranhão, onde o referido exemplar recebeu o número 26^a (figura 14).

Temos aqui o caso de um livro chegado a um gabinete de leitura da região norte do Ceará depois de passar por outro gabinete de leitura anteriormente. Ou seja, o Gabinete Carolinense não representou, para este livro, um destino final. As circunstâncias de sua passagem de um gabinete a outro nos são completamente desconhecidas, restando enumerar as possibilidades.

Se foi feita uma doação de um gabinete a outro, tal não foi assinalado por dedicatória, pois não se encontra no livro qualquer vestígio desta operação. A cidade de Carolina situa-se no Maranhão, às margens do Rio Tocantins, bem próximo à fronteira com o atual estado do Tocantins. O livro pode ter chegado a Camocim trazido por algum viajante entre os muitos que buscaram o norte do país durante o ciclo da borracha. Tal viajante pode ter tomado o livro de empréstimo ao Gabinete Carolinense e deixado de fazer a devolução, trazendo-o em sua bagagem quando do retorno ao Ceará. O furto de livros dos gabinetes de leitura não era raro. Livros eram objetos de cobiça e, como tal, passíveis de instigar o desejo de apropriação ilícita.

A primeira etapa no longo circuito percorrido pelos livros que chegavam aos gabinetes de leitura da região norte do Ceará – aquela que compreendia o trajeto da Europa ao Brasil – podia ter pontos de chegada variados. Recife, Salvador, Belém podiam receber livros diretamente vindos de Portugal ou França.

⁵² CASTELLO BRANCO, Camillo. *Horas de paz*. Vol. II. Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, 1903. Acervo GLC.

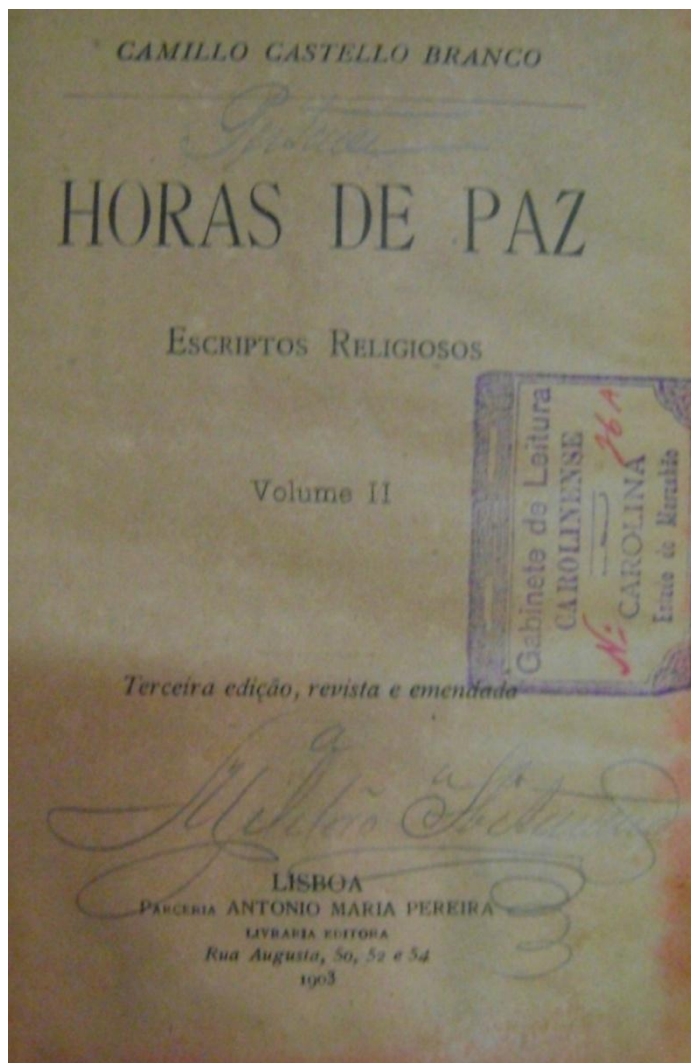


Figura 14: Folha de rosto do livro “Horas de Paz” contendo carimbo do Gabinete de Leitura Carolinense. Acervo do autor.

Nada nos impede de considerar outro trajeto envolvendo o Rio de Janeiro como ponto de chegada. Dali iniciava-se o processo de distribuição para outras livrarias como as que encontramos em cidades do norte do país, especialmente centros mais desenvolvidos como Recife, Belém e Salvador. Neste circuito, inseria-se também a cidade de Fortaleza.

Há também a possibilidade de as livrarias destas cidades incrementarem seus estoques de duas maneiras: importando diretamente umas das outras e comprando das grandes livrarias do Rio de Janeiro simultaneamente. O desenvolvimento da navegação a vapor ao longo da costa brasileira permitia estas opções.

Predominam entre as livrarias descobertas por entre as páginas dos volumes analisados aquelas estabelecidas em Fortaleza, com destaque para a

Livraria e Papelaria Ribeiro, situada à Rua Major Facundo, 154⁵³. Dos trezentos e cinquenta livros identificados no acervo do Gabinete de Leitura Ipuense, setenta e cinco trazem o carimbo ou selo da Livraria Ribeiro (figura 15).



Figura 15: Carimbo da Livraria e Papelaria Ribeiro. Acervo do autor.

Para o Gabinete de Leitura Camocinense a participação da Livraria Ribeiro é menor. Dos duzentos e quarenta e um livros daquele acervo, apenas dois trazem o seu carimbo. É preciso lembrar, no entanto, o fato de ambos os acervos se acharem bastante desfalcados em relação à sua situação quando se estavam em atividade. O Gabinete de Leitura Ipuense contava com seiscentos volumes em 1929⁵⁴ e o Gabinete de Leitura Camocinense chegou a mil e quarenta volumes em 1921⁵⁵.

Fortaleza no início do século XX já contava com livrarias que funcionavam como pontos de distribuição do livro para o interior do estado, constituindo uma porta de entrada para o livro que vinha de outros grandes centros brasileiros, notadamente do hegemônico Rio de Janeiro.

Além da Livraria Ribeiro, os livros também trazem carimbos indicando sua passagem pela livraria fortalezense *H. Barroso & Cia*, situada no número 10 da Praça do Ferreira.

Outra livraria localizada em Fortaleza foi a *Balthazar Barreira*, situada à Rua Major Facundo, 67. Atuava na compra, venda, troca e aluguel de móveis e

⁵³ Em alguns carimbos, o endereço é Praça do Ferreira, 198, indicando a existência de um segundo estabelecimento ou a ocorrência de uma mudança de endereço.

⁵⁴ ARAUJO, Antonio Marrocos. Gabinete de Leitura Ipuense. *Revista dos Municípios*. Fortaleza, nº 1, p. 42, fev. 1929.

⁵⁵ O Gabinete de Leitura possui 1.040 volumes!. *Camocim Jornal*. Camocim, 1 mai. 1921, p. 2.

livros usados. Detectamos ainda em Fortaleza a *Livraria e Papelaria Humberto*, localizada à Rua Major Facundo, 132. Em menor escala comparece a *Libro Papelaria do Banco do Ceará*, situada à Rua Major Facundo, 74, *Livraria e Papelaria Araripe*, na Rua Major Facundo, 159 e *Livraria Araújo*, situada à Praça do Ferreira, 3⁵⁶.

Os dados colhidos junto aos carimbos das livrarias de Fortaleza indicam a Rua Major Facundo como o principal logradouro onde elas se concentravam, seguida pela Praça do Ferreira. De acordo com Luciana Andrade de Almeida, a Rua Major Facundo reunia as livrarias de Fortaleza desde o século XIX, quando abrigou estabelecimentos como a Livraria da Viúva Gualter (número 74), De Lacy Wardlaw (Livraria Evangélica, no número 10) e a de Satyro Verçosa (número 51)⁵⁷.

A tabela a seguir demonstra em termos quantitativos e percentuais a presença das livrarias fortalezenses na composição do acervo do Gabinete de Leitura Ipuense em relação à totalidade das livrarias cearenses.

Tabela 1: Proporção de livrarias cearenses

<i>Livros</i>	<i>Quantidade</i>	<i>% em relação ao total de livros do acervo</i>	<i>% em relação ao total de livros c/carimbos</i>
c/carimbos de livrarias	117	33,42	100,00
" " de livrarias cearenses	91	26,00	77,77
" " de livrarias de Fortaleza	88	25,14	75,21

Fonte: LIMA, Jorge Luiz Ferreira. *Livros, homens, uma cidade: uma discussão sobre o Gabinete de Leitura Ipuense (1886-1919)*. 2007. 114f. Monografia (Licenciatura Plena em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral, 2007, f. 75.

⁵⁶ O carimbo desta livraria informa ainda o nome da caixa do correio – “Ceará” – sinalizando a possibilidade de realizar vendas via encomenda postal, o que, aliás, era prática comum em algumas livrarias.

⁵⁷ ALMEIDA, Luciana Andrade de. *Francisca Clotilde e a palavra em ação (1884-1921)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social), Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008, p. 31.

Das livrarias de Fortaleza aos gabinetes de leitura ainda havia alguns pontos de passagem como as casas comerciais e tipografias da região norte e os próprios acervos particulares dos leitores que depois tornar-se-iam doadores para os gabinetes. Neste momento, o livro se insere na microrrede de comunicação da região norte do Ceará.

Qual a principal porta de entrada do livro na região?

O porto de Camocim. Depois de suplantado o antigo porto de Acaraú, torna-se a partir de 1881 a principal porta de entrada de mercadorias e pessoas para as cidades da região norte, compreendendo o vale do Acaraú e a serra da Ibiapaba.

Para Marta Emísia Jacinto Barbosa, o trem era o meio de transporte por meio do qual os livros e demais materiais impressos – jornais e revistas – percorriam a região após sua chegada no porto de Camocim.

“O meio mais rápido de circulação de materiais impressos era, sem dúvida, o trem. Por ele circulavam jornais e revistas a partir de Camocim, chegadas aí através dos pacotes que navegavam pela costa entre Recife, Fortaleza, Acaraú, Camocim e Parnaíba.”⁵⁸

Partindo de Camocim, o trem passava pelas estações de Granja, Angica (atual Martinópolis), Riachão (atual Uruoca), Pitombeiras (atual Senador Sá), Massapê, Sobral, Amanaiara, Santa Cruz (atual Reriutaba), Pires Ferreira e Ipu, aonde a ferrovia chegou em 1894. O traçado da ferrovia constitui, pois, a espinha dorsal de uma rede de comunicação em torno da circulação da palavra impressa.

O raio de abrangência da Estrada de Ferro de Sobral alcançava as regiões do vale do rio Acaraú, vale do rio Coreaú e serra da Ibiapaba, indo muito além das cidades que contavam com estações. A ligação entre estas cidades e outras localidades, especialmente aquelas encravadas nas altitudes da Ibiapaba, foi sendo feita e ampliada pela construção de estradas de rodagem. Estes melhoramentos nos transportes funcionavam como facilitadores na aquisição de livros e demais materiais impressos pelos leitores habitantes desses locais.

⁵⁸ BARBOSA, Marta Emísia Jacinto; LIMA, Jorge Luiz Ferreira. Op. cit. p. 48.

A cidade de Viçosa ligava-se à ferrovia pelas ladeiras que davam acesso à cidade de Granja. O serviço de transporte era feito por estafetas, os quais, conduzindo comboios de jumentos e burros, desciam a serra em demanda da estação de Granja, aonde carregavam os animais com mercadorias remetidas à cidade serrana dos mais variados pontos.

Entre as mercadorias conduzidas pelos estafetas pelas ladeiras de Granja a Viçosa, estavam livros e jornais, os quais eram depositados na agência dos correios à espera da procura pelos destinatários. Os estafetas constituem, neste processo de circulação de materiais impressos na região norte, aquilo que Robert Darnton qualificou como “intermediários esquecidos da leitura”⁵⁹. Neste grupo podemos inserir também os carreteiros encarregados do transporte dos livros das estações aos gabinetes de leitura, os encadernadores, tipógrafos e caixeiros de casas comerciais. São pessoas envolvidas no longo processo de circulação do livro em um longo circuito com ponto de partida na Europa e ponto de chegada nos gabinetes de leitura da região norte do Ceará.

A aquisição do livro pelo leitor podia ser feita em livrarias de Fortaleza, Recife, Manaus ou Belém, tendo em vista o intenso trânsito de viajantes norte-cearenses para estas cidades. Os jornais publicados na região mantinham os leitores informados das chegadas e partidas, onde percebemos que a maioria deles exercia funções ligadas ao comércio, à política ou ao serviço público.

Verificamos, pois, que a introdução do livro na região norte podia ser feita pelo próprio consumidor após sua aquisição em um dos centros distribuidores. A presença do trem e dos vapores permitia o trânsito intenso de viajantes dos mais diversos tipos. Entre estes, a participação de homens com nível de instrução diferenciado não era pequena. Profissionais liberais, funcionários públicos, políticos, comerciantes e caixeiros transitavam pela região norte usando o trem e transcendiam seus limites a bordo dos vapores em demanda dos grandes centros urbanos do país. Não seria demais imaginar que, em seu retorno, incluíam livros em suas bagagens, fazendo, assim, a introdução deste objeto na região.

⁵⁹ DARNTON, Robert. Os intermediários esquecidos da leitura. In: *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 150-167.

Em suma, o livro não chegava apenas sob encomenda das firmas comerciais ou das pouquíssimas livrarias existentes, mas também pelo correio e nas malas dos viajantes, muitos deles vindo à região para temporadas curtas, com o objetivo de desempenhar obrigações profissionais, e outros porque residiam numa das cidades servidas pelos trens da Estrada de Ferro de Sobral.

Quando não adquirido pelo correio, o livro chegava à região nas bagagens destes viajantes/leitores. Ali eram dados de presentes, emprestados a amigos ou doados a gabinetes de leitura. Os transeuntes viajando a negócios funcionam, pois, como leitores e como intermediários da leitura a partir do momento em que se encarregam de fazer o livro circular e chegar à região norte.

O livro também podia ter como primeiro destino na região o estoque de uma casa comercial ou livraria antes de atingir o leitor final. Nestes casos, chegava por remessas que bem podiam ser feitas juntamente com outras mercadorias, visto que o estoque das casas comerciais era composto por uma ampla variedade de itens.

As livrarias e firmas comerciais das cidades da região norte funcionam, pois, como um dos últimos destinos do livro antes de chegar às mãos do leitor final. Ali podiam ser comprados e passar a compor o acervo de alguma biblioteca particular.

Os gabinetes de leitura constituem, neste caso, um destino pós-consumidor final, quando os livros eram passados aos acervos por doações. Desta forma, o livro, após ser adquirido por compra de uma livraria ou firma comercial local, permanecia algum tempo no acervo do leitor e daí passava ao gabinete, sendo este um destino pós-leitura pelo consumidor.

O livro passava, no que se refere à leitura, do particular/individual ao público/institucional.

Os gabinetes de leitura também adquiriam livros por compra, o que os tornava a etapa seguinte àquela das livrarias ou casas comerciais. Neste caso, o livro não passava pela posse de um leitor, mas ia diretamente da livraria à instituição promotora da leitura pública.

As variações possíveis na rede que intentamos esboçar parecem impossíveis de ser calculadas quando temos debaixo do olhar os volumes que compõem os acervos dos gabinetes. Cada um se mostra carregado de indícios

que apontam em direções diversas. Buscamos, pois, reconstituir o circuito percorrido tomando em consideração os indícios mais recorrentes, donde concluímos que, em termos gerais, os livros que chegaram aos acervos dos gabinetes de leitura da região norte do Ceará passaram pelos seguintes pontos:

Das editoras em Portugal e França passaram às gráficas, muitas vezes situadas nos mesmos países. Concluído o trabalho de impressão, eram remetidos ao Brasil indo ao Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Belém. Podiam ainda chegar primeiro ao Rio e daí ser distribuídos para outros centros onde o comércio livreiro tivesse algum desenvolvimento, como Manaus, Belém, Recife e Fortaleza.

Após a distribuição pela rede de livrarias situadas nas cidades costeiras, vinha a penetração para o interior, onde o destino podia ser tanto já o leitor final quanto os estoques das poucas livrarias ou das casas comerciais e delas, finalmente, ao leitor.

Uma vez adquirido por compra e após algum tempo em acervo particular, o livro era doado aos gabinetes de leitura.

Após este mapeamento dos pontos de passagem do livro dentro da rede de comunicação, ficamos a pensar na imensidão de intermediários da leitura por cujas mãos o livro passava em seu longo caminho da Europa aos gabinetes de leitura da região norte do Ceará. Editores e tipógrafos europeus, carregadores, estivadores, carreteiros, funcionários das companhias de navegação a vapor, funcionários dos correios e das ferrovias, vendedores, livreiros, proprietários de casas comerciais, caixeiros de balcão, encadernadores, leitores/consumidor, contínuos, bibliotecários e frequentadores dos gabinetes de leitura.

CAPÍTULO III

Por dentro dos acervos: Romances, leitura e memória

Enquanto pensávamos este trabalho, uma dúvida se fez presente de forma constante. Tratava-se de saber qual o estatuto que melhor se aplicaria aos acervos dos gabinetes de leitura. Poderiam eles ser qualificados como “bibliotecas públicas”? Ou seria melhor tratá-los como “arquivos”?

A resposta a esta questão se mostrava difícil de encontrar quando tomávamos em consideração o estado e as condições de arranjo e preservação em que encontramos os acervos dos gabinetes de leitura de Ipu e Camocim.

No caso do Gabinete de Leitura Ipuense, seu acervo foi doado à Biblioteca Francelina Martins Araújo, a qual se encontra instalada no prédio onde atualmente funciona a Escola Estadual de Ensino Médio Coronel Auton Aragão¹. Na estante onde estão acondicionados os livros do Gabinete encontra-se um livro onde estão catalogados os títulos do acervo. O exame deste catálogo revelou ser ele fruto do trabalho de um bibliotecário amador, o qual se limitou a colher uma bibliografia básica do acervo sem interferir na sua arrumação ou disposição nas estantes. Juntou ainda aos livros do Gabinete estão os didáticos adquiridos pela escola

O Gabinete de Leitura Camocinense teve seu acervo doado à Associação Comercial de Camocim. Ambos dividiam o mesmo prédio, um belo sobrado à Rua Dr. João Thomé, no centro da cidade. O prédio e a Associação ainda existem, mas o Gabinete foi encerrado em algum momento do século passado. As informações obtidas nas fontes não permitem precisar a data em que ele pôs fim às suas atividades e fez a doação de seu acervo à Associação Comercial.

¹ O sistema de ensino público do estado do Ceará está organizado da seguinte forma: a Secretaria Estadual de Educação – SEDUC – comanda vinte coordenadorias regionais para o desenvolvimento da educação – CREDEs – as quais comandam, por sua vez, as escolas estabelecidas nas cidades de sua área de abrangência. A cidade de Ipu, juntamente com todas as cidades da Serra da Ibiapaba, está sob a jurisdição da 5ª CREDE, com sede em Tianguá. A Escola de Ensino Fundamental e Médio Auton Aragão, por sua vez, localiza-se em Ipu, à Praça São Sebastião, 1029 – Centro.

A sede da Associação Comercial serve atualmente de palco para várias atividades desenvolvidas pela CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas – de Camocim e para a seção do SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – emprestando seu espaço para a realização de congressos, cursos, conferências e reunião de empresários e lojistas locais.

Encontramos o acervo depositado em uma pequena estante/armário na sede da Associação em Camocim e percebemos que os livros se encontram, em sua maioria, desprovidos das capas e alguns estavam com a encadernação comprometida. A ausência de capas foi precariamente suprida por cobertura em papel madeira, na qual os títulos foram escritos com pincel atômico, resultado da intervenção de algum funcionário da Associação preocupado com a identificação dos livros e sua conservação. O resultado comprometeu seu aspecto físico, deixando-os monotonamente iguais, retirando todo o prazer visual que experimentamos ao contemplar as belas lombadas antigas enfileiradas nas prateleiras².

Tais situações contribuíram para certificar-nos da necessidade de estabelecer um tratamento a ser dado ao acervo. O primeiro passo foi definir-lhe um estatuto, tomando em consideração sua situação atual. Percebemos que não se trata de uma simples biblioteca pública. Talvez tenha se aproximado desta condição no passado, quando existia efetivamente enquanto instituição e abria suas portas para o público. Mesmo assim, era uma biblioteca com várias peculiaridades. Embora parecesse pública no sentido de franquear o acesso à comunidade, não o fazia gratuitamente. E nunca foi pública no sentido de ser mantida pelo governo. Mesmo tendo recebido subvenções, sua iniciativa está ligada a particulares. Além do mais, suas atividades não se vinculam a nenhum tipo de política cultural.

O estatuto de bibliotecas públicas não se mostra suficiente para comportar o caráter de iniciativa privada no sentido de prover um espaço social da leitura. A constituição dos acervos a partir de doações angariadas por sócios pioneiros revela um esforço de caráter notadamente privado, onde o poder público figurava como colaborador. Os gabinetes de leitura da região

² É provável que os livros encontrados na sede da Associação Comercial tenham tido suas capas danificadas durante o rigoroso inverno de 1924, quando goteiras no teto do prédio teriam danificado parte do acervo, como mencionamos no capítulo I.

norte aparecem como fruto do esforço de pequeno grupo de letrados interessados em prover suas cidades de um espaço destinado à leitura, esperando que os frequentadores de tal espaço viessem a colher os frutos construtivos de tal prática.

Em seu estudo sobre as bibliotecas públicas brasileiras, Schapochnik apresenta uma interessante definição dos gabinetes de leitura no trecho a seguir:

“Uma segunda modalidade de biblioteca é aquela constituída pelos gabinetes de leitura ou bibliotecas associativas. Elas eram sociedades de caráter privado, implicando no pagamento de jóia ou na aquisição de ações.”³.

Os gabinetes de leitura surgiam a partir da composição de associações com fins vários além da constituição de um acervo. A biblioteca significava, para além de um dos principais cômodos de suas sedes, um item entre os objetivos destas associações. Promover bailes, reuniões literárias, seções ordinárias entre os sócios com o fim de discutir temas políticos, históricos e cívicos compunha a lista de finalidades previstas pelos fundadores dos gabinetes, confirmando as palavras de Schapochnik quando diz que os gabinetes “também se converteram em espaços de convivialidade e de reiteração dos vínculos identitários”⁴.

Tratando com pequenas cidades da região norte do Ceará, logo percebemos que os gabinetes de leitura funcionavam para muito além de sua função de promotor da leitura. Atividades diversas como bailes em datas comemorativas, reuniões políticas e as aulas dos cursos noturnos tomavam a atenção dos sócios e chamavam mais a atenção do público do que a leitura em si, demonstrando que eles se constituem diante da sociedade como instituições com uma presença e atuação muito mais incisiva em termos políticos e culturais do que as simples bibliotecas públicas.

³ SCHAPOCHNIK, Nelson. A leitura no espaço e o espaço da leitura. In: ABREU, Marcia e SCHAPOCHNIK, Nelson (orgs). *Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas*. Campinas/SP: Mercado de Letras/Associação de Leitura do Brasil (ALB)/FAPESP, 2005, p. 236.

⁴ Id. Ibidem.

Os acervos que encontramos guardam vestígios, pois, de uma pequena parcela do que foram e representaram, de fato, os gabinetes de leitura no cenário político e social das cidades.

Isto se explica a partir do exame da trajetória e da abrangência da atuação de seus fundadores e sócios. Trata-se de homens envolvidos na política, detentores de certo prestígio no âmbito econômico e cultural. A partir dos sujeitos, percebe-se o grau de complexidade do objeto. Os gabinetes representam muito mais do que um simples esforço no sentido de consolidar práticas de leitura na cidade, mas um espaço onde se podia mergulhar no fascinante mundo do livro. Desta forma, a organização do acervo em si, sua disposição e os títulos e autores apresentados dizem muito a respeito da proposta daquelas instituições.

Olhando a variada tipologia dos livros encontrados nos acervos dos gabinetes de leitura pesquisados, um grupo chama a atenção: os romances. Sua presença denuncia muito do gosto literário dos organizadores dos acervos, mas também sinaliza para aspectos mais sutis em torno de seus propósitos.

Referindo-se aos acervos dos gabinetes de leitura da Província de São Paulo durante o período imperial, Ana Luiza Martins os qualificou como “casa de livros proibidos”⁵. Preocupada com a censura, a autora afirma ter encontrado nos catálogos dos gabinetes paulistanos títulos que evidenciam a intenção de seus fundadores de criar espaços destinados a uma leitura que viesse se contrapor àquela das bibliotecas públicas tradicionais do Império, marcadas pelo “perfil religioso”, com acervos compostos por “livros religiosos e de ciências naturais”⁶.

Seguindo os sujeitos fundadores dos gabinetes paulistanos, Ana Luiza Martins identifica-os a estudantes da Faculdade de Direito e conclui que os gabinetes constituem uma forma de contraposição destes estudantes ao tipo de leitura dogmatista e clericalista proposta pelo acervo caduco da biblioteca da Faculdade. Os gabinetes, ao incluírem romances de autores franceses e portugueses, uns em língua estrangeira, outros traduzidos, apresentavam a possibilidade de novas leituras, consideradas inovadoras, inauguradoras de

⁵ MARTINS, Ana Luiza. Gabinetes de leitura do Império: casas esquecidas da censura? In: ABREU, Márcia. *Leitura, história e história da leitura*. Campinas/SP: Mercado de Letras, 1999, p. 404.

⁶ Id. *Ibidem*.

valores liberais, contrários ao conservadorismo das bibliotecas públicas do Império⁷.

Os gabinetes de leitura da região norte, no entanto, seguem uma outra direção. Se eles se contrapõem a algum outro tipo de leitura, é difícil saber. Nos dois casos em que localizamos os acervos, notamos ter sido eles as primeiras bibliotecas abertas à consulta pública em suas respectivas cidades. Após eles é que surgiram outras e nos é impossível aqui precisar o tipo de relação estabelecida entre os gabinetes e estas bibliotecas posteriores.

Por outro lado, cada vez mais os acervos se distanciam do que poderíamos classificar como um arquivo, isto porque, mais do que o lugar onde encontramos as fontes, os acervos são fontes em si mesmo. Uma vez que pretendemos investigar sua organização e composição, eles se tornam em seu conjunto uma fonte a ser analisada e desconstruída no esforço da pesquisa.

Se não os vemos como simples bibliotecas no passado nem como arquivos no presente, os acervos representam a mais primária das fontes para o estudo dos gabinetes de leitura. Por esta razão, resolvemos dedicar este terceiro capítulo a eles, apresentando ao leitor em sua composição, citando os principais títulos e explicitando indícios da leitura a que foram submetidos alguns deles que mais nos chamaram a atenção.

3.1 Percorrendo as estantes: um exame dos livros encontrados nos acervos

Dos livros encontrados, chamou-nos a atenção à primeira vista a presença dos romances. São muitos e bastante variados, contemplando autores do romantismo francês e português, principalmente. Na verdade, consideramos arriscado atribuir qualquer classificação aos livros, uma vez que nada sabemos a respeito de esforço semelhante da parte dos antigos organizadores do acervo. Desconhecemos até o presente a técnica empregada pelos bibliotecários no momento de organizar a disposição dos livros nas estantes.

⁷ Id. *Ibidem*.

Os livros do acervo do Gabinete de Leitura Ipuense ainda trazem marcas de restos das antigas etiquetas afixadas em suas lombadas em algum momento pelos bibliotecários. Os livros do Gabinete de Leitura Camocinense perderam as capas, não nos sendo possível visualizar qualquer resquício de uma forma de organização anterior àquela adotada pela Associação Comercial. Não há, ainda, etiquetas indicando qualquer forma de controle bibliotecário por parte dos atuais responsáveis pelo acervo da Associação Comercial.

O Gabinete de Leitura Ipuense, de acordo com Antônio Marrocos de Araújo, chegou a contar cerca de seiscentos volumes em seu acervo⁸. Fomos encontrar trezentos e cinquenta, ou seja, pouco mais de cinquenta por cento do acervo verificado por Marrocos em 1929. Inevitavelmente, ficamos a conjecturar a respeito do fim tomado pelos livros ausentes daquele acervo. Talvez tenham se estragado pela ação do tempo, ou tenham sido subtraídos ao Gabinete por sócios pouco ciosos da integridade do mesmo. Podem ainda ter sido roubados por pessoas estranhas ao Gabinete durante a fase em que permaneceu pouco visitado, alguns anos antes de seu fechamento e transferência dos livros para a Biblioteca Francelina Martins Araújo.

As possibilidades são muitas, mas não passam de conjecturas nas quais não pretendemos demorar nossa atenção. Passemos a percorrer o acervo do Gabinete de Leitura Ipuense como o encontramos nas dependências do centro de multimeios da Escola de Ensino Médio Auton Aragão⁹.

Os livros receberam, em momento recente, uma numeração para efeito de controle por parte da biblioteca da escola, sobrepostas às antigas etiquetas do Gabinete de Leitura. A numeração inicia da esquerda para a direita a partir da primeira prateleira superior, onde se encontram os dez volumes da “História do Brasil”, de José Francisco da Rocha Pombo¹⁰. A coleção foi publicada no

⁸ ARAUJO, Antonio Marrocos. Gabinete de Leitura Ipuense. *Revista dos Municípios*. Fortaleza, n. 1, 1929, p. 41.

⁹ As escolas públicas estaduais cearenses mantêm em suas sedes um espaço chamado “centro de multimeios”, o qual nada mais é do que a velha biblioteca escolar acrescida de um acervo de mídias digitais (CDs, DVDs, etc.) com conteúdo educativo, fazendo companhia aos livros didáticos, dicionários, enciclopédias, revistas, clássicos da literatura brasileira e universal e títulos variados. O acervo do Gabinete de Leitura Ipuense encontra-se atualmente sob a guarda da Escola de Ensino Médio Auton Aragão, depositado em seu Centro de Multimeios. Mantém-se, porém, numa estante reservada, sem ocupar as mesmas prateleiras dos demais livros.

¹⁰ De acordo com Ivan Norberto dos Santos, “Rocha Pombo constituiu, portanto, um exemplo de trabalho de historiador no qual aquilo que mais determina sua prática vai além, sem

Rio de Janeiro entre os anos de 1915 e 1917 pela Benjamin de Aguiña Editora e pela J. Fonseca Saraiva. A impressão foi feita pela Typographia da Empresa Litteraria e Typographica, estabelecida à Rua de D. Pedro, 178, Porto/Portugal.

O Gabinete de Leitura Ipuense adquiriu a História do Brasil por doação feita pela Secretaria do Interior em 5 de agosto de 1919. A dedicatória se acha gravada na folha de rosto do primeiro volume.

A história, pois, abre o acervo do Gabinete de Leitura Ipuense, mas a literatura a suplantará em muito. Rocha Pombo, ademais, traz sinais de ser leitura comum nos gabinetes de leitura da região norte, visto que os volumes três, quatro, cinco, seis, oito, nove e dez desta coleção foram encontrados no acervo do Gabinete de Leitura Camocinense. O interesse por obras históricas estava presente entre seus freqüentadores, ou os fundadores simplesmente entendiam que se tratava de item obrigatório nos acervos?

Creemos que as duas possibilidades são igualmente plausíveis.

Logo em seguida, avistam-se os vinte e quatro volumes da “Biblioteca Internacional de Obras Célebres”, obra organizada por Gabriel Victor do Monte Pereira – Diretor da Biblioteca Nacional de Lisboa – e Manoel Cícero Peregrino da Silva – Diretor da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – compondo uma espécie de enciclopédia da arte universal. Os volumes impressionam pela beleza e qualidade da impressão.

A coleção reúne mais de doze mil páginas contendo a “coleção das produções literárias mais célebres do mundo, na qual estão representados os autores mais afamados dos tempos antigos, medievais e modernos”¹¹. A organização da obra contou, além dos dois redatores principais, com vários

evidentemente jamais excluir, todo o debate exclusivamente ‘oficial’ em torno da História, sua teoria e seus conceitos, ao qual, contudo, ao teorizar, o mesmo procurava se remeter”. SANTOS, Ivan Norberto dos. As concepções de história na *História do Brasil* de Rocha Pombo. *XIII Encontro de História – Anpuh-Rio*. Identidades. p. 7. Disponível em: <http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212971859_ARQUIVO_IvanNorbertotoxocompletoANPUH2008.pdf>, acesso em 19 de novembro de 2010.

¹¹ PEREIRA, Gabriel Victor do Monte e SILVA, Manoel Cícero Peregrino. *Biblioteca Internacional de Obras Célebres*. Vol I. Lisboa/Rio de Janeiro/São Paulo/Londres/Paris: Sociedade Internacional, [s/d]. Nenhum dos volumes traz indicação da data de publicação. Sabe-se, no entanto, que a Biblioteca Internacional de Obras Célebres começou a ser publicada em português e distribuída no Brasil na primeira década do século passado.

colabores pelo mundo, todos detentores de altos cargos no cenário cultural – professores universitários, diretores de bibliotecas, ministros¹².

Os colabores brasileiros foram: José Veríssimo (Rio de Janeiro), Reis Carvalho (Maranhão), Vicente de Carvalho (São Paulo), Constancio Alves (Bahia), Arthur Orlando (Pernambuco), Lindolfo Collor (Rio Grande do Sul) e João Ribeiro (Sergipe).

As belas capas de percalina verde com letras douradas que guarneciam a coleção da Biblioteca Internacional de Obras Célebres entraram para o imaginário dos leitores brasileiros do início do século passado, tanto que a referida coleção tornou-se conhecida como a “biblioteca verde”. Carlos Drumond de Andrade foi um destes leitores/admiradores da coleção da biblioteca verde, tanto que lhe dedicou um de seus poemas que transcrevemos a seguir:

“Biblioteca Verde

- Papai, me compra a Biblioteca Internacional de Obras Célebres. São só 24 volumes encadernados em percalina verde.
- Meu filho, é livro demais para uma criança.
- Compra assim mesmo, pai, eu cresço logo.
- Quando crescer eu compro. Agora não.
- Papai, me compra agora. É em percalina verde, só 24 volumes. Compra, compra, compra.
- Fica quieto, menino, eu vou comprar.

- Rio de Janeiro? Aqui é o Coronel.
Me mande urgente sua Biblioteca bem acondicionada, não quero defeito.
Se vier com um arranhão recuso. Já sabe:
Quero devolução de meu dinheiro.
- Está bem, Coronel, ordens são ordens.

Segue a Biblioteca pelo trem-de-ferro,
fino caixote de alumínio e pinho.
Termina o ramal, o burro de carga
vai levando tamanho universo.

¹² Os colabores internacionais apresentados na folha de rosto dos volumes são: Marcelino Menéndez y Pelayo (Diretor da Biblioteca Nacional de Madrid), Ricardo Garnett (Diretor da Biblioteca do Museu Britânico), Leon Vallée (Bibliotecário da Biblioteca Nacional de Paris), Ainsworth R. Spofford (Diretor da Biblioteca do Congresso em Washington), Alois Brandl (Professor de Literatura da Universidade de Berlim), Ricardo Palma (Diretor da Biblioteca Nacional de Lima), José Henrique Rodó (Diretor da Biblioteca Nacional de Montevideo) José Toribio Medina (Da Universidade de Santiago do Chile), David Peña (Professor da Universidade de Buenos Aires) e Justo Sierra (Ministro de Instrução Pública do México).

Chega cheirando a papel novo, mata
de pinheiros toda verde.

Sou o mais rico menino destas redondezas.
(Orgulho, não; inveja de mim mesmo)
Ninguém mais aqui possui a coleção das Obras Célebres.

Tenho de ler tudo. Antes de ler,
que bom passar a mão no som da percalina,
esse cristal de fluida transparência: verde, verde...
Amanhã começo a ler. Agora não.

Agora quero ver figuras. Todas.
Templo de Tebas. Osíris, Medusa, Apolo nu, Vênus nua...

Nossa Senhora, tem disso nos livros?
Depressa, as letras. Careço ler tudo.
A mãe se queixa: Não dorme este menino.
O irmão reclama: Apaga a luz, cretino!

Espermacete cai na cama, queima a perna, o sono.
Olha que eu tomo e rasgo essa Biblioteca
antes que pegue fogo na casa.

Vai dormir, menino, antes que eu perca a paciência e te dê uma sova.
Dorme, filhinho meu, tão doido, tão fraquinho.

Mas leio, leio. Em filosofias tropeço e caio,
cavalgo de novo meu verde livro,
em cavalarias me perco, medievo;
em contos, poemas me vejo viver.

Como te devoro, verde pastagem!...
Ou antes carruagem de fugir de mim
e me trazer de volta à casa
a qualquer hora num fechar de páginas?

Tudo que sei é ela que me ensina.
O que saberei, o que não saberei nunca,
está na Biblioteca em verde murmúrio
de flauta-percalina eternamente."¹³

O verso Drummondiano confirma nossas conclusões acerca dos caminhos do livro. No percurso entre o Rio de Janeiro – de acordo com a indicação de Hallewell quando coloca a cidade do Rio como principal centro distribuidor do comércio livreiro no Brasil – e o interior de Minas Gerais, onde o poeta viveu sua infância, os volumes da Biblioteca Internacional de Obras

¹³ ANDRADE, Carlos Drummond de. *A palavra mágica*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

Célebres viajaram a bordo do trem de ferro e, cumprindo a parte final do trajeto, entre a estação e a casa do comprador, em lombo de burro de carga.

Como vimos, caminho semelhante era percorrido pelos livros e jornais que chegavam à região norte. Após o desembarque no porto de Camocim, tomavam a estrada de ferro com direção às estações e, dali, galgavam a serra da Ibiapaba em lombo de burros e jumentos, conduzidos por estafetas. Outros seguiam pelas trilhas de terra rumo às pequenas cidades, vilas e fazendas do sertão do vale do Acaraú, indo repousar em estoques de firmas comerciais para deles passar aos leitores, ou indo direto às estantes de algum gabinete de leitura particular ou institucional.

O fascínio despertado pelas edições mais luxuosas, como a Biblioteca Internacional de Obras Célebres, transparece na poesia de Drummond, onde o jovem leitor apresenta sua ansiedade e o desejo de mergulhar sofregamente na leitura. O contato físico com o livro, sua apreciação tátil se apresenta como uma preliminar à leitura, indispensável para aumentar-lhe o prazer.

O resultado da persistência do menino Drummond junto ao seu pai foi a compra da coleção por meio de uma ligação telefônica ao Rio de Janeiro. Os consumidores do livro na região norte do Ceará no período pesquisado não dispunham de tal meio de comunicação, embora o telégrafo estivesse à disposição.

O Coronel, pai de Drummond, exige qualidade no transporte recomendando cuidado no acondicionamento dos volumes, pois não queria vê-los chegar com um arranhão sequer, do contrário exigiria o dinheiro de volta, condição que seu interlocutor telefônico parecia já conhecer, sinalizando para a possibilidade de não ser aquela a primeira compra.

Não há indicação de que a coleção da “Biblioteca Verde” encontrada no acervo do Gabinete de Leitura Ipuense tenha sido doada, pois não encontramos nenhuma dedicatória em nenhum de seus vinte e quatro volumes. O exame do acervo do Gabinete de Leitura Camocinense revelou ali a existência de cinco volumes desta coleção. Tal presença foi noticiada pelo *Camocim Jornal* em edição de 1º de maio de 1921¹⁴.

¹⁴ O Gabinete de Leitura possui 1.040 volumes!. *Camocim Jornal*. Camocim, 1 mai. 1921, p. 2. Disponível para consulta na Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel (Fortaleza/CE), Setor de Periódicos, Consulta de Microfilmes, rolo M67.

A Biblioteca Internacional de Obras Célebres constituía, a julgar pelos resultados do exame dos dois acervos pesquisados, uma espécie de item obrigatório, ao lado da História do Brasil, de Rocha Pombo e da História Universal, de Guilherme Oncken.

Seguindo adiante, deparamo-nos com mais obras ligadas à história, destacando-se um exemplar do “Dicionário Bio-bibliographico cearense”¹⁵, de Guilherme Studart. O exemplar em questão foi doado pela Secretaria do Interior, conforme dedicatória gravada no volume. A presença deste autor, membro destacado da primeira geração do Instituto Histórico do Ceará e um dos fundadores da historiografia cearense, demonstra o interesse dos sócios do Gabinete de Leitura Ipuense por este tipo de produção.

O exemplar encontrado foi editado no ano de 1915 e sua doação ao Gabinete ocorreu no mês de julho de 1919. Verificas-se aqui algo significativo. Os livros doados, em vários casos, tinham pouco tempo de publicação. Podia se tratar de edições recentes. Quando isso ocorre com um livro voltado para assuntos históricos, revela-se o interesse que havia na difusão destas leituras por parte de órgãos governamentais como a Secretaria do Interior, para o caso em questão.

O interesse em doar ao Gabinete de Leitura Ipuense um livro contendo biografias de vultos ilustres da história do Ceará denota o esforço no sentido de reforçar uma memória em construção, caracterizada pela insistência no culto aos heróis fundadores da pátria nacional e, por tabela, da pátria cearense, revelando a sintonia com ideário republicano em processo de implantação no Brasil.

A afinação entre o poder republicano estadual e o discurso historiográfico representa um resultado dos esforços empreendidos por Studart no sentido de tornar sua ambição de publicar as fontes documentais da história do Ceará com recursos oriundos dos cofres do governo, como podemos perceber a partir dos seguintes comentários de Almir Leal de Oliveira:

“Embora o Instituto Histórico do Ceará, através de sua *Revista*, tenha publicado um número considerável de fontes do período colonial cearense, Studart passou a defender a publicação sistemática

¹⁵ STUDART, Guilherme. *Diccionario Bio-bibliographico cearense*. Fortaleza: Typ. Minerva, de Assis Bezerra, 1915. Acervo GLI.

dessas fontes com recursos do governo estadual Iniciou-se assim uma tomada de consciência de que a publicação das fontes cearenses seria uma tarefa pública, unindo também os esforços do próprio Instituto Histórico e de particulares.”¹⁶

Imbuído do desejo de compilar fontes para elucidar o passado cearense, Studart teve sua metodologia de pesquisa contestada por João Batista Perdigão de Oliveira, um de seus confrades do Instituto. Perdigão, de acordo com Almir Leal de Oliveira, procurou demonstrar “o quanto Studart estaria distante de se colocar diante de um *métier* consagrado pela valorização da imparcialidade científica”¹⁷, defendendo, por sua vez, as “práticas modernas da historiografia”¹⁸.

Emparelhado com o livro do Barão de Studart, encontramos ainda um exemplar de “A organização nacional”¹⁹, de Alberto Torres. Publicado em 1914, foi doado ao Gabinete Ipuense de Leitura em julho de 1919 por Armando Monteiro. A respeito do doador, nada pudemos descobrir. O autor, porém, revela o interesse por leituras a respeito do pensamento social brasileiro²⁰. Francisco Iglesias, em prefácio a uma reedição da obra em questão, o qualificou com as seguintes palavras:

“Pensamento conservador, não é reacionário nem revolucionário, embora se aproximasse mais daquele tipo que deste. Sua expressão literária é a comum: em linhas gerais correta, não chega a ser forte nem brilhante. A análise é lúcida e por vezes profunda, na denúncia dos equívocos viciadores da formação nacional. O bom senso é a sua nota constante, sem maiores voos.”²¹

¹⁶ OLIVEIRA, Almir Leal de. *O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará – Memória, representações e pensamento social*. 2001. 280f. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001, p. 188-189.

¹⁷ Id. *ibidem*, p. 172.

¹⁸ Idem.

¹⁹ TORRES, Alberto. *A organização nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914. Acervo GLI.

²⁰ De acordo com Lilia Moritz Schwarcz, o pensamento racial foi introduzido no Brasil de forma crítica e seletiva, constituindo um instrumento autoritário de definição da identidade nacional. No entanto, quando a autora diz “crítica e seletiva”, refere-se ao fato de os homens de ciência brasileiros terem, na realidade, descartado muito do conteúdo do pensamento cientificista europeu por não se adequar à realidade brasileira. Fizeram, desta forma, um recorte, aproveitando aquilo que lhes poderia ser útil em seu esforço de construir a identidade e memória nacionais. SCHWARCZ, Lilia Moritz, *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 42.

²¹ IGLESIAS, Francisco. *História e literatura: ensaios para uma história das ideias no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2009, p. 17.

Ainda de acordo com Iglesias, o livro constitui a primeira parte de um projeto de autor o qual compreendia a publicação de três estudos. O primeiro, sobre a Constituição; o segundo, sobre a Educação; e o terceiro, sobre a Economia. A morte prematura interrompeu os planos, tendo sido publicado apenas o estudo referente à Constituição, o qual, de acordo com Iglesias, “já se impõe, pois trata exaustivamente de um assunto, esgotando-o na medida do possível”²².

Trata-se de um livro ainda novo por ocasião de sua doação, sinalizando para a importância atribuída por seu doador à sua presença no acervo do Gabinete de Leitura. A presença da historiografia cearense ao lado do pensamento social brasileiro revela ainda mais o quanto o interesse dos leitores e organizadores de um gabinete de leitura na região norte do Ceará ia além dos títulos de caráter puramente literário.

Passadas as duas coleções – História do Brasil e Biblioteca Internacional de Obras Célebres – os títulos se misturam. História, literatura, política e medicina compõem. A atual disposição dos livros nas prateleiras da estante não corresponde àquela adotada pelos bibliotecários do Gabinete, mas obedece à numeração atribuída aos livros por ocasião de seu ingresso na Biblioteca Francelina Martins.

Examinando atentamente alguns volumes, percebemos a existência de anotações numéricas feitas a lápis. Estes números resultam do controle feito pelos bibliotecários do Gabinete, uma vez que as etiquetas afixadas às lombadas dos livros indicam uma operação de organização mais recente. Além das etiquetas atuais, cujos números servem para organizar a distribuição dos livros nas estantes, é possível visualizar outras mais antigas, de maior formato. Nas atuais os números foram escritos com caneta esferográfica; nas antigas, com pincel, indicando que sua afixação aos livros ocorreu em tempo mais recente.

Identificamos como resquício da ação dos bibliotecários do Gabinete a colocação dos números a lápis. Um exame destes números demonstrou o cuidado que os bibliotecários tinham ao escrever o número de controle do volume em várias páginas, especialmente no verso da primeira capa e na folha

²² Id. *Ibidem*, p. 28.

de rosto, facilitando a identificação do volume a partir de consulta ao catálogo (figura 16). Alguns volumes trazem o número escrito a lápis na lombada do livro. Tal ocorrência se mostra mais rara, o que atribuímos ao fato de a maior parte dos livros ter recebido encadernação com materiais de cor escura, dificultando a visualização do traço feito a lápis.



Figura 16: Folha de rosto do livro "Obras Completas de Fagundes Varella" onde se vê anotação numérica a lápis. Acervo do autor.

Iniciando a série de títulos em francês, encontramos um exemplar da "La Revue"²³, revista que teve como diretor e redator Jean Finot. Apresenta-se como "ancienne 'Revue des Revues'". O exemplar em questão é o volume LXXVII. O consumo de revistas francesas se fazia em meio aos jornais estrangeiros que também chegavam ao Gabinete. Para além de livros, os

²³ La Revue. Paris, vol. LXXVII, 1908. Acervo GLI.

gabinetes de leitura ofertavam à consulta dos leitores diversos materiais impressos: revistas, jornais, mapas, cartas geográficas, etc.

Continuando seu emparelhamento de volumes variados, o acervo revelou um exemplar da Bíblia Sagrada²⁴ doado pelo Padre João José de Castro, cujo carimbo em alto relevo se acha gravado na folha de rosto do exemplar, ao lado da inscrição à bico de pena: “É de João José de Castro”. A doação foi feita por Thomaz Corrêa.

O Padre João José de Castro, primeiro vigário da Freguesia de São Sebastião do Ipu, foi um dos principais articuladores da fundação do Gabinete Ipuense de Leitura, ainda no século XIX. Foi eleito o primeiro presidente daquela associação. Como o exemplar em questão passou às mãos de Thomaz Corrêa é difícil saber. Mesmo envolvido na fundação do primeiro gabinete de leitura da cidade de Ipu, Padre João José de Castro não fez a doação de seu exemplar da bíblia àquela associação. A doação foi feita ao Gabinete de Leitura Ipuense em 1918, revelando que este título, mesmo tendo sido impresso no início da segunda metade do século XIX e estando na cidade durante o período de existência do Gabinete Ipuense de Leitura, nunca passou pelo acervo deste. O texto dedicatório indica sua permanência, após a partida do Padre João de Castro, no acervo particular de Thomaz Corrêa, sendo doado posteriormente ao Gabinete de Leitura Ipuense, criado em outubro de 1919.

A data da dedicatória indica o mês de dezembro de 1919, revelando ter sido este um exemplar incluído no acervo durante a fase inicial de sua constituição, aquela em que, de acordo com levantamento feito pela análise das dedicatórias, foi marcada pela chegada da maioria dos volumes doados ao acervo.

As primeiras crônicas aparecem com o livro “Os ladrões do Rio”²⁵, de Vicente Reis. A política comparece com o “Jornal de Timon”, de João Francisco Lisboa. Samuel Smiles comparece com “O Character”²⁶ e “Ajuda-te”²⁷, ambos traduzidos para o português.

Predominam agora os romances, as coletâneas de poesia e alguns títulos de psicologia. As datas de publicação variam entre as duas últimas

²⁴ *Bíblia Sacra*. Taurini: Hyacinthi Marietti, 1851. Acervo GLI.

²⁵ REIS, Vicente. *Os ladrões do rio*. Rio de Janeiro: Laemmert & Cia, 1903. Acervo GLI.

²⁶ SMILES, Samuel. *O Character*. Paris: H. Garnier, livreiro-editor, [s/d]. Acervo GLI.

²⁷ SMILES, Samuel. *Ajuda-te*. Paris: H. Garnier, livreiro-editor, 1899. Acervo GLI.

décadas do século XIX e a primeira década do século XX. A maioria dos títulos são traduções de autores ligados ao romantismo francês, seguido pelos portugueses Alexandre Herculano, Camilo Castelo Branco, Luis de Camões, Theophilo Braga, Guerra Junqueiro e Eça de Queiroz.

Entre os franceses encontramos Victor Hugo, Jean Lombard, Julio Verne, Adolphe Joanne, Gustave Le Bon, Ernest Renan, Émile Zola, J. Crozals, Octave Feuillet, Alfred de Musset, L. P. Captier, Marc Debrit, Frédéric Soulié, M. de Lamartine, Michel Chevalier, Émile Carrey, Assine Houssaye, Gustave Flaubert, Eugène Despois, Jules Bastide e P. J. B. Buchez.

Entre os gêneros, prevalece o romance e uma série chama a atenção: a longa série de livros escritos por Alexandre Herculano. Começando pelos dois volumes de “Lendas e Narrativas”²⁸, título que faz parte da produção de Herculano no campo da narrativa histórica, passando por “Estudos sobre o casamento civil”²⁹ e os volumes IV, VIII e X de “Opúsculos: questões públicas”³⁰. Ainda na série “Opúsculos”, identificamos os volumes III, V e VI de “Opúsculos: controvérsias e estudos históricos”³¹ e o volume IX, tomo I, de “Opúsculos: literatura”³².

Das “Cartas”³³ encontramos os volumes I e II. Da produção poética de Herculano, encontramos os livros “Composições várias”³⁴ e “Poesias”³⁵. Encerrando a série de livros de Alexandre Herculano, temos os oito volumes da “História de Portugal”. O volume I³⁶ faz parte da terceira edição, publicada pelas Livrarias Aillaud, Bertrand e Francisco Alves em Paris e Lisboa no ano de

²⁸ HERCULANO, Alexandre. *Lendas e narrativas*. 2 vol. 12 ed. Paris/Rio de Janeiro: Livrarias Aillaud e Bertrand/Francisco Alves & Cia,[s/d]. Acervo GLI.

²⁹ HERCULANO, Alexandre. *Estudos sobre o casamento civil*. Lisboa: Antiga Casa Bertrand – José Bastos & Cia, editores, [s/d]. Acervo GLI.

³⁰ HERCULANO, Alexandre. *Opúsculos: questões públicas*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1907. Acervo GLI.

³¹ HERCULANO, Alexandre. *Opúsculos: controvérsias e estudos históricos*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1907. Acervo GLI.

³² HERCULANO, Alexandre. *Opúsculos: literatura*. Lisboa: Antiga Casa Bertrand – José Bastos & Cia, editores, 1907. Acervo GLI.

³³ HERCULANO, Alexandre. *Cartas*. 2 vol. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, [s/d]. Acervo GLI.

³⁴ HERCULANO, Alexandre. *Composições várias*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, [s/d]. Acervo GLI.

³⁵ HERCULANO, Alexandre. *Poesias*. 8 ed. Lisboa: Antiga Casa Bertrand - José Bastos e Cia – editores. Acervo GLI.

³⁶ HERCULANO, Alexandre. *História de Portugal*. Vol I. 3 ed. Paris/Lisboa: Livrarias Aillaud/Bertrand, Francisco Alves, 1914. Acervo GLI.

1914. Os volumes II a VIII³⁷ pertencem à sétima edição, publicada no Rio de Janeiro pela Livraria Francisco Alves.

Entre os precursores de Alexandre Herculano no romance histórico, destacamos a presença de Victor Hugo, o qual comparece com os títulos seguintes: “Os homens do mar”³⁸, “Les dernier jour d’un condamné”³⁹ e os dois volumes em português de “Nossa Senhora de Paris”⁴⁰, inclusos na Coleção Lusitânea. A presença de Zola, representante principal do naturalismo no acervo, é igualmente tímida, verificada por meio dos títulos: “La bête humaine”⁴¹ e “L’Anonimoir”⁴².

A pequena quantidade de títulos de dois autores tão conhecidos sugere a possibilidade de ter ocorrido uma fragmentação do acervo, tendo os títulos pertencentes a autores famosos sido extraviados. Nada sabemos a respeito do momento em que o Gabinete de Leitura Ipuense entrou em derrocada, nem muito menos quanto tempo teria se passado entre o fechamento de suas portas e a transferência de seu acervo para a Biblioteca Francelina Martins Araújo.

Não descartamos a possibilidade de, durante este período de espera, o acervo ter sido dilapidado, tendo obras de reconhecido valor literário sido desviadas para acervos particulares cuja identificação foge inteiramente ao escopo deste trabalho. Tal conjectura serve apenas para fornecer uma hipótese explicativa quanto à presença tímida de Hugo e Zola no acervo.

A “Coleção Lusitânea”, publicada pela editora portuense Livraria Chardron de Lello & Irmão, está representada no acervo do Gabinete de Leitura Ipuense por quarenta e três volumes facilmente identificáveis pelo verde da percalina de suas capas e pelo formato in-oitavo. Inclui importantes nomes do romantismo francês e português, como Victor Hugo, Lamartine, Flaubert, Alexandre Dumas Filho, Camilo Castelo Branco, Almeida Garret. Destoando da

³⁷ HERCULANO, Alexandre. *História de Portugal*. Vol II a VIII. 7 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1914-1916. Acervo GLI.

³⁸ HUGO, Victor. *Os homens do mar*. 2 vol. Lisboa: Guimarães e C. editores, 1910. Acervo GLI.

³⁹ HUGO, Victor. *Les dernier jour d’un condamné*. Paris: Librairie de L Hachette et Cie, 1859. Acervo GLI.

⁴⁰ HUGO, Victor. *Nossa Senhora de Paris*. 2 vol. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão, editores, [s/d]. Acervo GLI.

⁴¹ ZOLA, Émile. *La bête humaine*. Paris: G. Charpentier et Cie, éditeurs, 1890. Acervo GLI.

⁴² ZOLA, Émile. *L’Anonimoir*. Paris: Bibliothèque Charpentier, G. Charpentier et E. Fasquelle, 1896. Acervo GLI.

predominância romântica, comparece na Coleção Lusitânea o naturalista Alphonse Daudet,

Examinando os volumes da Coleção, encontramos entre as páginas do primeiro volume de “Nossa Senhora de Paris”, de Victor Hugo, um prospecto da coleção, impresso em papel especial onde as qualidades da coleção e seu reclame são feitas da seguinte maneira:

“COLLECÇÃO LUSITANIA

Destinada a vulgarizar não só as obras primas da literatura portuguesa, como também em traduções cuidadas, as melhores das literaturas estrangeiras.

Volumes de 300 a 400 páginas, impressos em bom papel, tipo muito legível e com ilustrações; cada volume sólida e elegantemente encadernado em percalina \$30 centavos (300 réis).

Todos os volumes teem a encadernação protegida por uma capa ilustrada.

Lélo & Irmão, Editores
Rua das Carmelitas, 144
PORTO

Envia-se gratis o catalogo geral.”

Olhando o verso do prospecto citado, percebemos que a coleção encontrada no acervo não está completa, pois ali são enumerados os títulos publicados até 1915 e os que saíam mensalmente. Dentre os volumes indicados, não foram encontrados no acervo os seguintes: “Cartas de amar”, de Soror Mariana, “Carta de guia de casados”, de Francisco Manuel de Melo, “José Bálsama”, de Camilo Castelo Branco e “Camões”, de Almeida Garret.

Considerando as indicações de Antonio Marrocos de Araújo, a Coleção Lusitanea nunca esteve completa no acervo, pois em texto publicado em 1929, quando o Gabinete se encontrava ainda em atividade, Marrocos cita, destacando as obras de valor presentes no acervo, a “Collecção Lusitana em 42 volumes”⁴³. Concluimos daí que, no que toca a esta coleção, não houve extravio de livros, permanecendo a totalidade de volume adquiridos no acervo.

Não há registro indicativo de que os livros da Coleção Lusitanea tenham sido adquiridos por doação. Sua entrada no acervo do Gabinete foi registrada pela aposição do carimbo da instituição nos livros. Também por meio

⁴³ ARAUJO, Antonio Marrocos. Op. cit.

de carimbo ficou registrada a passagem da maioria dos volumes da coleção pelo estoque da Livraria Ribeiro, em Fortaleza. Alguns livros trazem o preço anotado a lápis no canto superior esquerdo da terceira página, provavelmente obra do responsável pelo controle do estoque da livraria, como ocorre no livro “O arco de Sant’Anna”⁴⁴, de Almeida Garret.

De acordo com o prospecto transcrito há pouco, a venda podia ser facilitada pelo envio gratuito do catálogo, recurso útil aos livreiros e demais interessados na aquisição dos itens da coleção. Os títulos iam sendo publicados aos poucos, ou seja, a coleção não saiu inteira devido ao elevado número de títulos que a compunham. Esta publicação fragmentada bem pode ter sido um dos fatores a impedir sua aquisição completa pelo Gabinete de Leitura Ipuense.

As semelhanças entre a Coleção Lusitanea e a Biblioteca Internacional de Obras Célebres começa pela encadernação. Ambas utilizam percalina verde com letras douradas. A primeira diferença aparece no formato, pois a Biblioteca Internacional é bem maior, em formato in-quarto, enquanto a Lusitanea apresenta-se em in-oitavo e em maior número de volumes. O número total de páginas dá vantagem à Lusitanea, enquanto a Biblioteca Internacional de Obras Célebres apresenta um papel de qualidade bastante superior e conta com ilustrações mais bem trabalhadas, revelando apuro na impressão.

Os volumes da Coleção Lusitânea trazem invariavelmente o retrato do autor no verso da primeira página e sobrecapas ilustradas para proteger a encadernação, recurso que também aumentava o seu atrativo visual. O papel utilizado é de boa qualidade e os tipos são bem legíveis, apresentando-se bastante agradáveis e pouco cansativos à visão em ambiente com iluminação natural. A legibilidade proporcionada pelo tamanho do tipo utilizada constitui fator importantíssimo para os leitores do início do século XX, quando o Gabinete abria suas portas ao público exclusivamente no período noturno, das 18:00 às 21:00h⁴⁵. Os leitores teriam que ler à luz de lâmpadas de carbureto.

A tabela a seguir apresenta a listagem dos quarenta e três volumes da Coleção Lusitânea encontrados no acervo do Gabinete de Leitura Ipuense.

⁴⁴ GARRET, Almeida. *O arco de Sant’Ana*. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão, [s/d]. Acervo GLI.

⁴⁵ O “Gabinete de Leitura Ipuense” festejou o seu 1º aniversário. *Correio do Norte*. Ipu, 08 jan. 1920, p. 1.

Optamos por apresentar apenas o título e o nome do autor, obedecendo rigorosamente à sequência pela qual os livros se encontram dispostos na estante, embora não saibamos o quanto possa haver de comum entre este arranjo e aquele adotado nos tempos do Gabinete de Leitura Ipuense.

Tabela 2: Coleção Lusitânea no acervo do GLI

<i>Título</i>	<i>Autor</i>
Amor de salvação	Camilo Castelo Branco
Eusébio Macário	Camilo Castelo Branco
A brasileira de prazins	Camilo Castelo Branco
Riquezas do pobre e misérias do rico	Camilo Castelo Branco
Livro da consolação	Camilo Castelo Branco
Maria da fonte	Camilo Castelo Branco
Amores do diabo	Camilo Castelo Branco
O carrasco de Vitor Hugo José Alves	Camilo Castelo Branco
Mosaico e Silva	Camilo Castelo Branco
No Bom Jesus do monte - voltareis, ó Cristo	Camilo Castelo Branco
Maria da fonte	Camilo Castelo Branco
A corja - portas e raças finas	Camilo Castelo Branco
O romance dum homem rico	Camilo Castelo Branco
Compêndio da vida e feitos de José Bálamo chamado de Cagliostro ou Judeu errante	Camilo Castelo Branco
A freira no subterrâneo (romance histórico)	Camilo Castelo Branco
Livro de consolação	Camilo Castelo Branco
Fios d'Alisa	Lamartine
Cláudio (e pedreiro de Saint-Point)	Lamartine
Nossa Senhora de Paris v. I	Vitor Hugo
Nossa Senhora de Paris v. II	Vitor Hugo
Os últimos dias de Pompéia	Lord Bulwer Lytton
Os sacrificados (contos da guerra)	João Grave
Livro das saudades (história da menina)	Bernardim Ribeiro

moça e declaração das saudades)	
Madame Bovary (scenas da província) v. I	Gustavo Flaubert
Madame Bovary (scenas da província) v. II	Gustavo Flaubert
O senhor deputado	Júlio Lourenço Pinto
O ilustre Dr Mateus	Erkmann-Chartrian
A dama das camélias	Alexandre Dumas, Filho
Mulheres da Beira	Abel Botelho
Átala - Renato - O último abencerragem	Chateaubriand
O Arco de Sant'Ana	Almeida Garret
Viagens na minha terra	Almeida Garret
Frei Luis de Sousa - um auto de Gil Vicente	Almeida Garret
Contos escolhidos	Julio Brandão
Cartas do meu moinho	Alphonse Daudet
História de Manon Lescant	Abade de Prévost
Noventa e três	Vítor Hugo
A religiosa	Diderot

Dos livros publicados em língua estrangeira encontrados no acervo, o grupo dos franceses se sobressai com um total de cinqüenta e um volumes, número correspondente ao percentual de 14,5% do acervo. Encontra-se neste grupo os seus volumes mais antigos, sendo praticamente todos oriundos do século XIX. Além dos romances, encontram-se livros de medicina, poesia e história.

No que diz respeito à forma de aquisição, as dedicatórias não permitem concluir se provém, em sua totalidade, de doações, tendo em vista a pequena incidência deste registro nos livros ora analisados. Entre os doadores, identificamos, uma vez mais, o nome do farmacêutico Thomaz Corrêa em dedicatórias escritas nos livros “Nouvelles”⁴⁶ e “Comédies et proverbs”⁴⁷ e “Primières poésies”⁴⁸, de Alfred de Musset. As dedicatórias não trazem data, não nos permitindo descobrir se tais livros teriam tido alguma passagem pelo

⁴⁶ MUSSET, Alfred de. *Nouvelles*. Paris: G. Charpentier, libraire-editeur, 1857. Acervo GLI.

⁴⁷ MUSSET, Alfred de. *Comédies et proverbs*. Paris: Charpentier, libraire-éditeur, 1856. Acervo GLI.

⁴⁸ MUSSET, Alfred de. *Primières poésies*. Paris: Charpentier, libraire-éditeur, 1854. Acervo GLI.

acervo do Gabinete Ipuense de Leitura, visto que Thomaz Corrêa esteve envolvido na constituição deste primeiro gabinete⁴⁹.

O laconismo das dedicatórias de Thomaz Corrêa não impede de pensar que a doação tenha sido feita ao segundo gabinete de leitura, aquele fundado em 1918 e instalado em 1919. Ele bem pode ter guardado seus livros e doado em 1919, como forma de colaborar com o novo gabinete, estimulado pelo bibliotecário Edgard Corrêa, seu filho.

Prosseguindo o exame dos livros franceses, identificamos mais um doador: Dario Pessoa. Do pouco que conseguimos apurar a respeito de sua pessoa, descobrimos sua passagem pelo cargo de juiz substituto da Comarca de Boa Viagem em 1920 e de Ipueiras em 1921⁵⁰. As dedicatórias que colocou nos dois volumes de “Histoire de la civilisation”⁵¹, de J. de Crozals, indicam como data o dia 7 de julho de 1925.

A pesquisa junto às dedicatórias ainda identificou Antonio Albuquerque como doador do livro “Petit Cours de Litterature Française”⁵². A doação foi realizada no dia 13 de dezembro de 1918, ou seja, temos aqui mais um livro chegado ao acervo por ocasião do esforço inicial de organização do mesmo, neste caso antes ainda da instalação do Gabinete de Leitura Ipuense em 1º de janeiro de 1919.

Os livros franceses encontrados no acervo do Gabinete de Leitura Ipuense encontram-se listados na tabela a seguir:

Tabela 3: Livros franceses encontrados no acervo do GLI

<i>Título</i>	<i>Autor</i>
La Revue	Jean Finot
Force et Matière	Louis Buchner
Petit cours de litterature française	Charles André
Itinéraire de la Suisse	Adolphe Joanne
Catalogue Prix-Courant	Yvert & Tellier-Champion

⁴⁹ SOUSA, Eusébio de. Um pouco de história: chronica do Ipu. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, tomo XXIX, p. 223, 1915.

⁵⁰ *Correio do Norte*. Ipu, 20 jan. 1921, p. 1.

⁵¹ CROZALS, J. de. *Histoire de la civilisation*. 2 vol. Paris: Libraire ch. Delagrave, [s/d]. Acervo GLI.

⁵² ANDRÉ, Charles. *Petit cours de litterature française*. Bruxelles: Établissements Émile Bruylant Societé Anonyme d'editions juridiques et scientifiques; [s/d]. Acervo GLI.

La bête humaine	Émile Zola
Traite elementaire de physique appliqué	M. E. Gripon
Rome – Les trois Villes	Émile Zola
Histoire de la civilisation	J. de Crozals
La morte	Octave Feuillet
Nouvelles	Alfred de Musset
Comédies et proverbs	Alfred de Musset
Dicours et conférences sur l'éducation	L. P. Captier
Primières poésies	Alfred de Musset
Premiers secours aux impoisonnés	E. Ferrand
Les temps difficiles	Ch. Dickens
Laura ou L'Italie contemporaine	Marc Debrit
L'Anonimoir	Émile Zola
Un malheur complet	Frédéric Soulié
Nouvelles confidences	A de Lamartine
La chute d'un ange	M de Lamartine
La case de L'Onde Tom ou Vie des négres em Amérique	Mss Harriet Beecher Stowe
Le roi des tropiques	Xavier Eyma
Des intérêts matériels em France	Michel Chevalier
Étude sur la vie et les oeuvres de Lope de veja	Ernest Lafond
Mes prisons snivi des devoirs des hommes	Silvio Pellico
Huit jours sous l'équateur	Émile Carrey
Les quatre sergents de la Rochelle	Mme Clémence Robert
Le dernier jour d'un condamné	Victor Hugo
Les révoltés du Para	Émile Carrey
Les amours étranges	Adèle Esquiros
Les métis de la savane	Émile Carrey
L'amour comme il est	Assine Houssaye
Les parisiennes a Paris	Le diable a Paris
Les Guerres de la réforme	Jules Bastide
Histoire de la maison d'Autriche	Charles Rolland
Introduction a l'étude des sciences physiques	J. Morand

Révolution d'Angleterre	Eugène Despois
La philosophie zoologique	Victor Meunier
L'Asie occidentale et l'Égypte	A. Ott
Les principaux faits de La Chine	André Sanson
Torrents fleuves et canaux de la France	H. Blerzy
Les délassés du travail	Maurice Cristal
Paris Municipal ses services publics et ses ressources financières	H. Leneveux (conseiller municipal de Paris)
Résumé populaire du Code Civil	Moreir
Histoire de la formation de la nationalité française	P J B Buchez
Histoire de France - Les guerres de la réforme	Jules Bastide
Histoire de la formation de la nationalité française	P J B Buchez
Histoire de L'empire Ottoman et coup d'oeil sur la Turquie actuelle	L. Collas
Maladies blennorrhagiques des voies génito-urinaires	Le Docteur Alex Renault

Examinando o acervo do Gabinete de Leitura Camocinense, encontramos apenas oito livros franceses, sinal de que este acervo sofreu depredação ainda maior do que o seu congêneres ipuense.

Os livros franceses encontrados em Camocim estão discriminados na tabela abaixo, cuja ordem de apresentação dos títulos segue a sequência pela qual se encontram dispostos na estante da Associação Comercial de Camocim, onde fomos acessar o acervo em questão.

Tabela 4: Livros Franceses encontrados no acervo do GLC

<i>Título</i>	<i>Autor</i>
Formulaire des nouveaux remèdes	Dr. G. Bardet
Histoire de la guerre du Péloponèse	Thucydide
Fécondité	Émile Zola
Horatii Flacci	H. T.

La lumière	M. Moitessier
Deuxième livre	M. D. Berlitz
Exposé de droit pénal et d'instruction criminelle	Th. Richard-Maisonneuve
Petit cours de littérature française	Charles André

O Gabinete de Leitura Camocinense revelou ainda a presença de livros publicados em inglês. Os títulos são os seguintes:

Tabela 5: Livros em inglês encontrados no acervo do GLC

<i>Título</i>	<i>Autor</i>
The State of Para: notes for the Exposition of Chicago	Baron de Marajó
State board of agriculture for the year 1892	Robt. W. Furnas
State board of agriculture	Forty - Second Annual Report of the Indiana
Thirty-ninth report of the Superintendent of public instruction	State of Indiana
Geology and natural resources	S. S. Gorby
Catalogue of the russian section	Imperial russian comission

Reforçando a presença de livros de história no Gabinete de Leitura Ipuense, a coleção da “História Universal”, de Guilherme Onken, foi encontrada faltando apenas o quarto volume. Esta coleção também foi referida por Antonio Marrocos Araújo, não citando a falta do quarto volume, o que nos faz pensar que o extravio deste item se deu após o ano de 1929, possivelmente por ocasião da transferência do acervo para a Biblioteca Francelina Martins. O mesmo pode também ter deixado de voltar de algum empréstimo.

A coleção foi publicada em formato in-quarto pela Livraria Francisco Alves em conjunto com as livrarias europeias Aillaud e Bertrand, sendo mais um dos itens do acervo pertencentes às edições publicadas no Brasil por Francisco Alves após sua aquisição de partes das duas livrarias europeias. A do primeiro volume e do quinto ao décimo primeiro foi feita na Typografia de José Bastos, situada à Rua da Alegria, 100, Lisboa. No segundo e no terceiro

volume consta que a impressão foi feita pela Typographia da Antiga Casa Bertrand, constando o mesmo endereço da José Bastos, indicando tratar-se da mesma tipografia, mudando o nome por razões de natureza comercial. Do décimo segundo ao décimo quarto, a impressão foi feita na Typographia A Editora Ltda. situada no Largo do Conde Barão, 50, Lisboa.

Invariavelmente, a folha de rosto de cada volume traz a seguinte informação a respeito da organização e tradução da coleção:

“Traduzida em portuguez por um grupo de professores e homens de letras sob direcção de Manuel d’Oliveira Ramos, Professor de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa”.⁵³

Quanto à forma de aquisição, apenas dois volumes trazem dedicatória, sendo-nos difícil concluir que se refira a toda a coleção ou apenas aos volumes individualmente. O terceiro volume traz dedicatória assinada pelo deputado H. Firmeza, com data de 26 de setembro de 1919. O décimo segundo volume traz dedicatória assinada pelo engenheiro José de Sá Roriz, com data de setembro de 1919. Podemos concluir que cada um doou parte da coleção, mas tal conclusão torna difícil explicar a presença do carimbo da firma ipuense *Lima & Cia*, de propriedade de Joaquim de Oliveira Lima, tesoureiro do Gabinete de Leitura Ipuense.

Joaquim Lima teria doado o décimo quarto volume da História Universal? Se o fez, não teve o cuidado de registrar em dedicatória. Há um indício, representado no carimbo, da passagem do livro pelos estoques de sua firma. Isto porque estamos considerando, até o momento, o carimbo como sinal de pertença. Lembramos que Joaquim Lima era tesoureiro do Gabinete, podendo usar de tal prerrogativa para conseguir liberação dos volumes para leitura fora da sede da instituição, o que poderia ensejar tal “acidente”.

O carimbo da Livraria e Papelaria Ribeiro aparece em nove dos treze volumes encontrados, indicando aquele estabelecimento como possível local onde teria sido feita a compra da coleção por seus doadores. Dali, a coleção teve passagem – breve, talvez – pelo acervo particular daqueles que as doaram ao Gabinete de Leitura Ipuense.

⁵³ ONCKEN, Guilherme. *História Universal*. Rio de Janeiro/Paris: Livrarias Aillaud e Bertrand/Francisco Alves e Cia, [s/d]. Acervo GLI.

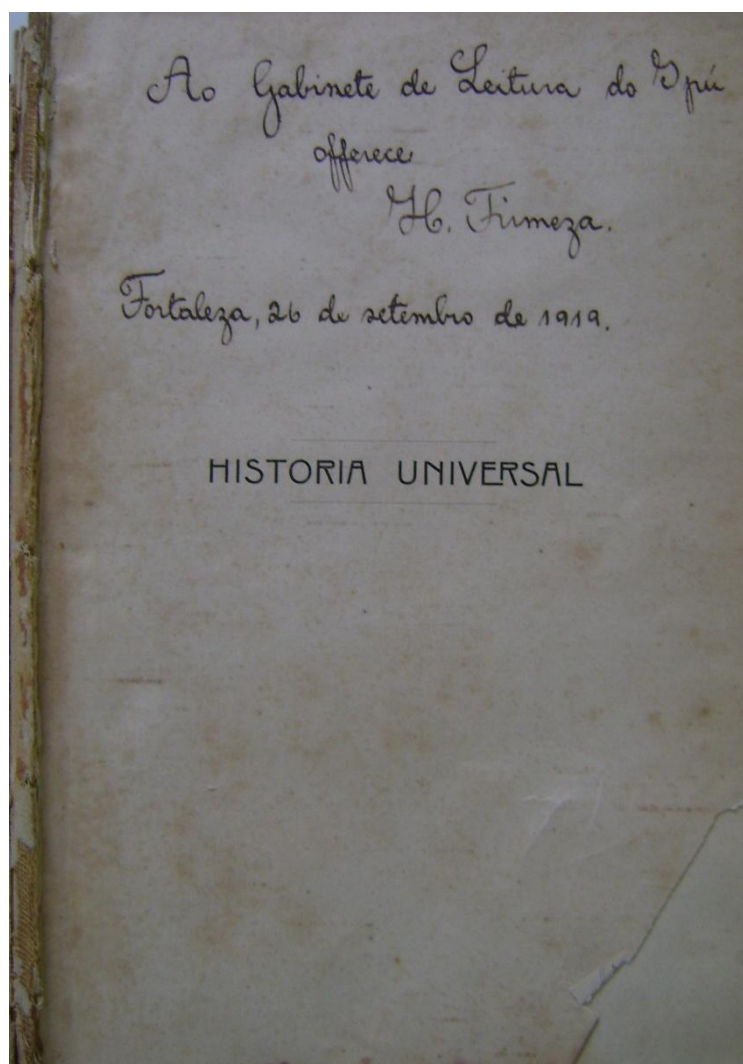


Figura 17: Dedicatória de H. Firmeza ao Gabinete de Leitura Ipuense estampada na primeira página do terceiro volume da “História Universal”, de Guilherme Oncken.

Os volumes três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze e treze desta coleção também existem no acervo do Gabinete de Leitura Camocinense, evidenciando que esta obra caracterizava uma espécie de item obrigatório para os acervos dos gabinetes de leitura da região norte do Ceará.

Encerrando o grupo das coleções, temos o “Thesouro da Juventude”, publicada em dezoito volumes dos quais doze foram encontrados no Gabinete de Leitura Ipuense, começando a série a partir do sétimo. A publicação foi feita pela editora W. M. Jackson, Inc. com sede no Rio de Janeiro e em Nova Iorque. A impressão foi feita pela The Colonial Press Inc., impressores, em Clinton, Massachusetts – Estados Unidos.

O papel empregado aparenta ser de ótima qualidade, pois a coleção apresenta o miolo praticamente intacto, trazendo danos visíveis apenas na encadernação. Os textos estão dispostos em duas colunas e as ilustrações em preto e branco são bastante numerosas, obedecendo ao propósito didático dos livros. Além destas, encontra-se razoável número de fotografias e algumas tiras de quadrinhos sempre na última página de cada volume, inseridas na seção “Histórias Ilustradas em Francez”.

Originalmente a obra foi composta em inglês. O nome dos tradutores não consta nos dados contidos nas folhas de rosto. Nelas encontra-se a descrição do propósito e a indicação do público-alvo da coleção nos seguintes termos: “Encyclopedia em que se reúnem os conhecimentos que todas as pessoas cultas necessitam possuir, oferecendo-os em forma adequada para o proveito e entretenimento dos meninos.” Avisa também que a introdução de cada volume foi escrita por Clovis Beviláqua. Aliás, este é o único nome indicado.

Uma seção bastante curiosa presente em cada volume é “Os Porquês”, onde o texto assume a forma de perguntas e respostas a respeito de temas científicos. Notemos que os livros eram direcionados exclusivamente aos meninos, dando a entender que tais temas deveriam interessar apenas a eles e não às meninas.

A presença desta coleção sinaliza para uma possível intenção de incluir as crianças entre os possíveis leitores do gabinete. Uma coleção voltada para o entretenimento e formação dos meninos estava destinada à leitura da parte dos pequenos alfabetizados, embora se possa facilmente concluir que o número de crianças alfabetizadas ainda se mostra diminuto, tendo em vista a precariedade do serviço de Instrução Pública e a escassez de professores particulares trabalhando em caráter itinerante, percorrendo fazendas, vilas e cidades da região norte do Ceará.

As folhas de rosto apresentam também as seções de que se compunha a coleção. São elas: “A Terra”, “A Natureza”, “A nossa vida”, “O Novo Mundo”, “O Velho Mundo”, “Cousas que devemos saber”, “Homens e Mulheres Celebres”, “Os Contos”, “As Bellas Acções”, “Livros Famosos”, “Os Porquês”, “Cousas que podemos fazer”, “Poesia” e “Licções attrahentes”.

O acervo revela ainda a presença de livros de autores cearenses e outras publicações editadas no estado, como o já citado “Diccionario Bio-bibliographico Cearense”, do Barão de Studart. Surge aqui novamente títulos incluídos na historiografia cearense do período, contemporâneos ao já citado “Diccionario Bio-Bibliographico”, de Guilherme Studart. Misturam-se a estes os almanaques e coleções de leis estaduais, romances e publicações institucionais, como a *Revista do Instituto do Ceará* reforçando a já constatada presença da historiografia cearense.

A investigação acerca da forma de aquisição revelou alguns livros procedentes de doações feitas pela Secretaria do Interior, como ocorreu com o exemplar de “Algumas origens do Ceará”⁵⁴, de Antonio Bezerra de Menezes.

Neste grupo encontramos o “Album do Jaguaribe”, organizado por Eusébio de Sousa. A doação foi feita pelo próprio autor, com data de Quixadá, 30 de janeiro de 1923. Eusébio de Sousa, nascido em Pernambuco e formado bacharel em Direito pela Faculdade do Recife, migrou para o Ceará e exerceu o cargo de Juiz de Direito da Comarca de Ipu entre os anos de 1913 a 1918⁵⁵. A doação do livro representa, pois, uma dádiva em memória das amizades granjeadas junto ao círculo dos homens de letras ipuenses.

Parte dos livros do grupo não traz dedicatória e nenhum traz carimbo ou qualquer outro indício que possa sugerir sua passagem pelo estoque de uma livraria, o que torna ainda mais improvável qualquer hipótese que se possa levantar a respeito da forma como chegaram ao Gabinete de Leitura Ipuense.

São os seguintes os livros escritos por autores cearenses ou editados no estado encontrados no acervo do Gabinete de Leitura Ipuense:

Tabela 6: Livros escritos por autores cearenses encontrados no GLI

<i>Título</i>	<i>Autor</i>
Diccionario Bio-bibliographico Cearense	Guilherme Studart
Lyra rustica	Rodolpho Theophilo

⁵⁴ MENESES, Antonio Bezerra de. *Algumas origens do Ceará*. Fortaleza: Typographia Minerva, de Assis Bezerra, 1918. Acervo GLI.

⁵⁵ MARTINS FILHO, Antonio. Eusébio de Souza. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, tomo LXI, 1947, p. 197-215.

O jesuíta	José de Alencar
O Ceará no centenário da Independência do Brasil	Thomaz Pompeo de Souza Brasil
Algumas origens do Ceará	Antônio Bezerra
Libertação do Ceará (queda da oligarquia Accioly)	Rodolpho Theophilo
O Ceará no começo do século XX	Thomaz Pompeo de Souza Brasil
Primazias do Ceará	Tristão de Alencar Araripe
A secca de 1915	Rodolpho Theophilo
O gaúcho	José de Alencar
Azas de um anjo	J. de Alencar
O ermitão da glória	J. de Alencar
Almanach dos municípios para o ano de 1908	Livraria Araújo
Álbum do Jaguaribe	Eusébio de Sousa
Projecto de código do Processo Civil e Commercial	Eduardo Henrique Girão e Olívio Dornellas Câmara.
Colecção de leis do Estado do Ceará do anno de 1918	Governo do Estado do Ceará
Comemorando o tricentenário da vinda do primeiro português ao Ceará	Comissão Especial para o Tricentenário
Revista trimestral do Instituto do Ceará (tomo XXX)	Instituto Histórico do Ceará

Predominante nos acervos pesquisados é o grupo dos livros de literatura, incluindo aí os romances editados em língua portuguesa, crítica literária, dramaturgia, poesia e contos. Observando os títulos é possível refletir um pouco a respeito do que era considerada boa leitura pelos organizadores do Gabinete.

A maioria foi editada e impressa na Europa e entraram para o acervo dos gabinetes por doação ou compra. Não é difícil concluir que este grupo encerra os títulos mais requisitados pelos leitores. No início do século XX, a

leitura de romances, com algumas exceções, já não sofria tanta condenação quanto em décadas anteriores.

Seguir as livrarias presentes nos livros remete a uma rede de circulação livreira que apresenta a cidade de Fortaleza como principal centro distribuidor de livros para a região norte do Ceará. Alguns trazem indícios indicativos de passagem por livrarias de outros estados do nordeste – como Pernambuco – ou da região norte do país – Manaus. Percebemos aí que os romances e demais livros literários acompanhavam os nordesteenses que viajavam para outros estados, seja em busca de trabalho e fortuna, seja a negócios em viagens rápidas.

A leitura de alguns títulos revelou textos extremamente cativantes, como é de praxe em romances. Não é difícil imaginar o quanto os leitores do início do século XX se sentiam atraídos às páginas destes livros, envolvidos nas tramas, identificando-se com alguns personagens, desenvolvendo ojeriza por outros, prosseguindo sofregamente na leitura à luz de carbureto possuídos pela ânsia de ver o desenrolar da trama. Tal experiência tem muito em comum com aquela vivida e descrita por José de Alencar no livro “Como e porque sou romancista”, quando diz:

“Lia-se até a hora do chá, e tópicos havia tão interessantes que eu era obrigado à repetição. Compensavam esse excesso, as pausas para dar lugar às expansões do auditório, o qual desfazia-se em recriminações contra algum mau personagem, ou acompanhava de seus votos e simpatias o herói perseguido.”⁵⁶

Guardadas as devidas diferenças – a experiência narrada por Alencar é de uma leitura doméstica em voz alta, com a presença de um grupo de ouvintes – cremos que o envolvimento com a trama dos romances, talvez não mais compartilhada com ouvintes, não devia ser menor. O gabinete oferecia um ambiente propício à leitura íntima e concentrada, permitindo um mergulho ainda mais intenso nas páginas do volume aberto.

Num tempo de inexistência dos modernos meios de comunicação e entretenimento, a leitura de romances ofertada pelo Gabinete de Leitura

⁵⁶ ALENCAR, José de. *Como e porque sou romancista*. 2 ed. Campinas/SP: Pontes, 2005, p. 27.

representa uma atraente possibilidade de lazer e de obtenção de informação. Os romances tinham também propósito formativo.

Dentre os grupos de livros identificados, os literários se apresentam como aqueles que percorreram os caminhos mais longos e tortuosos desde sua publicação até a chegada ao acervo do Gabinete. Principalmente após sua saída da livraria e passagem às mãos dos leitores/consumidores, os romances não encerram sua circularidade, mas passam de leitor a leitor, seja pelo empréstimo ou por doações.

Na experiência de leitura dos livros do Gabinete de Leitura Ipuense, optamos por começar a leitura especialmente por um romance, na busca de travar contato direto com os livros ofertados à leitura. Procuramos evitar a ingenuidade de pensar que a simples leitura de um livro do acervo possibilitaria reconstituir a experiência leitora de seus frequentadores. Ao contrário, o objetivo foi tomar conhecimento do texto, conscientes da impossibilidade de recuperar a experiência sensório-cognitiva de leitores passados uma vez que as fontes não permitem chegar a tanto.

Por meio da tabela abaixo é possível perceber, entre os títulos enumerados, a predominância de autores franceses e portugueses. Agrupamos não apenas os romances, mas ainda os títulos referentes à crítica literária, antologias, coletâneas de poesia, crônicas, contos, etc. Lembramos que entram nesta lista apenas os títulos publicados em português, visto que os franceses foram agrupados com os demais editados neste idioma. Mais uma vez, os títulos estão apresentados obedecendo a ordem em que se encontram arrumados na estante.

Tabela 7: Livros literários no acervo do GLI

<i>Título</i>	<i>Autor</i>
O padre maldito	Silva Pinto
Os homens do mar (2 vol.)	Victor Hugo
O intruso	Gabriel D'Annunzio
Correio da roça	Julia Lopes de Almeida
A mulher fatal	Émile Richebourg
A cidade do vício	Fialho D'Almeida

Aventuras de 3 russos	Julio Verne
Pontos de Vista	Medeiros e Albuquerque
O cavaleiro do cisne	Lomengrin
Higiene da Alma	Barão de Feuchtersleben
Barrabás – um sonho da tragédia do mundo (vol. II)	Marie Corelli
O bacharel Ramires	C. de Figueiredo
Sertão	Coelho Netto
Salada de fructas	Garcia Redondo
Caras e corações	Thomaz Lopes
Prosas bárbaras	Eça de Queiroz
Rodolpho Maria: o anarquista	Antônio Eça de Queiroz
A cathedral	Vicente Blasco Ibáñez
Salamambo	Flaubert
Conferencias	Garcia Redondo
Água de Juventa	Coelho Netto
A serpente de bronze	Conselheiro XX
Imagens	Felício Terra
Cartas de um vencido	José Caldas
Valle de Josaphat	Conselheiro XX
O brigue flibusteiro	Virgílio Várzea
Contos fantásticos	Hoffman
O jesuíta	J. de Alencar
Sonhos d'uma noite de S. João	Castilho
Vida e morte d'el rei Ricardo II	Wilian Shakespeare
Coriolano	Wilian Shakespeare
Mercador de Veneza	Wilian Shakespeare
Azas de um anjo	J. de Alencar
Os cavalleiros da cruz	Henrique Sienkiewicz
Flores agrestes	Bulhão Pato
Seara de Ruth	Coelho Netto (Anselmo Ribas)
Esboços litterarios	Adherbal de Carvalho

A herança do banqueiro	Eugênio Deligny
Italia coroada de rosas	Justino de Montalvão
As modernas correntes estéticas na literatura Brasileira	Elysio de Carvalho
Rei Lear	Wiliam Shakespeare
Timon de Atenas	Wiliam Shakespeare
A tempestade	Wiliam Shakespeare
O último beijo	Enrique Perez Escrigh
A comédia (vol. II e IV)	Enrique Perez Escrigh
A formosura da alma (3 vol.)	Enrique Perez Escrigh
O Decameron (7 vol.)	Giovanni Boccacio
O ermitão da glória - a alma do lazaro	J. de Alencar
Norte contra sul (1a parte)	Júlio Verne
Páginas de crítica	Pedro do Couto
Beatitudes	A. J. Pereira da Silva
A dama das camélias	Alexandre Duma
Paixão de Maria do Céu	C. Malheiro Dias
O mealheiro de Agrippa	Humberto de Campos
Sára	Luís Murat
Escada de Jacob	Epiphanio Leite
História da Litteratura Brasileira (vol. I)	Sylvio Romero
Da volupia ao ideal	José Saturnino Brito
A sonata de Kreutzer	Conde Leão Tolstoi
Sertão	José Potiguara
Evolução do lirismo brasileiro	Sylvio Romero
Physica do Ether	Hildefonso Lima
Obstinados	Visconde de Villa-Moura
As religiões no Rio	João do Rio
Obras completas (vol. II)	Luis de Camões
O Japão por dentro	Ladislau Batalha
Visão dos tempos (vol. II e IV)	Theophilo Braga
Higiene da Alma	Barão de Feuchtersleben
Cartas de uma noiva	Maria Amalia Vaz de

	Carvalho
Páginas de ouro da poesia brasileira	Alberto de Oliveira
A pátria	Guerra Junqueiro
S. Paulo	Ernest Renan
Provocações e debates	Silvio Romero
Várias histórias	Machado de Assis
Bárbaros e europeus	Elysio de Carvalho
Obras completas	L. N. Fagundes Varella
A vida	Thomaz Lopes
O rei fantasma	Coelho Netto
Cinematographo: chronicas cariocas	João do Rio
Sertão	Coelho Netto
Salada de fructas	Garcia Redondo
Caras e corações	Thomaz Lopes
Prosas bárbaras	Eça de Queiroz
Estudos de literatura brasileira: sexta série	José Veríssimo
Estudos de literatura brasileira: quarta série	José Veríssimo
Estudos de literatura brasileira: primeira série	José Veríssimo
Estudos de literatura brasileira: segunda série	José Veríssimo
Estudos de literatura brasileira: terceira série	José Veríssimo

Tomando em consideração o acervo do Gabinete de Leitura Camocinense, a proporção de livros literários sobre o todo é ainda maior. Em parte, os títulos se repetem em ambos os acervos, como poderemos observar comparando a tabela acima com a seguinte:

Tabela 8: Livros literários no acervo do GLC

<i>Título</i>	<i>Autor</i>
A flor dos pregadores	Francisco Luiz de Seabra
A flor dos pregadores [segunda parte]	Francisco Luiz de Seabra
A morte de D. João	Guerra Junqueiro
Mysterios de Lisboa	Camillo Castello Branco
A galera Chancellor	Julio Verne

Anathema	Camillo Castello Branco
A filha do arcediogo	Camillo Castello Branco
Coração, cabeça e estômago	Camillo Castello Branco
Theatro I	Camillo Castello Branco
Coisas espantosas	Camillo Castello Branco
Aventuras de Bazilio Fernandes Enxertado	Camillo Castello Branco
O que fazem as mulheres	Camillo Castello Branco
A neta do arcediogo	Camillo Castello Branco
Annos de prosa	Camillo Castello Branco
Duas horas de leitura	Camillo Castello Branco
Noites da Lamego	Camillo Castello Branco
Vinte horas de liteira	Camillo Castello Branco
Mysterios de Fafe	Camillo Castello Branco
O senhor do Paço de Ninães	Camillo Castello Branco
O regicida	Camillo Castello Branco
Contrastes e confrontos	Euclides da Cunha
Estrada suave	James E. Hewitt
Os argonautas	Virgilio Várzea
Correspondência epistolar entre J. Cardoso e C. C. Branco	Camillo Castello Branco
A queda d'um anjo	Camillo Castello Branco
Fanny	Camillo Castello Branco
A doida do Candial	Camillo Castello Branco
Scenas inocentes da comédia humana	Camillo Castello Branco
O romance d'um rapaz pobre	Camillo Castello Branco
Os martyres	Camillo Castello Branco
Cousas leves e pesadas	Camillo Castello Branco
Estrellas funestas	Camillo Castello Branco
O bem e o mal	Camillo Castello Branco
Cartas familiares e bilhetes de Paris (1893-1896)	Eça de Queiroz
Vida de Lisboa	Alberto Pimentel
Almas inimigas	Paul Hyacinthe Loison

A vida nos astros	Camille Flammarion
Um homem de brios	Camillo Castello Branco
Lagrimas abençoadas	Camillo Castello Branco
Livro negro de padre Diniz	Camillo Castello Branco
Horas de paz	Camillo Castello Branco
A filha do doutor negro	Camillo Castello Branco
Cavar em ruínas	Camillo Castello Branco
Os martyres	Camillo Castello Branco
Um livro	Camillo Castello Branco
Dias de guerra e de sertão	Visconde de Taunay
Missa profana	Justino de Montalvão
Os cristais: factos e hipoteses	Ev. Backheuser
Poesias	José da Natividade Saldanha
Nova floresta	Padre Manuel Bernardes
O monasticon	Alexandre Herculano
O bobo	Alexandre Herculano
Tres mundos	D. Antonio da Costa
Quatro horas innocentes	Camillo Castello Branco
Memoria de Guilherme do Amaral	Camillo Castello Branco
Estrellas propicias	Camillo Castello Branco
Opusculos	A. Herculano
A cartilha maternal e o apostolado	João de Deus
O monge de cister	A. Herculano
O demonio do ouro	Camillo Castello Branco
O retrato de Ricardina	Camillo Castello Branco
Delictos da mocidade	Camillo Castello Branco
Os brilhantes do brasileiro	Camillo Castello Branco
Vinte horas de liteira	Camillo Castello Branco
Lucta de gigantes	Camillo Castello Branco
O santo da montanha	Camillo Castello Branco
Scenas da foz	João Junior
Cartas	A. Herculano
Carlota Angela	Camillo Castello Branco

O lubis-homem	Camillo Castello Branco
O sangue	Camillo Castello Branco
Horas de paz	Camillo Castello Branco
Novellas do Minho	Camillo Castello Branco
Vid'airada	Alfredo Mesquita
O grande enyigma	Léon Dénis
Agulha em palheiro	Camillo Castello Branco
Scenas contemporaneas	Camillo Castello Branco
Divindade de Jesus e tradição apostólica	Camillo Castello Branco
Historia de Portugal	A. Herculano
Lendas e narrativas	A. Herculano
Práticas mandamentaes	Padre Frei Manoel da Madre de Deus
Obras posthumas de A. Gonçalves Dias	Dr. Antonio Henrique Leal
Poetas brasileiros contemporaneos	Mello Moraes Filho
A terra encantada	Justino de Montalvão
O embaixador de Cristo	Cardial Gibbons
Os mulatos de Marajó	Emilio Carrey
Nova floresta	Padre Manuel Bernardes
Trabalhadores asiáticos	Salvador de Mendonça
Uma viagem ao Amazonas	D. C. Sanches de Frias
A Scandinavia	Francisco Braga
Echos de Paris	Eça de Queiroz
Minha filha no colégio	Soares D'Azevedo
Senhora do Amparo	Antero de Figueiredo
Depois da morte	Louis Figuier
Contos em verso	Arthur Azevedo

Um grupo pequeno, mas significativo, é aquele formado pelos livros ligados a assuntos nacionais, como a política e o pensamento social brasileiro. Nele encontramos autores como Alberto Torres – já comentado – com “A

organização nacional” e Medeiros e Albuquerque, com “O Regimen presidencial no Brazil”⁵⁷.

Tabela 9: Política, história e pensamento social brasileiro no acervo GLI

<i>Título</i>	<i>Autor</i>
História do Brazil (vol I a X)	Rocha Pombo
A organização nacional	Alberto Torres
Jornal de Timon	João Francisco Lisboa
Discursos proferidos na sessão de 1871	J. de Alencar
Sindicalismo e greve geral	José Prat e Aristides Briand
Os partidos políticos e a vida da nação	Celso Ferraris
O regimen presidencial no Brazil	Medeiros e Albuquerque
A presidência Campos Sales: política e finanças	(?) Alcindo
A lucta civil brasileira e o sebastianismo português	Cunha e Costa
Do acto adicional à maioria	Aurelino Leal
História Universal (vol. I a XIV)	Guilherme Oncken

Os demais livros componentes do acervo do Gabinete de Leitura Ipuense se perdem em grande variedade, sendo difícil classificá-los em categorias. São almanaques, revistas, relatórios, dicionários, gramáticas, livros didáticos, coletâneas de discursos e entrevistas, folclore, biografia. Estes textos pressupõem uma leitura caracterizada por consultas eventuais, não sendo, muitas vezes, de se esperar que fossem lidos do começo ao fim. Serviam para dirimir dúvidas, para consulta de estudantes e demais pessoas interessadas em aumentar seus conhecimentos acerca de assuntos diversos.

A presença destes livros pode se justificar tomando em consideração seu provável uso pelos alunos do curso noturno, nos casos em que ocorre sua implantação pelo gabinete.

Destacamos neste grupo a presença de um exemplar do “Almanach dos Muncípios para o ano de 1908”⁵⁸, publicado em Fortaleza contendo dados

⁵⁷ MEDEIROS E ALBUQUERQUE, José Joaquim de Campos da Costa. *O regimen presidencial no Brazil*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves e Cia, 1914, acervo GLI.

históricos e estatísticos dos municípios cearenses. Sua edição foi feita pela Livraria Araujo (editora da revista de Direito “A Juricidade”), situada à altura do número 13 de Praça do Ferreira. Na última capa, anuncia que “aceita anuncios a 20\$000 réis por página”. A tiragem era de 3.000 exemplares.

Ainda entre os almanaques, encontramos um desgastado exemplar do “Almanach de Pernambuco para o ano de 1910”, publicação dirigida pelo Dr. Júlio Pires Ferreira, editado pela Livraria Contemporânea⁵⁹ e impresso na Imprensa Industrial, em Recife.

Entre os livros considerados científicos encontramos dois exemplares da “Psicologia das Multidões”⁶⁰, de Gustave Le Bon. O primeiro foi publicado no Rio de Janeiro pela Livraria Garnier, sem indicação de data; o segundo foi publicado em Lisboa pela Typographia de Francisco Luiz Soares, em 1909.

A presença de tais livros denuncia a intenção dos organizadores do acervo no sentido de ofertar uma leitura de cunho científico, pressupondo a existência de leitores interessados neste tipo de assunto e publicação entre o público alvo do Gabinete de Leitura.

Os demais livros incluídos neste grupo acham-se listados na tabela a seguir:

Tabela 10: Temas variados no Acervo do GLI

<i>Título</i>	<i>Autor</i>
A caixa de conversão e a taxa cambial	Affonso Costa
Compendio de pathologia geral	Fco de Menezes Dias da Cruz
Apostilas aos Dicionários Portugueses (2 vol.)	A. R. Gonçalves Viana
Novos estudos da língua portuguesa	Mário Barreto
A sciencia da felicidade	Jean Finot
Psicologia das multidões	Gustavo le Bon
Ajuda-te	Samuel Smiles
O dever – coragem, paciência e resignação	Samuel Smiles

⁵⁸ *Almanach dos Municípios para 1908*. Fortaleza: Livraria Araújo, 1907. Acervo GLI.

⁵⁹ Pela Livraria Contemporânea passaram vários livros encontrados no acervo do Gabinete de Leitura Ipuense, como vimos no capítulo II.

⁶⁰ LE BON, Gustave. *Psycologia das multidões*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, [s/d]; e LE BON, Gustave. *Psicologia das multidões*. Lisboa: Typographia de Francisco Luiz Gonçalves, 1909. Acervo GLI.

Lições práticas de língua portuguesa (vol. I e III)	Cândido de Figueiredo
Estudos sobre o casamento civil	A. Herculano
Recenseamento do Brazil (3 vol.)	Ministério da Agricultura, ind e comércio
Gramática sintética da língua portuguesa	Candido de Figueiredo
As origens da guerra: o dever do Brasil	Tobias Monteiro
ABC do agricultor	Dr Dias Martins
As entrevistas de Expedito Faro	João Lessa
Amendoim: cultura, commercio e applicações industriais	Paulo Vieira Souto
Código das alfândegas e consulados	Luiz Ferreira de Araújo e Silva
Physica	J. Langlebert
Lei da reforma eleitoral	Manoel Godofredo de Alencastro Autran
Servidão e brio na vida militar	Alfred de Vigny
Physica do Ether	Hildefonso Lima
Almanach de Pernambuco para o ano de 1910	Dr Julio Pires Ferreira
Revista do Brasil (nº 73/jan 1922)	Monteiro Lobato & Comp.
Revista da Academia Sobralense de Letras (nº 1, set 1922)	Dr. Atualpa B. de Lima
Visconde de Mauá: autobiografia	Visconde de Mauá
Revista do Brasil (nº 75/mar 1922)	Monteiro Lobato & Comp.

O acervo do Gabinete de Leitura Camocinense apresenta um menor número de livros voltados para a história. Neste grupo, incluímos o exemplar do segundo volume da “História do Brazil”⁶¹, de Robert Southey. Editado por Baptiste Luois Garnier, o livro foi impresso na Typ. de Simon Raçon e Soc. na Rua d’Eufertil, 1, Paris. De acordo com Hallewell, a publicação deste livro pela Livraria B. L. Garnier contraria sua especialidade que era o lançamento de

⁶¹ SHOUTHEY, Robert. *História do Brazil*. Vol. II. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier, 1862. Acervo GLI.

edições de livros literários, pois “a história e a ciência séria eram principalmente do interesse da Laemmert”⁶².

As coleções da “História do Brasil”, de Rocha Pombo, e da “História Universal, de Guilherme Oncken, se encontram incompletas. Devido ao pequeno número, optamos por apresentá-los em conjunto com o pensamento social e a política, o que se vê na tabela a seguir:

Tabela 11: História, política e pensamento social no acervo do GLC

<i>Título</i>	<i>Autor</i>
História naval brasileira	Theotonio Meirelles da Silva
Historia do Brazil	Roberto Southey
Constituição Federal e Constituições dos Estados	Paulo Domingues Vianna
O futuro da raça branca	J. Novicow
À margem da História	Euclides da Cunha
Sob o Cruzeiro do Sul	D. Luiz de Orléans Bragança
Historia da America para escolas primárias	Rocha Pombo
Resumo da História da América	Nicolau Estevanez
Pátria, honra e dever	João Leite Vicente de Castro
Missão Rondon	Marechal João Vicente Leite de Castro
História dos três grandes capitães da Antiguidade	Cezar Zama
História do Brazil (vol. III, IV, V, VI, VIII, IX e X)	Rocha Pombo
História Universal (vol. III, IV, V, VI, VII, VIII, XI, XII e XIII.)	Guilherme Oncken

⁶² HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: T. A. Queiroz, Ed. da Universidade de São Paulo, 1985, p. 166.

Encontra-se ainda no acervo do Gabinete de Leitura Camocinense um exemplar do “Almanach Lello”, cujos dados bibliográficos não puderam ser colhidos porque o livro já não contém as primeiras páginas.

A tabela abaixo lista os livros variados do acervo do Gabinete de Leitura Camocinense.

Tabela 12: Temas variados no acervo do GLC

<i>Título</i>	<i>Autor</i>
Enciclopedia Universal Ilustrada	
Codigo Civil Brasileiro	
Curso de instrução religiosa	Mnr Cauly
El equilibrio de los continentes	
Uma viagem ao Amazonas	D. C. Sanches de Frias
Almanaque Lello	
Difficuldades da Lingua Portuguesa	M. Said Ali
O direito puro	Edmond Picard
Catecismo de perseverança	Padre J. Gaume
Ortografia Nacional	A. R. Gonçalvez Viana
A marcha da civilização	Artur S. Maxwell
A sciencia moderna	Émile Picard
Actualidades 1906-1918	Mons. Dr. C. Passalacqua
O crime e a sociedade	J. Maxwell
Manual de Sciencia da Linguagem	Giácomo de Gregório
Vida e trabalho	Samuel Smiles
Aspectos europeus	José Augusto Corrêa
Legislação brasileira do trabalho	C. J. Dunlop
Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro p/ano de 1914	Adriano Xavier Cordeiro
Novíssimo e completo Manual de Dança	Alvaro Dias Patrício
Diccionario contemporâneo de lingua portugueza	
Diccionario universal de educação e ensino	E. M. Champagne
Diccionario de Geographia Universal	Uma Sociedade de Homens

	de Sciencia
Boletim da União Pan-Americana	União Internacional das Republicas Americanas

Os acervos revelam a existência de uma preferência pelo romance na eleição dos títulos a serem incorporados à biblioteca de um gabinete de leitura. A variedade de assuntos é mais perceptível no acervo do Gabinete de Leitura Ipuense, mas os romances ali não deixam de marcar forte presença, conforme demonstram as tabelas apresentadas.

O acervo do Gabinete de Leitura Camocinense, por sua vez, apresenta uma predominância ainda maior dos romances sobre os demais gêneros literários. Surge a pergunta: o processo de desagregação das bibliotecas dos gabinetes em questão teria poupado os romances, permitindo que continuassem preservados, ou os romances sempre foram maioria, desde os tempos áureos dos gabinetes?

As notícias colhidas na imprensa contemporânea aos gabinetes realçam a presença de obras de gênero diverso, notadamente das coleções de história. O *Camocim Jornal*, em edição de 1º de maio de 1921, elogia o fato de o Gabinete de Leitura Camocinense possuir 1.040 volumes em seu acervo. Fez ainda questão de destacar que o referido acervo contava com “verdadeiros monumentos literários” como “a nossa Historia do Brasil, da autoria de Rocha Pombo, a História Universal, a Biblioteca Internacional de Obras Celebres, etc.”⁶³.

Das obras/monumentos escolhidos para citação pelo jornal, não figura um só romance. Antonio Marrocos de Araújo, escrevendo acerca do acervo do Gabinete de Leitura Ipuense, mostrou-se um pouco mais complacente com o gênero romance. Destacando o fato de o Gabinete contar com cerca de 600 volumes, resolve, à semelhança do *Camocim Jornal*, citar alguns títulos com a intenção de comprovar o valor daquela biblioteca.

“A sua preciosa bibliotheca ccompõe-se actualmente de cerca de 600 volumes, destacando-se entre elles como obras de grande valor a *Bibliotheca Internacional*, a *Historia do Brasil* de Rocha Pombo; a *Historia Universal* de Oncken, a *collecção das obras completas de*

⁶³ O Gabinete de Leitura possui 1.040 volumes!. *Camocim Jornal*. Camocim, 1 mai. 1921, p. 2.

*Alexandre Herculano, a collecção lusitana em 42 volumes e muitas outras. Possui também varios trabalhos de Ruy Barbosa, Eça de Queiroz, Sylvio Romero, Taunay e bôa copia de livros devidos á penna de escriptores de renome universal.*⁶⁴

Marrocos mostra-se mais simpático ao romance histórico. Isto pode ser visto quando faz questão de pôr em destaque a coleção das obras completas de Alexandre Herculano e a Coleção Lusitânea, cuja composição revela a presença deste tipo de romance. O valor atribuído à crítica literária transparece quando Marrocos inclui Silvio Romero em sua citação. Ademais, reafirma o valor atribuído as grandes coleções de história, apontando a obra de Rocha Pombo e Guilherme Oncken. A Biblioteca Internacional de Obras Célebres, por sua vez, constitui uma espécie de item obrigatório nos acervos dos gabinetes de leitura estudados.

O acervo do Gabinete de Leitura Viçosense, embora não tenha sido localizado pela pesquisa, pode ser entrevisto por meio de comentário publicado no jornal *Polyanthéa*, quando seu primeiro presidente – Dr. Joaquim Alerano Bandeira de Barros – munido da mesma intenção de Antonio Marrocos de Araújo, procura realçar o valor da biblioteca daquele estabelecimento apontando autores de renome cujas obras ali podiam ser lidas. Os nomes escolhidos por Joaquim Alerano foram: Silvio Romero, Clovis Beviláqua, Barão Studart, Cesar Cantu, Robert Southey e José de Alencar⁶⁵.

Os nomes citados revelam a presença de autores de obras históricas entre aqueles considerados mais importantes. Dos nomes citados, metade pertence a escritores reconhecidos por sua competência na escrita historiográfica. O primeiro é Guilherme Studart – o Barão de Studart – à época reconhecido como um dos grandes responsáveis pela fundação da historiografia cearense e membro do Instituto do Ceará; Cesar Cantu, historiador italiano do século XIX, foi responsável pela elaboração da coleção “História Universal”, em setenta e dois volumes; e o último é Robert Southey, historiador inglês incluído entre os pioneiros da historiografia brasileira.

O que estes ufanistas dos acervos dos gabinetes deixaram de dizer é que estas obras consideradas reveladoras do valor daquelas bibliotecas

⁶⁴ ARAUJO, Antonio Marrocos. Gabinete de Leitura Ipuense. *Revista dos Municípios*. Fortaleza, Fortaleza, nº 1, p. 42, 1929.

⁶⁵ ALERANO, Joaquim. Gabinete Viçosense. *Polyanthéa*. Viçosa, 13 fev. 1918, p. 1.

estavam rodeadas de livros menores, talvez mais atraentes aos poucos frequentadores dos gabinetes. A presença do romance não aparece de forma explícita nas notícias a respeito dos gabinetes pesquisados, o que pode ser considerado um indício da relação entre os fundadores dos gabinetes e os romances. Estamos falando de uma relação marcada pela preferência por gêneros considerados mais sisudos e formativos. Não chegamos a constatar nenhuma hostilidade aos romances, mas também não há nenhuma manifestação clara de simpatia.

Os indícios recolhidos pela pesquisa indicam que a presença dos romances nos acervos dos gabinetes de leitura de Camocim, Ipu e Viçosa, se não passava completamente despercebida, dada a sua quantidade considerável, também não foi considerada digna de destaque quando surgiu ocasião de comentá-los na imprensa.

3.2 Um livro imoral? Indícios de uma leitura perigosa

Ana Luiza Martins identificou nos gabinetes de leitura da Província de São Paulo instituições de caráter contestador, “com força de órgão subversivo”⁶⁶. Tal caráter devia-se, em primeiro lugar, ao fato de a fundação destes gabinetes paulistanos ter sido obra de membros da maçonaria, favoráveis à república e adversários da monarquia. Na sua própria constituição e no seu programa de atuação, aqueles gabinetes constituíam uma estratégia de subversão da velha ordem imperial escravocrata, monárquica e católica.

Partindo para a dinâmica de organização dos acervos destes gabinetes, Ana Luiza Martins identifica mais elementos reforçadores do caráter subversivo dos mesmos. A presença de obras “normalmente censuradas” e de “periódicos de caráter contestador”⁶⁷.

Sem citar títulos, o que sinaliza para a possibilidade de a autora não ter trabalhado diretamente com os acervos, Ana Luiza Martins chega a afirmar que os gabinetes de leitura de São Paulo no período imperial constituíam verdadeiras “casas de livros proibidos”⁶⁸.

⁶⁶ MARTINS, Ana Luiza. Op. cit. p. 401.

⁶⁷ Id. Ibidem, p. 403.

⁶⁸ Id. Ibidem, p. 404.

Os gabinetes de leitura da região norte, diferente daqueles fundados em São Paulo e analisados pela autora em questão, apresentam uma trajetória menos inclinada à subversão. Ao contrário, olhando a trajetória política e social de seus fundadores, identificamos homens ligados à prática coronelista, membros das oligarquias locais. Embora dotados de certa cultura letrada, não se despiam totalmente do velho caráter autoritário, revelando sua ascendência ligada aos antigos clãs responsáveis pelo povoamento feito à base da expulsão dos nativos e da constituição de fazendas de criação de gado.

Considerando o caso do Gabinete Ipuense de Leitura, temos entre seus fundadores o padre João José de Castro, vigário da Freguesia e primeiro presidente do Gabinete, Antonio Francisco de Paula Quixadá, proprietário rural e comerciante, e José Candido de Sousa Carvalho, destinado a tornar-se um próspero comerciante na cidade do Rio de Janeiro⁶⁹. Com um padre na presidência, torna-se difícil enxergar, neste caso, qualquer intenção de crítica ao pensamento católico naquele gabinete fundado na região norte do Ceará em fins do período imperial.

Por outro lado, não podemos descartar completamente a possibilidade de ter existido entre os fundadores do Gabinete Ipuense de Leitura alguns simpatizantes do regime republicano. Neste sentido, localizamos uma poesia escrita por Thomaz Correa em homenagem à proclamação da república em 1889. Nos versos que transcrevemos a seguir, fica bastante clara a antipatia pelo governo monárquico:

“Brasileiros, a Pátria refulge
O clarão de uma aurora de luz!
Exultai, brasileiros, avante!
Que essa aurora de amor nos seduz!

Não aviltem jamais ao Brasil
Os abutres do sangue real,
E se espalhem com gáudio e pujança
- Igualdade e amor fraternal.”⁷⁰

⁶⁹ *Revista dos Municípios*. Fortaleza, nº 1, p. 30, 1929. SOUSA, Eusébio. Um pouco de história: chronica do Ipu. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, tomo XIX, 1915, p. 223.

⁷⁰ SOUSA, Eusébio de. Thomaz Corrêa – amigo da poesia e da imprensa. In: GRÊMIO RECREATIVO IPUENSE. *Thomaz Corrêa: alguns aspectos da sua vida e da sua obra*. Fortaleza: Typografia Minerva de Assis Bezerra & Cia, 1942, p. 5.

O ufanismo republicano havia, sem dúvida, contaminado o então jovem Thomaz Corrêa, um dos principais idealizadores do Gabinete de Leitura. Os versos aparentam ser de um republicano exaltado, embora não se possa deixar de considerar a possibilidade de se tratar de um adesista de última hora. Importa, no entanto, constatar a presença de uma expressão republicana entre os idealizadores do Gabinete Ipuense de Leitura, o que nos leva a ver com reservas o conservadorismo da instituição.

Em 1919, por ocasião da fundação do segundo gabinete de leitura da cidade, os nomes envolvidos pertencem a pessoas ligadas à política vinculada ao Partido Democrata, chefiados pelo deputado Abílio Martins, dissidente do Partido Republicano Conservador Cearense e convertido junto com João Thomé de Saboya e Silva ao credo democrata.

À primeira vista, os demais fundadores do Gabinete de Leitura Ipuense em 1919 parecem homens dotados de uma postura conservadora, pouco dados a iniciativas de caráter contestador. No que tange a leituras voltadas para a política, percebemos uma reação áspera de um dos membros da diretoria do Gabinete após receber um livro de presente. A leitura não agradou e o doador foi devidamente informado do desagrado causado pelo presente incômodo.

O livro em questão é o “Jornal do Timon”, escrito pelo historiador e jornalista maranhense João Francisco Lisboa⁷¹ e publicada originalmente sob a forma de folhetim mensal.

O “Jornal do Timon” foi publicado entre os anos 1852 e 1853, totalizando dez edições do folhetim. A primeira edição completa foi organizada

⁷¹ João Francisco Lisboa (1812-1863) nasceu no Maranhão e perdeu o pai ainda cedo, ficando impedindo de prosseguir seus estudos, tendo de buscar, ainda muito jovem, emprego no comércio. Desprovido da possibilidade de formar-se em Direito, caminho natural aos que demonstravam gosto pelas letras e pela política, enveredou pelo jornalismo em sua província. Após algumas decepções com a política provincial, resolveu dedicar-se aos estudos históricos, publicando algumas obras, entre elas o *Jornal do Timon*, em folhetim mensal. Cansado do acanhamento do meio em que vivia, partiu para Lisboa, onde acabou sucedendo a seu conterrâneo Gonçalves Dias na missão oficial de copiar documentos históricos relativos ao Brasil em Lisboa. Aproximou-se de Varnhagen de quem recebeu orientação nestes primeiros tempos de pesquisa. Algum tempo depois, manifestou discordância com relação a pontos importantes da obra de seu orientador, travando-se acirrada polêmica entre os dois, polêmica esta que atraiu José de Alencar, o qual entrou na discussão em favor do autor de *História geral do Brasil*. João Francisco Lisboa tinha temperamento difícil. Uma das poucas aproximações suas a não resultar em polêmica foi com Alexandre Herculano. LISBOA. João Francisco. *Jornal de Timon: partidos e eleições no Maranhão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Com introdução e notas de José Murilo de Carvalho.

no Maranhão em 1864-5 e incluída no livro “Obras de João Francisco Lisboa”. A segunda edição foi dividida em dois volumes e publicada em Lisboa no ano de 1901⁷².

O exemplar identificado no acervo do Gabinete de Leitura Ipuense pertence à edição lisboeta de 1901. Apesar da ausência da folha de rosto, encontra-se na última página a informação de que o volume em questão contém os quatro primeiros números do Jornal de Timon. Estamos falando, pois, do primeiro volume da edição de 1901.

O livro contém um texto escrito com o propósito de fazer uma veemente crítica a política partidária do Maranhão de meados do século XIX. Sob o pseudônimo de Timon, numa clara referência ao homônimo na filosofia grega – Timon, o misantropo – o autor empreende sua crítica misturando sátira e ironia em tiradas verdadeiramente saborosas. Embora seja muito de suspeitar que tal escrita resulte do ressentimento de Lisboa por ter sido preterido pelo Partido Liberal do Maranhão quando das indicações para a candidatura a deputado geral, preferindo um dissidente do Partido Conservador⁷³.

Examinando o exemplar encontrado no acervo do Gabinete de Leitura Ipuense, encontramos um cartão de apresentação com o nome de José Maria Sabino impresso em uma das faces. Chamou-nos a atenção, porém, uma mensagem manuscrita aposta na outra face do referido cartão, onde se lê o seguinte:

“Bessa
Desconhecia tal livro; si é immoral, como dizes, peço desculpas, pois não houve nenhum proposito.
Vão outros, que talvez te agradem.
Sempre teu am^o [ilegível]
[ilegível]/6/19”⁷⁴

O fato de a mensagem acima estar escrita numa face de um cartão de apresentação de José Maria Sabino indica a possibilidade de ter sido remetida por este a Bessa. O conteúdo da mensagem é revelador. A leitura do livro desagradara ao destinatário, tendo sido objeto de comentários remetidos em

⁷² Id. Ibidem, p. 16.

⁷³ Id. Ibidem, p. 12.

⁷⁴ Mensagem manuscrita numa das faces de um cartão de apresentação de José Maria Sabino encontrada entre as páginas do exemplar do “Jornal do Timon”. Acervo GLI.

mensagem anterior de Bessa a José Maria Sabino, onde o primeiro teria qualificado o livro de João Francisco Lisboa como “imoral”.

Procuremos, pois, localizar o remetente. As aparições de José Maria Sabino nas fontes consultadas são poucas, facilitando nosso rastreamento. Em setembro de 1922, aparece como membro da comissão organizada com o fim de auxiliar o pároco da Freguesia de São Sebastião do Ipu, padre Gonçalo de Oliveira Lima, na construção da igreja matriz. Sabino fez parte do grupo responsável pela organização de quermesses com o fim de arrecadar fundos para a edificação do novo templo⁷⁵.

Em outubro de 1922, seu edital de casamento foi publicado no *Correio do Norte*, fornecendo-nos alguns dados sumários de sua pessoa. Na data, tinha vinte e três anos de idade, era empregado do comércio, nascido na cidade de Santana – atual Santana do Acaraú, localizada nas proximidades de Sobral – e estava para se casar com Maria Clotilde Aragão, filha de Leocádio Ximenes Aragão, um importante comerciante na cidade de Ipu⁷⁶.

Ainda em 1922, pouco após o casamento, José Maria Sabino tornou-se sócio de seu sogro na firma comercial *Leocadio Ximenes & Cia*, cujo nome de fantasia era “Loja do povo”. Encontramos o reclame desta firma estampado nas páginas da “Revista dos Municípios”, em edição dedicada ao Ipu publicada em fevereiro de 1929 e já citada neste trabalho.

O anúncio traz informações interessantes. Logo abaixo do nome de fantasia a abrir a anúncio, vem a indicação da atividade principal da firma expressa laconicamente pela palavra “importadores”. Como muitas outras firmas da região, a *Leocadio Ximenes & Cia* atuava na importação de artigos de consumo relacionados à moda, vestuário e artigos diversos, incluindo combustíveis⁷⁷. O quadro societário, também incluso no anúncio, aponta Leocádio Ximenes como “sócio-chefe” e José Maria Sabino como “sócio-gerente” e informa, por fim, que a fundação da referida firma se deu em 1901.

Por fim, José Maria Sabino nos faz sua última aparição em 1923, quando compôs o quadro societário a recém-fundada Associação Commercial

⁷⁵ A nova Igreja matriz do Ipú. *Correio do Norte*. Ipu, 21 set. 1922, p. 1.

⁷⁶ Edital. *Correio do Norte*, Ipu, 12 out. 1922, p. 2.

⁷⁷ *Revista dos Municípios*. Fortaleza, fev. 1929, p. 31.

do Ipu⁷⁸. Temos, pois, um jovem comerciante, inserido na pequena elite local, alfabetizada e dedicada à atividade agrícola e comercial. Sua inserção neste grupo se deu por meio do casamento com a filha de um dos mais importantes comerciantes da cidade, condição certamente importante para sua passagem da condição de empregado a sócio de uma das mais prestigiadas casas comerciais locais.

Quem seria o destinatário indicado apenas pelo sobrenome “Bessa”? Esbarramos numa dúvida difícil de sanar. A primeira possibilidade seria a de se tratar do coronel João Bessa Guimarães, vereador em Ipu entre 1920/24⁷⁹, correspondente telegráfico do jornal *Estado do Ceará*⁸⁰, auxiliar pagador da IFOCS compondo, desta forma, a equipe responsável pelo controle dos operários alistados nas obras emergenciais implantadas em 1919/20, por ocasião da seca⁸¹. Foi ainda coletor de rendas federais em Ipu durante a década de vinte do século passado⁸².

Ainda em 1920, João Bessa integrou a equipe de redação do jornal *Correio do Norte*, ao lado de Thomaz Corrêa e do juiz da comarca, José Apolonio Perga Bandeira de Barros⁸³. O mesmo jornal o apresenta como frequentador assíduo da “roda de conversa” diariamente reunida à sombra do frondoso tamarineiro plantado nas proximidades da Praça São Sebastião, a esta época, ponto central da vida econômica, política e social da cidade⁸⁴.

O jornal apresenta João Bessa ao lado de Thomaz Corrêa, Odulpho de Carvalho e Joaquim Lima, ouvindo os planos de um hipotético e cômico governo que seria implantado na cidade pelo astrônomo amador coronel Francisco Ferreira da Ponte. Abílio Martins, em versos de cunho satírico publicados no *Correio do Norte*, apresenta João Bessa como o principal chefe de um grupo que fazia zombeteiros comentários a respeito do projeto levantado por Thomaz Corrêa de construir um passeio público na cidade, o qual funcionaria como um local de sociabilidade para a pequena aristocracia local⁸⁵.

⁷⁸ Associação Commercial. *Correio do Norte*. Ipu, 10 jan. 1923, p. 1.

⁷⁹ Câmara Municipal. *Correio do Norte*. Ipu, 17 jun. 1920, p. 1.

⁸⁰ Cel João Bessa. *Correio do Norte*. Ipu, 16 set. 1920, p. 1.

⁸¹ EDITAL. *Correio do Norte*. Ipu, 21 out. 1920, p. 4.

⁸² ARAUJO, Antonio Marrocos de. *A Coluna Prestes no interior do Ceará*. [publicação independente], 1982.

⁸³ Cel. João Bessa. *Correio do Norte*. Ipu, 23 dez, 1920, Revista Social, p. 4.

⁸⁴ Scenas da vida local. *Correio do Norte*. Ipu, 8 mar. 1923, p. 1.

⁸⁵ O sonho de Thomaz Corrêa. *Correio do Norte*. Op. cit. p. 2.

João Bessa se tornou frequentador assíduo do Gabinete de Leitura Ipuense. Ainda no *Correio do Norte*, encontramos uma interessante descrição de uma seção habitual do Gabinete, onde se encontram presentes: João Bessa, Chagas Pinto (presidente), Thomaz Corrêa, Abdoral Timbó e Joaquim Lima (tesoureiro)⁸⁶. Este grupo, de acordo com o jornal, se reunia no espaço do Gabinete para conversar e mandar agudas alfinetadas na vida alheia, confirmando os versos de Abílio Martins.

As informações colhidas a respeito de João Bessa permitem, pois, perceber sua inserção no grupo de homens letrados da cidade. Sua atuação na política também não pode ser desconsiderada. Ele se elegeu vereador e mostra-se detentor de certo privilégio, consequência de sua posição política e social, ao ocupar cargos públicos e ser indicado para assumir lugar de mando nas comissões públicas estabelecidas na cidade.

Não é difícil convencer-se de que encontramos em João Bessa um leitor típico de seu tempo. A leitura serve-lhe não apenas de lazer, mas como forma de comunicação. A participação na imprensa o coloca como sujeito capaz de aventurar-se no mundo da escrita, consequência de sua experiência leitora. Pode muito bem ter sido capaz de, em face das palavras críticas de João Francisco Lisboa, ter enxergado ali algo de subversivo em relação à prática política existente em sua cidade, política da qual fazia parte.

João Bessa pode ter tomado para si, na condição de vereador e ocupante de um cargo federal, as acusações de Timon contra os políticos maranhenses. Ali, traições, bajulações, calúnias e demais expedientes sórdidos aparecem sendo utilizados por membros dos dois grupos em disputa pelo acesso ao poder. Bessa teria facilmente associado aquela situação à política local em que vivia inserido e se sentido, de certa forma, afrontado ante tão perigoso texto.

José Maria Sabino, o remetente do livro, pede desculpas, procurando dar sinais de que a remessa não teria tido o propósito de causar qualquer desgosto ao destinatário. Em contrapartida, como que para reparar o engano, anuncia o envio de outros volumes que “talvez agradem”. Percebemos aí traços daquela sociabilidade baseada no envio de livros a título de presente. A

⁸⁶ SERRA. Coisas da epocha II. *Correio do Norte*. Ipu, 27 out. 1923, p. 2.

circulação do livro revela-se aqui acompanhada do envio, via comunicação escrita, de impressões de leitura. O singelo bilhete escrito no verso do cartão de apresentação de José Maria Sabino onde as impressões de leitura são expressas de forma franca, demonstrando o grau de intimidade entre os interlocutores.

Mas enigmático se torna a questão que envolve a chegada do livro ao Gabinete de Leitura. João Bessa, como vimos, foi apresentado pelo *Correio do Norte* como seu frequentador assíduo. Se seu parecer a respeito do “Jornal do Timon” foi de natureza claramente condenatória, como explicar a presença do livro na estante da instituição sem pensar que tal inclusão se deva à ação de algum doador com opinião diversa daquela expressa por Bessa?

O livro não traz qualquer indício de haver sido adquirido por doação. No entanto, precisamos levar em consideração seu estado de mutilação, pois faltam algumas páginas e uma dedicatória pode ter se perdida junto com elas. Por outro lado, nada impede que o mesmo tenha sido adquirido por compra. Neste caso, o bibliotecário ou o presidente do Gabinete, responsáveis, juntamente com o tesoureiro, pela organização do processo de compra de livros para o acervo, podem ser incluídos entre aqueles que aprovaram a inclusão do “Jornal de Timon”, leitura “imoral”, no acervo do Gabinete.

A mensagem enviada por José Maria Sabino, por sua vez, foi escrita em tom de surpresa ante a reação do leitor Bessa. José Maria Sabino parece não ter esperado tal reação e demonstra surpresa ante o fato da leitura do “Jornal de Timon” ter sido considerada imoral por seu destinatário. Junto com a surpresa vem, a título de desculpas, a justificativa: não teve intenção. Não podemos, todavia, tomar tais palavras como fiéis à realidade dos sentimentos do remetente.

Considerando os liames da política local, em tudo semelhantes ao quadro pintado por João Francisco Lisboa no “Jornal de Timon”, não seria difícil crer na possibilidade de José Maria Sabino ter tentado fazer uma provocação a Bessa. Não sabemos se estavam afinados politicamente ou não. O fato é que surgiu uma tensão em torno da leitura do volume em questão.

Não foi com bom humor nem com satisfação que Bessa compôs a mensagem, por nós desconhecida, onde afirma a José Maria Sabino sua opinião indignada a respeito do “Jornal de Timon”. A leitura do livro,

possivelmente não levada até as últimas páginas, teria sido marcada pela discordância em relação à linguagem irônica do autor, seu profundo rancor para com a política, sua aversão agressiva para com os políticos de sua província.

Aproximando Bessa dos fundadores e frequentadores do Gabinete de Leitura Ipuense, poderíamos enxergar um detentor de profundos interesses no que tange à política. Sua posição de presidente da Câmara dos Vereadores evidencia seu envolvimento direto com a política e ajuda a entrever algo de suas convicções neste campo.

Ocupando o cargo de coletor federal na cidade, temos em Bessa um homem com ligações externas com pessoas de prestígio, visto o fato de ter conseguido tal cargo, o qual foi por ele ocupado por não pequeno espaço de tempo. Difícil crer que se distanciasse ou discordasse verdadeiramente da práxis política de seu tempo. Ao contrário, deixa-se ver como sujeito muito bem inserido no contexto político de seu tempo, demonstrando gozar de influência na cidade.

As práticas denunciadas por Lisboa para o Maranhão do final da primeira metade do século XIX não diferiam em quase nada daquelas encontradas no Ceará das primeiras décadas do XX. Bessa inseria-se nesta política marcada pela disposição de seus protagonistas para desempenhar papéis nem sempre enobrecedores. Bajulação, violência, embustes, tudo estava presente na política local, recheados por escândalos denunciados por jornais de pequeno formato⁸⁷.

Na condição de homem beneficiado por esta estrutura política, Bessa reage à crítica de Lisboa percebendo a facilidade com que esta poderia ser associada ao contexto político em que se encontra. Neste sentido, o “Jornal de Timon” teria sido encarado por Bessa como um livro altamente subversivo.

⁸⁷ A respeito dos jornais de pequeno formato, ou jornais “gaiatos”, publicados em Ipu, José Oswaldo de Araújo escreveu: “A presença de um prelo no Ipu estimulou a publicação de jornaizinhos gaiatos que se apresentavam como críticos e defensores da moral e dos bons costumes. Tinham nomes originais assim como: *O Binóculo* – 1919 (a revisão fê-lo recuar para 1910); *O Chicote*, *O Guarani*, *A Espora*, *O Barbicacho* (com 5 edições) e o *Bezouro*, todos de 1919. E mais: *A Futrica*, em 1920. *O Alfinête* e *O Abacate*, em 1922; *A Batata* (saíram 2 números) e *É Buraco*, em 1923; *A Banana*, *O Careta* e *O Automóvel*, em 1924”. ARAÚJO, José Oswaldo de. Imprensa de Ipu. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, tomo LXXX, p. 164, 1966.

São possibilidades surgidas a partir do encontro com um pequeno vestígio de leituras passadas.

3.3 Os acervos dos gabinetes de leitura e a memória

De acordo com Ulpiano José Bezerra de Menezes, “sem o esquecimento, a memória humana é impossível”⁸⁸. Compreender a razão pela qual os gabinetes de leitura não figuram entre os lugares de memória das cidades da região norte requer um olhar atento ao presente destas cidades, onde as mudanças políticas e econômicas convivem com incômodas permanências de práticas e configurações sociais e culturais.

Os acervos dos gabinetes de leitura de Ipu e Camocim permanecem quase totalmente ignorados pelas populações das duas cidades, não sendo alvo de políticas de preservação nem incluídos entre os bens aos quais se atribui valor de patrimônio histórico. Neste âmbito, predominam as edificações.

O tratamento dado aos acervos pela memória local mostra-se marcado pelo silêncio e o esquecimento. Entre episódios, sujeitos e instituições incluídos no panteão histórico das cidades em questão, os gabinetes de leitura não aparecem. Os memorialistas costumam não mencionar os gabinetes ou, quando o fazem, os classificam como bibliotecas públicas, não conseguindo enxergar a complexidade destas instituições.

Parece-nos, à primeira vista, que os gabinetes de leitura, dentro do imbricado complexo formador da memória local, foram escolhidos para descarte, permitindo à memória sua existência a partir da reunião de uma sequência de fatos e perfis de pessoas consideradas fundamentais para as cidades.

Neste sentido, esbarramos no encontro sempre inevitável entre história e memória. Na perspectiva de Le Goff, “a história deve esclarecer a memória e ajudá-la a retificar seus erros”⁸⁹. A memória, a cuja construção o esquecimento é imprescindível, é construída e reconstruída constantemente no presente. O trabalho da memória dirige-se ao presente, não ao passado. Desta forma,

⁸⁸ MENEZES, Ulpiano José Bezerra. A história, cativa da memória? *Rev. Inst. Est. Bras.* São Paulo, nº 34, p. 16, 1992.

⁸⁹ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5 ed. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2003, p. 29.

percebe-se a ausência dos gabinetes de leitura na memória local a partir de seu quase completo esquecimento no presente.

As fontes contemporâneas aos gabinetes já sinalizavam para sua parca inserção no contexto sócio-cultural das cidades. A baixa frequência e certo abandono para com tais instituições são mencionados de forma lamentosa, buscando recuperar para estes espaços a dimensão de portadores de uma proposta de leitura formativa, capaz de elevar o caráter de seus frequentadores.

O esquecimento, de certa maneira, funciona como um fator de proteção aos acervos contra possíveis rapinadores. Nas pequenas cidades percorridas por esta pesquisa, a relação de alguns sujeitos qualificados como memorialistas com artefatos antigos mostra-se diversa daquela que o pesquisador estabelece com suas fontes. O desejo de posse em relação a objetos antigos leva a expropriações de acervos e à retenção de documentos.

Não raro percebe-se, ao consultar acervos particulares, uma postura de apropriação de documentos públicos, em detrimento do interesse de profissionais de pesquisa. A ausência de arquivos públicos, além de contribuir para a perda irremediável de documentos, contribui ainda para a permanência de documentos de grande relevância historiográfica nas mãos de pessoas propensas a desenvolver para com estes uma relação de posse afetiva, algo bastante distante daquilo que se esperaria de possíveis colaboradores com as pesquisas historiográficas.

Um dos fatores que favoreceu esta pesquisa foi o fato de os acervos dos gabinetes de leitura estar sob a guarda de instituições, ao invés de pessoas físicas, o que poderia dificultar grandemente o acesso aos livros.

O trabalho com os acervos mostrou-se uma luta em terreno totalmente ignorado pela memória local. Os poucos memorialistas consultados manifestaram espanto quando questionados a respeito dos livros e dos acervos dos gabinetes. Evitaram fazer qualquer comentário acerca dos destinos tomados pelos acervos após a desativação dos gabinetes.

Em Viçosa, consultamos o Sr. Felizardo de Pinho Pessoa Filho. Em seu depoimento, narrou-nos sua trajetória como membro do Gabinete de Leitura Viçosense. Contou-nos da participação de seu pai, o falecido major Felizardo de Pinho Pessoa, na construção da sede do Gabinete, doando o

terreno e contribuindo com os trabalhos de edificação. Atualmente, o prédio serve de sede à Câmara Municipal de Viçosa do Ceará. Segundo nosso depoente, a Câmara teria estabelecido com o Gabinete um acordo de comodato para ocupar o referido prédio⁹⁰.

Convidado a descrever o Gabinete de Leitura Viçosense, Felizardo imediatamente invocou a memória dos bailes promovidos pela instituição. Relembrou em minuciosos detalhes a forma como se portavam os rapazes e moças, filhos da pequena aristocracia local, por ocasião destes bailes. Mencionou ainda a eficácia da orquestra responsável pelo aparato musical daquelas noites. Descreveu a mobília, os assentos onde se colocavam as damas à espera do convite para a dança dirigido pelos cavalheiros. Relembrou os trajes usados por ambos os sexos, realçando a presença de itens do vestuário feminino importados da França.

Perguntado acerca da biblioteca, limitou-se a confirmar a sua existência, mas silenciou quanto ao destino tomado pelos livros após a desativação da instituição. Disse nada saber a respeito do destino tomado pelo acervo, deixando ver nas entrelinhas o quanto os livros eram alvo de pouca atenção da parte da própria diretoria do Gabinete. O silêncio começa a aparecer a partir deste ponto da conversa. Sua quebra dar-se-á por meio da consulta a uma outra fonte, como veremos adiante.

Ainda em Viçosa, fomos ouvir os depoimentos do casal Alfredo Miranda e Teresinha Mapurunga. Alfredo destacou-se na memória viçosense como músico e por ter transformado sua casa em ponto de produção e venda de doces e licores, numa atividade qualificada na propaganda turística local como "artesanato alimentar". Acompanhado da esposa, falou-nos brevemente dos bailes do Círculo Operário São José, organização de cuja diretoria fez parte e em cuja orquestra tocava⁹¹.

A sede do Círculo Operário São José ficava em frente à sede do Gabinete, nas imediações da praça central da cidade, ao lado da igreja matriz.

⁹⁰ FELIZARDO DE PINHO PESSOA. Farmacêutico aposentado, ex-prefeito de Viçosa e ex-presidente do Gabinete de Leitura Viçosense. Entrevista concedida no dia 29 de outubro de 2005 em Viçosa do Ceará.

⁹¹ ALFREDO MIRANDA. Músico e artesão alimentar, proprietário da Casa dos Licores, em Viçosa do Ceará. Entrevista concedida no dia 29 de outubro de 2005, em Viçosa do Ceará. Infelizmente, poucos meses após nossa visita, Alfredo Miranda sofreu um acidente vascular cerebral que lhe deixou com seqüelas. Entre elas está, lamentavelmente, a perda da fala.

Os bailes das duas associações eram realizados sempre na mesma data. Havia, de acordo com seu Alfredo e seu Felizardo, uma segregação social dos participantes. Os membros da pequena elite local dirigiam-se ao Gabinete de Leitura, assumindo ares de espaço destinado a uma sociabilidade mais requintada. O Círculo Operário recebia em seus salões os trabalhadores urbanos afiliados àquela associação, transformando-a num espaço social com características que o aproximam mais de uma instituição popular.

Segundo Alfredo, era comum pela madrugada, quando a maioria dos frequentadores do baile do Gabinete já tinha voltado para casa, alguns moços da pequena elite se dirigirem ao Centro Operário em busca de aventuras amorosas com as filhas dos operários sócios desta associação. A referência a tal prática foi feita de forma irônica, indireta, sinalizando por gestos e expressões faciais que se tratava de assunto velado, somente passível de ser captado nas entrelinhas.

O velho músico, pelo que se pode ver, continuava com a memória ainda viva dos antigos bailes onde participara como membro da orquestra.

D^a Teresinha Mapurunga, sua esposa, limitou-se a realçar o aspecto faustoso dos bailes do Gabinete. Indagada sobre sua aproximação com o futuro esposo, visto que este frequentava o Círculo Operário, afirmou que ele, na qualidade de músico, tocava nas várias orquestras da cidade, tendo participado nos bailes do Gabinete⁹².

No discurso de D^a Teresinha percebemos que a segregação entre os espaços das duas associações viçosenses não era tão rígida como poderíamos pensar à primeira vista. Havia mecanismos por meio dos quais certos sujeitos conseguiam o livre trânsito entre as duas associações. Alguns por força da profissão, como seu Alfredo; outros, por força de seu gosto por aventuras, como os jovens frequentadores dos bailes do Gabinete, cansados do engessamento da etiqueta ali forçosamente exigida.

Esbarramos nos depoimentos citados com uma constatação que pareceu, à primeira vista, bastante inquietante. Se os gabinetes de leitura eram fundados com o propósito de prover o acesso à leitura, como explicar essa presença tão forte de atividades de natureza diversa na memória dos seus

⁹² TERESINHA MAPURUNGA, professora aposentada, artesã alimentar, esposa de Alfredo Miranda. Entrevista concedida no dia 29 de outubro de 2005, em Viçosa do Ceará.

freqüentadores? Eram elas associações voltadas para a promoção da leitura ou de bailes? E mais: até que ponto os homens do começo do século XX enxergavam alguma incompatibilidade entre estas atividades?

Fácil constatar que a leitura compõe a face esquecida dos gabinetes, incluindo aí os acervos perdidos, desmontados ou rapinados. Quando dizemos, pois, que os gabinetes foram vítimas do esquecimento – precisamos ter cuidado para que esta afirmação não se transforme numa espécie de senso comum quando se falar da memória destas instituições –, precisamos esclarecer que tal constatação se refere às atividades voltadas para a leitura e a existência do acervo. Atividades recreativas têm lugar na memória desfiada pelos entrevistados.

Ambos os depoentes demonstraram nada saber a respeito do acervo do Gabinete de Leitura Viçosense. Confirmaram a existência de uma biblioteca na sede do Gabinete, mas nada disseram acerca do destino tomado pelos livros após o encerramento de suas atividades.

A hipótese de que o casal Alfredo e Teresinha tenha omitido propositalmente alguma informação acerca do acervo não nos parece verossímil. Trata-se de pessoas não envolvidas diretamente com a instituição, sendo pouco provável a existência de algum interesse neste sentido.

A investigação a respeito do destino tomado pelos livros pertencentes ao acervo do Gabinete de Leitura Viçosense revelou a existência de uma tensão envolvendo as famílias Pinho e Caldas, tracionais na cidade. Localizamos no acervo particular da professora Tereza Cristina – sobrenome não revelado – uma carta apócrifa onde a família Pinho é acusada de ter se apropriado indevidamente do acervo do Gabinete, bem como da mobília e demais bens encerrados em sua sede⁹³. Quebra-se, aos poucos, o silêncio em torno do acervo daquele gabinete.

A carta apresenta como propósito esclarecer alguns pontos apresentados pelo jornal *Polyanthéa*, reeditado e distribuído pouco antes de

⁹³ “A propósito do Polyanthea – Nota explicativa”. Carta datilografada cedida por Tereza Cristina, professora aposentada residente em Viçosa do Ceará ao colega e pesquisador Maico Oliveira Xavier. O autor do documento utilizou o pseudônimo “O Índio” para ocultar seu verdadeiro nome. Não sabemos se tal recurso deve-se ao medo de sofrer represálias da família Pinho ou por puro modismo. Conversando com pessoas da cidade, sabemos que a distribuição de documentos acusatórios assinados por pseudônimos e a criação de violentas polêmicas políticas foi prática comum na cidade durante a segunda metade do século XX.

sua circulação. Atentando para os primeiros parágrafos do documento, percebemos que sua motivação foram dúvidas surgidas em torno do que seria o Gabinete, qual sua finalidade, quem foram seus fundadores e qual o destino tomado pelos bens pertencentes a esta instituição, entre eles os livros.

De acordo com “O Índio” – este é o pseudônimo empregado pelo autor da carta –, o Gabinete teria funcionado normalmente até 1950, quando foi eleito presidente o Sr. Felizardo de Pinho Pessoa Filho – nosso depoente anteriormente citado. Este, por sua vez, deixou de convocar eleições para formar a nova diretoria, conforme determinavam os estatutos.

Na sequência, o Dr. Geminiano de Pinho Pessoa, irmão de Felizardo Pessoa Filho, teria se apropriado do acervo e demais bens do Gabinete e alugado sua sede, tudo isso sem prestar contas aos demais sócios e à sociedade de modo geral. Em seguida, numa longa sequência de citações textuais do *Polyanthéa*, o autor procura evidenciar a riqueza do acervo do Gabinete, numa tentativa de reforçar a gravidade do ato ilícito cometido pela família Pinho.

No trecho a seguir, encerrando a carta, o autor exige a restituição do Gabinete à cidade, devolvendo-lhe o caráter de associação benemérita, sinalizando para a possibilidade de acreditarmos no não encerramento de suas atividades.

“Não há outra alternativa para os fundadores e descendentes dos fundadores do “Gabinete Viçosense de Leitura”: recolocar esta agremiação dentro da finalidade para que foi criada. É uma questão de honra e de direito. A biblioteca deve voltar às mãos dos que desejam aprender. As salas do Gabinete devem se abrir novamente para que as criancinhas pobres aprendam o ABC.

E não há outra alternativa para o Dr. Geminiano, senão a de entregar o Gabinete a quem de direito, que é a Sociedade Viçosense, através de seus fundadores e descendentes, mesmo porque, o Dr. Geminiano, nada tem a ver com o Gabinete.”⁹⁴

A exigência da devolução do Gabinete indica que o acervo teria sido ilicitamente apropriado pelo Dr. Geminiano de Pinho Pessoa. O encerramento do curso noturno, por outro lado, constitui outro prejuízo para a população

⁹⁴ O INDIO. *A propósito do Polyanthéa* – nota explicativa. Carta aberta publicada em Viçosa em data não informada. Acervo particular de Teresa Cristina [sobrenome não revelado].

viçosense causado pela sanha ambiciosa dos Pinhos. Era necessário restituir tais bens à sociedade local.

Qual a finalidade deste documento acusatório? Não é difícil supor a existência de motivações políticas por trás desta incendiária iniciativa. A fornecedora do documento afirmou-nos ter sido o mesmo escrito por um membro da família Caldas, descendente de Francisco Caldas da Silveira, um dos fundadores do Gabinete Viçosense de Leitura, ao lado de Justo Pinho Pessoa⁹⁵.

Remontando aos primeiros tempos do Gabinete, o jornal *A Ordem* deixa entrever uma situação bastante complicada envolvendo o Padre José Carneiro da Cunha, presidente do Gabinete em 1919, Salustiano de Pinho – irmão de Justo, Felizardo e Geminiano de Pinho – e Francisco Caldas da Silveira. Ali, Francisco Caldas e os Pinhos aparecem unidos ao Padre Carneiro e são acusados por Constantino de transformar o Gabinete Viçosense de Leitura em “Gabinete Político de Leitura”⁹⁶.

Se, na segunda metade do século XX, data indicada pela fornecedora da carta para sua publicação, Pinhos e Caldas se encontravam em pé de guerra, em 1919/20 aparecem unidos sob mira de Constantino Correia, também este membro da diretoria do Gabinete. Por trás de tão violentos ataques estão divergências de natureza política. Constantino Correia era o representante do PRC em Viçosa, enquanto o Padre Carneiro fazia o mesmo para o Partido Democrata, colocando-se por cima graças ao apoio prestado pelo presidente do estado, o engenheiro João Thomé de Saboya e Silva.

O contexto em que se apresenta a carta apócrifa acusando os Pinhos não deve ser diferente, apenas com os Caldas trocando de lado.

O Gabinete de Leitura Ipuense não foi lembrado nem mesmo em polêmicas políticas. A memória local, especialmente presente em ocasiões especiais como o aniversário da cidade – celebrado no dia 26 de agosto – abstém-se por completo de qualquer referência ao Gabinete de Leitura. Neste sentido, sua inserção como tema de uma pesquisa histórica não se fez a partir de um contato inicial com a memória. Em outras palavras, a memória local não forneceu o tema da pesquisa. Esta surgiu como possibilidade a partir do

⁹⁵ Gabinete Viçosense de Leitura – diretoria primitiva. *Polyanthéa*. Viçosa, 13 fev. 1918, p. 1.

⁹⁶ CORREIA, Constantino. O decalogo da verdade. *A Ordem*. Sobral, 13 fev. 1920, p. 2.

encontro com o material, de sua localização quase que puramente casual no interior do centro de multimeios de uma escola pública.

Após o encontro do material é que a referida memória passou a ser interrogada a respeito do Gabinete, não obtendo este esforço quase nenhuma informação, demonstrando tal fato o esquecimento a que foi relegado o Gabinete de Leitura Ipuense.

Em pequenas cidades do interior, a memória local costuma ser construída em torno do nome das famílias ditas tradicionais, as quais formam uma pequenina elite local, reivindicando para si o estatuto de distinção que justifica o credenciamento como responsáveis pelos fatos considerados notáveis na história da cidade.

Paradoxalmente, os gabinetes de leitura não foram apropriados como referenciais identitários das pequenas elites letradas locais.

No que tange ao Gabinete de Leitura Ipuense, percebe-se um apagamento da memória de seus fundadores. Os nomes que assinam as dedicatórias pertenceram a homens ligados à pequena elite ipuense do início do século XX. No entanto, a memória local acabou por apagá-los, como de resto, fez com o próprio Gabinete de Leitura.

O primeiro presidente do Gabinete Ipuense de Leitura teve seu nome lembrado recentemente, mas não por qualquer motivo relacionado ao Gabinete. Padre João José de Castro teve seus restos mortais sepultados na igreja de Nossa Senhora do Desterro, antiga matriz da Freguesia de São Sebastião do Ipu. Diante do risco recente de desabamento deste templo e da necessidade de comover a opinião pública ante tal fatalidade, apelou-se inclusive para o fato de o primeiro vigário da cidade estar sepultado ali, motivo pelo qual não seria de bom tom deixar a igreja ruir.

Padre João José de Castro teve seu nome atribuído a uma rua da cidade, e o mesmo ocorreu com o primeiro presidente do segundo gabinete de leitura da cidade, o Dr. Francisco das Chagas Pinto da Silveira. A Rua Dr. Chagas Pinto localiza-se no centro da cidade, onde residiu este homem que foi médico, delegado de higiene, prefeito e presidente do Gabinete de Leitura Ipuense por vários anos. Não encontramos indícios da existência de descendentes seus vivendo na cidade.

Abílio Martins, um dos responsáveis por conseguir doações para compor o acervo do Gabinete de Leitura Ipuense, teve seu nome dado a uma praça no centro da cidade e a uma das estações da Estrada de Ferro de Sobral⁹⁷. Talvez por fazer parte da tradicional família Martins e por sua atuação na política e morte prematura, Abílio tenha sido mais lembrado durante o segundo quartel do século XX⁹⁸.

Com o passar dos anos, século XX adentro, tudo leva a crer que o Gabinete de Leitura Ipuense foi sendo esquecido em vida, até o momento em que seus livros foram doados à Biblioteca Francelina Martins de Araújo. Francelina, filha de Abílio Martins, esteve presente na solenidade de inauguração da referida biblioteca, mas, em suas memórias, não menciona o fato de os livros do antigo Gabinete de Leitura terem sido transferidos para a nova instituição⁹⁹. Menciona, por outro lado, doações conseguidas junto ao prefeito. A própria homenageada também afirma que enviava periodicamente novas doações com o intuito de renovar o acervo daquela biblioteca.

A Biblioteca Francelina Martins Araújo tem sido a depositária do acervo do Gabinete de Leitura Ipuense. Sua instalação foi feita no prédio das Escolas Reunidas. O mesmo prédio atualmente serve de sede à Escola de Ensino Médio Auton Aragão e a Biblioteca teve seu acervo encampado pelo centro de multimeios da escola, de forma que tudo se confunde. Atualmente, o acervo contém os livros dos dois acervos.

⁹⁷ A estação ferroviária Abílio Martins foi inaugurada em 1951, quando a Estrada de Ferro de Sobral já dava alguns passos rumo ao declínio. Atualmente, o lugarejo formado em torno da estação é distrito da cidade de Ipu e leva o mesmo nome de Abílio Martins, distante da sede cerca de 20 km.

⁹⁸ DR. ABILIO MARTINS. *Correio do Norte*. Ipu, 29 set. 1923, p. 1. Abílio Martins morreu em 1923 quando fazia uma viagem de automóvel pelos arredores de Fortaleza. Exercia a função de Chefe de Polícia do Estado do Ceará, tendo sido indicado para o cargo pelo presidente Justiniano de Serpa. O jornal menciona ainda o fato de ter sido ele o responsável por conseguir para a cidade obras públicas como o Açude Bonito, Estrada de Rodagem Ipu-São Benedito, calçamento da Praça da Estação ao Mercado, o teatro, e esteve entre os fundadores do Gabinete de Leitura Ipuense e do *Correio do Norte*. Diante de sua morte, a consternação foi geral. O *Centro Artístico* e a Tipografia do *Correio do Norte* hastearam bandeiras de luto, o comércio fechou as portas e o Gabinete de Leitura fechou por três dias. Nasceu no dia 21 de novembro de 1883, filho do cel Antônio Martins e D. Adelaide Martins. Estudou humanidades no colégio do Professor Arruda, de Sobral e no Seminário Episcopal de Fortaleza, onde concluiu o terceiro ano dos Preparatórios. Iniciou o curso de medicina no Rio de Janeiro, mas, depois de um ano, passou para o curso de Direito, onde cursou do primeiro ao quarto ano, recebendo o grau de bacharel na Academia de Fortaleza. Casou-se em 26 de maio de 1909 com D. Celina de Carvalho Martins, filha do cel José Liberato de Carvalho. Deixou cinco filhos: Francelina, Adelaide, José, Antônio e Guarany.

⁹⁹ ARAÚJO, Francelina Martins. *Cascata de Cristais*. Fortaleza: FIEC/SENAI-CE, 1994, p. 83.

O Gabinete de Leitura Camocinense costuma ser lembrado como símbolo de um tempo em que a cidade era palco da ação e produção de homens de letras, sendo sempre invocada a figura do jornalista Júlio Cícero Monteiro, presidente da instituição. A transferência do acervo para a Associação Comercial, porém, parece ter sido realizada de forma tranquila. Talvez o maior inimigo seja apenas a falta de maiores cuidados com sua conservação.

Vimos, portanto, que os acervos dos gabinetes de leitura, quando não relegados ao total esquecimento, são invocados pela memória local com o fim de fornecerem base para argumentos criados no interior dos embates políticos, servindo de justificativa às críticas e acusações desferidas entre adversários.

Tal fato chama a atenção para algo que vai além do esquecimento: o silêncio, a respeito do qual Michael Pollak assim se expressou:

“[...] existem nas lembranças de uns e de outros zonas de sombra, silêncios, ‘não-ditos’. As fronteiras desses silêncios e ‘não-ditos’ com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento.”¹⁰⁰

O caso do Gabinete de Leitura Viçosense revela de forma contundente a existência de um esforço empreendido no sentido de silenciar a memória na que tange ao destino tomado pelo acervo. O não-dito passa a ser dito por meio da carta publicada pelo “Índio”. O próprio fato de o autor fazer uso de um pseudônimo já constitui um sinal de que se trata de um assunto sério, tenso para a memória local. Quebrou-se ali um silêncio construído em torno de uma memória marcada por tensões.

A memória do Gabinete de Leitura aparece como objeto de estratégias de manipulação por meio do silêncio imposto com o objetivo de produzir um esquecimento em torno desta instituição cujo espólio teria sido indevidamente apropriado por alguns de seus antigos sócios. O silêncio funciona, pois, como uma maneira de evitar a construção de uma memória que qualificasse o Gabinete como patrimônio social, convertendo-o em patrimônio particular.

¹⁰⁰ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 8, 1989.

No caso em questão, o esquecimento deveria ser produto do silêncio motivado pelo desejo de apropriação dos bens do Gabinete. Tal estratégia não impediu a construção de uma memória a respeito do seu espaço como sendo destinado a atividades recreativas, ficando leitura e biblioteca silenciadas, esquecidas.

O embate entre a história e a memória dos gabinetes revela a existência de graves tensões, expressas no esquecimento e no silêncio a que foram relegados. Tal se mostra de forma mais latente quando empreendemos a busca pelos acervos. Daqueles que foram mapeados pela pesquisa, apenas dois revelaram seus acervos. Três permanecem ignorados, demonstrando o grau de dificuldade com que nos deparamos no esforço de localizar os espólios dos gabinetes de leitura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar os gabinetes de leitura a partir de seus acervos significa, ao fim e ao cabo, enveredar pelos intrincados e muitas vezes inescrutáveis caminhos do livro na região norte. Este trabalho buscou, desta forma, investigar estes caminhos a partir dos vestígios recolhidos junto aos acervos, procedendo a uma investigação cujo resultado esperado era a montagem de um “quadro coerente”, como disse Hobsbawm¹.

A investigação a respeito dos caminhos do livro revelou seus principais pontos de passagem, possibilitando a visualização de uma rede de comunicação constituída em torno da circulação do livro, de seus pontos de parada antes da chegada ao destino/consumidor final. Perceber os livros em trânsito a partir da descoberta de pontos por onde passaram foi um esforço que exigiu um misto de método e intuição, o que se tornou patente a partir do momento em que nos pusemos a percorrer os caminhos e rotas antes feitos pelo trem e pelos estafetas no início do século XX.

Não pudemos negligenciar, contudo, o caráter social e institucional dos gabinetes de leitura. Para além de pontos importantes na rede de comunicação livreira, eles representaram uma tentativa de intervenção na realidade social e cultural das cidades onde surgiram. Tal tentativa obteve resultados cujo alcance acabou por gerar um discurso lamentoso em torno dos destinos tomados por estas instituições e seus patrimônios, notadamente os acervos. Tal discurso representou, durante muito tempo, uma séria armadilha para esta pesquisa, uma vez que insistíamos em adotar este discurso, terminando os nossos textos em lamentos quanto ao ostracismo a que se viram relegados os dentro do contexto sócio-político-cultural de suas cidades.

Enveredar pelos caminhos dos livros talvez tenha sido uma forma inconsciente de escapar da armadilha mencionada. No entanto, agora pudemos perceber que tal opção decorreu muito mais da tomada de consciência da real possibilidade oferecida pelas fontes primárias da pesquisa. O exame dos acervos apresentava como caminho mais seguro e prenhe de possibilidades a investigação, uma vez que esta pesquisa tem como

¹ HOBBSAWM, Eric. J. A história vista de baixo. *In: Sobre história*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 220.

característica distintiva o fato de trabalhar diretamente com o objeto livro, enquanto as demais pesquisas acerca dos gabinetes têm sido desenvolvidas tendo por base outros documentos, especialmente os catálogos.

Este trabalho chega à sua conclusão carregado da estranha sensação de estar terminando antes da hora. A cada linha escrita, somos invadidos pela intuição de que os caminhos do livro na região norte ainda se encontram muito escondidos à nossa percepção. Ainda há muito a descobrir e a investigar. O seu percurso é longo e as cidades ainda guardam muitas surpresas no que se refere a fontes, acervos particulares e memórias a serem recolhidas.

Percorrendo as cidades incluídas no recorte espacial desta pesquisa, nos parece inevitável pensar no quanto ainda há a descobrir acerca de seus gabinetes de leitura, especialmente com relação ao paradeiro dos acervos. Neste ponto, nos lançamos na dependência não apenas do esforço metódico de pesquisa, mas do puro acaso, pois, lembrando das circunstâncias em que nos chegaram as informações sobre a localização dos acervos dos gabinetes de leitura de Ipu e Camocim, percebemos a casualidade destes encontros.

No entanto, o pesquisador não pode acomodar-se ao fortuito. É preciso mover forças no sentido de encontrar alguma maneira de fazer com que as fontes venham à luz. Neste sentido, encerramos esta etapa da pesquisa conscientes de que apenas mais um passo foi dado. Resta preparar os próximos, o que implica voltar a campo em busca de fontes, percorrendo mais uma vez os caminhos do livro em busca de vestígios de sua circulação.

À semelhança de Georges Duby, acredito que a ida do pesquisador ao local onde se desenrolou a trama que ele está em busca de resgatar é um passo fundamental². Desta forma, uma meta estabelecida para esta pesquisa a médio prazo é percorrer novamente os caminhos que ligam as cidades incluídas no recorte espacial, investigando o trajeto percorrido pelos livros.

Este trabalho encerra-se, pois, reforçando a constatação da existência de uma rede de comunicação constituída em torno da circulação livreira na região norte do Ceará. Nesta rede, os gabinetes de leitura, seja por seu estatuto de instituição voltadas para a promoção da leitura pública, seja por seu caráter de lugar do livro, ocupam posição de inegável importância,

² DUBY, Georges. *A história continua*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, p. 38.

representando, do ponto de vista da circulação, o destino final dos livros após sua aquisição pelo leitor/consumidor responsável por sua retirada das livrarias.

O livro doado já havia passado pelo acervo pessoal do leitor/doador. As perguntas surgidas em torno dos motivos do ato de doar determinado livro acabaram fazendo o texto estancar em alguns momentos, revelando que a natureza das fontes acessadas e dos vestígios recolhidos, bem como o olhar e a abordagem deste trabalho não permitem chegar a conclusões seguras neste sentido.

O cruzamento entre tipos diferentes de fontes permitiu ricas descobertas a respeito dos lugares e caminhos do livro. A sua inclusão nos registros contábeis das firmas *Ignacio Xavier & Cia* e *Carvalho Motta & Irmão* tornou possível a verificação da presença de títulos não-literários nos estoques das firmas comerciais. Tal descoberta foi reforçada por anúncios depois encontrados nos jornais da região dando conta da existência de obras didáticas destinados à venda naquelas casas comerciais.

Os caminhos do livro, no entanto, revelam-se aos poucos e em rapidíssimos *flashes*. Faz-se necessária uma atenção muito grande para percebê-los em meio ao emaranhado de informações oferecidas pelos jornais. A análise dos acervos também precisou passar por vários ajustamentos de foco, evitando sempre que constatado o risco de perder-se em meio à imensa variedade de possibilidades oferecidas.

A rede de comunicação livreira constituída na região norte mostra-se dependente dos meios e vias de transporte. Neste sentido, percebemos a conjugação dos conjuntos trem/ferrovia e vapor/porto como elemento fundamental para o incremento desta circulação. A construção Estrada de Ferro de Sobral, conforme comentamos, teve importância considerável na ligação entre o litoral e o sertão da região norte do Ceará. Neste processo, os caminhos dos livros tiveram seu processo de constituição diretamente influenciado pela presença do trem, o qual tornou possível, entre outras coisas, a aquisição de livros pelos correios, assinaturas de periódicos e demais materiais impressos por meio dos correios ou dos representantes comerciais que percorriam as cidades dotadas de estações ferroviárias.

O esforço de pesquisa também acabou por revelar, embora de forma bastante sucinta, a presença dos “intermediários esquecidos da leitura” indispensáveis à circulação do livro na região.

Um último desdobramento do trabalho diz respeito à dinâmica de inserção ou ausência dos gabinetes de leitura na memória local. Constatamos a existência de certas batalhas pela memória. Como parte da história do próprio fazer-se urbano das cidades pesquisadas, eles estabelecem relação com a memória local, ora fazendo-se ausentes pelo esquecimento, ora silenciados por grupos hegemônicos, ora presentes nos conflitos que regem a construção destas memórias.

FONTES

Acervos:

Gabinete de Leitura Ipuense: mantido sob a guarda da Escola de Ensino Fundamental e Médio Auton Aragão, situada à Praça São Sebastião, 1029 – Centro, Ipu/CE.

Gabinete de Leitura Camocinense: mantido sob a guarda da Associação Comercial de Camocim, situada à Rua Dr. João Thomé, 111 – Centro, Camocim/CE.

Jornais:

A Ordem. Sobral, 21 mar. 1919 a 11 jul. 1920. Disponível para consulta no Núcleo de Práticas e Documentação de História Regional – NEDHIR – do Centro de Ciências Humanas da Universidade Estadual Vale do Acaraú (Sobral/CE).

Camocim Jornal. Camocim, 1 mai. 1921, 6 jan. 1924 e 15 jan. 1924. Disponível para consulta na Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel (Fortaleza/CE), Setor de Periódicos, Consulta de Microfilmes, rolo M67.

Correio do Norte. Ipu, 01 jan. 1920 a 30 mar. 1924. Arquivo particular do Dr. Tomás de Araújo Corrêa (Ipu/CE).

Gazeta Oficial. Fortaleza, 1 jan. 1918 a 31 dez. 1918. Disponível para consulta na Hemeroteca do Instituto Histórico do Ceará (Fortaleza/CE).

Granjense. Granja, 27 fev. 1881 a 25 set. 1881. Disponível para consulta na Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel (Fortaleza/CE), Setor de Periódicos, Consulta de Microfilmes, rolo M151.

Nortista. Sobral, 25 mai. 1913 a 11 out. 1914. Disponível para consulta na Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel (Fortaleza/CE), Setor de Periódicos, Consulta de Microfilmes, rolo M114.

Patria, Sobral, 9 fev. 1910 a 24 abr. 1915. Disponível para consulta no Núcleo de Práticas e Documentação de História Regional – NEDHIR – do Centro de Ciências Humanas da Universidade Estadual Vale do Acaraú (Sobral/CE).

Polyanthea, Viçosa, 13 de fev. 1918. Disponível para consulta na Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel (Fortaleza/CE), Setor de Periódicos, Consulta de Microfilmes, rolo M108.

Outros periódicos:

ARAÚJO, José Oswaldo. Imprensa de Ipu. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, tomo LXXX, p. 162-165, 1966.

Revista dos Municípios. Fortaleza, nº 1, fev. 1929.

SOUSA, Eusébio de. Um pouco de história: chronica do Ipu. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, t. XXIX, p. 157-243, 1915.

Documentos oficiais:

Annaes do Parlamento Brasileiro. Camara dos Srs. Deputados. Sessão de 1858. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C., 1858. Download da versão deste documento em pdf disponível em: <[**Livros contábeis da firma Carvalho Motta & Cia:**](http://books.google.com.br/books?id=exdAAAAAYAAJ&pg=PA248&lpg=PA248&dq=dixon+lowden+decreto+1983&source=bl&ots=4AEf5w4qyY&sig=zjKEIVuxWkmEXJtziENxaXEtio&hl=ptBR&ei=5IRoS7_3N4yWtgehwyZnBg&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=2&ved=0CAkQ6AEwAQ#v=onepage&q=dixon%20lowden%20decreto%201983&f=false.></p>
</div>
<div data-bbox=)

Livro Contas de Balanço 1886 a 1898. Disponível para consulta no Núcleo de Práticas e Documentação de História Regional – NEDHIR – do Centro de Ciências Humanas da Universidade Estadual Vale do Acaraú.

Livros contábeis da firma Ignacio Xavier & Cia:

Livro Caixa de 1907 a 1909. Disponível para consulta no Núcleo de Práticas e Documentação de História Regional – NEDHIR – do Centro de Ciências Humanas da Universidade Estadual Vale do Acaraú. Caixa: Livro Caixa 1907-1914, nº 01.

Livro Caixa de 1907 a 1914. Idem.

Livro Caixa de 1912 a 1915: Idem.

Livro Caixa de 1913 a 1914: Idem.

Livro Contas Correntes 1910 a 1914: Idem.

Livro Contas Correntes 1914 a 1915: Idem.

Livro Contas Correntes 1914 a 1918: Idem.

Livro Copiador de Cartas 1900: Idem.

Entrevistas:

Felizardo de Pinho Pessoa Filho: farmacêutico bioquímico aposentado, ex-prefeito de Viçosa do Ceará e ex-presidente do Gabinete Viçosense de Leitura. Entrevista concedida no dia 29 de outubro de 2005, em Viçosa do Ceará.

Alfredo Miranda: músico e artesão alimentar. Entrevista concedida no dia 29 de outubro de 2005, em Viçosa do Ceará.

Teresinha Mapurunga: artesã alimentar. Entrevista concedida no dia 29 de outubro de 2005, em Viçosa do Ceará.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Márcia e SCHAPOCHNIK, Nelson (orgs). *Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas*. Campinas/SP: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB), FAPESP, 2005.
- ABREU, Marcia (org.) *Leitura, história e história da leitura*. Campinas/SP: Mercado de Letras, 1999.
- _____. *Os caminhos dos livros*. Campinas/SP: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB), FAPESP, 2003.
- ALENCAR, José de. *Como e porque sou romancista*. 2 ed. Campinas/SP: Pontes, 2005.
- ALMEIDA, Luciana Andrade de. *Francisca Clotilde e a palavra em ação (1884-1921)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social), Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.
- ARAUJO, Antonio Marrocos de. *A Coluna Prestes no interior do Ceará*. [publicação independente], 1982.
- ARAÚJO, Francelina Martins. *Cascata de Cristais*. Fortaleza: FIEC/SENAI-CE, 1994.
- BARBOSA, Marta Emísia Jacinto; LIMA, Jorge Luiz Ferreira. História, imprensa e redes de comunicação. *História & Perspectivas*. Uberlândia, nº 39, p. 37-57, jul-dez. 2008.
- BARREIRA, Dolor. *História da literatura cearense*. (ed. fac-similar). Fortaleza: Edições Instituto do Ceará/Imprensa Oficial do Ceará, 1987.
- BARROS, Luiz Teixeira. *História de Viçosa do Ceará*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1980.
- BEZERRA, Antônio. *Notas de viagem*. 3 ed. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1965.
- CATROGA, Fernando. Ainda será a história mestra da vida? In: RIOS, Kênia Sousa e FURTADO FILHO, João Ernani (orgs). *Em tempo: história, memória, educação*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008, p. 9-36.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 2002.

- _____. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- _____ e CAVALLO, Guglielmo (org). *Historia de la lectura en el mundo occidental*. Madri: Taurus, 2004.
- DARNTON, Robert e ROCHE, Daniel (orgs). *Revolução Impressa: a imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.
- DARNTON, Robert. *O beijo de Lammourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Cia das Letras, 2010.
- _____. *Os Best-sellers proibidos da França Pré-Revolucionária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. *A questão dos livros: passado, presente e futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- DUBY, Georges. *A história continua*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.
- FROTA, D. José Tupinambá. *História de Sobral*. 2 ed. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1974.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e História*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.
- GONÇALVES, Adelaide. Imprensa dos trabalhadores no Ceará: histórias e memórias. In: SOUZA, Simone. (org). *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2000, p. 259-286.
- GREGÓRIO, Vitor Marcos. *Uma face de Jano: a navegação do Rio Amazonas e a formação do Estado brasileiro*. 2008. 338f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- GRÊMIO RECREATIVO IPUENSE. *Thomaz Corrêa: alguns aspectos da sua vida e da sua obra*. Fortaleza: Typografia Minerva de Assis Bezerra & Cia, 1942.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: T. A. Queiroz, Ed. da Universidade de São Paulo, 1985.
- HOBSBAWM, Eric. J. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- IGLESIAS, Francisco. *História e literatura: ensaios para uma história das ideias no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

- KOSELLECK, Reinhart. *Historia magistra vitae*. In: *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006, p. 42-60.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5 ed. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2003.
- LIMA, Jorge Luiz Ferreira. *Livros, homens, uma cidade: uma discussão sobre o Gabinete de Leitura Ipuense (1886-1919)*. 2007. 114f. Monografia (Licenciatura Plena em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral, 2007.
- LIRA, Padre João Mendes. *Sobral: sua história documental e a personalidade de D. José*. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1975.
- MACEDO, Nertan. *O bacamarte dos Mourões*. 2 ed. Rio de Janeiro: Renes, 1980.
- MARTINS, Padre Vicente. *Noticia Histórico-Chrographica da Comarca de Granja*. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, tomo XXV, 1912.
- MARTINS FILHO, Antonio e GIRÃO, Raimundo. *O Ceará*. 3 ed. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1966.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra. *A história, cativa da memória?* *Ver. Inst. Est. Bras.* São Paulo, n. 34, p. 9-24, 1992.
- OLIVEIRA, Almir Leal de. *O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará – Memória, representações e pensamento social*. 2001. 280f. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.
- OLIVEIRA, André Frota. *A Estrada de Ferro de Sobral*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda., 1994..
- PARENT-LARDEUR, Françoise. *Les cabinets de lecture: la lecture publique à Paris sous la Restauration*. Paris: Payot, 1982.
- PINHEIRO FILHO, José Humberto Carneiro. *Os romances de Enrique Perez Escrich: cotidiano de leituras na Biblioteca Provincial do Ceará*. Disponível em < <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br>>.
- POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- RIOS, Kênia Sousa e FURTADO FILHO, João Ernani (orgs). *Em tempo: história, memória, educação*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

- SAMPAIO, Marcos Guedes Vaz. *Uma contribuição à história dos transportes no Brasil: a Companhia Bahiana de Navegação a Vapor (1839-1894)*. 2006. 341f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. *Entre o porto e a estação: cotidiano e cultura dos trabalhadores urbanos de Camocim-CE. 1920-1970*. 2008. 258f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.
- SANTOS, Ivan Norberto dos. As concepções de história na *História do Brasil* de Rocha Pombo. *XIII Encontro de História – Anpuh-Rio*. Identidades. p. 7. Disponível em: <http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212971859_ARQUIVO_IvanNorbertotextocompletoANPUH2008.pdf>, acesso em 19 de novembro de 2010.
- SCHAPOCHNIK, Nelson. Contextos de leitura no Rio de Janeiro do século XIX: salões, gabinetes literários e bibliotecas. In: BRESCIANI, Stella. *Imagens da cidade*. São Paulo: Marco Zero/ANPUH/FAPESP, 1994, p. 147-162.
- _____. Malditos tipógrafos. I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial, 2004, Rio de Janeiro. Disponível em: www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br.
- _____. Distinção, instrução & prazer: uma tipologia dos gabinetes de leitura no Brasil oitocentista. In: CAVANCANTE, Maria Juraci Maia, QUEIROZ, Zuleide Fernandes de, VASCONCELOS JÚNIOR, Raimundo Elmo de Paula *et al* (orgs). *História da educação – vitrais da memória: lugares, imagens e práticas culturais*. Fortaleza: Edições UFC, 2008
- SCHWARCZ, Lilia Moritz, *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SOARES, Maria Angélica Lau Pereira. *Visão da modernidade: a presença britânica no Gabinete de Leitura (1837-1838)*. 2006. 209f. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos e Literários em Inglês) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

- TINHORÃO, José Ramos. *A Província e o naturalismo*. (ed. fac-similar).
Fortaleza: NUDOC, UFC, Museu do Ceará, Arquivo Público do Estado do
Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006.
- XAVIER FILHO, José. *Ignacio Xavier & Cia*. Granja: IJX, 2008.